

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO**

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A RESSOCIALIZAÇÃO DO
CONDENADO COMO INSTRUMENTO PARA O COMBATE AO CRIME**

Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

Especialidade de Direito Penal e Ciências Criminais

Nara Furtado Lancia

Dissertação sob orientação da Professora Doutora Inês Ferreira Leite

**LISBOA
2019**

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE DIREITO

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A RESSOCIALIZAÇÃO DO
CONDENADO COMO INSTRUMENTO PARA O COMBATE AO CRIME**

Nara Furtado Lancia

Orientadora: Professora Doutora Inês Ferreira Leite

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Direito na especialidade de Direito Penal e Ciências Criminais.

LISBOA
2019

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de mestrado não poderia ter sido concluída sem o precioso apoio de algumas pessoas.

Em primeiro lugar, tenho consciência de que sozinha a realização de um mestrado internacional não teria sido possível, assim quero agradecer a minha família pelo apoio incondicional que me deram, incentivo, paciência e ajuda na superação de alguns obstáculos que foram surgindo ao longo desta caminhada, especialmente meus pais, por serem modelos de coragem, e minhas irmãs. A eles devo todo meu percurso acadêmico.

A minha orientadora e exemplo profissional, Professora Doutora Inês Ferreira Leite, por toda paciência e dedicação com que me orientou neste trabalho. Muito obrigada por todos os comentários construtivos feitos quando necessário. Tenho certeza que não teria conseguido chegar ao fim desta investigação sem o seu apoio. Aqui, deixo-te a minha gratidão.

Por fim, quero agradecer a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a elaboração desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

RESUMO

O presente trabalho aborda um fenômeno complexo, que envolve aspectos culturais, sociais, históricos do domínio do homem sobre a mulher, que decorre de um papel sexual e de gênero, comportamentos socialmente aprendidos, estereótipos enraizados nas sociedades e até mesmo por falta de autocontrole das emoções. É um tipo de violência difícil de ser descoberta e combatida, pois pode ocorrer fora e dentro do âmbito doméstico e, quando é realizada no seio familiar, na maioria dos casos, afeta pessoas que possuem uma relação íntima de afeto. Apesar da violência exercida no âmbito doméstico poder ser realizada em face do homem e da mulher, este tipo de violência afeta majoritariamente as mulheres, razão pela qual o foco principal desta dissertação será na violência doméstica exercida contra a mulher. Assim, o objetivo desta dissertação será demonstrar que a ressocialização do homem agressor condenado pelo crime de violência doméstica, através dos programas de intervenção com agressores é um instrumento eficaz de combate ao crime. Para tal, utilizar-se-ão de revisões bibliográficas e resultados obtidos em pesquisas empíricas sobre o tema. Por intermédio das bibliografias utilizadas e das pesquisas empíricas que serão trazidas no decorrer da investigação, será possível perceber que os programas de intervenção com agressores são medidas satisfatórias no combate da violência atual e na prevenção de violência futura na mesma vítima ou em uma nova. Diante disto, também ao final, será possível perceber que não basta tratar a vítima, será necessário realizar uma intervenção também com o causador do problema, neste caso, com o homem agressor, pois a diminuição ou a cessação da criminalidade não será uma realidade enquanto se continuar agindo nas consequências e efeitos do problema, e não nas causas.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Violência doméstica; Programas de intervenção com agressores; Ressocialização do agressor doméstico; Violência relacional íntima de afeto.

ABSTRACT

The present work approaches a complex phenomenon, which involves cultural, social and historic aspects over the domain of the man over the woman, which comes from sexual and gender rules, socially learned behaviour, stereotypes rooted in the society and even the lack of emotional self control. It is a kind of violence hard to be found and fought, because it can happen in and out the domestic environment and, when in the familiar core, in most cases, it affects people that have an intimate affection relationship. Despite the fact that the violence on the domestic environment can be done in face of men and women, this kind of violence affects mostly women, reason why the main scope of this dissertation will be to demonstrate that the resocialization of the aggressor guilty of domestic violence is an effective fight against the crime tool. For such, it will be used bibliographic review and results obtained in empiric research on the matter. By using the bibliography and the research that will be brought on the present research, it will be possible to note that the intervention programs with aggressors are satisfactory measures on the fight against the current violence and in the prevention of the future, in the same or another victim. Given that, also at the end, it will be possible to note that treating the victim is not enough, it will be necessary to make an intervention also with the source of the problem, in that case, the violent man, because the reduction or elimination of criminality will not be a reality while the measures stay only in the consequences and effects of the problem, and not the causes.

Keywords: Violence against women; Domestic violence; Intervention schedules with aggressors; Resocialization of the domestic aggressor; Intimate relational violence of affection.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	- Ação Direta de Constitucionalidade
ADI	- Ação Direta de Inconstitucionalidade
AMCV	- Associação de Mulheres Contra a Violência
APAV	- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
ART	- Artigo
ARTS	- Artigos
CEDAW	- Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres
CEJ	- Centro de Estudos Judiciários
CEJIL	- Centro pela Justiça e o Direito Internacional
CIDH	- Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIG	- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CLADEM	- Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher;
CoE	- Convenção do Conselho da Europa Para Prevenção à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica
CONVENÇÃO DE ISTAMBUL	- Convenção do Conselho da Europa Para Prevenção à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica
CP	- Código Penal
CPP	- Código de Processo Penal
CRP	- Constituição da República Portuguesa
DAIP	- Duluth Domestic Abuse Intervention Project
DGRSP	- Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
DIAP	- Departamento de investigação e Ação Penal
DULUTH	- Duluth Domestic Abuse Intervention Project
ENID	- Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação
EUA	- Estados Unidos da América
FPEPTD	- Fundação Portuguesa para o Estudo Prevenção e Tratamento das Dependências
GEAV	- Gabinete de Estudos e Atendimento a Vítimas e Agressores
GREVIO	- Grupo de Peritas para o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica
IPSS	- Instituições Particulares de Solidariedade Social

MGF	- Mutilação Genital Feminina
MP	- Ministério Público
MPE	- Módulo Psicoeducacional
OEА	- Organização dos Estados Americanos
OMS	- Organização Mundial da Saúde
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAVD	- Programa para Agressores de Violência Doméstica
PIPVD	- Programa de Intervenção e Prevenção da Violência Doméstica
PNCVD	- Plano Nacional Contra a Violência Doméstica
PNPCVDG	- Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Gênero
PPRIAC	- Programa de Promoção e Intervenção com Agressores Conjugais
PRIA	- Programa de Intervenção para Violência de Gênero
RCM	- Resolução do Conselho de Ministros
SARA	- Spousal Assault Risk Assessment
SPP	- Suspensão Provisória do Processo
STF	- Superior Tribunal Federal
STJ	- Superior Tribunal de Justiça
UNIFEM	- Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
UVD	- Unidade de Violência Familiar
VD	- Violência Doméstica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - PANORAMA DA CONVENÇÃO DE ISTAMBUL NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS	5
CAPÍTULO II - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	24
CAPÍTULO III - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER	40
3.1 SUJEITO ATIVO E PASSIVO	41
3.1.1 Lei Maria da Penha - Lei 11.340/2006	43
3.2 OS TIPOS DE VIOLÊNCIA	50
3.3 O TIPO PENAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: EVOLUÇÃO LEGISLATIVA E ATUAL REDAÇÃO DO CÓDIGO PENAL PORTUGUÊS	52
3.4 A REDE DE PROTEÇÃO À VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	63
CAPÍTULO IV- A RESSOCIALIZAÇÃO DO CONDENADO COMO INSTRUMENTO PARA O COMBATE AO CRIME	73
4.1 TEORIAS EXPLICATIVAS ORIENTADORAS DOS PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO COM OS AGRESSORES	74
4.2. TIPOLOGIA DE AGRESSORES	76
4.3 PROGRAMAS VOLTADOS A AGRESSORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	80
4.4. ALGUNS EXEMPLOS DE PROGRAMAS IMPLEMENTADOS EM OUTROS PAÍSES	86
4.4.1 Estados Unidos da América- EUA - Duluth Domestic Abuse Intervention Project- DAIP	86
4.4.2. Espanha	89
4.4.3. Brasil	94
4.5 PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO COM AGRESSORES EM PORTUGAL	104
4.6 O COMPARECIMENTO OBRIGATÓRIO OU FACULTATIVO DOS AGRESSORES AOS PROGRAMAS	116
4.7 IMPACTO DA EFETIVA REEDUCAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DO AGRESSOR EM FACE DA VÍTIMA E DA SOCIEDADE	119
CONCLUSÃO	126
REFERÊNCIAS	131

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é apresentar as principais formas de violência que acometem as mulheres e, dentre elas, será destacada a violência doméstica, mais precisamente a violência ocorrida entre (ex-) cônjuges, (ex-) companheira, (ex-) namorada ou qualquer pessoa que tenha ou teve uma relação análoga; e a principal resposta penal para a diminuição e cessação do crime de violência doméstica após a ocorrência da primeira violência.

Assim, o que se buscará demonstrar, conforme o próprio subtítulo do trabalho pretende delimitar, é que a ressocialização do homem condenado é a principal forma de combate ao crime de violência doméstica, ou seja, o programa de intervenção com agressor no âmbito da violência doméstica é o principal instrumento de combate ao crime.

Pretende-se abordar este instrumento, programa de intervenção com agressores domésticos, neste estudo através de revisões bibliográficas e resultados obtidos em pesquisas empíricas que compõem o "estado da arte" do tema.

O sistema base da elaboração da presente dissertação será o sistema português, mas, em dados momentos oportunos e relevantes, referir-se-á a legislação brasileira e outras internacionais (Estados Unidos da América- EUA e Espanha) apenas como forma de enriquecer o tema. Não sendo assim um estudo de direito comparado.

A presente dissertação, conforme dito anteriormente, procurará trazer uma resposta penal benevolente de diminuição e cessação do crime de violência doméstica após a primeira violência ter sido realizada. Portanto, pretenderá combater a violência atual e futura. Violência realizada pelos homens contra as mulheres, nas relações de intimidade, apesar de se considerar a violência ocorrida contra outros sujeitos (as) neste âmbito como igualmente importantes e tenha-se consciência de sua incidência. Não se tratará aqui de formas de prevenção da violência doméstica em período antecessor ao primeiro ato de violência. Também não serão realizadas críticas às metodologias dos programas de intervenção, bem como não será proposto um novo paradigma de enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres.

Antes de entrar no tema central do trabalho (Capítulo IV), como forma de contextualizar a investigação, primeiramente abordar-se-á, numa visão panorâmica, a influência que o direito internacional teve no sistema português, especificamente a Convenção de Istambul (Capítulo I); após, entrar-se-á na perspectiva de gênero, bem como serão identificadas e ponderadas brevemente as principais formas de violência que afetam as

mulheres (Capítulo II), dando ênfase a violência doméstica no ordenamento jurídico português, nomeadamente a violência realizada entre atuais ou ex-parceiros íntimos (Capítulo III). Assim, a presente dissertação estará dividida em 4 (quatro) capítulos.

A norma utilizada na dissertação é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e o texto está escrito de acordo com o novo acordo ortográfico, porém há algumas citações diretas de fontes escritas no decorrer do trabalho antes da vigência do acordo, desta formamantêm da mesma forma escrita pelo autor original.

No decorrer do trabalho, há abreviaturas mencionadas por uma questão de economia de redação, mas somente a partir da segunda vez em diante que forem citadas no texto. No primeiro momento em que forem referidas estarão procedidas de seus nomes por extenso. Após isto é que serão empregadas as siglas. Ex: violência doméstica-VD.

Os capítulos da dissertação estão destacados a negrito e identificados por números romanos. Com relação às divisões ao longo do texto, estarão divididas em tópicos e subtópicos e não aparecerão destacadas a negrito.

Todas as citações diretas de autores da língua portuguesa irão estar acompanhadas de aspas, com a indicação de reticências entre parênteses sempre que for feita uma interrupção no texto citado. Também equivale o mesmo para todas as citações diretas de autores de língua estrangeira. Ademais, todas as obras de língua estrangeira que forem citadas ao longo do texto e que não apresentem aspas foram citadas indiretamente, bem como traduzidas e explicadas utilizando nossos próprios termos.

A respeito da lista de bibliografia, apresentar-se-á ao final do trabalho, organizada por ordem alfabética de acordo com o último sobrenome do autor. Quando forem doutrinas, dissertações, teses e artigos os títulos encontrar-se-ão a negritos. Já quando forem revistas, o que se colocará a negrito será o nome da própria revista. Com relação a legislação em meio eletrônico utilizada nesta pesquisa, o destaque a negrito será referente ao número da lei e a data da sua promulgação, conforme indica a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

No que tange às referências bibliográficas, que estarão inseridas ao longo do texto em nota de rodapé de página a partir da segunda vez que forem citadas contarão com uma descrição mais abreviada.

Ex: a) primeira vez citada (citação completa): MANITA, Celina. **A intervenção em agressores no contexto da violência doméstica em Portugal: estudo preliminar de**

caracterização. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2005, p. 12.

b) a partir da segunda vez que for citada: MANITA, Celina. **Op. Cit.**, p ?.

Apenas quando a mesma obra, autor e página forem imediatamente repetidos na nota de rodapé seguinte utilizar-se-á a expressão: Idem.

No entanto, quando a mesma obra e autor forem imediatamente repetidos na nota de rodapé seguinte, mas a página não é a mesma, a expressão que será usada é: Ibid., e consequentemente será colocada a nova página. Ex: Ibid., p. 13.

A lista de legislação também estará presente ao final da dissertação, apontada por país e encontrar-se-á organizada em ordem cronológica (da mais antiga para a mais recente).

A lista de jurisprudência igualmente estará ao final, indicada por país e também estará disposta em ordem cronológica. Conterá a indicação do Tribunal que a proferiu, número do processo e data.

O recorte do objeto do estudo foi necessário, pois a violência contra a mulher e o combate a esta violência é um fenómeno que vem conquistando destaque gradativamente à medida que a sociedade se conscientiza do problema que afeta inúmeras mulheres ao redor do mundo. Nos últimos tempos, a violência contra a mulher passou a ser vista como uma violação dos direitos humanos, bem como um problema social que afeta mulheres de diferentes níveis sociais e culturais. Por este motivo, é um assunto de extrema relevância no âmbito jurídico e social.

Por outro lado, há controvérsias com relação a temática proposta, porque nem todos os pesquisadores possuem argumentos positivos referentes a ressocialização do homem agressor de violência doméstica. Muitos defendem a não eficácia dos programas de intervenção com os sujeitos praticantes de violência no contexto doméstico. São diferentes críticas: voltadas a desculpabilização do agressor, os fundos de dinheiro devem ser destinados somente às vítimas, ocasionar falsas expectativas as vítimas, que os agressores possuem uma psicopatologia e, consequentemente, o seu comportamento violento não pode ser modificado. Em contrapartida, há também os defensores dos programas de intervenção, que sustentam os seus argumentos a favor da aplicabilidade dos programas, a ponto, inclusive, de organismos internacionais recomendarem a sua aplicação.

Programas de intervenção com agressores não estão implementados apenas em Portugal, também há em diferentes países, como por exemplo: Estados Unidos da América (EUA), Brasil, Espanha, Noruega, Inglaterra, Austrália, Canadá, dentre outros. Sendo que o

momento da sua aplicação ocorre em diferentes momentos processuais. Além disto, a frequência dos agressores nos programas pode se dar de forma voluntária ou obrigatória, a depender do momento da sua aplicação e da legislação do país.

Assim, espera-se que este trabalho seja um contributo para o combate a violência doméstica e sirva de reflexão para os acadêmicos e profissionais que trabalham na linha de frente da prevenção e combate da violência atual e futura, no sentido da importância que os programas de intervenção possuem na modificação do comportamento negativo do homem agressor, e, como resultado, na diminuição e cessão da violência. Isto porque se trabalhar na prevenção, proteção e intervenção das vítimas é essencial na luta contra a violência doméstica, será ainda mais necessário intervir também perante os agressores, uma vez que estes são os causadores da violência. Em suma, não basta apenas trabalhar no efeito, precisar-se-á focar também na causa, no porquê do ato violento.

Realizadas as considerações de caráter introdutório que são voltadas a dirigir a investigação, a propor uma ordem para que seja possível chegar ao resultado da pesquisa de uma forma mais organizada, bem como para delimitar o problema proposto, do que dispor de conteúdo. A partir de agora, passar-se-á a busca pelos objetivos centrais apontados que se pretendem alcançar neste estudo.

CAPÍTULO I - PANORAMA DA CONVENÇÃO DE ISTAMBUL NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS

É importante entender todas as questões que envolvem os direitos das mulheres, incluindo sua problemática no campo do Direito internacional, vez que a violência contra a mulher foi reconhecida como uma violação dos direitos humanos. Os direitos humanos têm sido discutidos em vários grupos das Nações Unidas e são matéria obrigatória quando se refere a igualdade de gênero¹.

As Nações Unidas implementaram diversos protocolos internacionais sobre a igualdade de gênero. Diante disto, percebe-se que não é apenas uma questão interna resolvida pelos governos, pois não conseguem solucionar sozinhos todos os conflitos oriundos da violência contra a mulher, consequentemente também da não igualdade de gênero, devendo-se assim socorrer-se ao plano internacional².

Os direitos de proteção do indivíduo primitivamente eram chamados direitos do homem. Após, ao serem adicionados na Constituição dos Estados, passaram a ser denominados de direitos fundamentais. Quando estes direitos fundamentais começaram a estar previstos em tratados internacionais receberam a denominação de direitos humanos. Assim, estes direitos nada mais são que a junção de "valores, de atos e de normas", que possibilitam o indivíduo ter "uma vida digna"³.

Todas as normas jurídicas externas e internas voltadas para proteger o indivíduo, como tratados, convenções, acordos, pactos internacionais, Constituição dos Estados e, por fim, suas normas infraconstitucionais são direitos humanos e devem ser respeitadas⁴.

A Constituição da República Portuguesa consagra no art. 8.º que todas "as normas e princípios de direito internacional geral ou comum fazem parte integrante do direito português"⁵, bem como estabelece o princípio da igualdade (art. 13.º), a promoção da

¹**Convenção do Conselho da Europa Para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica.** Assinada em Istambul: 11 de maio de 2011. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52016PC0109>. Acesso em: 01 jun. 2019.

²GUERRA, Paulo; GAGO, Lucilla. (orgs.) **MANUAL PLURIDISCIPLINAR – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenômeno.** Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, p. 28. Disponível em: http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/Violencia-Domestica-CEJ_p02_rev2c-EBOOK_ver_final.pdf Acesso em: 1 jun. 2019.

³OLIVEIRA, Erival da Silva [et al]. **Direitos Humanos.** 4ª ed., 12 vol., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013,p.19.

⁴ Idem.

⁵O artigo 8º também diz que: "As normas constantes de convenções internacionais regularmente ratificadas ou aprovadas vigoram na ordem interna após a sua publicação oficial e enquanto vincularem internacionalmente o Estado português; As normas emanadas dos órgãos competentes das organizações internacionais de que Portugal

igualdade entre mulheres e homens como uma das responsabilidades fundamentais do Estado e autoriza explicitamente a adoção de medidas de ação positiva (art. 9.º). Também reconhece o direito de todas as pessoas à proteção legal contra todas as formas de discriminação (art. 26.º, n.º 1), o direito de todos os trabalhadores, de qualquer sexo, no âmbito de seus direitos fundamentais, de organizar seu trabalho de modo a conciliar seus direitos, vida profissional e familiar (art. 59.º, item 1, alínea "b")⁶.

Além das Nações Unidas, a União Europeia, o Conselho da Europa, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, Organização dos Estados Ibero-americanos e a Comunidade dos países de Língua Portuguesa implantaram diversos instrumentos internacionais que protegem e combatem a violência contra a mulher em suas diversas formas. Assim quando um Estado é parte destas organizações é possível obter avanços por parte da legislação interna referente a violação dos direitos humanos do indivíduo, bem como a violência contra a mulher, tanto na esfera pública como na privada⁷.

Portugal é Estado Parte das Nações Unidas, União Europeia, Conselho da Europa, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, Organização dos Estados Ibero-americanos e da Comunidade dos países de Língua Portuguesa⁸, portanto, conforme estabelece o art. 8.º da Constituição da República Portuguesa supramencionado, deve respeitá-los.

Nesta lógica, Portugal ratificou diversos instrumentos internacionais de direitos humanos relacionados a violência contra a mulher. Dentre os instrumentos, há duas Convenções mais representativas no que tange a proteção dos direitos da mulher, dentre as quais: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres - CEDAW (ONU)⁹ e a Convenção do Conselho da Europa Para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (CoE)¹⁰, mais conhecida popularmente como Convenção de Istambul. As duas Convenções obrigam o Estado

seja parte vigoram directamente na ordem interna, desde que tal se encontre estabelecido nos respectivos tratados constitutivos(...)". PORTUGAL. [Constituição (1976)]. **Constituição da República Portuguesa**. Assembleia da República, 2019. Disponível em: <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view>. Acesso em: 09 de jun. 2019.

⁶ GUERRA, Paulo; GAGO, Lucilla. (orgs.) **Op. Cit.**, p. 28.

⁷ Ibid., p. 71-77.

⁸ Idem.

⁹ **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher**. Assinada em Nova Iorque pela Resolução nº 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 18 de fevereiro de 1979. Disponível em: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV8&chapter=4&clang=en. Acesso em 06 jun. 2019.

¹⁰ **Convenção do Conselho da Europa Para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica**. Assinada em Istambul: 11 de maio de 2011. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52016PC0109>. Acesso em: 01 de jun. 2019.

Português a proteger e combater todo e qualquer tipo de violência contra as mulheres, independentemente se a violência ocorrer em solo público ou privado¹¹.

É possível fazer também destaque a Declaração de Pequim¹², aprovada na conferência (IV Conferência Mundial - Setembro de 1995) das Nações Unidas sobre os direitos das mulheres e a igualdade. Os Governos se comprometem a por em prática a "Plataforma de Ação de Pequim", que visa garantir a perspectiva de gênero em todos os programas e políticas e tem também como base o compromisso do empoderamento feminino. O seu principal objetivo é proteger a aplicação de todos os instrumentos de direitos humanos que versam sobre as mulheres, em especial a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres - CEDAW¹³.

Graças a Plataforma de Ação de Pequim a violência doméstica, no ordenamento jurídico português, passou a ser crime público desde 2007 e em 2009 foi publicada a Lei 112/2009, de 16 de setembro¹⁴, que dispõe sobre o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e a proteção e assistência das vítimas¹⁵, por a lei ter grande relevância jurídica será abordada de maneira individual no decorrer deste estudo.

A respeito das duas convenções de maior influência, CEDAW foi adotada pela Resolução n. 34/180 da Assembleia Geral da ONU, em 18 de dezembro de 1979, sendo um marco nos esforços das Nações Unidas para alcançar a igualdade de direitos entre os gêneros.

¹¹ **Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica : Relatório Sombra Das ONG ao Comité GREVIO.** Lisboa: Plataforma portuguesa para os Direitos das Mulheres, Associação de mulheres contra a violência e Ramo Nacional do Observatório da Violência contra as Mulheres do Lobby Europeu das mulheres 2018, p. 13. Disponível em: https://plataformamulheres.org.pt/site/wpcontent/ficheiros/2018/11/Relatorio_Sombra_GREVIO_para_site.pdf. Acesso em: 1 jun. 2019.

¹² **Beijing Declaration and Platform for Action.** Pequim: Organização das Nações Unidas, 15 de setembro de 2015. Disponível em: https://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/Beijing_Declaration_and_Platform_for_Action.pdf. Acesso em: 01 jun. 2019.

¹³ **Das Palavras à Acção: um compromisso para o empoderamento das mulheres - Portugal em análise pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM) (1995-2015).** Lisboa: Plataforma portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2016, p. 22-44. Disponível em: https://plataformamulheres.org.pt/site/wp-content/ficheiros/2016/01/PpDM-beijing_pt-WEB.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

¹⁴ PORTUGAL. **Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro de 2009.** Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1138&tabela=leis. Acesso em: 6 jun. 2019.

¹⁵ Neste mesmo sentido, vide o esclarecimento a seguir: “com a aprovação da Plataforma de Acção de Pequim, em 1995, assistimos a um ponto de viragem importante. A violência contra as mulheres passou a ser considerada como uma questão prioritária ao nível mundial e reconhecida como um problema transversal. Levantou-se então o cartão vermelho a quaisquer formas de violência perpetrada contra as mulheres”. **Das Palavras à Acção: um compromisso para o empoderamento das mulheres - Portugal em análise pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM) (1995-2015).** Lisboa: Plataforma portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2016, p. 22-44. Disponível em: https://plataformamulheres.org.pt/site/wp-content/ficheiros/2016/01/PpDM-beijing_pt-WEB.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

Portugal a assinou dia 24 de abril de 1980 e a ratificou dia 30 de julho de 1980¹⁶. É um dos tratados de direitos humanos de maior transcendência e importância, por incidir na metade da população mundial. Consta de 30 artigos que promulgam princípios de igualdade universal aceitos e dispõe de medidas para conseguir que a mulher goze de direitos iguais em todas as partes dos artigos. Do art. 1.º ao 16.º, regula-se toda a esfera da atividade humana que a mulher deve ter em um plano de igualdade com o homem, tendo em conta os papéis que desempenham e os fatores culturais, como forma de acabar com a discriminação da mulher¹⁷.

A Convenção chama os Estados, entre outras medidas, a consagrar o princípio de igualdade entre homem e mulher em seus sistemas jurídicos, a revogar qualquer lei discriminatória e adotar medidas legislativas adequadas de proibição de qualquer tipo de discriminação contra a mulher por parte de pessoas, organizações e empresas. Determina também o estabelecimento de tribunais e instituições públicas para garantir a proteção efetiva contra a discriminação¹⁸.

Já a Convenção de Istambul¹⁹ foi adotada pelo Comitê de Ministros do Conselho da Europa dia 07 de abril de 2011 e aberta para assinatura dia 11 de maio de 2011. Portugal ratificou a Convenção em fevereiro de 2013²⁰.

A Convenção visa proteger as meninas e mulheres contra qualquer forma de discriminação e promover a igualdade de gênero. Os Estados são também encorajados a aplicar a convenção a outras vítimas de violência doméstica, tais como os homens, as crianças e os idosos. Portugal foi um dos primeiros Estados-membro da União Europeia a ratificar a Convenção de Istambul²¹.

A Convenção de Istambul reconhece a violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos e a categoria de gênero como socialmente construída. Exige dos Estados a promoção na mudança do comportamento sociocultural, formação de profissionais que

¹⁶ **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher**. Assinada em Nova Iorque pela Resolução nº 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 18 de fevereiro de 1979. Disponível em: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtidsg_no=IV8&chapter=4&clang=en. Acesso em 06 jun. 2019.

¹⁷ Idem.

¹⁸ A Convenção entrou em vigor dia 03 de setembro de 1981 e até o ano de 2018 cento e oitenta e nove estados haviam a ratificado. No ano de 2000 foi assinado o Protocolo Facultativo para sua aplicação. RODRÍGUEZ, Irma Nicasio. **Manual de metodología de investigación: aplicada a las ciencias sociales y con perspectiva de género**. República Dominicana: Instituto Tecnológico de Santo Domingo, 2015 e RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 6.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 279-288.

¹⁹ **Convenção do Conselho da Europa Para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica**. Istambul, Turquia, em 11 de maio de 2011. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52016PC0109>. Acesso em: 06 de jun. 2019.

²⁰ Idem.

²¹ Ibid., p. 50-52.

trabalhem com as vítimas e inclusão de materiais de ensino no currículo escolar sobre questões de igualdade de gênero²². Além disso, condena todas as formas de violência contra a mulher e a violência doméstica, bem como identifica a igualdade de gênero como um elemento chave na prevenção da violência contra a mulher²³.

No que se refere à proteção, a Convenção tem como finalidade garantir a segurança das vítimas por meio do serviço de apoio especializado, aconselhamento psicológico e jurídico, abrigos em número suficiente e linhas telefônicas de atendimento 24 horas. Portanto, a intenção é focar na centralidade da vítima. Nessa linha, definiu-se também que o processamento judicial deve assegurar a criminalização e o acesso a medidas de proteção durante uma investigação²⁴.

Dentre as principais determinações impostas pela Convenção de Istambul, observa-se:

Todos os Estados Parte possuem obrigações gerais estabelecidas nos artigos. 12.º, 27.º e 28.º voltadas a prevenção e a denúncia da violência contra a mulher por qualquer pessoa ou pelos profissionais que a testemunhem e tenham motivos para pensar que algum tipo de violência possa acontecer. Assim, a denúncia deve ser feita a autoridades competentes ou junto às organizações²⁵.

Determina também no âmbito do art. 16.º a implementação de programas preventivos, de intervenção e de tratamento aos indivíduos que cometem este tipo de violência, no sentido de ressocializar e reintegrar as vítimas na sociedade²⁶.

O art. 41.º também é de grande notabilidade, pois trata da punição legislativa às pessoas que auxiliam ou instigam à prática das infrações previstas na Convenção nos artigos 33.º a 39.º numa perspectiva de criminalizar a ajuda, a cumplicidade e também a tentativa em infrações desta natureza²⁷.

²² **Convenção do Conselho da Europa Para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica**. Istambul, Turquia, em 11 de maio de 2011. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52016PC0109>. Acesso em: 6 jun. 2019.

²³ A Convenção distingue em seu artigo 3.º a "violência contra as mulheres", "violência doméstica", "gênero" e "violência contra as mulheres baseada no gênero", o que se verá mais adiante. Idem.

²⁴ Para uma maior compreensão vide os artigos 7º, n.º 2; 18º, n.º 1; 25º; 26º; 31º; 50º; 53º, e 56º da Convenção de Istambul. **Convenção do Conselho da Europa Para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica**. Istambul, Turquia, em 11 de maio de 2011. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52016PC0109>. Acesso em: 6 jun. 2019.

²⁵ Idem. No mesmo sentido, CONSELHO DA EUROPA. **Convenção do Conselho da Europa Para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica – Convenção de Istambul: Livre do Medo, Livre da Violência**. [s.l.]. Disponível em: <https://rm.coe.int/1680685fcb>. Acesso em: 6 jun. 2019.

²⁶ Idem. Idem.

²⁷ Idem. Idem.

O art. 44.º merece destaque pelo fato de determinar que os Estados Parte devem criar medidas necessárias que estabeleçam a sua jurisdição com relação a todas as infrações que estão consagradas na Convenção de Istambul, toda vez que as infrações sejam cometidas: "a) no seu território; ou b) a bordo de um navio que arvore a sua bandeira ; ou c) a bordo de uma aeronave registrada em conformidade com o respectivo direito; ou d) por um dos seus nacionais; ou e) por uma pessoa que resida habitualmente no seu território"²⁸.

Do mesmo modo, os Estados Parte ficam responsáveis por adotarem sanções e medidas legislativas (art. 45.º) fundamentais que façam as infrações postas na presente Convenção serem punidas da melhor forma possível, tendo em conta a gravidade dos fatos²⁹.

Inclusive, decidem que por mais que a vítima não apresente denúncia ou queixa, ou ainda que faça, as retire, deve ser (a depender do caso) instaurado procedimento *ex officio* (art. 55.º). Além de que, o prazo para prescrição (art. 58.º) da instauração de qualquer procedimento judicial relativamente as infrações previstas na Convenção de Istambul (violência sexual, incluindo violação; casamento forçado; mutilação genital feminina; aborto forçado e esterilização forçada) devem coincidir com a duração suficiente e proporcional à gravidade da infração em causa³⁰.

Por fim, a Convenção de Istambul abrange as seguintes infrações penais: violência doméstica (física, sexual, psicológica ou econômica); perseguição (art. 34.º); violência sexual, incluindo violação (art. 36.º); assédio sexual (art. 40.º), casamento forçado (art. 37.º); mutilação genital feminina (art. 38.º); aborto forçado e esterilização forçada (art. 39.º)³¹.

No que diz respeito à monitorização da implementação das determinações impostas pela Convenção de Istambul, esta é realizada pelo Grupo de peritos sobre o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica (GREVIO), um órgão de peritos independentes, e pelo Comitê das Partes, um órgão político composto por representantes oficiais dos Estados Parte da Convenção. Ambos os órgãos devem apresentar um relatório periódico contendo as medidas legislativas ou outras implementadas. As suas conclusões e recomendações ajudarão a assegurar o respeito da Convenção pelos Estados, a fim de garantir a sua eficácia à longo prazo³².

Em suma, a Convenção de Istambul exige dos Estados prevenção, proteção, processamento judicial e políticas integradas. Isto posto, restam agora duas perguntas a serem

²⁸Idem. Idem.

²⁹Idem. Idem.

³⁰Idem. Idem.

³¹Idem. Idem.

³²Idem. Idem.

respondidas: Portugal implementou alguma das determinações estabelecidas pela Convenção de Istambul no seu direito interno? Se sim, quais foram?

Com relação a primeira e a segunda pergunta, a resposta é afirmativa.

Com o advento da Convenção, Portugal passou a implementar no direito interno determinações impostas pela Convenção de Istambul, introduzidas por meio da Lei n.º 83/2015, de 5 de agosto. A Lei acrescentou dois novos crimes ao Código Penal (CP) quais sejam: perseguição (art. 154.º - A) e casamento forçado (art. 154.º-B), também a mutilação genital feminina passou a ser um crime autónomo e de âmbito mais alargado (art. 144.º -A)³³.

Em relação ao casamento forçado, os chamados “atos preparatórios” são agora também criminalizados e previstos de forma independente (art. 154.º- C do CP). A legislação alterou também os termos do art. 164.º do CP que criminaliza a violação, o art. 163.º do CP (Coação sexual) e, por último, o art. 170.º do CP (Importunação sexual)³⁴.

Ao analisar estes artigos, conclui-se que todos assumem uma neutralidade em razão do gênero, sendo que apenas o artigo que trata da mutilação genital feminina (art. 144.º- A) faz menção expressa ao gênero feminino.

Respondidas as duas perguntas feitas, faz-se necessário a partir de agora abordar cada uma destas inclusões e alterações de uma forma breve.

O crime de perseguição³⁵ consagrado no Código Penal³⁶, é conhecido popularmente como "stalking"³⁷. Este crime ocorre quando o agente invade diversas vezes a vida privada de uma pessoa, empregando maneiras de perseguição, como por exemplo, ligar repetidamente, enviar inúmeros SMS, "dar gostos" em todas as fotos da vítima e comentar em todas as suas redes sociais. A primeira lei voltada a este assunto surgiu nos Estados Unidos, no Estado da

³³PORTUGAL. **Lei n.º 83/2015, de 05 de agosto de 2015**. Autonomiza o crime de mutilação genital feminina, criando os crimes de perseguição e casamento forçado e alterando os crimes de violação, coação sexual e importunação sexual, em cumprimento do disposto na Convenção de Istambul. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?tabela=leis&nid=2381&pagina=1&ficha=1. Acesso em: 6 jun. 2019.

³⁴Idem.

³⁵A fonte da disposição é o artigo 34.º da Convenção de Istambul.

³⁶PORTUGAL. **DL n.º 48/95, de 15 de Março**. Código Penal. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=109&tabela=leis. Acesso em: 15 jun. 2019.

³⁷"A natureza quase romantizada que estes contactos iniciais parecem assumir provocam alguma confusão na vítima, que poderá ter dificuldade em reconhecer o risco associado a este tipo de comportamentos e/ou em demonstrar de forma clara que este tipo de condutas lhe causa desconforto ou incómodo (inclusive para não ferir ou melindrar os sentimentos do/a autor/a destes comportamentos). No entanto, e quando o/a autor/a dos comportamentos de assédio persistente percebe que a vítima não está interessada na sua aproximação ou nos presentes que lhe são enviados, os comportamentos de assédio podem tornar-se intimidatórios, perigosos e cada vez mais assustadores". Cfr. *Levar o Stalking a Sério: Comportamentos de Stalking - Assédio Persistente*. **APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima**, 2013. Disponível em: <https://apav.pt/stalking/index.php/features>. Acesso em: 13 jun. 2019.

Califórnia, em 1990, após ter ocorrido alguns homicídios de atrizes por possuírem alguns fãs perseguidores³⁸.

De acordo com as autoras Marlene Matos, Helena Grangeia, Célia Ferreira e Vanessa Azevedo este tipo de crime normalmente ocorre quando o *stalker* é "ex parceiro íntimo da vítima", desde que haja violência pré-existente na relação. Por outro lado, nos casos em que o *stalker* não conhece a vítima, é comum que estas sejam figuras públicas³⁹.

Para Paulo Pinto de Albuquerque o bem jurídico afetado neste caso é a "liberdade de decisão e ação de outra pessoa"⁴⁰. Sendo assim, é um crime de perigo abstrato-concreto e de mera conduta, ou seja, independe de dano ou de perigo concreto. E o tipo objetivo consiste na perseguição ou assédio de outra pessoa de modo reiterado⁴¹.

A autora espanhola, Carolina Estiarte corrobora com Paulo Albuquerque ao dizer "el stalking supone siempre un atentado contra la libertad de obrar de la víctima, tanto en aquellos supuestos en que la conducta del stalker resulta amenazante, cuanto en aquellos otros en que estan insidiosa que afecta al desarrollo vital de la persona"⁴².

De acordo com o autor Mario Ferreira Monte, o crime de perseguição entrou no Código Penal, pois o crime de ameaça tipificado no art. 153.º não estava sendo suficiente para a caracterização do crime de perseguição. Para configurar o crime de ameaça precisa-se de uma prática contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual ou bens patrimoniais de considerável valor e com menor sanção. Com a introdução do crime de perseguição as exigências para a imputação são menores e a sanção é maior⁴³.

³⁸A título de curiosidade os primeiros estudos sobre "stalking" em Portugal foram realizados na Universidade do Minho em 2007, através de um grupo de investigação chamado GISP. FEITOR, Sandra Inês. **Bullying como forma de Stalking**. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa[S.l], 2012. p 1-2. Disponível em: <https://www.fd.unl.pt/anexos/6907.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

³⁹MATOS, Marlene; GRANJEIA, Helena; FERREIRA, Célia; AZEVEDO, Vanessa. **Stalking: boas práticas no apoio à vítima. Porto: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género**. Manual para profissionais. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2011. p. 37. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/30937/1/STALKING.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

⁴⁰ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de. **Comentário do Código Penal: à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem**. 3ª ed. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2015, p.609.

⁴¹Idem.No Brasil este tipo de crime é considerado como crime de dano, então apenas pode ser punido se o stalker realmente causar dano à vítima, o que não deveria acontecer, seria mais adequado caracterizar também como crime de perigo abstrato. FEITOR, Sandra Inês. **Bullying como forma de Stalking**. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa[S.l], 2012. p 1-2. Disponível em: <https://www.fd.unl.pt/anexos/6907.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

⁴²ESTIARTE, Carolina Villacampa. La respuesta jurídico-penal frente al stalking en España: Presente y Futuro. In: **Revista del Instituto University. de Investigación en Criminología y Ciencias Penales de la UV**. 2010. p 41. Disponível em: <https://www.uv.es/recrim/recrim10/recrim10a03.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

⁴³MONTE, Mario Ferreira. Mutilação Genital, Perseguição (stalking) e Casamento Forçado: Novos Tempos, Novos Crime - Comentários à Margem da Lei 83/2015, de 5 de Agosto. 2016. In: **Julgar**, nº 28, 2016.

Além disso, o crime de perseguição estava antes preexistente nos delitos de coação (art. 154.º do CP), difamação (art. 180.º do CP), injúrias (art. 181.º do CP), perturbação da vida privada (art. 190.º do CP), devassa da vida privada (art. 192.º, n.º 1, do CP), devassa por meio de informática (art. 193.º do CP), violação de correspondência ou de telecomunicações e de gravações (art. 194.º CP) e fotografias ilícitas (art. 199.º CP)⁴⁴.

Por outro lado, pela moldura penal do crime de perseguição ser de até três anos, ficam proibidas as medidas impostas pelos arts 200º (proibição e imposição de condutas), 202º (prisão preventiva) e 203º (violação das obrigações impostas) do Código de Processo Penal⁴⁵.

Neste seguimento, a professora Inês Ferreira Leite destaca que o crime de perseguição "resolve-se com medidas coativas instantâneas, que imponham um afastamento imediato do agressor", assim "a incriminação deste tipo de crime poderá ser pouco útil, uma vez que não foi alterado, em simultâneo, o Código de Processo Penal"⁴⁶.

Relativamente ao casamento forçado⁴⁷ (tradição cultural em muitos países), ocorre quando uma das partes não deseja casar-se e a sua família impõe, utilizando-se de ameaça, coerção e privação de liberdade. O matrimónio forçado foi identificado como uma manifestação de violência de género e doméstica na atuação dos organismos internacionais. Estes reconhecem que as práticas tradicionais, entre as quais o casamento forçado, são nocivas à mulher e é uma forma de discriminação a ela⁴⁸.

p. 83. Disponível em: <http://julgar.pt/wp-content/uploads/2016/01/04-Novos-crimes-2015-M%C3%A1rio-F-Monte.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

⁴⁴ CRUZ, Rita Braga da. O crime de perseguição e a Convenção de Istambul. In: CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da (Coord). **Combate à Violência de Género: da Convenção de Istambul à nova legislação penal**. Porto: Universidade Católica, 2016, p. 94-95.

⁴⁵ PORTUGAL. **DL n.º 78/87, de 17 de Fevereiro**. Código de Processo Penal Português. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=199&tabela=leis. Acesso em 13 jun. 2019.

⁴⁶ LEITE, Inês Ferreira. Crimes Novos, Lei Nova. In: **Capazes**, 2015. Disponível em: <https://www.capazes.pt/cronicas/crimes-novos-lei-nova-por-ines-ferreira-leite/>. Acesso em: 13 Jun. 2019.

⁴⁷ A fonte da disposição deste crime é o art. 37.º, n.º 1, da Convenção de Istambul.

⁴⁸ "Las víctimas de los matrimonios forzados son tanto mujeres como hombres, pero en mayor medida se trata de mujeres y niñas, además de ser un fenómeno con un impacto diferencial de género. Las mujeres son depositarias del honor y de la honra de la familia, por lo tanto, la presión de las familias y comunidades será mayor para que acepten el matrimonio concertado. Además generalmente ellas pasan a formar parte de la familia del marido, se les exige el cumplimiento de los roles de género como madres y esposas, y, si se rebelan, tendrán más posibilidades de ser víctimas de otras formas de violencia de género, como el maltrato físico, emocional, la violencia sexual, etc. De ahí que se exija su consideración como una forma de violencia de género, y no como un problema de una sociedad multicultural, ni un delito ligado a cuestiones migratorias". GONZÁLEZ, Noelia Igareda. Matrimonios Forzados: ¿Otra Oportunidad para el Derecho Penal Simbólico? In: **InDret – Revista Para El Análisis del Derecho**. Barcelona, nº 1, jan. 2015, p. 5. Disponível em: <http://www.indret.com/pdf/1101.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019. No mesmo sentido, GODINO, Anna Ordóñez. **Un Análisis Sobre los Matrimonios Forzados: de la tradición a la ilegalidad**. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, 2014, p. 19-24. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/tfg/2014/119126/TFG_aordonezgodino.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019 e BARREALES, Maria A. Trapero. **El Matrimonio Forzado: ¿Una Tipificación Específica Necesaria?** [s. l.]

Para Paulo Pinto de Albuquerque, o bem jurídico afetado é a liberdade de decisão e ação de outra pessoa⁴⁹.

A inclusão deste crime obteve grande ampliação no que tange aos atos preparatórios. A título de exemplo imagine que Fulana foi instigada a morar em outro estado com promessa de emprego (ou qualquer outra ação necessária que atraia a vítima) e, ao chegar ao local de destino, percebeu-se que era, na verdade, uma emboscada para contrair um casamento forçado com um rapaz nunca antes visto. Por mais que este casamento não seja realizado, a mera "atração" (comportamento enganador ou fraudulento) é suficiente para caracterizá-lo, conforme o art. 154.º do CP. A criminalização deste tipo de conduta é um grande avanço por parte dos direitos das mulheres⁵⁰.

O artigo 118.º, n.º 5 do CP estabelece que nos crimes que violam a liberdade e autodeterminação sexual de menores, bem como no crime de mutilação genital feminina, o procedimento criminal não se extingue por conta da prescrição antes de o ofendido completar 23 (vinte e três) anos⁵¹.

Nos crimes de perseguição e casamento forçado há uma agravação quando os fatos forem realizados, por meio de ameaça; contra pessoa particularmente indefesa, em razão da idade, deficiência, doença ou gravidez; por funcionário com grave abuso de autoridade, dentre outras circunstâncias previstas no art. 155.º do CP⁵².

Em relação a mutilação genital feminina (MGF), de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), compreende todos os procedimentos que envolvem a remoção parcial ou total dos órgãos genitais femininos externos ou outras lesões nos órgãos genitais femininos por razões não médicas⁵³.

Ainda, de acordo com a OMS, a mutilação genital feminina é classificada em 4 (quatro) tipos principais⁵⁴.

Tipo 1: Muitas vezes chamada de clitoridectomia, é a remoção parcial ou total do clitóris (uma pequena parte sensível, erétil dos órgãos genitais femininos) e, em casos muito raros, apenas o prepúcio (a dobra da pele ao redor do clitóris).

2012, p. 1-2. Disponível em: <https://docplayer.es/6735782-El-matrimonio-forzado-una-tipificacion-especifica.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

⁴⁹ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de. **Op. Cit.**, p. 610.

⁵⁰ PORTUGAL. **DL n.º 48/95, de 15 de Março**. Código Penal. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=109&tabela=leis. Acesso em: 15 jun. 2019.

⁵¹ Idem.

⁵² Idem.

⁵³ Female Genital Mutilation. **World Health Organization**. Nova Iorque, 31 de jan. 2018. Disponível em: <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/female-genital-mutilation>. Acesso em: 15 jun. 2019.

⁵⁴ Idem.

Tipo 2: Geralmente chamada de excisão, é a remoção parcial ou total do clitóris e dos pequenos lábios (as dobras internas da vulva), com ou sem excisão dos grandes lábios (as dobras externas da pele da vulva) .

Tipo 3: Geralmente chamado de infibulação, é o estreitamento da abertura vaginal através da criação de um selo de cobertura. O selo é formado cortando e reposicionando os pequenos lábios, ou grandes lábios, às vezes através da costura, com ou sem remoção do clitóris (clitoridectomia).

Tipo 4: inclui todos os outros procedimentos prejudiciais à genitália feminina para fins não médicos, por exemplo picando, perfurando, incisando, raspando e cauterizando a área genital.

A Associação de Apoio à vítima (APAV), em Portugal, alerta que "em regra a prática da MGF ocorre durante festividades culturais e é frequentemente efectuada com recurso a lâminas e outros instrumentos não esterilizados"⁵⁵. Esta prática pode acarretar à vítima "dores intensas, hemorragias, infecções, dificuldades na eliminação da urina, fezes e fluxo menstrual, complicações nos partos, dificuldades e dor nas relações sexuais, para além de severas consequências"⁵⁶.

Diante do explanado, a MGF se apresenta como uma violação grave dos direitos humanos das mulheres e crianças, o que se traduz em uma discriminação de gênero. A depender do caso, pode-se provocar até a morte da vítima⁵⁷.

Note-se que o bem jurídico protegido neste caso é a genitália feminina, sendo um crime de dano quanto ao bem jurídico e de resultado quanto ao objeto da ação⁵⁸.

A MGF é uma incriminação autônoma num contexto de violência contra as mulheres baseada no gênero, mas em determinados países é normalmente praticada diante da forte pressão social, religiosa e até mesmo cultural. Esta prática é realizada em cerca de 30 (trinta) países do continente Africano. De acordo com a OMS estima-se que este costume (leia-se

⁵⁵Mutilação GenitalFeminina. APAV.Lisboa,2014. Disponível em:<https://www.apav.pt/uavmd/index.php/pt/intervencao/mutilacao-genital-feminina>. Acesso em: 15 Jun. 2019.

⁵⁶Idem.

⁵⁷LEITÃO, Helena Martins. A mutilação genital feminina à luz do Direito Penal português : da necessidade de alteração do seu regime legal. In: **Revista do Ministério Público**. Lisboa: Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.A. 34, n.º 136, out.-dez. 2013,p 100. A OMS complementa: A MGF é reconhecida internacionalmente como uma violação dos direitos humanos de meninas e mulheres. Reflete uma profunda desigualdade entre os sexos e constitui uma forma extrema de discriminação contra as mulheres. É quase sempre realizada em crianças e adolescentes e é uma violação dos direitos das crianças. A prática também viola os direitos de uma pessoa à saúde, segurança e integridade física, o direito de estar livre de tortura e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, e o direito à vida quando o procedimento resultar em morte. Female Genital Mutilation. **World Health Organization**. Nova Iorque, 31 de jan. 2018.Disponível em:<https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/female-genital-mutilation>. Acesso em: 15 jun. 2019.

⁵⁸ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de. **Op. Cit.**, p. 563 e LEITÃO, Helena Martins. **Op. Cit.**, p. 113-114.

costume, por ser uma prática reiterada de forma generalizada e prolongada nestes países) tenha acometido de 100 (cem) a 140 (cento e quarenta) milhões de meninas e mulheres no mundo todo⁵⁹. Em regra ocorre entre meninas de 0 a 15 anos, porém a prática pode ser realizada também em mulheres adultas e casadas⁶⁰.

Há diversos motivos para a realização da MGF, algumas sociedades acreditam que as crianças do sexo feminino não se tornam mulheres se não se submeterem a esta prática. É necessária para a educação de uma menina e para preparação para a sua vida adulta, sendo uma crença comum. Crença esta no sentido de que crianças que não são "excisadas" possuem um desejo sexual grande e, conseqüentemente, não conseguirão segurar a sua virgindade até o matrimônio⁶¹.

Devido a grande pressão social, muitas meninas e mulheres pedem para passar pelo procedimento. Ademais, por conta do machismo, quase a totalidade dos homens apenas casam-se com meninas e mulheres que tenham se submetido a prática. No que tange a religião, muitas comunidades associam a MGF como um feito religioso⁶².

Estima-se que este tipo de ato é usual em mais de 40 (quarenta) países, como Austrália, Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Europa (Reino Unido, Holanda, Itália, França, Suécia, Dinamarca), Emirados Árabes Unidos, algumas áreas da Arábia Saudita e Mauritânia, Bahrain, Qatar, Oman, Iémen, Indonésia, Malásia, e Paquistão, como também em algumas comunidades muçulmanas, dentre outros diversos países⁶³.

Em um relatório realizado em Portugal de nome "Mutilação Genital Feminina: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação", em março de 2015, referente a um projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e desenvolvido por uma equipa do CESNOVA/CICS.NOVA da Faculdade de Ciências Sociais

⁵⁹Female Genital Mutilation. **World Health Organization**. Nova Iorque, 31 de jan. 2018. Disponível em: <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/female-genital-mutilation>. Acesso em: 15 jun. 2019.

⁶⁰Eliminação da Mutilação genital Feminina: declaração conjunta OHCHR, ONUSIDA, PNUD, UNECA, UNESCO, UNFPA, ACNUR, UNICEF, UNIFEM, OMS. Edição OMS/APF. **Organização Mundial da Saúde**. 2008. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43839/9789241596442_por.pdf;jsessionid=E427513403F255C8D03030C53AE5F9C2?sequence=3 e CASTRO, José Luís; TEIXEIRA, Sara. **Mutilação Genital Feminina: Manual de procedimentos para Comissões de Proteção de Crianças e Jovens**. Lisboa: Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, 2014. Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/Mutilacao_genital_feminina_manual_procedimentos_CPCJ.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

⁶¹LISBOA, Manuel et al. **Mutilação Genital Feminina: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação Relatório Final**. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015, p. 28-29. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2015/07/Estudo-preval%C3%Aancia-MGF-finalpp.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

⁶²Ibid, p. 26 e OLIVEIRA, Filipa Andreia Vagos. Mutilação Genital Feminina: Cultura ou Crime? In: **Psicologia - O Portal dos Psicólogos**. Aveiro, 17 de fevereiro de 2013, p. 1-4. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0671.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

⁶³LISBOA, Manuel et al. **Op. Cit.**, p. 28-29.

e Humanas da Universidade Nova de Lisboa constatou que há cerca de 5.246 (cinco mil duzentos e quarenta seis) mulheres em idade fértil que poderão ter sido submetidas à prática de MGF. "Ao ter em conta todas as mulheres com mais de 15 anos, esse valor sobe para os 6.576, o que corresponde a 49% do número de mulheres residentes no território português nascidas em países praticantes", sendo que nas cidades de Lisboa, Setúbal, Faro e Porto são aqueles que apresentam um maior peso de mulheres provenientes de países identificados como praticantes, no total, representam 91% das que residem em território nacional⁶⁴.

Sobre o crime de violação, os sujeitos ativos e passivos podem ser pessoas de qualquer género, não importando a idade. De acordo com o art. 177º, n.º 6 e 7 do CP, as penas são agravadas de um terço, se a vítima for menor de 16 anos e agravada em metade se a vítima for menor de 14 anos⁶⁵.

Não há mais diferença entre os crimes de violação e assédio sexual (o referido no parágrafo acima sobre o art. 177º também se encaixa no crime de "coação sexual"), assim sendo, todos os atos sexuais passam a ser considerados "coação sexual" ou "violação", a depender do ato perpetrado em face da vítima. Com a alteração, o Ministério Público pode iniciar o processo, mesmo sem a vítima ter apresentado queixa, por mais que sejam semipúblicos⁶⁶.

Nesta prática de crime, a legislação portuguesa, não faz menção expressa no tipo legal referente a falta de consentimento como fator determinante para a caracterização deste crime, conforme determina a Convenção de Istambul em seu art. 36º, n.º 2 ao dizer que o consentimento deve ser dado de forma voluntária e livremente, e avaliado no contexto de cada caso⁶⁷.

É de repercussão notória que na grande maioria das vezes os crimes sexuais acarretam grande dificuldade de produção de prova, vez que ocorrem em lugares sem testemunha. Por este grande motivo, a Convenção de Istambul valorizou a questão do não consentimento

⁶⁴ LISBOA, Manuel et al. **Op. Cit.**, p. 41-47.

⁶⁵ LEITE, Inês Ferreira. Crimes Novos, Lei Nova. In: **Capazes**, 2015. Disponível em: <https://www.capazes.pt/cronicas/crimes-novos-lei-nova-por-ines-ferreira-leite/>. Acesso em: 13 Jun. 2019 e PORTUGAL. **DL n.º 48/95, de 15 de Março**. Código Penal. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=109&tabela=leis. Acesso em: 13 jun. 2019.

⁶⁶ Idem. Confira também artigo 178º, nº 2, do Código Penal. PORTUGAL. **DL n.º 48/95, de 15 de Março**. Código Penal. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=109&tabela=leis. Acesso em: 15 jun. 2019.

⁶⁷ **Convenção do Conselho da Europa Para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica**. Assinada em Istambul: 11 de maio de 2011. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52016PC0109>. Acesso em: 15 jun. 2019.

como meio suficiente para a caracterização do delito. O artigo 36.º diz exatamente que o não consentimento da vítima é fato determinante para a punição do agente⁶⁸.

Como resultado, o bem jurídico tutelado pela Convenção de Istambul nada mais é que a liberdade sexual, ou seja, o que criminaliza são atos sexuais praticados em face de uma pessoa contra a sua vontade⁶⁹. Atualmente é a mesma concepção do Código Penal Português⁷⁰.

No Código Penal português antes da reforma de 1995 o bem jurídico tutelado era a liberdade e autodeterminação sexual, independentemente do gênero, sendo que estavam protegidos constitucionalmente pelos artigos 25.º (direito à integridade pessoal) e 26.º (outros direitos pessoais) da CRP⁷¹.

Para a autora Inês Ferreira Leite atualmente o único bem jurídico tutelado também é a liberdade sexual e defende que não se pode separar a definição de autodeterminação com a de liberdade. As duas andam juntas, já que sem autodeterminação (ação ou resultado de decidir por si mesmo) não existe liberdade. Nessa linha, a autodeterminação corresponde "ao processo de formação de uma vontade que deverá ser livre, esclarecida e autêntica, sendo uma componente indispensável e parte integrante da própria ideia de liberdade"⁷².

Canotilho e Vital Moreira, defendem que o direito à integridade pessoal consagrado no art. 25.º da CRP abarca a integridade moral e física, sendo um direito pessoal irrenunciável e inatingível, diferentemente dos casos em que há consentimento. Já o art. 26.º trata de outros direitos pessoais amplos, diversos, protetores dos direitos de personalidade, dentre os quais encontra-se, inclusive, o direito ao desenvolvimento da personalidade⁷³. Isto faz com que esteja abrangido no crime de violação a proteção do bem jurídico liberdade e, consequentemente, o da liberdade sexual⁷⁴.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de. **Op. Cit.**, p. 654 e CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da. Do dissentimento à falta de capacidade para consentir. In: **Combate à Violência do Género – Da Convenção de Istambul à nova legislação penal**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2016, p. 133.

⁷⁰ CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da. **Op. Cit.**, p. 133.

⁷¹ DIAS, Jorge de Figueiredo. Nótula antes do artigo 163º do Código Penal. In: **Comentário Conimbricense do Código Penal. Parte Especial**. Tomo I, artigos 131º a 201º. 2ª Edição, Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 708-713.

⁷² LEITE, Inês Ferreira. Tutela penal da liberdade sexual. In: **Revista Portuguesa de Ciência Criminal**, Lisboa: ano 21, nº 1, jan.-mar., 2011, p.40-41.

⁷³ CANOTILHO, J.J.Gomes; MOREIRA, VITAL. **Constituição da República Portuguesa anotada**. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, vol. 1, 2014, p. 454-461.

⁷⁴ No mesmo sentido, MOREIRA, Vânia Pereira. **O crime de violação à luz do bem jurídico liberdade sexual: Reflexões acerca da alteração ao nº2 do artigo 164º do Código Penal**. Dissertação (Mestrado em Direito Criminal). Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2016, p. 45. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/21394/1/TESE%20COMPLETA%201.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2019.

Nesta ocasião, se a CRP consagra estes bens como essenciais, a proteção do bem jurídico não seria mais efetiva se a falta de consentimento estivesse expressa no tipo penal da violação? A falta de norma expressa pode resultar dúvidas por parte do judiciário, da doutrina e da sociedade. Com a alteração introduzida, Portugal deu um grande passo na efetiva criminalização do crime, entretanto, parece mais adequado a substituição de constrangimento ao ato sexual por falta de consentimento para não restar dúvidas por parte dos aplicadores da lei.

Possui o mesmo entendimento a autora Vânia Moreira e acrescenta que "apesar de considerar que o constrangimento à prática de ato sexual deve ocorrer através de um meio típico de coação, Figueiredo Dias reconhece que um ato sexual não consentido implica sempre uma limitação da liberdade sexual"⁷⁵.

Muñoz Conde diz inclusive que por a liberdade sexual ser um dos bens jurídicos mais importantes carece de uma proteção legal efetiva, clara e específica⁷⁶.

Para mais, Tereza Beleza faz uma excelente analogia entre o crime de violação de domicílio ou perturbação da vida privada (art. 190.º do CP) com o crime de violação⁷⁷. O crime de violação de domicílio ou perturbação da vida privada diz que "quem, sem consentimento, se introduzir na habitação de outra pessoa ou nela permanecer depois de intimado a retirar-se é punido com pena de prisão"⁷⁸. Assim, no tipo penal em análise, está claro que a falta de consentimento é suficiente para a caracterização do delito. Ambos os crimes protegem um bem pessoal valioso. Desse modo, não faz sentido um tipo penal conter expressamente "a falta de consentimento" suficiente para a configuração do delito e o outro não⁷⁹.

De acordo com a Amnistia Internacional aproximadamente nove milhões de mulheres na União Europeia foram violadas antes de terem 15 anos, "a falta de reconhecimento legal de que o sexo sem consentimento é violação alimenta a perceção de que é responsabilidade das mulheres protegerem-se a si mesmas de violação. Estas atitudes são perigosas e têm de

⁷⁵Idem.

⁷⁶CONDE, Francisco Muñoz. **Derecho Penal - Parte Especial**. 18º Edición, revisada y puesta al día, Valencia: Tirant lo blanchlibros, 2010, p. 216-217.

⁷⁷BELEZA, Teresa Pizarro. Consent as Simple as Tea: notas sobre a relevância do dissentimento nos crimes sexuais, em especial na violação". In: **Combate à Violência do Género – Da Convenção de Istambul à nova legislação penal**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2016, p. 22.

⁷⁸PORTUGAL. **DL n.º 48/95, de 15 de Março**. Código Penal. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=109&tabela=leis. Acesso em: 13 jun. 2019.

⁷⁹BELEZA, Teresa Pizarro. **Op. Cit.**, p. 22.

mudar"⁸⁰. A Inglaterra, País de Gales, Escócia, Irlanda do Norte e a República da Irlanda, Bélgica, Chipre, Luxemburgo, Alemanha e Islândia, possuem o não consentimento como caracterizador do delito, "mas os restantes países europeus estão muito para trás, com as suas leis penais a definirem ainda a violação com base no uso de força física ou ameaça, coerção ou a incapacidade de autodefesa". Portugal também é um dos países que ainda não definiu a violação com base no consentimento⁸¹.

A Comissão Europeia sobre violência de gênero, em 2016, em uma breve pesquisa constatou que "um terço das pessoas inquiridas consideram que relações sexuais sem consentimento podem ser justificáveis “em algumas circunstâncias””⁸². Como por exemplo, por motivos de embriaguez, sob o efeito de drogas ou por usarem roupas inapropriadas⁸³.

Conforme posiciona a autora Inês Ferreira Leite antigamente as mulheres não tinham vozes, força para decidirem sobre a sua sexualidade, portanto, a questão do consentimento acabava por não ser relevante. A sociedade por muitas das vezes deduzia que se a mulher estava usando roupas curtas, em lugares inapropriados, se eram casadas, prostitutas, dentre outras situações análogas acabavam por deixar implícito o consentimento, por mais que alegassem que não. A autora frisa que "o consentimento tem de ser dado no momento da relação sexual e manter-se ao longo de toda a relação", e, logo acrescenta, "o consentimento tem de ser dado para cada ato sexual e para cada momento em que se quer ter sexo", bem como "o consentimento tem de ser mesmo dado. Não pode ser presumido, designadamente, a partir da roupa que vestimos ou dos locais que frequentamos"⁸⁴.

⁸⁰BLÚS, Anna. Sexo Sem Consentimento é Violação Mas só Nove Países Europeus o Reconhecem na Lei. **Amnistia Internacional - em defesa dos direitos humanos**. Lisboa, 5 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.amnistia.pt/sexo-sem-consentimento-e-violacao-mas- apenas-nove-paises-europeus-o-reconhecem-na-lei/>. Acesso em: 1 jul. 2019.

⁸¹A Amnistia ainda relata "A definição legal de violação com base na ausência de consentimento não é nova nem inaudita. É um reconhecido padrão internacional de direitos humanos. A Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica – Convenção de Istambul – largamente aclamada como o mais abrangente enquadramento legal para resolver a violência contra mulheres e raparigas, vincula os signatários a criminalizarem todos os atos sem consentimento de natureza sexual. Apesar de a Convenção de Istambul ter sido ratificada por mais de vinte Estados europeus, a maioria deles ainda não fizeram as reformas devidas às suas definições legais de violação". Idem.

⁸²Idem.

⁸³"Com o movimento #MeToo, as vozes das mulheres estão a ser ouvidas como provavelmente nunca o foram. Mas não recai apenas nos ativistas fazer pressão por mudanças. Viver livre de violação é um direito humano. É mais do que chegada a hora de os Estados assumirem a sua responsabilidade e tomarem a iniciativa de reconhecer na lei que o sexo sem consentimento é violação". Idem.

⁸⁴LEITE, Inês Ferreira. Ela estava mesmo a pedi-las. In: **Capazes**. Lisboa, 2015. Disponível em: <https://www.capazes.pt/cronicas/ela-estava-mesmo-a-pedi-las-por-ines-ferreira-leite/view-all/>. Acesso em 30 jun. 2019 e LEITE, Inês Ferreira. Não é Não! Será Assim Tão Difícil Provar uma Violação? In: **Capazes**. Lisboa, 2015. Disponível em: <https://www.capazes.pt/cronicas/nao-e-nao-sera- assim-tao-dificil-provar-uma-violacao-por-ines-ferreira-leite/view-all/>. Acesso em: 1 jul. 2019.

A respeito do assédio sexual disposto no art. 40.º da Convenção de Istambul, em Portugal, este tipo de conduta não é criminalizado de forma expressa, todavia, o crime de importunação sexual foi alargado, agora está incluído a importunação sexual por meio de propostas de teor sexual (o simples comentário é suficiente, por mais que não seja explícito). Inês Ferreira Leite argumenta que os comportamentos de assédio sexual, como por exemplo "toques forçados, perseguição na rua, cercos ou limitação da liberdade de circulação", devem e já são tipificados no ordenamento jurídico português no artigo 170.º do CP que trata da importunação sexual⁸⁵.

Mas e o mero ato de quem dirige comentários que têm ou podem ter conotação sexual a alguém é criminalizado em Portugal? A resposta é negativa, este ato conhecido em Portugal como “piropo” não é criminalizado.

Inês Ferreira Leite posiciona-se contra a criminalização do "piropo", não considera que estes comportamentos devem ser qualificados como assédio sexual. Há uma grande diferença entre assédio sexual e comentários que têm ou podem ter conotação sexual. “A mera verbalização de alguma frase mais ofensiva, com eventual referência a atos sexuais explícitos, não constitui uma forma de assédio sexual. Quanto muito, seria uma espécie de injúria sexual”. A autora ainda faz a seguinte pergunta: "Por que é que podemos incriminar o assédio sexual e não o piropo? Precisamente, porque o assédio constrange e o piropo não". Contudo, enfatiza que "os piropos não são inofensivos" (...), mas não podemos criminalizar tudo o que nos desagrada. Tudo o que seja de mau gosto, feio ou ordinário"⁸⁶.

Portugal, apesar de ter realizado algumas alterações legislativas no direito interno com base na Convenção de Istambul, não se limitou a apenas isto. Implementou também projetos paralelos focados na diminuição da violência contra a mulher, bem como na equidade de gênero⁸⁷.

A Convenção de Istambul e outros instrumentos internacionais do qual Portugal tem compromisso também trouxeram a realização de campanhas anuais de informação para

⁸⁵LEITE, Inês Ferreira. O Piropo. In: **Capazes**. Lisboa, 2015. Disponível em: <https://www.capazes.pt/cronicas/o-piropo-por-ines-ferreira-leite/view-all/>. Acesso em: 1 Jul. 2019. No Brasil este tipo de conduta é muito comum acontecer em transportes públicos, nas ruas e quando o país está em data festiva de Carnaval, como por exemplo "beijo roubado" e "passada de mão" nas mulheres, portanto, a aprovação da Lei 13.718, de 24 de setembro de 2018 que criminaliza este tipo de conduta negativa, ano passado, foi de grande avanço por parte do sistema brasileiro.

⁸⁶LEITE, Inês Ferreira. O Piropo. In: **Capazes**. Lisboa, 2015. Disponível em: <https://www.capazes.pt/cronicas/o-piropo-por-ines-ferreira-leite/view-all/>. Acesso em: 1 Jul. 2019.

⁸⁷Reports submitted by Portugal pursuant to Article 68, paragraph 1 of the Council of Europe Convention on preventing and combating violence against women and domestic violence (Baseline Report). **GREVIO**. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Dropbox/Disserta%C3%A7%C3%A3o/Pr%C3%A9-Projeto/RELATORIO%20FEITO%20PELO%20GREVIO.pdf>. Acesso em: 1 Jul. 2019.

grupos-alvos específicos, para conduzir programas de informação e conscientização sobre violência doméstica e de gênero, por meio de videocliques, spots de rádio, imprensa, pôsteres e internet, as campanhas são ferramentas instrumentais para conscientizar e promover mudanças sociais⁸⁸.

O inquérito sobre Violência contra as Mulheres, realizado pela Agência dos Direitos Fundamentais (publicado em março de 2017), constatou que em Portugal 70% das mulheres inquiridas assistiram ou ouviram recentemente campanhas de sensibilização (a média da UE é de 50%). Também foi lançada uma campanha nacional de conscientização para combater a violência no namoro. Em parceria com associações e federações académicas, a Secretaria de Estado da Cidadania e Igualdade e algumas ONGs lançaram, em outubro de 2016, a campanha nacional contra a violência no namoro com o lema "Change Course: Dating violence is not for you"⁸⁹.

Em março de 2016, o Parlamento aprovou uma proposta de alteração do orçamento do Estado para isentar as vítimas de violência doméstica do pagamento de custas judiciais, o que implica que qualquer vítima de VD que intervenha como assistente em processos judiciais deste tipo esteja isenta de qualquer pagamento⁹⁰.

Em relação a criação de órgãos responsáveis sobre a implementação de políticas públicas destinadas a prevenir e combater qualquer tipo de violência contra a mulher, Portugal criou a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero (CIG) e o Comitê Nacional dos Direitos Humanos, presidida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros⁹¹.

A CIG coordenou os planos nacionais destinados a este fim, como por exemplo, o V Plano Nacional de Igualdade de Gênero, Cidadania e Não-discriminação (V PNI 2014-2017), o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Gênero (V PNPCVDG 2014-2017), que contém o III Programa de Ação Para a Prevenção e Eliminação da MGF (2014-2017), o III Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos (2014-2017) e o II Plano de Ação Nacional para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança- RCSNU 1325 (2014-2018), dentre outros⁹².

⁸⁸Idem.

⁸⁹Idem.

⁹⁰Idem.

⁹¹Idem.

⁹²Idem.

A principal estratégia nacional para combater a violência contra as mulheres até o ano de 2017 foi o V Plano Nacional para Prevenir e Combater a Violência Doméstica e de Gênero 2014-2017 (V PNPCVDG)⁹³.

Atualmente está em vigor a "Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação-Portugal + Igual (ENIND)", que foi publicada no dia 21 de maio de 2018 em Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018. Esta estratégia veio solidificar os progressos até agora alcançados e garantir a evolução necessária portuguesa até o ano de 2030⁹⁴.

Com relação a prevenção, além do exposto, em Portugal no dia 25 de novembro é comemorado o dia internacional para a eliminação da violência contra as mulheres e dia 06 de fevereiro o dia da intolerância a MGF⁹⁵.

Ante o exposto, repara-se a importância que estes instrumentos internacionais possuem na prevenção e no combate a violência contra a mulher, mais precisamente nos avanços legislativos no direito interno referente a Convenção de Istambul. A Convenção de Istambul teve grande impacto jurídico na legislação interna portuguesa, apesar de a prevenção e combate a violência contra a mulher em todas as suas formas estar ainda em progresso. Ademais, pelas mulheres constituírem mais da metade da população de Portugal e do Mundo, devem se beneficiar plenamente dos direitos humanos consagrados em todos os tratados que versam sobre sua matéria⁹⁶.

Feita a visão panorâmica da Convenção de Istambul no ordenamento jurídico interno Português, a seguir entrar-se-á nas questões que envolvem a perspectiva de gênero, bem como outros tipos de violência que acometem as mulheres.

⁹³Idem.

⁹⁴PORTUGAL. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio de 2018.** Aprovar a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação — Portugal + Igual (ENIND) e os respetivos Planos de Ação Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: Acesso em: 1 jul. 2019.
<https://dre.pt/application/conteudo/115360036>.

⁹⁵**Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica : Relatório Sombra Das ONG ao Comité Grevio.** Lisboa: Plataforma portuguesa para os Direitos das Mulheres, Associação de mulheres contra a violência e Ramo Nacional do Observatório da Violência contra as Mulheres do Lobby Europeu das mulheres 2018, p. 13. Disponível em: https://plataformamulheres.org.pt/site/wpcontent/ficheiros/2018/11/Relatorio_Sombra_GREVIO_para_site.pdf. Acesso em: 1 jul. 2019.

⁹⁶**Das Palavras à Acção: um compromisso para o empoderamento das mulheres - Portugal em análise pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM) (1995-2015).** Lisboa: Plataforma portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2016, p. 22-44. Disponível em: https://plataformamulheres.org.pt/site/wp-content/ficheiros/2016/01/PpDM-beijing_pt-WEB.pdf Acesso em: 1 jul. 2019.

CAPÍTULO II - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2014, no relatório mundial sobre a prevenção da violência conceituou violência como ação ou efeito de empregar de uma forma intencional "força física ou poder, real ou como ameaça contra si próprio, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tem grande probabilidade de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, desenvolvimento prejudicado ou privação"⁹⁷.

A violência contra a mulher ainda é um grande problema em Portugal e no mundo. É um tema que se encontra em alta, diante dos inúmeros casos que estão a ser descobertos, através da mídia e da sociedade, porém ainda carece de muitos avanços sobre esta perspectiva. Normalmente, o conceito de violência contra a mulher é usado como sinônimo de violência doméstica e de gênero, todavia, há especificidades no uso dos mesmos conceitos como categoria analítica.

O termo gênero é bastante amplo e tem diferentes sentidos sendo, portanto, uma questão complexa e interminável. É comum confundir gênero com sexo, pelo fato de o gênero ter sido comumente definido pelos aspectos físicos que diferenciam o homem da mulher, mas com o passar do tempo as ciências sociais e humanas passaram a definir gênero como o que diferencia as pessoas socialmente, e não de forma biológica⁹⁸.

A definição de gênero foi elaborada e reformulada em momentos inerentes da história das teorias sociais sobre a diferença sexual e foi revolucionária em vários sentidos. É possível compreender o quanto foi importante tais inovações se acompanhar um pouco da história. Ao relatar a história, a bióloga e historiadora da ciência Donna Haraway, no artigo "Gênero para um dicionário marxista", diz que o termo gênero foi inserido pelo psicanalista estadunidense Robert Stoller no Congresso Psicanalítico Internacional de Estocolmo, em 1963, abordando a questão da identidade de gênero⁹⁹. Ele acabou por formular a definição diferenciando biologia

⁹⁷ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência 2014**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2015,p.2.Disponível em:file:///C:/Users/user/Downloads/9789241564793_por.pdf. Acesso em: 14 jul. 2019.

⁹⁸"Para as ciências sociais e humanas, o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico. (...) gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos". Conceito de Gênero. **Gênero e Diversidade na Escola**. Bauru, 2018, p. 39. Disponível em: <http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/24/G%C3%AAnero%20-%20texto1.pdf>. O sexo, por sua vez, está associado a questão biológica. É definido pela presença da genitália masculina ou feminina. Neste mesmo sentido "o sexo pode ser considerado como um sistema multivariado e sequencial, que inclui o sexo cromossômico, hormonal fetal, gonadal e morfológico".GROSSI, PatríciaKriegger; WERBA, Graziela C. **Violência e Gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 49.

⁹⁹HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: **Cadernos Pagu**,nº 22, 2016, pp. 201-

da cultura. Assim, o psicanalista entendia que quando uma pessoa nasce é classificada automaticamente pelo seu corpo, através dos órgãos genitais que possui. No entanto, a maneira de ser da pessoa, seja ela homem ou mulher, que irá definir o seu lugar na sociedade. Em cada cultura se estabelece maneiras diferentes de ser homem ou mulher¹⁰⁰.

As definições de gênero que tiveram forte impacto na teoria social foram construídas a partir de ideias feministas, na década de 1970. Movimento que lutava pela equidade de mulheres e homens, participou firmemente na criação da definição de gênero, tendo utilizado o termo como uma diferença ocasionada na cultura. Ademais, acabaram por aproveitar o momento para unir a preocupação pelas situações de não equidade de gênero existentes¹⁰¹.

Simone de Beauvoir em seu livro denominado “segundo sexo” defende a ideia também de que ser mulher não é simplesmente nascer assim: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Sua ideia é de que se pode tornar uma mulher, física ou mentalmente, o que significa que uma pessoa pode sentir-se uma mulher ou uma categoria social independente de suas formas biológicas¹⁰².

A socióloga Saffioti, que foi uma grande estudiosa na área da violência de gênero, defende que o conceito de gênero está associado a história, a construção do feminino e do masculino e, por fim, diz que a definição de gênero não está ligada, necessariamente, a desigualdade entre os sexos¹⁰³.

A filósofa estadunidense, Judith Butler, defende também que o gênero é fruto de uma construção social. Não há uma definição específica do que é ser mulher e homem, sendo que só é possível perceber o gênero de uma pessoa a partir da forma como ela lida com determinadas situações, como fala, se movimenta e se veste, por exemplo¹⁰⁴.

246. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644638>. Acesso em: 14 de jul. 2019.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. (Org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 125.

¹⁰² BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução: Sérgio Milliet. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. O ser humano não nasce homem, ele transforma-se em homem e isto ocorre com a mulher também e está relacionado com a identidade de gênero, ou seja, qual gênero que o ser humano se identifica por meio dos comportamentos socioculturais, por mais que existam diferenças entre os corpos sexuais. PIMENTEL, Silvia. **A mulher e a constituinte**. São Paulo: Cortez Educacional, 1985, p. 21.

¹⁰³ SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. 2.^a ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 47-48.

¹⁰⁴ BUTLER, Judith P. **Problema de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Trad. Renato Aguiar. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 10-13. Na mesma linha, vide SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. Educação e realidade, 20 (2), p. 71-99, jul/dez. 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1737847/mod_resource/content/1/Scott_g%C3%AAnero%20uma%20categoria%20%C3%BAtil%20para%20a%20an%C3%AAlise%20hist%C3%B3rica.pdf Acesso em: 18 jun. 2019

Uma das mais importantes autoras nesta área, a antropóloga estadunidense Margaret Mead, problematizou a ideia do masculino e feminino e demonstrou que pode variar de uma cultura para outra.

Mead, em 1930, realizou uma pesquisa para observar como os comportamentos sociais podem se relacionar com as diferenças sociais em três sociedades tribais da Nova Guiné. Dentre os povos estudados, o primeiro possuía características que poderiam ser consideradas femininas, se pensar na cultura que prevalecia à época nos Estados Unidos. Eram os povos de língua Arapesh, o seu território se estende desde a costa até as verdes planícies da bacia do Sepik em direção oeste. Neste território há agricultores e criadores de porcos, neste caso, seriam tanto mulheres como homens maternos. Estavam todos focados na necessidade da geração seguinte¹⁰⁵.

Já em relação aos Mundugumor, a organização social se baseava na teoria de que existe "uma hostilidade natural entre todos os membros do mesmo sexo, e na suposição de que os únicos laços possíveis entre os membros do mesmo sexo passam através de membros do sexo oposto"¹⁰⁶. Neste povo, há indivíduos agressivos e implacáveis, e se for analisar também pela cultura dos Estados Unidos, só seriam integrados neste grupo homens violentos¹⁰⁷.

Na terceira sociedade, os Tchambuli, pescadores lacustres e amantes das artes, havia uma inversão dos papéis sexuais prezada nos Estados Unidos, pois o homem não era responsável e tinha uma dependência emocional na mulher e a mulher era dominadora e independente¹⁰⁸.

Assim, os resultados da pesquisa constataram que a crença que envolvia os papéis dos sexos à época nos Estados Unidos não era global. Nos EUA, a figura da mulher era vista como um ser amável, dócil, delicado. Já a figura masculina era vista como um ser grosseiro, dominador, sendo diferenças reconhecidas como naturais de cada sexo¹⁰⁹.

Com isso, Mead, acabou por demonstrar que, na verdade, os papéis de um sexo são apreendidos desde a infância e toda cultura acaba de algum modo influenciando nestes comportamentos, mas não são cruciais para tal personalidade. Para a autora, não se pode considerar a identidade de gênero de acordo com o sexo, seja ele masculino ou feminino, já que de acordo com sua pesquisa ficou demonstrado que não há base para considerar tais

¹⁰⁵ MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva. 1999, pp. 231-275.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Idem.

aspectos de comportamentos vinculados ao sexo. Essa fundamentação ficou bem argumentada na conclusão dos sexos na terceira sociedade estudada, onde ocorreu uma inversão dos papéis dos sexos com relação a dominação ao comparar-se com os EUA¹¹⁰.

No mesmo sentido, em um encontro de "Violência doméstica e de gênero e mutilação genital feminina" realizado pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ), em Portugal, no dia 01 de fevereiro de 2019, a Professora Inês Ferreira Leite teve a oportunidade de tratar da questão conceitual de gênero e sexo. Em sua apresentação defendeu o conceito de sexo e gênero no mesmo sentido exposto acima. Ainda, afirmou que: "sexos são diferenças biológicas, relacionadas como detalhes físicos de homens e mulheres e gênero é a construção cultural das diferenças biológicas e condicionamento de relações sociais e simbólicas de poder"¹¹¹.

Além disso, a Convenção de Istambul, conforme abordado anteriormente, definiu gênero como comportamentos socialmente aprendidos¹¹².

Nesta perspectiva, os papéis de gênero são aprendidos em um grupo social, onde as pessoas do grupo estão observando as atividades destinadas aos homens ou mulheres. São também analisados em uma sociedade ou comunidade, sendo que cada percepção acaba por ser bastante influenciada pela cultura, classe, religião, idade, meio político, geográfico e até mesmo econômico. A cada evolução da humanidade, os papéis de gênero acabam por mudar também. Além do que, em cada contexto social, os papéis de gênero atribuídos às mulheres e homens podem ser rígidos ou flexíveis, conflituosos ou complementares, diferentes ou bastante semelhantes¹¹³.

No que diz respeito a violência de gênero, a mulher é a maior vítima. Por conta disto, frequentemente muitos doutrinadores ou instrumentos internacionais usam as expressões violência de gênero e violência contra a mulher como sinônimos.

Os doutrinadores e instrumentos internacionais que usam estas duas expressões como sinônimos fundamentam o conceito das mesmas com base no sistema patriarcal. Assim, defendem que a ordem patriarcal é vista como um fator determinante para que ocorra a

¹¹⁰Idem.

¹¹¹LEITE, Inês Ferreira. **Violência doméstica e de gênero e mutilação genital feminina - As recentes alterações ao Código Penal quanto o crime de VD**. Lisboa, Centro de Estudos Judiciários- CEJ, 1 de fevereiro de 2019. Apresentação em PowerPoint. Disponível em: <https://elearning.cej.mj.pt/course/view.php?id=865>. Acesso em: 13 Jul. 2019. No mesmo sentido, BELEZA, Teresa Pizarro. **Direito das mulheres e da igualdade social a construção jurídica das relações de gênero**. Coimbra: Almedina, 2010, p. 63-72.

¹¹²**Convenção do Conselho da Europa Para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica**. Assinada em Istambul: 11 de maio de 2011. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52016PC0109>. Acesso em: 01 de jun. 2019.

¹¹³**Comissão Econômica Para A América Latina E O Caribe (Cepal)**. Guia de assistência técnica para la producción y el uso de indicadores de género. Santiago: CEPAL/UNIFEM/UNFPA, 2006.

violência de gênero, já que é nesta sociedade que legitimam a dominação masculina absorvida por mulheres e homens. No sistema patriarcal a educação, os meios de comunicação e os costumes criam estereótipos de que o homem tem poder sobre a mulher¹¹⁴.

O poder patriarcal pode ser compreendido em função do poder adquirido no âmbito da família com relação ao domínio do pai sobre o filho e sobre a esposa. O termo patriarcal originou-se dos patriarcas do Velho Testamento, como Abraão, que era um ancião com total poder sobre as mulheres, rebanhos, crianças e seus subordinados¹¹⁵.

O termo também é usado por Friedrich Engels, cientista social alemão e logo depois pelas defensoras do movimento feminista para outros contextos históricos (sociedade feudal e capitalismo), onde havia uma hierarquia muito forte na família. À medida que o patriarcado veio à tona serviu como uma forte motivação na luta feminista a partir dos anos de 1960 em várias partes do mundo¹¹⁶.

O patriarcado não surgiu como uma revolução violenta, pois, desde os tempos primórdios, o homem possui privilégios biológicos que os permitiram serem sujeitos soberanos. Ademais, nunca foi a mulher que escolheu seu destino¹¹⁷.

Soraia Rosa define o patriarcado como uma suposta inferioridade existente entre o homem e a mulher biologicamente, que possui origem na família, onde o comando do seio familiar sempre foi de uma figura paterna, o pai. E este poder do pai na família acaba por ser projetado na sociedade automaticamente. Com isto, o fato de se ter uma característica histórica, o domínio do homem sobre a mulher acaba por ser justificado nas instituições da família e materializado com o uso da violência¹¹⁸.

Scott diz que o sistema patriarcado é compreendido como um sistema em que os homens possuem inteiramente o domínio sobre a mulher. Argumenta que o homem tem a necessidade de dominação pelo fato de não poder reproduzir a espécie humana e de controlar a mulher para que se sinta ainda superior, por mais que não tenha a habilidade e o dom de reprodução da espécie humana¹¹⁹.

¹¹⁴MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista: novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 89-90.

¹¹⁵PISCITELLI, Adriana. **Op. Cit.**, 2009, p. 118-146. Na história, as mulheres eram consideradas inferiores aos homens e eram destinadas portando a serem submissas a eles. Bispos e teólogos defendiam esta ideia, inclusive para São Tomás de Aquino a mulher era naturalmente um ser inferior ao homem. Cfr. GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. 3ª ed. São Paulo: Claridade, 2015, p. 25.

¹¹⁶PISCITELLI, Adriana. **Op. Cit.**, 2009, pp. 118-146.

¹¹⁷BEAUVOIR, Simone de. **Op. Cit.**, p. 117.

¹¹⁸MENDES, Soraia da Rosa. **Op. Cit.**, p. 88-90

¹¹⁹SCOTT, Joan. **Gênero**. **Op. Cit.**, 71-99.

Para o Autor Pierre Bourdieu, sociólogo francês, a dominação masculina é o principal motivo do surgimento da desigualdade entre mulheres e homens¹²⁰.

Bell Hooks, conhecida notoriamente por ser uma grande feminista norte americana, diz que os homens têm certo medo do sistema patriarcal ser extinto, pelo fato de não saberem o que realmente possa acontecer caso não tenham mais o domínio sobre a mulher. Desta forma, acaba por ser mais cômodo defenderem este sistema. Muitos dos homens, no fim, acabam também por não saber realmente o que as mulheres querem, o que elas desejam com o feminismo e, em razão disto, deduzem que o feminismo é contra o homem¹²¹.

Com relação à subordinação da mulher, Adriana Piscitelli, alegou que uma grande explicação para tal inferioridade foi a separação dos trabalhos fundamentados no sexo do indivíduo. Isto implicou numa grande desigualdade entre a mulher e o homem quando apareceram as classes sociais fundadas na propriedade privada¹²².

No âmbito das Nações Unidas, A Recomendação Geral sobre a violência contra a mulher n.º 19 (1992) aprovada pelo Comitê Para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW) reconheceu a violência de gênero como uma forma de discriminação contra a mulher¹²³.

Burrieza, Pérez e Martínez defendem o conceito de violência de gênero como toda agressão realizada pelos homens contra as mulheres, pelo simples fato de serem mulheres. Para as autoras, os homens consideram as mulheres como seres inferiores¹²⁴.

O autor Elder Lisboa Ferreira da Costa, partilha do mesmo posicionamento ao dizer que como o gênero feminino encontra-se em uma situação maior de vulnerabilidade do que o gênero masculino por razões históricas, a violência de gênero ocorre apenas contra o

¹²⁰BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 17-25.

¹²¹"Em troca de todas as delícias que os homens recebem do patriarcado, é exigido que dominem as mulheres, que nos explorem e oprimam, fazendo uso de violência, se precisarem, para manter o patriarcado intacto. A maioria dos homens acha difícil ser patriarca. A maioria dos homens fica perturbado pelo ódio e pelo medo de mulher e pela violência de homens contra mulheres, até mesmo os homens que disseminam essa violência se sentem assim. Mas eles têm medo de abrir mão dos benefícios. Eles não têm certeza sobre o que vai acontecer com o mundo que eles já conhecem tão bem, se o patriarcado mudar. Então acham mais fácil apoiar passivamente a dominação masculina, mesmo quando sabem, no fundo, que estão errados". Cfr.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução: Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018, p 11-12.

¹²² PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. Textos Didáticos, n. 48, p. 2. Disponível em: <http://www.culturaegenero.com.br/download/praticafeminina.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.

¹²³A este respeito vide; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Recomendação Geral nº 19, de 1992**. Entende a violência contra as mulheres como uma forma de discriminação. Disponível em: <https://www.un.org/es/sections/general/documents/index.html>. Acesso em: 20 jul. 2019.

¹²⁴BURRIEZA, Ángela Figueruelo; PÉREZ, Marta del Pozo; MARTÍNEZ, María Luisa Ibáñez; ALONSO, Marta León (coords). **Estudios interdisciplinarios sobre igualdad y violencia de género**. Granada: Comares, Colección "Comares Monografías", 2008, p. 36-40.

feminino, e diz "no âmbito sociológico e internacional só a mulher pode ser vítima de violência de gênero, por isso a necessidade de leis afirmativas para a correção dessas distorções"¹²⁵.

Por outro lado, há pesquisadores que defendem a violência de gênero como um tipo de violência que afeta mulheres e homens, ou seja, não usam como critério determinante a vítima ser do gênero feminino para ocorrer este tipo de infração, por mais que a mulher se encontre em uma situação de maior vulnerabilidade, neste caso, por conta do patriarcado.

Para a psicóloga Marlene Neves Strey, a violência de gênero é “aquela que incide, abrange e acontece sobre/com as pessoas em função do gênero ao qual pertencem. Isto é, a violência acontece porque alguém é homem ou mulher”¹²⁶.

Strey também diz que embora a violência de gênero possa ocorrer tanto em face do homem como da mulher, a mulher é sempre a mais afetada neste meio, já que os estudos e estatísticas existentes de conhecimento notório demonstram isto. Além disso, podem apresentar-se de inúmeras maneiras e as sociedades patriarcais são as grandes responsáveis pela violência atingir um grau mais elevado com relação às mulheres. Estas sociedades de alguma maneira permitem que elas sofram algum tipo de violência e discriminação. De todo modo não quer dizer que são as únicas vítimas, mas que são majoritariamente um "alvo preferido" nas culturas onde prevalece o patriarcado¹²⁷.

Ainda no encontro realizado pelo CEJ de "Violência doméstica e de gênero e mutilação genital feminina", Inês Ferreira Leite falou sobre a delimitação conceitual da violência de gênero e defendeu que está baseada nos estereótipos, diferenças ou comportamentos socioculturais. Sendo que os autores podem ser tanto o homem como a mulher e a vítima também. Assim, não depende aqui da genitália da pessoa que pratica ou sofre o crime¹²⁸.

¹²⁵COSTA, Elder Lisboa Ferreira da. A Violência Contra a Mulher à Luz do Discurso Internacional Justiça Cosmopolita para a Erradicação da Violência de Gênero. In: **Revista Direito e Movimento**, vol. 16, n. 1, 1º semestre, 2018, p. 70. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistadireitoemovimento_online/edicoes/volume16_numero1/volume16_numero1_56.pdf. Acesso em: 14 jul. 2019.

¹²⁶STREY, Marlene Neves (Org); AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer de (Org); JAEGER, Fernanda Pires (Org). **Violência , Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 13.

¹²⁷Ibid., p. 16-17.

¹²⁸LEITE, Inês Ferreira. **Violência doméstica e de gênero e mutilação genital feminina - As recentes alterações ao Código Penal quanto o crime de VD**. Lisboa, Centro de Estudos Judiciários – CEJ, 1 de fevereiro de 2019. Apresentação em PowerPoint. Disponível em: <https://elearning.cej.mj.pt/course/view.php?id=865>. Acesso em: 13 jul. 2019.

Também no mesmo encontro realizado pelo CEJ, a investigadora Carla Martingo disse que a violência de gênero atinge tanto homens como mulheres, e os motivos que predominam tal ato são convenções e culturas sociais¹²⁹.

Ora, embora seja de conhecimento notório que o homem é o maior agressor quando se trata da violência de gênero, não se afigura mais acertado considerar que este tipo de violência é sinônimo de violência contra a mulher. É importante para a luta da equidade de gênero olhar a questão do gênero de uma maneira ampla, ou seja, um movimento maior pelo fim da violência. Sugerir que homens são violentos e mulheres não, é algo inviável. Não se pode negligenciar ou ignorar até que ponto as mulheres exercem suas autoridades.

Assim, o objetivo deve ser eliminar a violência, pelo que é mais adequado utilizar o conceito de violência de gênero baseado nos autores que defendem que a violência pode incidir tanto sobre mulheres como homens.

Nessa linha, a autora Bell Hooks defende que "o fato de que mulheres talvez não cometam atos de violência com tanta frequência quanto os homens não nega a realidade da violência feminina"¹³⁰.

Perante o exposto, a violência de gênero contra a mulher¹³¹ incide apenas sobre as mulheres, pela razão do gênero que possuem. A violência fundamenta-se pela qualidade da vítima e afeta desproporcionalmente as mulheres. A Convenção de Istambul define este tipo de violência como toda "violência dirigida a mulher por ser mulher ou que afeta desproporcionalmente as mulheres"¹³².

¹²⁹MARTINGO, Carla . **As práticas nefastas: desafios e fronteiras**. Lisboa, Centro de Estudos Judiciários - CEJ, 1 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://elearning.cej.mj.pt/course/view.php?id=865>. Acesso em: 14 jul. 2019.

¹³⁰Neste sentido, Bell Hooks defende que a "maioria das mulheres claramente não usa violência para dominar homens (ainda que um número pequeno delas agrida os homens que fazem parte de sua vida), mas muitas mulheres acreditam que uma pessoa que tem autoridade tem o direito de usar força para manter a autoridade. A maioria dos pais e das mães utiliza alguma forma de agressão física ou verbal contra suas crianças. Uma vez que mulheres são as principais responsáveis pelos cuidados de filhas e filhos, os fatos confirmam a realidade de que em um sistema hierárquico de uma cultura de dominação que empodera mulheres (como o relacionamento mãe-criança), é muito frequente que utilizem força coercitiva para manter domínio. Em uma cultura de dominação, todo mundo é socializado para enxergar violência como meio aceitável de controle social. Grupos dominantes mantêm poder através da ameaça (aceita ou não) de que castigo abusivo, físico ou psicológico, será usado sempre que estruturas hierárquicas em exercício forem ameaçadas, quer seja na conexão entre pais ou mães e crianças" Cfr. HOOKS, Bell. **Op. Cit**, p. 74-75.

¹³¹Por o foco do presente estudo ser sobre a violência contra a mulher, não será o caso de ser abordada a violência de gênero contra o homem. Além disso, devido a repercussão sobre o caráter negativo da violência contra a mulher, políticas públicas passaram a ser buscadas pela sociedade com o intuito da prevenção deste tipo de violência. "Trata-se de um problema complexo, e seu enfrentamento necessita da composição de serviços de naturezas diversas, demandando grande esforços de trabalho em rede". JESUS, Damásio de. **Violência Contra a Mulher: aspectos criminais da lei n. 11.340/2006**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, p. 8.

¹³²Vide artigo 3.º da Convenção de Istambul. Inês Ferreira Leite diz que este tipo de violência de gênero se manifesta através de uma violência física, sexual, econômica, verbal, psicológica e social. Ademais, é clara em dizer que por contada violência doméstica estar relacionada com desigualdade de poder, acaba por ficar

Já a violência contra a mulher é um ato realizado que abrange o gênero feminino que pode ocasionar qualquer dano ou sofrimento a mulher, ter natureza sexual, psicológica, física ou até mesmo econômica, bem como ocorrer tanto na vida privada como na pública¹³³. Normalmente, este tipo de violência está associado à violência de gênero, mas cada uma pode existir sem a outra¹³⁴.

É certo que até a segunda metade do século XX havia uma naturalidade com relação a violência exercida sobre as mulheres e após intenso trabalho de movimentos feministas e da comunidade internacional a violência exercida contra as mulheres passaram a ser atitudes reprovadas em grande parte do mundo e reconhecidas por pesquisadores da área afim de acabar com toda e qualquer tipo de violência¹³⁵.

Viu-se no capítulo anterior desta pesquisa que as mulheres podem ser vítimas de violência doméstica, perseguição, violência sexual, incluindo violação, assédio sexual, casamento forçado, mutilação genital feminina, aborto forçado e esterilização forçada.

O autor, Damásio de Jesus, também diz que a violência contra a mulher pode apresenta-se das seguintes formas: violência sexual, violência doméstica ou familiar, assédio sexual, assédio moral e feminicídio¹³⁶.

Damásio de Jesus diz que a violência sexual é um crime praticado contra a liberdade sexual da mulher e a provoca grandes traumas. Não há muitos serviços no Brasil e na América Latina que ofereçam tratamento especializado às vítimas deste tipo de crime¹³⁷.

Sobre a violência familiar, intrafamiliar ou doméstica, o autor diz que "é toda ação ou omissão cometida no seio de uma família por um de seus membros, ameaçando a vida, a integridade física ou psíquica, incluindo a liberdade, causando sérios danos ao desenvolvimento de sua personalidade"¹³⁸. A violência ocorrida no seio familiar seja por um membro de uma família ou nos casos em que as agressões são cometidas nas relações

associada a violência de gênero, porém uma pode existir sem a outra. LEITE, Inês Ferreira. **Violência doméstica e de gênero e mutilação genital feminina - As recentes alterações ao Código Penal quanto o crime de VD**. Lisboa, Centro de Estudos Judiciários – CEJ, 1 de fevereiro de 2019. Apresentação em PowerPoint. Disponível em: <https://elearning.cej.mj.pt/course/view.php?id=865>. Acesso em: 14jul. 2019.

¹³³ **Convenção do Conselho da Europa Para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica**. Assinada em Istambul: 11 de maio de 2011. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52016PC0109>. Acesso em: 01 de jun. 2019.

¹³⁴ LEITE, Inês Ferreira. **Violência doméstica e de gênero e mutilação genital feminina - As recentes alterações ao Código Penal quanto o crime de VD**. Lisboa, Centro de Estudos Judiciários – CEJ, 1 de fevereiro de 2019. Apresentação em PowerPoint. Disponível em: <https://elearning.cej.mj.pt/course/view.php?id=865>. Acesso em: 14jul. 2019.

¹³⁵ NUCCI, Guilherme de Sousa. **Curso de Direito Penal: parte especial- artigos 121 a 212 do Código Penal**. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019. p 126.

¹³⁶ JESUS, Damásio de. **Op. Cit.**, p. 8.

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Idem.

interpessoais íntimas é um tipo de violência bastante complexa, pelo fato das legislações não serem uníssonas no que tange este tipo de crime ou por ser um fenômeno difícil de ser descoberto¹³⁹.

Quanto ao assédio sexual são atitudes com abordagem íntima ou com teor sexual não aceita pela pessoa que recebe. A legislação brasileira já aceita algumas formas de assédio¹⁴⁰. Já o assédio moral¹⁴¹ refere-se a uma violência psicológica contra o empregado. Nos casos em que a vítima no trabalho passa por situações vexatórias ou até mesmo quando o empregador fere a sua autoestima. Um ato isolado de humilhação não é assédio moral. Tanto para que se configure o assédio moral ou sexual é preciso que as atitudes sejam reiteradas¹⁴².

Em uma pesquisada realizada pelo site Assédio Moral - Brasil constatou que na Europa há um grande percentual de trabalhadores/as que já sofreram algum tipo de assédio no trabalho: Reino Unido (16,3%), Suécia (10,2%), França (9,9%), Irlanda (9,4%), Alemanha (7,3%), Espanha (5,5%), Bélgica (4,8%), Grécia (4,7%) e Itália (4,2%)¹⁴³.

No que concerne o "femicídio", o autor Damásio de Jesus usa esta expressão para nomear as mortes violentas de mulheres em razão do gênero. Utiliza-se, portanto, o conceito dado pela autora Russell. A sua definição foi usada pela primeira vez na década de 1970, porém apenas nos anos de 2000 que esta expressão se propagou no continente latino-americano por conta das mortes de mulheres no México, país que deu um novo nome, novas características e outras formulações com a denominação de "feminicídio"¹⁴⁴.

¹³⁹Idem.

¹⁴⁰"Nos Tribunais dos Estados Unidos, todas as características indicadoras de ocorrência efetiva de assédio são avaliadas, e, no caso de a vítima ser mulher, o processo deve ser considerado pela perspectiva feminina, podendo o culpado ser punido com prisão e a empresa, condenada a pagar indenização à vítima". Ibid., p. 10.

¹⁴¹Há um site no Brasil específico de assédio moral com o intuito de informar os cidadãos sobre os seus direitos neste âmbito e o site define assédio moral como "É a **exposição** dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, **repetitivas e prolongadas** durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, sendo mais comuns em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e atitudes de **longa duração**, de um ou mais chefes dirigida a um ou mais subordinado(s), desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização, **forçando-o a desistir** do emprego". Cfr. O que é assédio moral? **Assédio Moral Brasil**. [s.l.]. Disponível em: <http://www.assediomoral.org/spip.php?article1>. Acesso em: 15 jul. 2019

¹⁴²Idem.

¹⁴³Ademais, o mesmo site diz "A violência moral no trabalho constitui um fenômeno internacional segundo levantamento recente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) com diversos países desenvolvidos. A pesquisa aponta para distúrbios da saúde mental relacionado com as condições de trabalho em países como Finlândia, Alemanha, Reino Unido, Polônia e Estados Unidos. As perspectivas são sombrias para as duas próximas décadas, pois segundo a OIT e Organização Mundial da Saúde, estas serão as décadas do 'mal estar na globalização', onde predominará depressões, angústias e outros danos psíquicos, relacionados com as novas políticas de gestão na organização de trabalho e que estão vinculadas as políticas neoliberais". Idem.

¹⁴⁴Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ONU Mulheres. **Diretrizes nacionais feminicídio – investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. Brasília, 2016, p. 19. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf. Acesso em: 16 jul. 2019.

A socióloga Diana Russell foi quem utilizou pela primeira vez o nome de "femicídio" para definir os homicídios que ocorriam contra a mulher¹⁴⁵. Nesse seguimento, as autoras Radford e Russell definem femicídio como um assassinato contra a mulher em razão do gênero que possui, sendo que este tipo de homicídio pode ser íntimo ou não íntimo. O íntimo é realizado com um indivíduo que tenha ou teve alguma relação íntima de afeto com a vítima. O não íntimo é realizado por alguém que não tinha uma relação íntima de afeto com a vítima. Por último, dizem que também pode haver um femicídio por conexão que é quando a vítima intervém em uma relação para proteger alguma outra mulher¹⁴⁶.

Ocorre que, não há um consenso com relação aos conceitos da expressão femicídio e feminicídio como sinônimos¹⁴⁷. Ao analisar a distinção linguística de ambas as expressões, femicídio significa homicídio de mulher e feminicídio, o homicídio realizado contra a mulher em razão do gênero que possui. Por outro lado, acredita-se que a distinção dos conceitos das duas expressões não é relevante, uma vez que tratam sob o mesmo fenômeno: morte violenta de mulheres¹⁴⁸.

Este evento não constitui um ato isolado, pelo contrário constitui um evento contínuo de violências, cujas raízes da discriminação, desigualdade e opressão são características dominadoras deste tipo de violência, sendo, portanto, um crime de puro ódio, de acordo com a

¹⁴⁵PONCE, M.G.R. Mesa de trabalhos sobre femicídio/feminicídio. In: CHIAROTTI, S. (Ed.). **Contribuições ao debate sobre a tipificação penal do femicídio/feminicídio**. Lima: CLADEM, 2011, p. 108.

¹⁴⁶RADFORD, Jill; RUSSELL, Diana E. H. **Femicide: the politics of woman Killing**. New York: Twayne Publishers, 1992.

¹⁴⁷"A literatura indica que não existem consensos em torno desses conceitos, nem no meio acadêmico nem na ação política ou nas normas nacionais. Dada a diversidade dos contextos políticos em que ocorrem as mortes de mulheres e as especificidades socioculturais que as caracterizam, pode-se dizer que os conceitos de femicídio e feminicídio apresentam um núcleo comum de características – centrada na desigualdade de gênero como causa primeira da violência que as mulheres sofrem – ao qual somam-se elementos e fatores que contribuem para construir um panorama global das mortes evitáveis de mulheres em razão de gênero". Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ONU Mulheres. **Diretrizes nacionais feminicídio – investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. Brasília, 2016, p. 19. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf. Acesso em: 16 jul. 2019.

¹⁴⁸Neste sentido, "Femicídio ou feminicídio há duas distinções básicas entre os conceitos: uma linguística e outra política. A distinção linguística se refere à tradução da expressão femicide (em inglês, idioma original em que foi formulada) para femicídio (em castelhano, idioma em que o conceito teria se difundido). Nessa vertente, a tradução teria limitado a expressão que seria homóloga ao homicídio, referindo-se apenas a "assassinato de mulheres". A outra formulação proposta – feminicídio – soaria mais apropriada ao castelhano. A distinção política deve-se principalmente ao componente da impunidade e da responsabilidade do Estado no cometimento desses crimes – presente na definição de feminicídio proposta por Marcela Lagarde. As leis existentes na região adotam as duas expressões. Para analistas desse aspecto, do ponto de vista da mudança política que se deseja alcançar, a distinção conceitual entre as duas expressões não é relevante uma vez que ambas se referem ao mesmo fenômeno de mortes violentas de mulheres". Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ONU Mulheres. **Diretrizes nacionais feminicídio – investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. Brasília, 2016, p. 24. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf. Acesso em: 16 jul. 2019.

socióloga Eleonora Menicucci, ex-ministra das Políticas para as Mulheres entre os anos 2012-2015¹⁴⁹. Ademais, a violência fundamentada em razão do gênero não é apenas um fato que ocorre dentro da vida privada, mas sim fora dela também, sendo portanto produto de uma dominação do homem sobre a mulher¹⁵⁰.

Em 2006, o Secretário-Geral da ONU publicou um estudo detalhado sobre todas as formas de violência contra a mulher. De acordo com esta pesquisa, a violência contra a mulher possui diversas formas, que se manifestam de maneiras múltiplas e estão quase sempre inter-relacionadas. Podem compreender violência física, sexual, psicológica-emocional, como também exploração e abuso de caráter econômico, ocorridas em diversos cenários e vai desde o âmbito privado ao público, e no mundo globalizado de hoje transcende as fronteiras internacionais. Dar nome às formas e manifestações da violência contra a mulher é um passo bastante importante para conhecê-las e combatê-las. As formas variam segundo os distintos contextos sociais, econômicos, culturais e políticos. Pode ocorrer de algumas formas de violência crescerem enquanto outras diminuem, à medida que as sociedades passam por mudanças demográficas, reestruturação econômica e movimentos sociais e culturais. De modo algum, nenhuma lista de formas de violência contra a mulher pode ser exaustiva. Os Estados devem reconhecer a natureza mutável da violência contra as mulheres e reagir às novas formas à medida que são reconhecidas¹⁵¹.

Dentre os cenários mais comuns, o estudo destaca: 1) violência contra a mulher dentro da família, que subdivide-se em: a) violência dentro das relações de um casal e b) práticas tradicionais prejudiciais; 2) violência contra a mulher na comunidade, que pode ocorrer através de: a) feminicídio: homicídio de uma mulher por motivos de gênero, b) violência sexual fora do âmbito de uma relação íntima de afeto, c) assédio sexual e violência no local de trabalho, em instituições educacionais e esportes, d) tráfico de mulheres; 3) violência contra a mulher cometida ou tolerada pelo Estado, que se divide em a) violência contra a mulher

¹⁴⁹PRADO, Débora (Org.); SANEMATSU, Marisa (Org.). **Feminicídio: #Invisibilidade**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017, p. 11.

¹⁵⁰JESUS, Damásio de. **Op. Cit.**, p. 14. Em 2015, o Mapa da Violência sobre homicídios femininos (Brasil) informou o número de mortes de mulheres entre o ano de 1980-2013, tendo sido registrado mais de 106 mil mortes violentas em todo o país. De 1980 para 2013 houve um número alto de acréscimo. De 1.353 para 4.762. WASELSELFIZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015 - Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, ONU Mulheres, Organização Pan Americana da Saúde, Organização Mundial da Saúde, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO).2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

¹⁵¹ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Estudo a fundo sobre todas as formas de violência contra a mulher**. 6 de julho de 2006, §368, 2010, p. 41-42. Disponível em: <https://www.cepal.org/mujer/noticias/paginas/1/27401/InformeSecreGeneral.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.

quando estão cumprindo alguma pena privativa de liberdade e b) esterilização forçada; 4) violência contra as mulheres em conflitos armados¹⁵².

De acordo com o estudo as violências ocorridas entre as relações interpessoais íntimas inclui uma série de atos sexuais, psicológicos e fisicamente coercitivos praticados contra mulheres adultas e adolescentes por um parceiro atual ou antigo, sem o consentimento da mulher. A violência física envolve o uso intencional de força física, vigor ou uma arma para prejudicar ou ferir a mulher. A violência sexual inclui contato sexual abusivo, a participação de uma mulher em um ato sexual não consensual e a tentativa ou consumação de atos sexuais com uma mulher doente, incapacitada ou sob a influência de álcool ou outras drogas. A violência psicológica consiste em atos que visam controlar ou isolar a mulher, bem como humilhá-la ou envergonhá-la. A violência econômica envolve negar à mulher acesso a recursos básicos ou controle sobre eles. A violência psicológica ou emocional contra as mulheres recebeu menos atenção nas investigações de violência dentro do casal. A mensuração dessas formas de violência é mais difícil, uma vez que os comportamentos específicos variam significativamente de acordo com os diferentes cenários¹⁵³.

O autor sociólogo espanhol Manuel Castells relata em seu livro, “O Poder da Identidade”, que a cada evolução da legislação no que tange à mulher, bem como a educação, a violência interpessoal e psicológica têm crescido exatamente pelo fato da dominação masculina está a ficar por vencida, sendo que esta transformação é sinônimo de eliminação da família patriarcal, já que com a independência da mulher, esta acaba por possuir o livre arbítrio de optar a permanecer no casamento ou pedir o divórcio¹⁵⁴.

O autor declara que este é o primeiro indicador de insatisfação com a queda do patriarcalismo ao dizer que "as estruturas da dominação (e mecanismos da confiança) se enfraquecem com essa experiência, tanto em relação às mulheres como aos filhos, frequentemente apanhados por lealdades conflitantes" e complementa alegando que "a dissolução do casamento leva à formação de lares de solteiros ou lares com apenas um dos pais, cessando assim a autoridade patriarcal sobre família"¹⁵⁵. Assim, neste sistema, o que importa para o homem é ter o domínio da mulher e quando não o tem a única saída é agredi-la, impondo a força física, ou até mesmo matá-la¹⁵⁶.

¹⁵²Ibid., p. 43-54.

¹⁵³Idem.

¹⁵⁴CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, vol. 2, 2018, p. 169-173.

¹⁵⁵Idem.

¹⁵⁶Idem.

Por mais que a discriminação legal tenha reduzido e o nível de educação da mulher aumentado, a maioria dos homens não sabem como lidar com esta evolução. Por conta disto, a sociedade machista procura restabelecer o patriarcalismo através das famílias tradicionais, mesmo estas estando cada vez mais em declínio¹⁵⁷.

Com relação às práticas tradicionais prejudiciais, estas podem envolver tanto a família quanto a comunidade. Neste caso, elencam-se: o infanticídio de meninas e seleção pré-natal de sexo, casamento precoce, violência relacionada a dote, mutilação ou mutilação genital feminina, crimes contra mulheres cometidos em nome da "honra" e maus-tratos a viúvas, em particular, o incentivo às viúvas para cometerem suicídio. Embora os dados de alguns desses formulários tenham sido coletados, eles não constituem uma lista completa destas práticas. Outras formas foram identificadas pelos Estados (por exemplo, nos relatórios apresentados aos órgãos de direitos humanos criados por tratados e nos relatórios de acompanhamento sobre a implementação da Plataforma de Ação de Pequim), pelo Relator Especial sobre a violência contra as mulheres, suas causas e consequências e sobre práticas tradicionais nocivas. Isso inclui a dedicação de meninas a templos, restrições ao direito da segunda filha de se casar, restrições alimentares a mulheres grávidas, alimentação forçada e tabus nutricionais, casamento com o irmão do falecido marido e caça às bruxas¹⁵⁸.

Também, foi constatado que o feminicídio ocorre em toda parte, mas, em alguns países, a escala de alguns casos inseridos nos contextos comunitários chamou a atenção sobre este tipo de violência contra a mulher em razão do gênero. O feminicídio, conforme já conceituado anteriormente, é o assassinato de mulheres cometido por homens em razão do gênero que possuem, sendo, portanto, um ato misógino ou de práticas sociais¹⁵⁹. A maioria das fontes oficiais concordam que mais de 320 mulheres foram assassinadas em Ciudad Juárez (México), e um terço delas foram brutalmente estupradas¹⁶⁰.

No tocante a violência sexual, embora as mulheres corram um risco maior de violência infligida por seus parceiros íntimos do que por outras pessoas, a violência sexual ocorrida fora das relações íntimas de afeto é comum em vários contextos. Violência sexual aplicada fora

¹⁵⁷Partilha-se do mesmo posicionamento a autora GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. 3ª ed. São Paulo: Claridade, 2015, p.12-13.

¹⁵⁸ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Estudo a fundo sobre todas as formas de violência contra a mulher**, 6 de julho de 2006, 2010, p. 43-54. Disponível em: <https://www.cepal.org/mujer/noticias/paginas/1/27401/InformeSecreGeneral.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.

¹⁵⁹NUCCI, Guilherme de Sousa. **Curso de Direito Penal: parte especial- arts. 121 a 212 do Código Penal**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019. p 126.

¹⁶⁰ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Estudo a fundo sobre todas as formas de violência contra a mulher**, 6 de julho de 2006, 2010, p. 43-54. Disponível em: <https://www.cepal.org/mujer/noticias/paginas/1/27401/InformeSecreGeneral.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.

deste meio significa violência infligida por um parente, um amigo, um conhecido, um vizinho, um colega de trabalho ou um estranho. É difícil estimar a prevalência de violência sexual exercida exterior ao contexto íntimo do casal, porque em muitas sociedades a violência sexual continua sendo uma fonte de profunda vergonha para as mulheres e muitas vezes para suas famílias¹⁶¹.

Uma atenção crescente está sendo dada também ao fenômeno do assédio e da violência no local de trabalho, especialmente no contexto de aumentar as taxas de participação das mulheres na força de trabalho e melhorar as disposições legais e regulamentares. Algumas pesquisas realizadas na Europa revelaram taxas significativas de assédio sexual no local de trabalho, já que entre 40% e 50% das mulheres na União Europeia relatam ter sofrido alguma forma de assédio sexual ou comportamento sexual indesejado no local de trabalho. Algumas pequenas pesquisas realizadas em países da Ásia e do Pacífico indicam que entre 30% e 40% das trabalhadoras relatam ter sofrido algum tipo de assédio, seja verbal, físico ou sexual. O assédio sexual e a violência contra meninas e mulheres jovens em instituições de ensino também são objeto de um número maior de investigações. Estudos indicam que a extensão da violência nas escolas pode ser significativa. Meninas e mulheres que participam de atividades esportivas podem correr o risco de violência baseada em gênero, exploração e assédio, infligidas por outros atletas, espectadores, treinadores, representantes e familiares ou membros da comunidade¹⁶².

No que tange ao tráfico de mulheres é uma forma de violência que ocorre em vários cenários e geralmente envolve muitos fatores diferentes, incluindo famílias, intermediários locais, redes criminais internacionais e autoridades de imigração. O tráfico de seres humanos ocorre entre diferentes países ou dentro do mesmo país. A maioria das vítimas de tráfico de pessoas são crianças e mulheres, e muitas são traficadas para exploração sexual¹⁶³.

Relativamente à violência contra as mulheres em situações de privação de liberdade nas prisões, instituições de assistência social, centros de detenção de imigração e outras instituições do Estado constitui violência cometida pelo Estado. A violência sexual, particularmente o estupro, cometida contra mulheres detidas é considerada uma violação flagrante da dignidade humana e de seu direito à integridade física¹⁶⁴.

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ Idem.

Igualmente, o uso da esterilização para controlar o comportamento reprodutivo da população feminina, ou de um subgrupo específico, constitui violência contra as mulheres. Embora não existam estudos quantitativos sistemáticos, a prática da esterilização forçada foi comprovada e condenada. Houve relatos de esterilização forçada ou compulsória de certas populações, como meninas e mulheres ciganas na Europa e mulheres indígenas nos Estados Unidos e Canadá¹⁶⁵.

Por último, durante o conflito armado, as mulheres experimentam todas as formas de violência física, sexual e psicológica, cometidas por autores estatais e não estatais. Tais formas incluem homicídios premeditados ou não, tortura e outros tratamentos ou punições cruéis, desumanos ou degradantes, sequestros, mutilações e desfigurações, recrutamento forçado de combatentes, estupros, escravidão sexual, exploração sexual, desaparecimentos involuntários, prisões arbitrárias, casamentos forçados, prostituição forçada, aborto forçado, gravidez forçada e esterilização compulsiva. A violência sexual tem sido usada durante conflitos armados por muitas razões diferentes, em particular como uma forma de tortura, para causar ferimentos, extrair informações, degradar, intimidar e destruir comunidades¹⁶⁶.

Independentemente do tipo de violência, traz consequência graves à saúde da mulher e repercussões negativas sociais e intergeracionais¹⁶⁷. Há diversas formas de ser perpetrada uma violência contra a mulher. É um problema amplo e sério que afeta a vida de inúmeras mulheres e constitui um obstáculo à conquista da igualdade, desenvolvimento e paz em todos os países. Põe em perigo a vida das mulheres e impede-as de atingirem total desenvolvimento de suas capacidades, prejudica também o exercício de seus direitos como cidadãs, causa danos às famílias e comunidades e reforça outras formas de violência em todas as sociedades, muitas vezes com consequências letais¹⁶⁸.

Não é possível abordar completamente todas as formas e manifestações de violência contra a mulher apenas neste estudo. Em contrapartida, apesar de haver inúmeros tipos de violência que podem ocorrer em face da mulher, acredita-se ainda que a maior parte da violência ocorre no âmbito relacional íntimo¹⁶⁹, razão pela qual a partir do capítulo seguinte este tipo de violência receberá maior destaque.

¹⁶⁵Idem.

¹⁶⁶Idem.

¹⁶⁷Ibid., p. 55-57.

¹⁶⁸Ibid., p. 119.

¹⁶⁹Nesta linha "Actualmente a frequência com que assistimos nos meios de comunicação social a notícias e documentários sobre violência praticada em ambiente familiar, apenas vem chamar a atenção para aquilo que muitos estudos e investigações sobre violência têm concluído: o lar familiar tem-se revelado afinal como um local bem mais perigoso do que muitos daqueles que todos nós, mesmo os mais afoitos, evitamos no nosso

CAPÍTULO III - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Estudar violência doméstica não é uma tarefa fácil, vez que envolve duas linhas conflitantes. Uma perspectiva reconhece a violência doméstica como uma violência que atinge mulheres e homens, sendo, portanto, uma violência que ocorre na família, encontrando-se assim ambos abrigo legal; e outra que entende que a mulher é vítima predominante das agressões dos homens, neste caso, apenas a mulher possui proteção legal.

Independentemente das duas perspectivas, este tipo de violência é difícil de ser descoberta. Um estudo nomeado de *The Violence of Privacy*, escreveu: "contrariamente à atenção quase histórica que é historicamente prestada à violência cometida em público, a violência na vida privada é mais ou menos negligenciada"¹⁷⁰. Parece que ao tornarem visíveis a violência pública acabam por frequentemente silenciar os absurdos ocorridos em seio familiar¹⁷¹. Foi necessário percorrer um longo caminho para que a violência ocorrida na família fosse considerada crime¹⁷².

A violência doméstica é um grave problema social, de saúde e de segurança pública, atinge a vítima, sua família e a sociedade. Por este motivo, acaba por ter implicações legais que surgiram e surgem pela evolução da proteção dos direitos humanos. Tem uma elevada incidência e qualquer pessoa pode ser vítima, independentemente do seu nível social, idade, religião, pois ocorre em todas as sociedades, incluindo as mais desenvolvidas economicamente e culturalmente¹⁷³.

Ao estudar violência doméstica, engloba-se todo tipo de violência ocorrida na família, assim acaba por incidir sobre "qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar" ou "que, mesmo não coabitando" tenha tido algum tipo de relação íntima de afeto com a vítima¹⁷⁴.

Uma destas formas específicas de violência doméstica, e a mais recorrente, é a violência ocorrida entre parceiros íntimos. Assim, não será tratada aqui toda a problemática que envolve o tipo penal do crime especificado, mas somente a violência no seio das relações

quotidiano". Cfr. LEONARDO, José. Crimes violentos em contexto familiar. In: **Polícia e Justiça**, III série (número especial), Coimbra: Coimbra Editora, 2004, p. 209.

¹⁷⁰DAHL, ToveStang. *The Violence of Privacy*. In: **Acta Sociologica**, vol. 18, n. 2-3, Abril de 1975, p. 269.

¹⁷¹Idem.

¹⁷²DIAS, Isabel. Violência Doméstica e Justiça: respostas e desafios. In: **Revista do Departamento de Sociologia da FLUP**, vol. XX, p. 254-255, 2010. Disponível

em: <file:///C:/Users/user/Dropbox/Disserta%C3%A7%C3%A3o/isabel%20dias%20artigo%20vd.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2019.

¹⁷³PAULINO, Mauro; RODRIGUES, Miguel. **Violência Doméstica- identificar, avaliar, intervir**. Estoril: Prime Books, 2016, p. 33-36.

¹⁷⁴Ibid., p. 33.

entre atuais ou ex-parceiros íntimos ou que vivem ou viveram em situação análoga. Neste caso, se pode chamar de violência conjugal¹⁷⁵, violência entre parceiros íntimos¹⁷⁶ ou por violência relacional íntima¹⁷⁷.

3.1 SUJEITO ATIVO E PASSIVO

No que toca a perspectiva que define a violência perpetrada majoritariamente contra as mulheres, a doutrina defende que a violência ocorre como consequência da cultura masculina e patriarcal, sendo um problema relacionado ao gênero¹⁷⁸. Neste caso, quem defende tal afirmativa, considera violência de gênero como um tipo de violência que afeta principalmente ou unicamente vítimas mulheres, conforme visto no capítulo anterior.

Quanto a linha que conceitua a violência doméstica baseada na violência que atinge mulheres e homens, salvaguarda que a violência doméstica não é um problema de gênero, mas um problema na família¹⁷⁹ e compreende todo ato de ação ou omissão realizado por alguém do ciclo familiar, que detem uma posição de poder, que afete o bem estar e a integridade psicológica e o crescimento integral de qualquer outro membro da família, independentemente de onde ocorra¹⁸⁰.

Philip Cook diz que os homens podem ser vítimas de violência doméstica tanto quanto as mulheres e ignorar a violência ocorrida contra os homens, contribuirá para que este tipo de violência continue no futuro¹⁸¹.

¹⁷⁵OLIVEIRA, Danielle Cristina de; SOUZA, Lídio de. Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogos. In: **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v6n2/v6n2a04.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2019.

¹⁷⁶DIAS, Isabel. **Op. Cit.**, p. 1.

¹⁷⁷LEITE, André Lamas. A violência relacional íntima. In: **Julgar**, Coimbra, novembro, 2010, n. 12 (especial), p. 26.

¹⁷⁸Outros autores que defendem a mesma linha: YLLO, A.K. Through a feminist lens: gender, power, and violence. In: R. J. Gelles & D. R. Loseke (Eds.). **Current contro- versies on family violence**. Newbury Park, CA: Sage, 1993 e PAGELOW, M.D. **Woman-Battering: victims and their experiences**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1981.

¹⁷⁹STRAUS, Murray A.; GELLES, Richard J. Physical Violence in American Families: risk factors and adaptations to violence. In: **8,145 families**. London: Transaction Publishers, 1990, GELLES, R.J.; STRAUS, M. Determinants of violence in the family: Toward a theoretical integration. In: W.R. Burr, R. Hill, F.I. Nye e I.L. Reiss (Eds.), **Contemporary Theories about the Family**. New York: The Free Editora, 1979 e STRAUS, M.A.; GELLES, R.J. Societal change and change in family violence from 1975 to 1985 as revealed in two national surveys. In: **Journal of Marriage and the family**, n. 48, 1986.

¹⁸⁰SHRADER, Elizabeth; Sagot, Monserrat. **Domestic Violence: women's way out**. Washington: Pan American Health Organization, 2000, p. 10.

¹⁸¹COOK, Philip W. The Whole Truth About Domestic Violence. **Abused Men**. 13 set. 2013. Disponível em: <http://abusedmen.com/the-whole-truth-about-domestic-violence/>. Acesso em: 15 jul. 2019.

Ana Vicente reforça dizendo que normalmente a violência na família vem por parte do mais forte, que possui um abuso de poder sobre o mais fraco, e não significa necessariamente, que o mais forte seja o homem¹⁸².

No mesmo sentido, a Convenção de Istambul conceitua violência doméstica como um tipo de violência que acomete homens e mulheres, por mais que as mulheres estejam mais propícias a sofrerem este tipo de violência¹⁸³.

Uma pesquisa realizada pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) em seu relatório anual de 2018 apontou claramente que a mulher (86,3%) é quem mais sofre violência quando o tipo de crime é de violência doméstica, sendo que o homem é o que mais comete este tipo de delito. Apontou também que dentre as relações do autor e vítima 31,5% eram cônjuges, 17,7% companheiro(a) e 12,6% ex-companheiro(a). Ademais, "os crimes contra as pessoas representam 96% do total de crimes e outras formas de violência assinalados à APAV, com especial relevo para os crimes de violência doméstica (77,5%)"¹⁸⁴.

Outra pesquisa realizada pelo Sistema de Segurança Interna de Portugal (Relatório Anual de 2018) constatou que no âmbito da violência doméstica 78,6% das vítimas são mulheres, sendo que em 53,1% dos casos a vítima é cônjuge ou companheiro/a, 16,7% ex-cônjuge/ex-companheiro(a). Na mesma pesquisa, o que tange a população prisional, no dia 31 de dezembro de 2018 encontravam-se 154 (cento e cinquenta e quatro) reclusos preventivos pelo crime de VD, sendo que 119 (116 homens e 3 mulheres) estavam aguardando julgamento e 35 (todos homens) aguardando trânsito em julgado da decisão. O relatório também diz que haviam 708 condenados (700 homens e 8 mulheres) e 44 inimputáveis (39 homens e 5 mulheres)¹⁸⁵.

Com base nas pesquisas realizadas pela APAV¹⁸⁶ e pelo Sistema de Segurança Interna de Portugal, o homem nem sempre é o único agressor e, mesmo que fosse possível fazer esta

¹⁸²VICENTE, Ana. Direito das mulheres, direitos humanos. In: **Caderno da condição feminina**, n.º 59. Lisboa: Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres, 2000, p. 48.

¹⁸³Vide Convenção de Istambul.

¹⁸⁴Na mesma pesquisa constatou que "As relações de cônjuge, companheiro/a, ex-cônjuge, ex-companheiro/a, ex-namorado/a e namorado/a no seu conjunto totalizam 57,7% das relações existentes entre vítima e autor/a do crime. Neste sentido, percebe-se que o contexto das relações de intimidade continua a sobressair no que diz respeito à relação da vítima com o/a autor/a do crime. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

Estatísticas APAV: Relatório Anual 2018. Lisboa, 2018. Disponível em: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2018.pdf. Acesso em: 21 ago. 2019.

¹⁸⁵SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA. **Relatório Anual de Segurança Interna**. 2018. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=ad5cfe37-0d52-412e-83fb-7f098448dba7>. Acesso em: 16 jul. 2019.

¹⁸⁶Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. **Estatísticas APAV – Homens Vítimas de Violência Doméstica 2013-2018**. Lisboa, 2018. Disponível

afirmação, não seria viável dizer que a violência relacional íntima é motivada puramente pela cultura machista e patriarcal. Esta concepção pode ser um dos fatores para ocasionar a violência, mas não é o único. O conflito é inerente a todas as relações, assim, mesmo se um casal for feliz, em algum dado momento enfrentará uma situação de conflito, sendo, portanto, um fenômeno complexo que vai além das relações sócio-patriarcais, motivo pelo qual enfatizar que a violência entre parceiros íntimos ocorre apenas por ainda se estar em um sistema patriarcal, estar-se-ia fechando os olhos para a realidade social¹⁸⁷.

O sistema português adota o mesmo posicionamento defendido no parágrafo anterior ao não fazer menção expressa ao gênero feminino no art. 152.º do CP. Assim, não exige uma qualidade especial dos sujeitos, defendendo a ideia de que a violência doméstica pode atingir tanto o gênero masculino como o feminino¹⁸⁸.

Como forma apenas de enriquecer o tema, a seguir será abordada a legislação brasileira no que se refere aos sujeitos do crime de violência doméstica, vez que a lei analisada faz menção expressa ao gênero feminino, o que resulta na ausência de proteção legal do gênero masculino.

3.1.1 Lei Maria da Penha - Lei 11.340/2006

No Brasil, a violência doméstica está respaldada por uma lei específica sobre o tema. Encontra-se respaldo na Lei 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006, conhecida notoriamente por Lei Maria da Penha¹⁸⁹. A lei não exige necessariamente que as partes sejam marido ou mulher ou que já tenham sido casados um dia. Apenas o vínculo da relação doméstica, familiar ou afetiva já é suficiente para a caracterização do delito. A lei protege apenas as

em: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_VD_Homens_2013_2018.pdf. Acesso em: 27 nov. 2019.

¹⁸⁷FERREIRA, Maria Eliabete. **Da intervenção do Estado na Questão da Violência Conjugal em Portugal**. Coimbra: Almedina, 2005, p. 53-54.

¹⁸⁸DIAS, Jorge de Figueiredo (Org.); CARVALHO, Américo Taipa de. **Comentário Conimbricense do Código Penal: parte especial**. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, vol. 1, Tomo I, p. 515 e ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de. **Comentário do Código Penal: à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem**. Lisboa: Universidade Católica, 2008, p. 591.

¹⁸⁹BRASIL. **Lei nº 11.340/2006, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Brasília: Congresso Nacional, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 6 ago. 2019.

mulheres no âmbito doméstico, não faz menção em nenhum momento ao homem como vítima de violência doméstica¹⁹⁰.

Assim, pela legislação interna brasileira o sujeito ativo pode ser homem ou mulher, não importa o gênero em questão. Todavia, o sujeito passivo obrigatoriamente tem que ter a qualidade especial, ser mulher, ou seja, companheira, ex-companheira, cônjuge, ex-cônjuge, namorada, ex-namorada, mãe, sogra, avó, filhas, netas também englobam este sujeito, apesar de ter possibilidade do sujeito passivo não ser necessariamente a mulher. A legislação brasileira, portanto, faz menção expressa ao gênero feminino¹⁹¹.

Entretanto, a Lei Maria da Penha inseriu no art. 129.º do Código Penal Brasileiro um novo tipo penal no §9.º referente a lesão corporal decorrente de violência doméstica. Este parágrafo trata do aumento de pena praticado no âmbito da violência doméstica, mas não faz menção expressa ao gênero, apesar de ter sido inserido no contexto da Lei Maria da Penha. Assim, neste caso fica a questão de saber se este parágrafo se aplica às lesões corporais cometidas contra homens no âmbito das relações domésticas¹⁹².

O Superior Tribunal de Justiça¹⁹³ se manifestou dizendo que o aumento de pena previsto neste dispositivo abrange também as lesões corporais sofridas pelos homens. No entanto, institutos da Lei Maria da Penha, como, por exemplo, medidas de prevenção, só se aplicam quando a vítima for do gênero feminino.

Concorda-se com a posição do STJ, vez que o parágrafo supramencionado não faz menção expressa ao gênero, o que faz com que a proteção legal atinja a todos, independentemente da sua sexualidade ou identidade. Além do mais, o ideal é proteger tanto o

¹⁹⁰A Lei Maria da Penha não se aplica no contexto de outras violências, mesmo que baseada no gênero, como as que ocorrem nas escolas, ambientes de trabalho ou ambientes institucionais. Assim, a sua incidência abrange um âmbito bem específico. Cfr. DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 40. Na legislação brasileira, a única proteção legal que há referente a qualidade especial da vítima ser mulher é no caso de ser cometido um crime de feminicídio, conforme posiciona o art. 121.º, a partir do § 2.º, do Código Penal Brasileiro. Frisa-se que neste caso a menção é sobre o sexo feminino e não ao gênero.

¹⁹¹Neste caso todas as pessoas que se reconhecem como mulheres, por mais que não possuam a genitália feminina, estão acobertadas pelas normas da Lei Maria da Penha, através dos artigos. 2.º e 5.º da referida Lei. DIAS, Maria Berenice. **Op. Cit.**, p. 35-42.

¹⁹²BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848/1940, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 6 ago. 2019.

¹⁹³BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (5ª Turma). **Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC) 27.622/RJ n. 2010/0021048-3**. Lesão corporal praticada no âmbito doméstico. Vítima do sexo masculino. Alteração do preceito secundário pela Lei n. 11.340/06. Aplicabilidade. Desclassificação para o delito descrito no artigo 129, caput, c/c art. 61, inciso II, alínea “e”, do Código Penal. Norma de aplicação subsidiária. Constrangimento ilegal não evidenciado. Recurso improvido. Relator: Ministro Jorge Mussi. Pesquisa de Jurisprudência, Brasília, 7 ago. 2012. Data de publicação da súmula: 23 de agosto de 2012. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/>. Acesso em: 9 ago. 2019.

gênero feminino como o masculino, bem como se fazer constar expressamente ambos os gêneros na legislação para que não reste dúvidas acerca da interpretação da lei.

Com isto, percebe-se que na legislação brasileira só há um dispositivo no código penal que protege os homens no seio da violência doméstica, sendo que este artigo não o protege de todas as formas de violência. Ao interpretar a legislação e a decisão do STJ, é possível compreender que o homem ainda se encontra desamparado, não possui uma completa proteção legal neste âmbito, diferentemente das mulheres que possuem respaldo na Lei Maria da Penha.

Sabe-se que quando a Lei Maria da Penha foi criada apenas as violências perpetradas à mulher dentro do âmbito doméstico e familiar que possuíam conhecimento notório. Não se falavam nas violências contra o homem neste seio, pelo ao contrário, para a sociedade e Estado era impossível e inadmissível uma mulher exercer a sua autoridade dentro da família. Inclusive, a Lei 11.340/2006 é conhecida como Lei Maria da Penha, em homenagem a Maria, vítima de agressões por parte de seu marido, que revolucionou as leis de proteção a mulher no país¹⁹⁴.

Em 29 maio de 1983, em seu domicílio, Maria sofreu a primeira tentativa de homicídio cometida por seu marido, Marco Antonio Heredia Viveros que atentou contra a sua vida com um tiro em suas costas, enquanto ela dormia, e alegou para a polícia que Maria havia sofrido uma tentativa de assalto, versão esta posteriormente declarada falsa pela perícia. Este fato ocasionou danos graves à vítima que acabou por ficar paraplégica e com marcas psicológicas graves¹⁹⁵.

Não satisfeito, quatro meses depois, ao Maria retornar do hospital (após duas cirurgias, internações e tratamentos), foi mantida em cárcere privado por 15 dias, bem como sofreu uma nova tentativa de morte, Marco tentou eletrocutá-la enquanto tomava banho. Todos estes fatos ocorreram em Fortaleza, onde moravam o casal¹⁹⁶.

¹⁹⁴DIAS, Maria Berenice. **Op. Cit.**, p. 13. "Como resultado dessa agressão, Maria da Penha ficou paraplégica devido a lesões irreversíveis na terceira e quarta vértebra torácicas, laceração na dura-máter e destruição de um terço da medula à esquerda- constam-se ainda outras complicações físicas e traumas psicológicos". **Quem é Maria da Penha?** Instituto Maria da Penha [s.l.], Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 13 ago. 2019.

¹⁹⁵**Comissão Interamericana de Direitos Humanos: Organização dos Estados Americanos**. 2001. Disponível em: https://assetscompromissoeatituedeipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/OEA_CIDH_relatorio54_2001_casoMariadaPenha.pdf. Acesso em: 28 ago. 2019

¹⁹⁶ Idem.

Deste modo, Maria da Penha foi vítima de dupla tentativa de feminicídio por parte do seu então marido¹⁹⁷.

Marco teve sua primeira condenação em 1991, quando o judiciário decidiu por condená-lo a 15 anos de prisão, que foram reduzidos para 10 anos, por ele não ter nenhuma condenação anterior. Entretanto, não satisfeito com a decisão, optou por recorrer, neste momento, o judiciário estabeleceu que ele poderia esperar o julgamento do recurso em liberdade. A tramitação do recurso durou até 4 de maio de 1995 e o judiciário optou por anular o julgamento. Após, o marido de Maria da Penha foi levado ao segundo julgamento, em 1996, tendo o judiciário decidido por condená-lo a 10 (dez) anos e 6 (seis) meses de prisão. Ocorre que, seus advogados, alegaram que haviam irregularidades no processo e, assim, novamente a decisão não foi cumprida¹⁹⁸.

Diante da grave violação aos direitos humanos, o caso ficou muito conhecido e repercutiu no mundo inteiro (1998). Com isto, Maria da Penha, o Centro pela Justiça e o Direito Internacional - CEJIL e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher- CLADEM fizeram uma denúncia formal à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), o que gerou um novo processo¹⁹⁹.

Mesmo após a denúncia, o Brasil não se pronunciou sobre os fatos enquanto o processo estava em tramitação²⁰⁰, apesar de por quatro vezes ter recebido ofícios da CIDH/OEA (1998 a 2001) solicitando informações, mas somente em 2001 o Brasil foi condenado internacionalmente²⁰¹.

O Relatório da OEA ordenou que o Brasil pagasse uma indenização no valor de 20 mil dólares à Maria da Penha e responsabilizou o país por negligência, omissão e tolerância com

¹⁹⁷ **Quem é Maria da Penha?** Instituto Maria da Penha [s.l.], Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 13 ago. 2019.

¹⁹⁸ **Comissão Interamericana de Direitos Humanos.** Caso 12.051, Relatório 54/01, Maria da Penha Maia Fernandes vs. Brasil. 2001.

Disponível em: https://assetscompromissoeatitudeipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/OEA_CIDH_relatorio54_2001_casoMariadaPenha.pdf. Acesso em: 28 ago. 2019.

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ **Quem é Maria da Penha?** Instituto Maria da Penha [s.l.], Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 13 ago. 2019.

²⁰¹ DIAS, Maria Berenice. **Op. Cit.**, p. 13-14 e **Comissão Interamericana de Direitos Humanos.** Caso 12.051, Relatório 54/01, Maria da Penha Maia Fernandes vs. Brasil. 2001. Disponível em: https://assetscompromissoeatitudeipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/OEA_CIDH_relatorio54_2001_casoMariadaPenha.pdf. Acesso em: 28 ago. 2019.

relação à violência doméstica praticada em face das mulheres brasileiras e fez recomendações de várias medidas²⁰².

Diante da ausência de medidas legais para prevenir e combater a violência doméstica, em razão da vítima ser mulher, ou seja, ter o gênero feminino, em 2002, formaram-se ONGs Feministas para a criação de uma lei que combatesse qualquer tipo de violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar. Depois de muita discussão com o Legislativo, Executivo e a sociedade, o Projeto de Lei n.37/2006 foi aprovado e, com isto, o Presidente à época, Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006²⁰³.

Em 2008, a Lei Maria da Penha, através do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - UNIFEM se tornou referência internacional, bem como uma das três legislações mais adiantadas quando se refere a violência de gênero²⁰⁴.

Na época, como a violência doméstica prevalecia muito no país em prol única e exclusivamente da mulher acabou por ser um grande mecanismo de proteção em face das mulheres que sofriam este tipo de violência. Entretanto, antes de sua vigência muitas doutrinas e jurisprudências defenderam que a Lei Maria da Penha era inconstitucional, pois objetiva prevenir e erradicar a violência doméstica somente contra as mulheres, o que afronta a igualdade material diante dos homens, já que a Constituição brasileira consagra a igualdade formal pelo princípio da isonomia²⁰⁵. Este entendimento foi superado pela jurisprudência, tendo decidido que a mulher é mais vulnerável quando se trata de agressões no seio privado diante dos fatores culturais e sociais, bem como há relevante diferença de força física entre os gêneros²⁰⁶.

É certo também que antigamente, por conta da grande desigualdade material entre homens e mulheres, firmada pelo sistema patriarcal, a mulher não exercia autoridade alguma dentro do seio familiar e acabava por ser a única vítima neste tipo de crime²⁰⁷. Mas também é certo que, a medida que o movimento feminista foi ganhando visibilidade e conquistando

²⁰²"Foi em face da pressão sofrida por parte da OEA que o Brasil, finalmente, cumpriu as convenções e tratados internacionais do qual é signatário". Cf. DIAS, Maria Berenice. **Op. Cit.**, p.14.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴CHAKIAN, Silvia. **A Construção dos Direitos das Mulheres: Histórico, Limites e Diretrizes para uma Proteção Penal Eficiente**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, p. 262.

²⁰⁵Ibid., p. 263.

²⁰⁶Através da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC 19). Por votação unânime, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou, a constitucionalidade dos artigos 1.º, 33.º e 41.º da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que estabelece mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

²⁰⁷BONINO, Luís Méndez. Mujeres em red: Violencia de género y prevención. El problema de la violencia masculina. In: **Revista de la Dirección General de la Mujer de la Comunidad Autónoma de Madrid**, nº 36, ano 2000. Disponível em: <https://www.nodo50.org/mujeresred/violencia-lbonino.html>. Acesso em: 25 ago. 2019.

direitos, as mulheres tiveram sua autonomia e seu espaço reconhecido nas mais diversas áreas, apesar de se saber que ainda tem muito o que se fazer e conquistar²⁰⁸. Com isto, obtiveram também avanços nos conceitos de violência de gênero, violência de gênero contra a mulher e violência doméstica, conforme estudado no capítulo anterior.

Igualmente, não haviam estudos sobre a questão do homem sofrer violência doméstica, mas como viu-se acima, as estatísticas mais recentes já demonstram que os homens podem ser vítimas também deste tipo de crime. Claro, conforme demonstrado nas mesmas pesquisas, ainda a mulher é a que mais sofre quando o assunto é violência doméstica, mas não é a única²⁰⁹.

Por mais que as mulheres sejam por força de violência histórica e atual mais vítimas deste tipo de crime, acabam em determinados momento agredindo seus parceiros também. Em menor escala? Sim, mas declinar a legislação apenas para um lado não parece a maneira mais assertiva de resolver este tipo de violência²¹⁰.

A luta diária contemporânea do feminismo é pela equidade de gênero, em busca da redução máxima da desigualdade, através da aplicação da igualdade formal já consagrada no texto constitucional²¹¹.

Neste caso, não se pode concordar com a posição das autoras brasileiras Silva Chakian e Valeria Scarance Fernandes que justificam que a violência perpetrada em face do homem não ocorre no âmbito doméstico e familiar, mas sim em espaço público e possuem caráter eventual e em regra é realizada por um desconhecido²¹².

²⁰⁸GARCIA, Carla Cristina. **Op. Cit.**, p. 112-113.

²⁰⁹Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. **Estatísticas APAV – Homens Vítimas de Violência Doméstica 2013-2018**. Lisboa, 2018. Disponível em: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_VD_Homens_2013_2018.pdf. Acesso em: 27 nov. 2019.

²¹⁰No mesmo sentido: "Por se considerar que os homens são potencialmente mais fortes e mais agressivos, parece ser socialmente mais aceitável uma mulher agredir seu parceiro, amparada pelas teses de autodefesa. Nesse sentido, a utilização da violência como estratégia de enfrentamento de conflitos, tanto para homens quanto para mulheres, deve ser considerada. Obviamente, as taxas de violência doméstica oficiais contra as mulheres são bem maiores que as dos homens, mesmo considerando que a subnotificação ocorre para os dois casos, tanto pela falta de assistência do governo em oferecer serviços mais eficientes, quanto por questões relacionadas à vergonha feminina, humilhação e medo, e à honra masculina. Contudo, estatísticas reduzidas não são uma boa justificativa para se negar a necessidade de estudos que considerem os homens também como agredidos, ainda que geralmente figurem como os principais agressores". ALVIM, Simone Ferreira; SOUZA, Lídio de. **Violência Conjugal em uma perspectiva relacional : homens e mulheres agredidos/agressores**. In: **Psicologia: Teoria e Prática**, Espírito Santo, 2005, p. 180. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v7n2/v7n2a07.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

²¹¹GARCIA, Carla Cristina. **Op. Cit.**, p. 12-113

²¹²CHAKIAN, Silvia. **Op. Cit.**, p. 264 e FERNANDES, Valéria Diez Scarance. **Lei Maria da Penha: o processo penal no caminho da efetividade**. Tese (Doutorado em Direito Processual Penal). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013. Outrossim, em uma pesquisa brasileira voltada para assassinatos ocorridos em meio a relações íntimas de afeto, a pesquisadora Rosemary Almeida, identificou que as mulheres cometeram o crime por diversas razões, e não apenas por ciúmes e maus-tratos, conforme muitos

O fato do sistema português não fazer menção expressa ao gênero no âmbito da violência doméstica não significa que não aborda ou protege as mulheres ou até mesmo que traz consequências negativas no combate a VD. Pelo contrário, demonstra que o Estado não está apenas na busca pela igualdade formal, mas também da igualdade material ao reconhecer que a violência doméstica pode atingir mulheres e homens²¹³.

Se a solução deste problema fosse apenas priorizar a igualdade formal, fazendo menção expressa ao gênero feminino na legislação, o Brasil não se encontraria na situação dada pelas estatísticas a seguir:

No Brasil, a cada 2 minutos uma mulher registra agressão sob a Lei Maria da Penha²¹⁴. Em 2017, foram registrados 606 casos por dia de lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica e familiar que dá um total de 221.238 casos²¹⁵.

Fora do âmbito doméstico, de acordo com os dados de segurança pública, em 2017, 4.539 mulheres foram vítimas de homicídio, sendo que deste total, 1.133 eram feminicídios²¹⁶. O número de estupros no país também cresceu de 2016 para 2017 passando de 54.968 para 60.018 casos registrados, um aumento de 8,4% em um ano²¹⁷. De acordo com o mapa de violência de 2015, num grupo de 83 países, o Brasil é o 5.º país mais violento no mundo com mulheres e Portugal encontra-se na 50.ª posição²¹⁸.

Percebe-se, portanto, que quando se trata da violência doméstica e familiar o mais acertado não é priorizar apenas a igualdade formal, através de uma legislação específica que beneficie apenas um gênero. O ideal é optar por ambas as igualdades, ou seja, a igualdade

autores tendem a afirmar. Cfr. ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que Matam: Universo Imaginário do Crime no Feminino**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ - Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

²¹³Sobre igualdade formal e material veja: CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição Direito Constitucional Positivo**. Belo Horizonte: Del Rey. 17.ª ed., rev. atual. e ampl, 2011, p. 694-697; CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina, 7ª ed, 2003, p.426-432 e GUERRA, Paulo; GAGO, Lucilla. (Orgs.) **Op. Cit.**, p. 28.

²¹⁴Plataforma de Violência Contra as Mulheres em Dados. **Violência Contra as Mulheres em Dados**.

2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>. Acesso em: 28 ago. 2019.

²¹⁵Idem.

²¹⁶Idem.

²¹⁷Idem.

²¹⁸"Efetivamente, só El Salvador, Colômbia, Guatemala (três países latino-americanos) e a Federação Russa evidenciam taxas superiores às do Brasil. Mas as taxas do Brasil são muito superiores às de vários países tidos como civilizados: 48 vezes mais homicídios femininos que o Reino Unido; 24 vezes mais homicídios femininos que Irlanda ou Dinamarca; 16 vezes mais homicídios femininos que Japão ou Escócia. Esse é um claro indicador que os índices do País são excessivamente elevados". Cfr. WASELIZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015 - Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, ONU Mulheres, Organização Pan Americana da Saúde, Organização Mundial da Saúde, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). 2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

formal (igualdade expressa, escrita) e igualdade material (interpretação e aplicação da lei), o que faz com que o sistema português esteja mais avançado no tocante a este crime²¹⁹.

3.2 OS TIPOS DE VIOLÊNCIA

No âmbito da violência doméstica, a violência se manifesta de diversas formas, conforme contempla o Código Penal Português, meios de prevenção e combate a violência doméstica, doutrina e instrumentos internacionais de proteção. As formas mais comuns são: violência psicológica, física, social, patrimonial ou econômica e sexual. Não há uma ordem de início e algumas mulheres acabam por sofrer mais violência que outras. Com a decorrência do tempo, tende a aumentar a intensidade, a frequência que ocorre e a gravidade de cada ato praticado²²⁰.

A violência pode começar, por exemplo, através de uma violência emocional ou psicológica, neste caso, o agressor apresenta comportamentos de humilhação à vítima em privado ou em público através de palavras de desprezo, insultos, gritos ou até mesmo destrói objetos e documentos pessoais. O agressor pode acusá-la de traições, bem como ameaçá-la, persegui-la e diminuí-la. A ameaça encaixa-se no tipo de violência emocional, pois o agressor promete, anuncia e adverte a vítima. Assim, acaba por deixá-la aflita, apreensiva e com medo de que cumpra com suas ameaças²²¹. Consiste, portanto, no uso das palavras e no comportamento. Utilizar os filhos para impor ações à mulher é algo muito comum também nestas situações, o que faz com que fique sujeita ao seu domínio²²².

A violência física ocorre quando o agressor utiliza o uso da força para atingi-la e feri-la. Aqui engloba qualquer tipo de contato físico, por mais que o contato não deixe marcas no

²¹⁹CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Op. Cit.**, p. 694-697 e CANOTILHO, J.J. Gomes. **Op. Cit.**, p.426-432.

²²⁰NUNES, Carlos Casimiro; MOTA, Maria Raquel. O crime de violência doméstica: a al. b) do n.º1 do art. 152º do Código Penal. In: **Revista do Ministério Público**, Lisboa, n. 122, Abril/Junho 2010, p. 140.

²²¹SOUZA, Sandra Duarte de; SANTOS, Naira Pinheiro (Orgs). **Violência doméstica: uma cartilha para mulheres, técnicos e técnicas do poder público e lideranças religiosas**. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2018, p. 12 e LISBOA M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. **Violência e gênero – Inquérito nacional sobre a violência exercida contra mulheres e homens**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2009, p. 40-41.

²²²A intimidação surge no contexto da violência emocional e psicológica "consiste em manter a mulher vítima sempre com medo daquilo que o agressor possa fazer contra si e/ou contra seus familiares (sobretudo filhos) e amigos, a animais de estimação ou bens. Para tal, o agressor pode recorrer a palavras, olhares e expressões faciais, gesto mais ou menos explícitos, mostrar ou mexer em objectos intimidatórios (e.g. limpar a espingarda, carregar o revólver, afiar uma faca, exhibir um bastão, dormir com armas à cabeceira da cama, ter armas na mão quando aborda sexualmente a sua companheira) (...) através destas estratégias o agressor consegue manter a vítima sobre o seu domínio/controlo, na medida em que, num contexto de tensão e violência iminente, aquela acaba por viver submergida na ansiedade e no medo". Cfr. NUNES, Carlos Casimiro; MOTA, Maria Raquel. **Op. Cit.**, p. 140-142.

corpo da agredida. Exemplos de agressões físicas: murros, pontapés, puxar cabelo, empurrão, queimar, entre outros comportamentos que podem ser menos graves ou extremamente graves que resultem em lesão corporal grave ou até mesmo a morte²²³.

A violência social dá-se quando o agressor a priva de sua liberdade, a isola, a prende em cárcere privado, a afasta do convívio social com amigos e familiares. Ele decide o que a vítima tem ou não que fazer, privando-a das suas redes sociais e de se ausentar de casa sozinha. Vê-se a vítima por muitas das vezes se afastar dos amigos, familiares por ordem do agressor ou até mesmo por conta própria, por vergonha da situação em que vive²²⁴.

A violência patrimonial ou econômica acontece quando a mulher depende financeiramente do agressor, na grande maioria das vezes, este dificulta a vítima a ganhar seu próprio dinheiro ou se ela ganha, ele acaba por querer controlar todo seu acesso ao dinheiro ou bens de necessidades básicas²²⁵. Neste caso, todas as mulheres, independente do seu nível social, podem estar expostas a este tipo de violência devido a fatores individuais e contextuais. Desse modo, estas mulheres apresentam menores probabilidades de sair da relação e maiores chances de retornar ao parceiro agressor²²⁶.

Veja, se a vítima possui emprego ou condições financeiras estáveis fica difícil para o agressor ter o domínio sobre ela. Assim, este tipo de violência acaba por ser mais utilizada quando a mulher se encontra desempregada, onde o agressor acaba por ser o único provedor da família²²⁷.

Por último, a violência sexual. Este tipo de violência forma-se quando não há consentimento da vítima para prática de qualquer ato sexual. O não consentimento é suficiente para caracterizar a prática, conforme disposto na Convenção de Istambul explanada no primeiro capítulo do presente estudo, apesar da legislação portuguesa ainda não fazer menção expressa a falta de consentimento no tipo penal. Inclusive, caracteriza-se quando o companheiro ou cônjuge mantém relação sexual com a vítima mesmo sem seu consentimento. Assim, a penetração contra a sua vontade, agressões durante a penetração ou obrigar a vítima a engravidar são suficientes para configuração da violência sexual²²⁸.

²²³ No mesmo sentido, privar a vítima de sua liberdade, isolá-la, prendê-la em cárcere privado, afastá-la do convívio social com amigos e familiares resulta também em um tipo de violência. Ibid., p. 142.

²²⁴ Ibid., p. 41.

²²⁵ SOUZA, Sandra Duarte de; SANTOS, Naira Pinheiro (Orgs.). **Op. Cit.**, p. 12 e LISBOA M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. **Op. Cit.** p. 40-41.

²²⁶ SARAIVA, Rute. A dependência económica da vítima de violência doméstica face ao agressor. In: **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**, Coimbra, 2013. LIV, n.º 1 e 2, p. 52.

²²⁷ Idem.

²²⁸ PAULINO, Mauro; RODRIGUES, Miguel. **Op. Cit.** p. 40-41. No mesmo sentido: "toda a forma de imposição de práticas de cariz sexual contra a vontade da vítima (e.g.; violação, exposição a práticas sexuais com terceiros,

A psicóloga americana, Lenore Walker, diz que o ciclo da violência se constitui em três fases: (i) a fase da tensão crescente; (ii) o incidente de violência aguda ou a explosão; e, por último, (iii) a calma, conhecida como a fase da lua de mel. A fase de tensão ocorre quando o agressor demonstra estar irritado e tenso por coisas pequenas. Esta fase pode durar dias, meses ou até mesmo anos e tende a aumentar cada vez mais. Na fase dois, é o momento que a falta de controle acaba e o agressor parte para o ato violento. Toda a tensão acumulada se materializa em diversas formas de violência. Por último, vem a fase do arrependimento, o agressor se arrepende de toda a violência realizada contra a vítima e passa a ter apenas atitudes amáveis em face dela. Entretanto, esta fase não costuma durar por muito tempo, pois logo a tensão volta, bem como as agressões da fase 2²²⁹.

É preciso quebrar as fases mencionadas logo no início para que as agressões físicas não aconteçam. Frisa-se que não há uma ordem para que as violências comecem ou cessem. O agressor pode inclusive chegar a cometer todos os tipos de violência em face de uma única vítima por um período curto ou longo de tempo²³⁰.

3.3 O TIPO PENAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: EVOLUÇÃO LEGISLATIVA E ATUAL REDAÇÃO DO CÓDIGO PENAL PORTUGUÊS

O crime de violência doméstica no Código Penal Português encontra-se tipificado no artigo 152.º. É certo que para possuir esta nomenclatura e figurar de forma autônoma como acontece atualmente precisou haver diversas mudanças legislativas²³¹. A primeira deu-se no

forçar a vítima a manter contactos sexuais com terceiros, exposição forçada à pornografia, exibição pública de imagens de carácter íntimo), recorrendo a ameaças e coacção ou, muitas vezes, à força física para a obrigar. Outros comportamentos, como amordarçar, atar contra a vontade, queimar os órgãos sexuais da vítima são também formas de violência sexual. A violação e coacção sexual são alguns dos crimes sexuais mais frequentemente praticados no âmbito da violência doméstica mas que muitas das vítimas, por força de crenças erróneas, valores e mitos interiorizados, acabam por não reconhecer como tal, achando, incorrectamente, por exemplo, que "dentro do casal não existe violação", são "deveres conjugais" ou "exigências naturais" do homem a que a mulher se deve submeter. A violência sexual engloba também a prostituição forçada pelo companheiro". Cfr. NUNES, Carlos Casimiro; MOTA, Maria Raquel. **Op. Cit.**, p. 143.

²²⁹WALKER, Lenore E. **The Battered Women Syndrome**, Nova Iorque: Harper e Row, 1979, p. 55 e WALKER, Lenore E. "The battered women syndrome is a psychological consequence of abuse. In: David Finkelhor et al. (orgs.) **The Dark Side of the Families. Current Controversies on Family Violence**, Londres: Sage, 1997, p. 133-153.

²³⁰Idem.

²³¹No direito interno português: "Tradicionalmente, a violência física e sexual dos maridos sobre as mulheres foi expressa ou implicitamente considerada justificada. A atitude social dominante tinha também causa e reflexo no Direito, legislado ou dito no caso concreto pelos tribunais. O "poder de correcção doméstica"- do marido sobre a mulher e do pai sobre os filhos - teve apoio em lei escrita, em escritos doutrinários e em decisões jurisprudenciais. No que diz respeito às mulheres, a aceitação legal da violência como parte do poder marital ia de par com outras normas desiguais e indignas, como as que estatuíam a quase impunidade do homicídio da mulher pelo marido em flagrante adultério, a legitimidade da violação da correspondência daquela por este ou

Código Penal de 1982. O crime de VD teve a sua primeira concepção no artigo 153.º, que tinha como título "maus tratos ou sobrecarga de menores e de subordinados ou cônjuge". O n.º 1 e 2 punia "comportamentos violentos (maus tratos físicos, tratamento cruel), que se inscreviam numa relação de subordinação e/ou guarda, em que o responsável familiar ou laboral podia abusar de pessoa particularmente vulnerável"²³². O n.º 3 que "punia o cônjuge que maltratasse o outro por lhe infligir maus tratos físicos, que o tratasse cruelmente ou não lhe prestasse os cuidados ou a assistência à saúde"²³³.

Após, com a reforma de 1995 trazida pelo Decreto-Lei n.º 48/1995, de 15 de março, o tipo penal passou a ficar disposto no art. 152.º do CP. O n.º 2 do art. 152.º era o antigo n.º 3 do art. 153.º mencionado anteriormente. Com a alteração introduzida, eliminou a exigência do dolo, tendo acrescentado a possibilidade de maus tratos psíquicos. Abriu também a possibilidade da vítima desistir da ação penal e acabou por aumentar a pena²³⁴.

Entretanto, com o advento da Lei n.º 65/98, de 2 de setembro, o Ministério Público passou a ter autonomia para iniciar a ação penal, se o interesse da vítima o impuser e não houver oposição do ofendido antes de ser deduzida a acusação, ou seja, o crime deixou de ter o caráter rigoroso semipúblico, mas ainda não passou a ser um crime público. Esta alteração acabou por ser um avanço legislativo, no que tange o crime de VD, já que através da iniciativa do MP, fica mais fácil combater o crime, caso a vítima não tome nenhuma providência ou tenha medo de iniciar a ação penal sozinha²³⁵.

Em maio de 2000, a Lei n.º 7/2000, de 27 de maio, trouxe mais alterações ao CP. Determinou "a natureza pública do crime de maus tratos a cônjuge". Criou-se também a possibilidade da suspensão provisória do processo (SPP) a pedido da vítima e trouxe novidades no sentido de a pena única não ser a de prisão, possibilitando assim pena acessória

ainda a circunstância de o crime de violação pressupor legalmente a inexistência de casamento (isto é, o marido que violasse a mulher não cometia, até o Código Penal de 1982 entrar em vigor, qualquer crime). No Direito português, parte destas normas foram expressamente revogadas antes ainda da promulgação da Constituição de 1976, outras foram invalidadas por esta. De forma mais clara, a substituição de alguns destes inaceitáveis regimes, ou de certos aspectos deles, deu-se apenas com a publicação ou as revisões do Código Penal de 1982". BELEZA, Teresa Pizarro. Violência Doméstica. In: **Revista do CEJ**, Coimbra, 1.º semestre, nº 8 (especial), 2008, p. 286.

²³²NUNES, Carlos Casimiro; MOTA, Maria Raquel. **Op.Cit.**, p. 133-135; DIAS, Jorge de Figueiredo (Org.); CARVALHO, Américo Taipa de. **Op. Cit.**, p. 507 e BELEZA, Teresa Pizarro. **Op. Cit.**, p. 283-284.

²³³Idem.

²³⁴NUNES, Carlos Casimiro; MOTA, Maria Raquel. **Op. Cit.**, p.135, BELEZA, Teresa Pizarro. **Op. Cit.**, p. 283-284 e DIAS, Jorge de Figueiredo (Org.); CARVALHO, Américo Taipa de. **Op. Cit.**, p. 508-509.

²³⁵NUNES, Carlos Casimiro; MOTA, Maria Raquel. **Op. Cit.**, p.136.

de proibição de contato com a vítima, bem como afastamento da residência, tendo o limite máximo da pena de dois anos²³⁶.

Assim sendo, apenas em 2000 com o advento da Lei n.º 7/2000, o crime de maus-tratos passou a ter natureza pública²³⁷.

Note-se que até o ano 2000 o crime de violência doméstica não era definido pelo Código Penal Português.

Apenas em 2007, com o advento da Lei n.º 59/2007, de 04 de setembro, a reforma penal implementou o crime de violência doméstica de forma autônoma, através do art. 152.º do Código Penal o crime de maus-tratos passou a ficar previsto no art. 152.º-A do mesmo código²³⁸.

Como se viu, a lei interna portuguesa não contém legislação específica sobre o crime de violência contra as mulheres. Em vez disso, Portugal tem uma lei-quadro sobre violência doméstica (Lei 112/2009, de 16 de setembro) e no Código Penal há apenas um artigo que faz uma referência explícita às mulheres, o artigo que criminaliza a mutilação genital feminina (artigo 144.º-A).

Além do que, desde 1991, está em vigor legislação específica sobre mulheres vítimas de violência por meio da Lei n.º 61/91, de 13 de Agosto²³⁹, e sobre a legislação das vítimas relativas à violência doméstica, Lei n.º 104/2009, 14 de setembro²⁴⁰ e Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro²⁴¹ (que inclui o Estatuto da Vítima em seu anexo).

Dentro do tipo penal configurado no artigo 152.º de violência doméstica estabelece que quem (cônjuge; ex-cônjuge; pessoas do outro ou do mesmo sexo com quem o agente

²³⁶Ibid., p. 137.

²³⁷BELEZA, Teresa Pizarro. **Op. Cit.**, p. 287.

²³⁸"Desta forma, o legislador optou por diferenciar, através da criação de normas autônomas, situações que anteriormente estavam previstas na mesma disposição legal". Cfr. NUNES, Carlos Casimiro; MOTA, Maria Raquel. **Op. Cit.**, p. 138. De igual modo: "A Revisão Penal de 2007 (Lei 59/2007, de 4-9) introduziu várias alterações: autonomizou os crimes de violência doméstica, de maus tratos e de infracção de regras de segurança, desdobrando o crime de "maus tratos e infracção de regras de segurança" (art. 152º), "Maus tratos" (152º-A) e "Violação de regras de segurança" (152º-B); estabeleceu que as ofensas corporais ou psíquicas não têm de ser reiteradas; agravou as penas em relação a certas condutas; e aumentou o número de penas acessórias". DIAS, Jorge de Figueiredo (Org.); CARVALHO, Américo Taipa de. **Op. Cit.**, p. 509.

²³⁹PORTUGAL. **Lei n.º 61/91, de 13 de agosto**. Lei de protecção às mulheres vítimas de violência. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=277&tabela=leis. Acesso em: 27 ago. 2019.

²⁴⁰PORTUGAL. **Lei n.º 104/2009, de 14 de setembro**. Aprova o regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstico. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1135&tabela=leis. Acesso em: 27 ago. 2019.

²⁴¹PORTUGAL. **Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro**. Aprova o estatuto da vítima. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?tabela=leis&nid=2394&pagina=1&ficha=1. Acesso em: 27 ago. 2019.

mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação; progenitora de descendente comum em 1º grau; pessoa particularmente indefesa, pela razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência econômica, que coabite com o agressor) "de modo reiterado ou não infligir maus-tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais", será punido com pena privativa de liberdade de um a cinco anos²⁴².

O tipo penal em análise abrange qualquer gênero, independentemente do sexo ou orientação sexual²⁴³.

A pena será aumentada se o agente realizar o fato "contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima" e, ainda, se houver ofensa à integridade física grave ou morte²⁴⁴.

No tipo penal encontram-se protegidas as relações com pessoas do mesmo sexo, vez que em Portugal o casamento homoafetivo encontra abrigo legal na legislação portuguesa na Lei n.º 9/2010, de 31 de maio²⁴⁵.

Estabelece também penas acessórias no sentido de "de proibição de contacto com a vítima e de proibição de uso e porte de armas, pelo período de seis meses a cinco anos, e de obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica". A pena acessória de proibição de contato com a vítima inclui o afastamento do lar e do trabalho, sendo tal fiscalizada por meios técnicos de controle à distância²⁴⁶.

Ademais, quem também for condenado, dependendo da gravidade dos fatos e sua relação com a função exercida pelo agente infrator, pode perder o direito de ser pai, da tutela ou da curatela por um período de um a dez anos²⁴⁷.

Diante das evoluções legislativas e diferenças de bem jurídicos tutelados pelas condutas típicas, é oportuno fazer aqui uma breve abordagem com relação ao bem jurídico tutelado pelo atual artigo que trata da VD.

²⁴²PORTUGAL. DL n.º 48/95, de 15 de Março. Código Penal. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=109&tabela=leis. Acesso em: 15 jun. 2019.

²⁴³Cfr. CARMO, Rui do (aut); DIAS, Isabel (Coord). Violência Doméstica: panorama do regime jurídico. In: **Violência Doméstica e de Género: uma abordagem multidisciplinar**. Lisboa: Pactor, 2018, p. 41.

²⁴⁴Ibid., 42-44.

²⁴⁵PORTUGAL. Lei n.º 9/2010, de 31 de maio.

Permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1249&tabela=leis&so_miolo=. Acesso em: 27 ago. 2019.

²⁴⁶CARMO, Rui do (aut); DIAS, Isabel (Coord). **Op. Cit.**, p. 43

²⁴⁷Para maiores informações acerca da atualização do crime de violência doméstica vide BELEZA, Teresa Pizarro. **Op. Cit.**, p. 288-290 e FERNANDES, Plácido Condes. Violência Doméstica: Novo Quadro Penal e Processual Penal. In: **Revista do CEJ**, Coimbra, 1º semestre 2008, número 8 (especial).

Na doutrina e na jurisprudência portuguesa, não há um consenso quanto ao bem jurídico do crime em questão²⁴⁸.

O bem jurídico em causa não está correlacionado com as relações familiares, apesar de ser neste espaço que ocorre o comportamento típico, vez que o que se afeta diretamente são os interesses em si da pessoa vítima e não a família como um todo²⁴⁹.

Paulo Pinto de Albuquerque defende que os bens jurídicos protegidos são "integridade física e psíquica, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual e até a honra", o que faz com que esteja diante de bens jurídicos múltiplos²⁵⁰.

Por outro lado, André Lamas Leite, entende que o bem jurídico em causa é a integridade pessoal e livre desenvolvimento da personalidade²⁵¹.

Já para Américo Taipa de Carvalho, o bem jurídico protegido é a saúde. Bem jurídico complexo que engloba a integridade física, psíquica e mental e outras realidades que já não estão dispostas no art. 152.^o²⁵².

Não muito longe, posiciona-se o autor Augusto Silva Dias, ao dizer que o bem jurídico tutelado é a integridade corporal, saúde física e psíquica e dignidade da pessoa humana, portanto, o bem jurídico protegido nada mais é a dignidade da pessoa humana²⁵³.

²⁴⁸Para melhor entendimento GUERRA, Paulo; GAGO, Lucilla. (orgs.) **Op. Cit.**, p. 84.

²⁴⁹Na mesma linha: "em tempos vigorou a tendência minoritária que identificava o bem jurídico protegido como a comunidade familiar ou a sociedade conjugal por si só. Hoje estas interpretações já não têm lugar, uma vez que já se reconhece legitimidade ao Estado para intervir em questões do seio familiar". SIMÕES, Sara Margarida Novo das Neves. **O crime de violência doméstica: aspectos materiais e processuais**. Dissertação (Mestrado). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2015, p. 8.

²⁵⁰ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de. **Op. Cit.**, p. 591.

²⁵¹LEITE, André Lamas. A violência relacional íntima: reflexões cruzadas entre o direito e a criminologia. In **Julgar**, n.º 12, especial, 2010, p. 25-66 e LEITE, André Lamas. Penas Acessórias, questões de género, de violência doméstica e o tratamento jurídico-criminal dos "shoplifters". In: **As alterações de 2013 aos Código Penal e de Processo Penal: uma reforma "cirúrgica?"**. Coimbra: Coimbra Editora, 2014.

²⁵²CARVALHO, Américo Taipa de. **Op. Cit.**, p. 512. Corroboram com o mesmo entendimento os autores BRANDÃO, Nuno. A tutela penal reforçada da violência doméstica. In: **Julgar**, n.º 12, especial, 2010, p. 9-24; GOMES, Catarina Sá. **O crime de maus tratos físicos e psíquicos infligidos ao cônjuge ou ao convivente em condições análogas às dos cônjuges**. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2004, p. 59 e BRAVO, Jorge dos Reis. A actuação do Ministério Público no âmbito da violência doméstica. In: **Revista do Ministério Público**, n.º 102, abril/jun, 2005, p. 45-77. Há jurisprudência que também compartilha do mesmo entendimento: PORTUGAL. Acórdão Tribunal da Relação do Porto. **Processo n.º 0712512**. Relatora: Maria Leonor Esteves, 22/09/2010 e PORTUGAL. Acórdão Tribunal da Relação de Coimbra. **Processo n.º 13/07.1GACTB.C1**. Relator: Alberto Mira, 28/04/2010.

²⁵³DIAS, Augusto Silva. **Crimes contra a Vida e a Integridade Física**. 2ª ed., Lisboa: AAFDL, 2007, p. 110 e DIAS, Augusto Silva Dias; CAIRES, João Gouveia de; SOL, António Araújo. **Materiais para o estudo da Parte Especial do Direito Penal: crimes contra a vida e a integridade física**. Lisboa: AAFDL, 2009. Partilha-se do mesmo posicionamento a autora FEITOR, Sandra Inês. **Bullying como forma de Stalking**. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, [S.l.], 2012, p. 1-2. Disponível em: <https://www.fd.unl.pt/anexos/6907.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2019. No tocante a jurisprudência possui o mesmo entendimento PORTUGAL. Acórdão Tribunal da Relação de Coimbra. **Processo n.º 1290/12.1PBAVR.C1**. Relator: Jorge Dias, 29/01/2014 e PORTUGAL. Acórdão Tribunal da Relação de Coimbra. **Processo n.º 835/13.4GCLRA.C1**, Relatora: Alice Santos, 20/01/2016.

Há autor ainda que defenda que o bem jurídico protegido nada mais é que a integridade pessoal²⁵⁴.

Diante do exposto, partilha-se da opinião de que o bem jurídico tutelado engloba tanto a dignidade humana como a saúde, já que o tipo penal está relacionado com a proteção da pessoa em si. Ademais, a saúde pode ser tanto física, psicológica ou mental, inerente à dignidade da pessoa humana.

Outra questão é o fato da redação do artigo esclarecer que não precisa que o agressor cometa mais de uma vez o delito, uma única conduta já é suficiente, desde que passe a ferir a saúde física e mental da vítima, apesar deste crime usualmente ser cometido de uma forma reiterada e não isolada²⁵⁵.

A reforma de 2007 também trouxe natureza pública ao delito, assim a iniciativa da ação penal não depende de queixa crime e a vítima não pode desistir da ação penal²⁵⁶. Prevê também a possibilidade de SPP (art.281.º, n.7º, CPP), apesar de ser um crime público. Assim, a iniciativa do poder dever de instaurar o procedimento criminal, após a notícia do crime nos casos de violência doméstica é do Ministério Público²⁵⁷.

A SPP é uma medida que ao encerrar o inquérito ou a fase de instrução do processo penal, bem como recolhido todos os indícios de materialidade e autoria do crime, impõe ao arguido, mediante a sua concordância, "injunções e regras de conduta, capazes de responder às necessidades de prevenção, cujo cumprimento é condição da sua não submissão a julgamento. A disciplina deste instituto está definida nos artigos 281.º e 282.º (...) do CPP"²⁵⁸.

Na lei (art. 281.º, n.º 2) está especificado quais são as injunções e regras de conduta que podem ser aplicadas ao arguido, que são: indenizar o Estado; dar ao lesado satisfação moral adequada; entregar ao Estado ou a instituições privadas de solidariedade social certa quantia ou efetuar prestação de serviço de interesse público; residir em determinado lugar; frequentar certos programas ou atividades; não frequentar certos meios e lugares, não residir em certos lugares ou regiões; não frequentar, alojar ou receber certas pessoas; não frequentar

²⁵⁴ NEVES, José Francisco Moreira das Neves. Violência doméstica: bem jurídico e boas práticas. In: **Revista do Centro de Estudos Judiciários**, XIII, 2010, p. 43-62.

²⁵⁵ Para melhor entendimento GUERRA, Paulo; GAGO, Lucilla. (Orgs.). **Op. Cit.**, p. 28.

²⁵⁶ RIBEIRO, Arthur Guimarães. Violência na família e acção penal: medidas de coacção. In: **Maia Jurídica - Revista de Direito**, jan-jun, 2006, pp. 103-111. No mesmo diapasão, "por se tratar de um crime público, o Ordenamento Jurídico não contempla a queixa como requisito essencial para o início do procedimento criminal (artigo 113º do Código Penal), bastando-se pela mera denúncia apresentada por qualquer pessoa que tenha conhecimento da notícia de um crime, nos termos e para os efeitos dos artigos 241.º e 244.º do Código de Processo Penal, com a ressalva das situações de denúncia obrigatória destinada aos órgãos de polícia criminal, de factos de que tenham conhecimento directo". Cfr. SIMÕES, Sara Margarida Novo das Neves. **Op. Cit.**, p. 15.

²⁵⁷ CARMO, Rui do (Aut); DIAS, Isabel (Coord). **Op. Cit.**, p. 46.

²⁵⁸ *Ibid.*, p. 45.

certas associações ou participar em determinadas reuniões; não ter em seu poder determinados objetos capazes de facilitar a prática de outro crime e; qualquer outro comportamento especialmente exigido pelo caso²⁵⁹.

Para a sua aplicabilidade a pena privativa de liberdade não pode ser superior a cinco anos ou que ao crime cometido seja previsto sanção diferente da prisão; o n.º 7 do art. 281.º do CPP condiciona a SPP ao requerimento livre e esclarecido da vítima, mediante concordância do arguido e do juiz de instrução; desde que o arguido não tenha recebido este benefício anteriormente e também não possua condenação pelo mesmo crime; há também a necessidade de ausência elevada de culpa; ausência de imputabilidade do arguido; as injunções e regras precisam responder às exigências de prevenção que o caso exige (art. 281º, n.º 1 do CPP)²⁶⁰.

Merece destaque também a duração e os efeitos da suspensão da SPP, em regra de acordo com o art. 282.º, do CPP, o prazo da sua aplicação é de até dois anos. Todavia, no caso de violência doméstica não agravada pelo resultado, a duração da suspensão pode ser de até cinco anos (art. 282.º, n.º 5, do CPP). Aqui parece que o legislador optou pela exceção pelo fato dos crimes de VD precisarem de maior atenção para intervirem juntos aos agressores²⁶¹.

O processo prossegue caso o arguido não cumpra as injunções e regras de conduta ou cometa crime da mesma natureza e seja condenado (art. 282º, n.º 4, do CPP). Também não ocorre a prescrição durante a aplicação da SPP e, se o arguido cumprir e respeitar todas as medidas impostas, o MP arquiva o processo e ele não poderá mais ser reaberto (art. 282º, n.º 2 e 3 do CPP)²⁶².

²⁵⁹PORTUGAL. DL n.º 78/87, de 17 de Fevereiro. Código de Processo Penal Português. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=199&tabela=leis. Acesso em 13 set. 2019.

²⁶⁰PORTUGAL. DL n.º 78/87, de 17 de Fevereiro. Código de Processo Penal Português. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=199&tabela=leis. Acesso em 13 set. 2019.

²⁶¹Corroborar com o mesmo entendimento a autora Mariana Fernandes Távora ao dizer que "É de se observar que a suspensão provisória prevista para o crime de violência doméstica tem um prazo mais alargado, que vai até cinco anos. Por óbvio, a intenção do legislador ao estender o tempo da referida medida nas situações de violência doméstica foi conferir aos operadores do Direito um instrumental mais seguro para o acompanhamento do ciclo de violência e das intervenções que devem ser feitas junto ao agressor". No mesmo sentido, TÁVORA, Mariana Fernandes. O sistema português. In: ÁVILA, Thiago André Pierobom de [et al.]. **Modelos europeus de enfrentamento à violência de gênero: experiências e representações sociais**. Brasília: ESMPU, 2014, pp. 135-163, p.151.

²⁶²PORTUGAL. DL n.º 78/87, de 17 de Fevereiro. Código de Processo Penal Português. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=199&tabela=leis. Acesso em 13 set. 2019.

É importante destacar que a decisão do juiz de instrução de aplicar a SPP baseada no pedido do MP não pode ser impugnada (n.º 6, art. 281.º do CPP)²⁶³.

Para além, a Procuradoria-Geral da República criou a Diretiva n.º 1/2014 de 15 de janeiro, sobre a aplicação da SPP por parte do MP. Esta Diretiva faz considerações relevantes com relação a aplicação por parte do MP da SPP quando se refere ao crime de violência doméstica, como por exemplo, a aplicação da SPP apenas mediante o requerimento livre e esclarecido da vítima; informar a vítima a possibilidade de aplicação, caso ela não tenha requerido a SPP, nos casos em que este instituto se mostre adequado ao caso concreto; o MP também deve realizar no âmbito de cada, Procuradoria-Geral Distrital-PGD, Departamento de investigação e Ação Penal-DIAP - ou comarca, o progresso de parcerias com instituições de ensino, centros de investigação ou institutos cuja suas atividades sejam em prol da vítima ou do agressor, bem como outras determinações²⁶⁴.

No anexo desta Diretiva foi exibido o programa da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), chamado de Programa para Agressores de Violência Doméstica (PAVD), que pode ser aplicado no âmbito da SPP. Diante de sua importância na recuperação do condenado pelo crime de VD²⁶⁵, será abordado no capítulo seguinte de forma detalhada.

Para Catarina Fernandes, a SPP resulta na economia da justiça, mas só deve ser utilizada em casos menos graves de violência doméstica, pois há um grande risco do agressor utilizar-se deste meio para continuar a cometer violência em face da vítima. É de grande valia também na ressocialização do condenado, bem como na reinserção social²⁶⁶.

Bravo defende que a aplicação da SPP é um mecanismo de solução do problema, pois incide diretamente no agressor e assim cria-se oportunidade de acabar com a violência atual e de prevenir as violências futuras²⁶⁷.

Em um estudo prático realizado pelo Ministério Público do Brasil, em Portugal, com pessoas que trabalham na linha de frente da proteção e do combate do crime de violência doméstica, todos os entrevistados não se mostraram contra a aplicação da SPP, ao contrário,

²⁶³TÁVORA, Mariana Fernandes. **Op. Cit.**, p. 154.

²⁶⁴PORTUGAL. **Diretiva nº 1/2015, 30 de abril**. Lisboa: Procuradoria Geral da República. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/67239409>. Acesso em 13 set. 2019.

²⁶⁵CARMO, Rui do(aut); DIAS, Isabel (Coord). **Op. Cit.**, p. 49.

²⁶⁶GUERRA, Paulo; GAGO, Lucilla. (orgs.) **Op. Cit.**, p. 28.

²⁶⁷BRAVO, Jorge dos Reis. A actuação do Ministério Público no âmbito da violência doméstica. In: **Revista do Ministério Público no âmbito da violência doméstica**. Lisboa, n.º 102, abr-jun, 2005, p. 61 e 76 e BRAVO, Jorge dos Reis. Violência na Família: perspectiva e intervenções. In: **Revista de Direito Maia Jurídica**, a4, n.º 1, jan-jun, 2006, p. 96.

relataram que é um instituto bem importante no combate deste crime, por meio das injunções e regras de conduta adequadas para cada caso em questão²⁶⁸.

Diante do exposto, concorda-se com os posicionamentos dos autores acima, vez que o objetivo principal da SPP é a cessação da violência presente, bem como de violências futuras através de medidas adequadas para cada caso em concreto.

Também partilha-se da opinião de que os programas de conscientização, ressocialização e reinserção social destinados ao agressor podem ser bastantes frutíferos no que concerne ao crime de VD e, como os programas de intervenção possuem bastantes controvérsias, bem como relevância social e jurídica, serão tratados de forma autônoma no capítulo seguinte.

Por outro lado, no sistema brasileiro, o art. 41.º da Lei Maria da Penha impediu a aplicação dos institutos consagrados na Lei 9.099/95, de 26 de setembro²⁶⁹, que trata das infrações penais de menor potencial ofensivo. Assim, não é mais possível a aplicação da transação penal, composição civil do dano e da suspensão condicional do processo (nome dado no Brasil para o instituto de suspensão provisória do processo consagrado em Portugal)²⁷⁰. Entendimento que foi validado pelo STF na ADC n.º 19-3/610²⁷¹ e ADI n.º 4.424²⁷².

Com relação a vedação, Thiago Ávila entende que a suspensão condicional do processo é um "instrumento de agilização da justiça penal, de forma a assegurar uma resposta mais rápida e eficiente ao delito"²⁷³. Com isso, a decisão do STF não condiz com a "política criminal moderna"²⁷⁴, o que acaba por trazer alguns problemas. Como por exemplo, "os

²⁶⁸Para um maior detalhamento da pesquisa vide TÁVORA, Mariana Fernandes. **Op. Cit.**, p. 147-155.

²⁶⁹BRASIL. **Lei nº 9.099/95, de 26 de setembro**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 6 set. 2019.

ALVAREZ, Marcos César [et al]. A vítima no processo penal brasileiro: um novo protagonismo no cenário contemporâneo. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais: RBCCrim**, v. 18, set./out. 2010, nº 83, p. 255.

²⁷⁰O sistema brasileiro, em 1995 pela Lei nº 9.099/1995 criou os Juizados Especiais Criminais (JECRIMs), destinado a promover a conciliação de crimes de menor gravidade (pena igual ou inferior a um ano). Com o objetivo de agilizar e desafogar juizados criminais comuns, bem como a economia processual do sistema de justiça. Num primeiro momento, prevê a tentativa de conciliação, seguida de transação penal e, por fim, a suspensão condicional do processo. Com esta lei empregou-se no sistema de justiça criminal a chamada justiça consensual ou restaurativa. Ibid., p. 254.

²⁷¹BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADC nº 19**. Rel. Min. Marco Aurélio. Brasília, Distrito Federal. 09 fev. 2012. Diário da Justiça Eletrônico. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>. Acesso em: 15 set. 2019.

²⁷²BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 4.424**. Rel. Min. Marco Aurélio. Brasília, Distrito Federal. 09 fev. 2012. Diário da Justiça Eletrônico Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6393143>. Acesso em: 15 set. 2019

²⁷³ÁVILA, Thiago André Pierobom de. Lei Maria da Penha. In: **Jus Navigandi**, Teresina, a.12, nº 1611, 29 nov. 2007. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/10692/lei-maria-da-penha> Acesso em: 10 set. 2019.

²⁷⁴Idem.

requisitos de certeza probatória necessários para entabular um acordo processual são certamente mais diminutos que os necessários para o juiz proferir uma sentença condenatória"²⁷⁵, motivo pelo qual estes institutos poderiam trazer uma resposta maior por parte do Estado, em situações que "se exigisse a certeza da prova para a condenação, bem como se evitarão outros percalços tradicionais, como a prescrição e a demora da resposta do processo judicial"²⁷⁶.

Ávila também diz que "na grande maioria dos casos, a institucionalização da resposta penal não será a melhor forma de combater a violência doméstica"²⁷⁷. Também diz que "estudos criminológicos ainda não conseguiram comprovar se a sanção penal (especialmente a de prisão) possuem efetivamente o efeito de prevenção geral (...) que normalmente se imagina que ela possui"²⁷⁸. Acrescenta que "uma resposta de cunho restaurativo mostra-se muito mais adequada às peculiaridades desta espécie de violência e seu espaço de atuação são os acordos processuais"²⁷⁹.

Assim, para o autor a frequência dos agressores em programas de intervenção são medidas muito mais satisfatórias do que a condenação penal, pois o direito penal por si só não consegue resolver todos os problemas inerentes às ações humanas e, para tal solução, propõe que o art. 41.º da Lei Maria da Penha seja interpretado com base na Constituição como um mecanismo de política criminal que assegura a proteção da vítima. Dessa forma, "será admissível a denegação de oferta dos benefícios de transação penal"²⁸⁰ ou suspensão condicional do processo com base na ausência dos requisitos subjetivos do agressor"²⁸¹, conforme cada caso em questão, "mas ainda sendo admissível a oferta destes benefícios em casos não tão graves em que a solução multidisciplinar e imediata seja mais recomendável à melhor proteção da vítima"²⁸².

No que toca a transação penal, ainda que fosse estabelecido que consistiria na participação em programas de intervenção, não se corrobora com o entendimento do autor

²⁷⁵Idem.

²⁷⁶Idem.

²⁷⁷Idem.

²⁷⁸Idem.

²⁷⁹Idem.

²⁸⁰ Outros que defendem o modelo conciliatório GOMES, Luiz Flávio; BIANCHINI, Alice. Aspectos Criminais da Lei de Violência contra a Mulher. In: **Revista IOB de Direito Processual Penal**, São Paulo, ano VIII, n. 44, pp. 7-15, jun-jul. 2007, p. 9.

²⁸¹ ÁVILA, Thiago André Pierobom de. Lei Maria da Penha. In: **Jus Navigandi**, Teresina, a.12, n. 1611, 29 nov. 2007. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/10692/lei-maria-da-penha> Acesso em 10 set. 2019.

²⁸² Idem.

Ávila, pois a aplicação desta medida banalizaria a violência, o que causaria um retrocesso nos mecanismos já alcançados pela Lei Maria da Penha²⁸³.

Por outro lado, concorda-se com o posicionamento de Ávila com relação a suspensão condicional do processo, já que este instituto previsto na Lei 9.099/95, não possui o seu âmbito de aplicação restrito aos crimes de competência dos Juizados Especiais Criminais (crimes de menor potencial ofensivo), conforme estabelece o art. 89.º da referida lei²⁸⁴. Dessa forma, o STF poderia modificar a decisão que veta a aplicabilidade deste instituto no âmbito da VD, estabelecendo assim a frequência em programas de intervenção com agressores, já que de acordo com o § 2.º que diz "o Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado" isto é, plenamente possível; ou o legislador brasileiro poderia se inspirar no modelo português e criar um formato de suspensão condicional do processo específico para os crimes ocorridos no âmbito doméstico ou familiar contra a mulher, como ocorre nos arts. 281.º e 282.º do Código de Processo Penal Português²⁸⁵.

²⁸³ Nesse sentido, a autora Catiuce Barin tem o mesmo entendimento e diz que "Isto sucede por duas razões principais: a) porque o benefício é dirigido às infrações "de menor potencial ofensivo", ou seja, de menor gravidade/importância, e, se aplicados aos crimes de violência doméstica contra a mulher, estes também assim seriam considerados; b) porque o Brasil já experimentou este proceder, e os resultados foram inexitosos, revelando a necessidade de reforço da tutela penal. Em segundo lugar, porque haveria espaço a interpretações ampliativas do benefício, radicadas na concepção de que é direito subjetivo do autor do crime; assim, se presentes os pressupostos legais, deveria ser proposto, independentemente da existência ou não dos programas de intervenção na comarca. Haveria interpretações e decisões judiciais no sentido de que, se inexistente o programa de reabilitação na comarca, o autor do crime não poderia ser prejudicado, devendo receber o benefício sem aquela condicionante. Daí a possibilidade banalização da violência doméstica ou familiar contra as mulheres e o inegável retrocesso que experimentaríamos". Cfr. BARIN, Catiuce Ribas. **Programas de intervenção com agressores: uma resposta penal eficaz nos casos de violência doméstica contra as mulheres**. Dissertação (Mestrado). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2015, p. 150-151. Valeria Scarance Fernandes posiciona-se na mesma linha ao dizer que "O problema não está em conciliar, mas "em que" conciliar. Não se nega que é possível a conciliação quanto a questões civis, como separação, alimentos, guarda e visitas de filhos, mas não pode haver acordo quanto ao crime". Ainda complementa "não processar o agressor em prol de uma transação penal é ignorar os danos da conduta do agente, não só para a mulher, como também para os filhos - em razão da repetição do padrão apreendido - e a sociedade". Por fim diz "violência é sempre violência e como tal deve ser tratada. Há muito a violência familiar deixou de ser um problema privado para se tornar uma questão pública. E rotular essa violência como "infração de menor potencial ofensivo" é minimizar - e implicitamente apoiar - a conduta do agressor". FERNANDES, Valéria Diez Scarance. **Lei Maria da Penha: o processo penal no caminho da efetividade**. Tese (Doutorado). Área de Direito Processual Penal. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013, p. 155.

²⁸⁴ BRASIL. **Lei n.º 9.099/95, de 26 de setembro**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1995 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 6 set. 2019.

²⁸⁵ Assemelha-se ao mesmo posicionamento em BARIN, Catiuce Ribas. **Op. Cit.**, p. 155.

²⁸¹ PORTUGAL. **Lei n.º 112/2009, 16 de setembro**. Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/490247/details/maximized>. Acesso em: 28 set. 2019.

3.4 A REDE DE PROTEÇÃO À VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Conforme mencionado no início deste estudo, no sistema português, há uma rede de prevenção, proteção e assistência às vítimas de violência doméstica, estabelecida na Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro²⁸¹.

A rede nacional de proteção à vítima do crime de VD é constituída pelo Órgão da Administração Pública responsável pela área de cidadania e da igualdade de gênero, pelas casas de abrigo, pelos centros de atendimentos, pelos centros de atendimentos especializados, pelos grupos de atendimentos e de ajuda mútua²⁸⁷.

A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero - CIG²⁸⁸, que faz parte da Presidência do Conselho de Ministros, órgão do governo de Portugal, é o organismo estatal responsável pela promoção da equidade de gênero²⁸⁹.

Com base no art. 58.º da Lei 112/2009, é de responsabilidade da CIG garantir a execução das políticas públicas no domínio da cidadania, da promoção e defesa da equidade de gênero e do combate à violência doméstica e de gênero e ao tráfico de seres humanos, cabendo-lhe também a coordenação dos Planos Nacionais²⁹⁰.

Em um estudo empírico realizado pelo Ministério Público do Brasil, em Portugal, já mencionado anteriormente, foi possível constatar a atuação da CIG na equidade de gênero. O órgão elaborou alguns materiais para crianças que especificam estereótipos de gênero. Além disso, implementou alguns planos nacionais de proteção da violência doméstica no direito interno²⁹¹.

O I Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (1999-2002) teve como principal foco a eliminação da VD, por ser um fator indispensável na obtenção da sociedade

²⁸⁷TÁVORA, Mariana Fernandes. **Op. Cit.**, p. 178.

²⁸⁸"A CIG substituiu a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres e, por sua vez, a Comissão da Condição Feminina. Esta última, que teve sua consagração institucional em 1977, quando Portugal ainda se estruturava sob os pilares da democracia, foi a responsável por dinamizar os debates feministas e desenvolver trabalhos para tornar públicos os direitos das mulheres, que na sua grande maioria ainda o desconheciam. Temas como o Planejamento familiar e o aborto passaram a ter enquadramento técnico e institucional por meio da aludida Comissão da Condição Feminina". Idem.

²⁸⁹Idem.

²⁹⁰**Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Gênero. Missão, visão e valores.** Lisboa, 2013. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/a-cig/missao/>. Acesso em: 25 Set. 2019.

²⁹¹TÁVORA, Mariana Fernandes. **Op. Cit.**, p. 177.

democrática, voltada nos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da justiça como bases indispensáveis de um Estado de direito democrático²⁹².

O II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2003-2006) também obteve como principal objetivo a eliminação da violência sofrida pelas mulheres no seio doméstico, através de informação, sensibilização e proteção, embora consta-se no plano que a mulher não está imune de sofrer outros tipos de violência²⁹³.

Após o período de vigência do II PNCVD, criou-se o III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007-2010) que reforçou os planos anteriores da sua vigência e assim consolidou a prevenção e o combate a VD, por intermédio de campanhas de apoio, informação e acolhimento das vítimas²⁹⁴.

Por seguinte, veio o IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011-2013) que determinou a implementação de 50 medidas em torno do combate a VD, no sentido de informar, sensibilizar e educar; qualificar profissionais; proteger as vítimas e promover a integração social e; investigar e monitorar. Estabeleceu também que fossem implementados programas de intervenção com agressores. Assim, definiu as políticas públicas de combate ao crime da violência de gênero e doméstica²⁹⁵.

Por último, o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Gênero - V PNPCVDG (2014-2017) - reforçou a prevenção no combate contra a violência de gênero, bem como a educação, saúde, mercado de trabalho e a não discriminação em razão do gênero. O V PNPCVDG se baseou nos pressupostos da Convenção de Istambul e estabeleceu como uma mudança de paradigma as políticas públicas nacionais para combater todas as formas de violação dos direitos humanos fundamentais, como as diferentes formas de violências baseadas no gênero, incluindo a violência doméstica. Reconheceu também que as mulheres estão mais suscetíveis de sofrer violência do que os homens²⁹⁶.

²⁹²PORTUGAL. **Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n°55/1999**. Aprova o plano nacional contra a violência doméstica. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/308998/details/maximized>. Acesso em: 28 set. 2019.

²⁹³PORTUGAL. **Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n°88/2003**. Aprova o II Plano Nacional contra a Violência Doméstica. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/666708/details/maximized>. Acesso em: 28 set. 2019.

²⁹⁴PORTUGAL. **Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n°83/2007**. Aprova o III Plano Nacional contra a Violência Doméstica. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/638881/details/maximized>. Acesso em: 28 set. 2019.

²⁹⁵PORTUGAL. **Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n°100/2010**. Aprova o IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/306432/details/maximized>. Acesso em: 28 set. 2019.

²⁹⁶Para um relatório detalhado sobre as estratégias de prevenção, sensibilização e educação; proteção das vítimas e promoção da sua integração; intervenção junto de agressores/as; formação e qualificação dos profissionais e; investigação e monitorização do V PNPCVDG. **Comissão para a Cidadania e Igualdade De Gênero**. V Plano

O IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica tem se beneficiado tanto do monitoramento e avaliação interna quanto externa, cujos resultados em forma e conteúdo estão expressos no Plano V PNPCVDG. Em termos operacionais, o V PNPCVDG concentrou-se ainda mais no campo da violência doméstica, buscou consolidar todo o trabalho realizado no passado, inspirando-se nesta experiência de aprendizagem, ampliando a visão e o espaço de intervenção de outras formas de violência. É importante notar que o III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina (2014-2017) é parte integrante do V PNPCVDG ²⁹⁷.

Verifica-se também a respeito do V PNPCVDG que os diferentes conjuntos de medidas apresentadas no Plano, foram projetadas para serem neutras em termos de gênero, o que beneficia ambos os gêneros²⁹⁸.

Assim, desde 1999, os Planos Nacionais Contra a Violência Doméstica, traçam estratégias e políticas governamentais que promovem a prevenção e o combate à violência doméstica e também a de gênero a partir do V PNPCVDG.

Presentemente, Portugal executa a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação- Portugal + Igual (ENID)²⁹⁹.

A ENID veio para reforçar todos os progressos alcançados por Portugal, através dos outros Planos Nacionais, sendo que o principal objetivo é acabar com os estereótipos de gênero existentes, por intermédio de medidas eficazes a dar início no primeiro período de execução até 2021. As medidas são: Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens (PAIMH); o Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica (PAVMVD) e o Plano de Ação para o Combate à

Nacional de Prevenção e combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017) - Relatório final de execução. Lisboa, 2018. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2018/07/Relatorio-de-Execu%C3%A7%C3%A3o-Final-do-V-PNPCVDG-2017.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019; PORTUGAL.

Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº102/2013. Aprova o V Plano Nacional contra a Violência Doméstica. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/483890/details/maximized>. Acesso em: 28 set. 2019.

²⁹⁷ Reports submitted by Portugal pursuant to Article 68, paragraph 1 of the Council of Europe Convention on preventing and combating violence against women and domestic violence (Baseline Report). GREVIO, 2017. Disponível em:

<file:///C:/Users/user/Dropbox/Disserta%C3%A7%C3%A3o/Pr%C3%A9-Projeto/RELATORIO%20FEITO%20PELO%20GREVIO.pdf>. Acesso em: 1 Jul. 2019.

²⁹⁸ PORTUGAL. **Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº102/2013.** Aprova o V Plano Nacional contra a Violência Doméstica. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/483890/details/maximized>. Acesso em: 28 set. 2019.

²⁹⁹ PORTUGAL. **Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 61/2018.** Aprova a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/115360036/details/maximized>. Acesso em: 28 set. 2019.

Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Gênero, e Características Sexuais (PAOIEC)³⁰⁰.

Neste sentido, vê-se um esforço por parte de Portugal de dar uma resposta a todas as exigências internacionais, especialmente em relação ao enfrentamento da violência doméstica.

Além disso, Portugal possui 134 estruturas de atendimento à vítima de violência doméstica, que oferece apoio social, psicológico e jurídico. Na CIG também é possível encontrar apoio e atendimento às vítimas de VD³⁰¹.

Há também outras organizações que oferecem serviço de proteção à vítima em geral, quais sejam a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a Associação de Mulheres contra a Violência (AMCV)³⁰².

A Lei n.º 112/09 continua seguindo a linha acertada de que o crime de violência doméstica é uma violação dos direitos humanos (art. 5.º), confere urgência aos processos desta natureza e determina um regime de medidas de coação (art. 31.º), bem como de detenção (art. 30.º).

Nesse sentido, qualquer pessoa pode deter em flagrante um autor do crime de VD, por mais que não seja uma autoridade policial. Caso aconteça, basta entregar imediatamente a autoridade policial competente (arts. 255.º e 256.º do CPP). Nos casos em que não acontecer flagrante delito, poderá ser realizada a detenção, através de mandado do juiz, nos casos em

³⁰⁰"De destacar, ainda, que esta estratégia assenta em três linhas de atuação transversais: a interseccionalidade, dado que a discriminação resulta da intersecção de múltiplos fatores; a territorialização, reforçando que as políticas públicas devem adequar-se às características e necessidades territoriais e as parcerias, numa lógica de partilha de práticas, de corresponsabilização e de optimização de meios e redes". Cfr. **Publicada a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação – Portugal + Igual**. Comissão Para a Cidadania e a Igualdade de Género. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/2018/05/publicada-estrategia-nacional-igualdade-nao-discriminacao-portugal/>.

³⁰¹TÁVORA, Mariana Fernandes. **Op. Cit.**, p. 180-181.

³⁰²**Portal da APAV- Associação Portuguesa de Apoio à vítima**. Lisboa. Disponível em: <https://apav.pt/vd/>. Acesso em: 17 set. 2019 e **AMCV- Associação de Mulheres Contra a Violência**. Lisboa. Disponível em: <https://www.amcv.org.pt/>. Acesso em: 17 set. 2019. Além do que, "há outras propostas de base social em Portugal, como as que se desenvolvem na Universidade do Porto, do Minho e no Instituto Superior de Ciências da Saúde Egaz Moniz. Na Universidade do Porto, merece destaque o Gabinete de Estudos e Atendimento a vítimas (GEAV), da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, que tem como objeto a investigação-intervenção da vitimação, notadamente da vitimação criminal. Na Universidade do Minho, criou-se uma Unidade de Consulta em Psicologia (UCPJ) que tem por escopo prestar apoio psicológico individual e em grupo à vítima. O serviço oferece atendimento gratuito e consultas mediante pagamento. Tanto o GEAV quanto o UCPJ desenvolvem também trabalhos com agressores domésticos (...) No Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, outrossim, foi construída uma experiência de rede social, fruto de uma articulação com o Ministério Público em Lisboa. Dessa parceria, resultou o Gabinete de Informação e Atendimento à Vítima (GIAV), que funciona nas dependências do Diap, 7ª Seção (Lisboa), órgão do Ministério Público. O objetivo do GIAV é prestar um atendimento de cunho psicológico adequado às vítimas do crime de violência doméstica. O GIAV, com base no atendimento da vítima, elabora uma minuciosa avaliação de risco, que será utilizada inclusive para atuação do membro do Ministério Público. São incumbências também do GIAV efetuar o acompanhamento da vítima no contexto do processo judicial ou no decurso do ato processual, e planejar todo o processo de avaliação e intervenção psicológica na crise". Cfr. TÁVORA, Mariana Fernandes. **Op. Cit.**, p. 180-181.

que é admitido prisão preventiva, sendo assim uma medida necessária para a proteção da vítima³⁰³.

Salienta-se que a Lei n.º 112/2009 não faz menção expressa referente a autorização da prisão preventiva nestes casos. Contudo, "antes da alteração introduzida pela Lei n.º 48/2007 era possível a prisão preventiva por crime de VD porquanto admitia-se prisão preventiva para delitos com penas superiores a três anos"³⁰⁴.

No tocante às medidas de coação processual, André Lamas Leite diz que "o art. 31.º inova ao apelidar tais medidas coactivas de «urgentes», o que significa que as nele previstas têm uma natureza algo diversa das constantes do CPP". Argumenta ainda que "na violência doméstica, o essencial é fazer cessar a situação de perigo em que se encontra a vítima, por se entender que, amiúde, o facto indiciado comporta um elevado potencial reincidente"³⁰⁵.

A grande inovação da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, foi a introdução do art. 39.º revogado que permitia a possibilidade de em encontro restaurativo no âmbito da violência doméstica, no momento da SPP ou durante o cumprimento de pena.

O artigo dispunha que:

Durante a suspensão provisória do processo ou durante o cumprimento da pena pode ser promovido, nos termos a regulamentar, um encontro entre o agente do crime e a vítima, obtido o consentimento expresso de ambos, com vista a restaurar a paz social, tendo em conta os legítimos interesses da vítima, garantidas que estejam as condições de segurança necessárias e a presença de um mediador penal credenciado para o efeito³⁰⁶.

Ainda que este artigo não seja mais possível de aplicação, o sistema português já considerou um encontro restaurativo, após sentença. Ao permitir o encontro restaurativo momento posterior a sentença, optou por não entrar em contradição com a Lei de Mediação Penal, n.º 21/2007, de 12 de junho, já que nos casos de mediação penal, fala-se em encontro

³⁰³GONÇALVES, Manuel Lopes Maia. **Código de processo penal anotado: legislação complementar**. 17ª ed. Coimbra: Almedina, 2009, p. 612.

³⁰⁴TÁVORA, Mariana Fernandes. **Op. Cit.**, p. 171-172. Além do mais, como já abordado há outras medidas de coação aplicáveis ao agente infrator que comete o crime de violência doméstica, além da prisão preventiva. Algumas das medidas estão consagradas no artigo 31.º da Lei nº 112/2009.

³⁰⁵LEITE, André Lamas. A violência relacional íntima: reflexões cruzadas entre o direito penal e a criminologia. In: **Julgar**, nº 12 (especial), nov. 2010, p. 61.

³⁰⁶"Não há notícia de que este mecanismo de justiça restaurativa tenha sido efetivamente utilizado, devido à falta de concretização legal e às muitas reservas que suscitou a sua utilização. A supressão deste encontro restaurativo foi certamente motivada pela Convenção de Istambul, que estabelece a proibição de processos alternativos de resolução de conflitos, no seu artigo 48º". p. 221. GUERRA, Paulo; GAGO, Lucilla. (Orgs.) **Op. Cit.**, p. 28.

restaurativos a qualquer momento do inquérito, conforme ordena a lei e, esta mesma lei, não permite a aplicação da mediação penal no âmbito da violência doméstica³⁰⁷.

Assim, foi a solução encontrada pelo legislador, em razão da lei de mediação penal ter vedado a aplicação neste tipo de crime, pois limitou a sua aplicabilidade em crimes particulares, conforme dispõe o art. 2.º, n.º 2 desta Lei³⁰⁸. No entanto, nem por isso, deixa aquele encontro restaurativo de ser mediação penal³⁰⁹.

Por mais que o art. 39.º tenha sido revogado, faz-se necessário abordar este tema por haver controvérsias com relação a utilização da justiça restaurativa no âmbito da VD.

Mylène Jaccoud diz que há vários argumentos contra e a favor da justiça restaurativa em crimes graves, onde há um forte desequilíbrio de poder, como nos crimes de violência conjugal. A autora reconhece a falta de unanimidade quanto a este problema. Com relação aos crimes graves, os argumentos apresentados dizem que a justiça restaurativa é uma forma de justiça que acaba por banalizar a atitude negativa do agressor, sendo inapropriada nos casos que requerem forte reprovação por parte do Estado. Ademais, um encontro com o agressor poderá revitimizar a vítima, portanto, correrá o risco da situação ficar mais acentuada, o que acabará por não solucionar o problema em questão³¹⁰. Por outro lado, a autora diz que os defensores da aplicabilidade do instituto da justiça restaurativa³¹¹, fundamentam que os processos restaurativos dão aos agressores e vítimas a oportunidade de se confrontarem com a experiência vivida e, assim, o agressor poderá perceber os danos que causou a vítima. Além do mais, a mediação penal precisa ser vista como um direito que a vítima possui, assim este direito não pode ser retirado sem antes perguntá-la o que considera melhor para si própria³¹².

³⁰⁷ APPEL, Thamyris Chiodi. **Justiça restaurativa e violência doméstica contra a mulher: a mediação penal como solução alternativa ao conflito**. Dissertação (Mestrado), Coimbra: Universidade de Coimbra, Área Ciências Jurídico-Criminais, 2017, p. 80.

³⁰⁸ FERREIRA, Nuno José Rosa Marques. **A mediação penal e a violência doméstica: uma relação restaurativa**. Dissertação (Mestrado). Coimbra: Universidade de Coimbra, Área de Ciências Jurídico-Criminais, 2013, p. 51.

³⁰⁹ SANTOS, Cláudia Cruz. Violência Doméstica e Mediação Penal: uma convivência possível? In: **Julgar**, n.º 12 (especial), 2010.

³¹⁰ Nesta linha LEITE, André Lamas. **A mediação penal de adultos: um novo paradigma de justiça**. Coimbra: Coimbra Editora, 2008, p. 65-66.

³¹¹ Seguindo este sentido MARQUES, Frederico Moyano; LÁZARO, João Lázaro. A mediação vítima-infractor e os direitos e interesses das vítimas. In: **A Introdução da Mediação Vítima-Agressor no Ordenamento Jurídico Português**. Coimbra: Almedina, 2005, p. 28.

³¹² JACCOUD, Mylène. Princípios, Tendências e Procedimentos que Cercam a Justiça Restaurativa. In: **Justiça Restaurativa**. Brasília: MJ/PNUD, 2005, p. 174-175.

Carlota Pizarro de Almeida se manifesta contra a aplicação da mediação penal nos casos de violência doméstica. Entende que a mediação, neste caso, acarretará uma vitimização e, esse sentimento, será prejudicial para a vítima³¹³.

Teresa Beleza e Helena de Melo defendem a não aplicação da mediação penal nos crimes públicos, consequentemente no crime de violência doméstica, por estar em causa um interesse público que o Estado pretende acautelar, através da ação penal, por motivos de prevenção. Nestes casos, a vontade da vítima é irrelevante³¹⁴.

Em contrapartida, o autor J. F. Moreira das Neves se posiciona a favor da mediação penal no âmbito da VD. Entretanto, não concorda com o momento da sua aplicabilidade. Para ele a prática restaurativa teria mais lógica em momento anterior, como forma alternativa de resolver conflito sem necessidade da aplicação da pena³¹⁵.

Para Germano Marques da Silva, a mediação penal possibilita a ressocialização do agente e a reconciliação, sendo, portanto, uma reparação. Os sentimentos ruins, principalmente os de vingança desaparecem e possibilitam a resolução do conflito³¹⁶.

Outro argumento favorável a aplicação da mediação penal, é o da autora Cláudia Santos. Defende que há várias formas de se evitar as desvantagens da não aplicação da mediação penal no âmbito da VD. A primeira está relacionada com a obrigatoriedade deste instituto ser com base na voluntariedade da vítima; a segunda é voltada ao papel do mediador, este precisa se certificar se a vontade da vítima é livre e que se encontra totalmente segura do encontro, bem como realizar um juízo de probabilidade quanto à existência de vantagens neste meio; a terceira, refere-se a opção de mediação indireta, quando a direta for um risco iminente a vítima. Outro argumento da autora, é o fato de muitas vítimas não quererem a punição do agente do crime, mas sim a modificação do comportamento negativo³¹⁷.

Assim, Cláudia Santos, se posiciona a favor da mediação penal nos casos de violência conjugal e diz que a mediação também deve ocorrer como forma de diversão, com um âmbito mais genérico, "sem a previsão de catálogos de crime", bem como "nos termos do n.º 4 do artigo 47.º do Código de Execução das Penas e das Medidas de Segurança, que o recluso

³¹³ALMEIDA, Carlota Pizarro de. **A mediação perante os objetivos do Direito Penal**, in **A introdução da mediação vítima-agressor no ordenamento jurídico português**. Coimbra: Almedina, 2005.

³¹⁴BELEZA, Teresa Pizarro; MELO, Helena Pereira de. **A mediação penal em Portugal**. Coimbra: Almedina, 2012, p. 46-60.

³¹⁵NEVES, J. F. Moreira das. **Violência Doméstica: sobre a lei de prevenção, proteção e assistência às vítimas**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010, p. 6.

³¹⁶SILVA, Germano Marques da. A Mediação Penal: em Busca de um Novo Paradigma? In: **A Introdução da Mediação Vítima-Agressor no Ordenamento Jurídico Português**. Coimbra: Almedina, 2005.

³¹⁷SANTOS, Cláudia Cruz. **A justiça restaurativa: um modelo de reacção ao crime diferente da justiça penal porquê, para quê e como?** Coimbra: Coimbra Editora, 2014, p. 734-752 e 762.

participe, "com o seu consentimento, em programas de justiça restaurativa, nomeadamente através de sessões de mediação com o ofendido"³¹⁸.

Diante do apresentado, defende-se a opinião de que a mediação penal não pode ser a única medida para a resolução do conflito. Acredita-se que a mediação penal não demonstra a real gravidade dos fatos e também não reabilita por si só o agente infrator, sendo necessária sim uma medida/pena adversa. Assim, o momento ideal para a sua aplicabilidade seria durante a suspensão provisória do processo ou durante o cumprimento da pena de prisão como solução complementar (já que à vítima ou agressor podem querer se ver pela última vez para encerrarem esta fase de suas vidas). Ademais, a participação deve ser voluntária tanto para à vítima como para o agressor³¹⁹.

Nos Estados Unidos e na Bélgica já há práticas restaurativas como solução complementar. A Bélgica, por exemplo, aplica a prática restaurativa como solução complementar pós sentença, o que faz com que neste caso sejam programas que lidam com crimes mais graves. Os "*restorative justice consultants*" estão em todas as prisões na Bélgica. Assim, o funcionário da administração prisional, no caso uma pessoa neutra, que faz a mediação. A sua prática é facultativa para à vítima e para o agressor e a realização da mediação penal não significa nenhum tipo de benefício ao agente, quando se refere a concessão da liberdade condicional³²⁰.

Como curiosidade complementar ao trabalho, no Brasil, até meados de 2016 havia um certo debate e resistência sobre a implementação da justiça restaurativa. Apenas após recomendações da Organização das Nações Unidas para que a justiça restaurativa fosse implementada na legislação brasileira, o Conselho Nacional de Justiça elaborou a Resolução 225, de 31 de maio de 2016, que dispõe sobre a política nacional de justiça restaurativa no âmbito do poder judiciário e dá outras providências³²¹.

A Resolução considera que os artigos que tratam da composição do dano civil, transação penal e da suspensão condicional do processo consagrados na Lei n.º 9.099/1995 permitem a homologação dos acordos celebrados nestes institutos sob os fundamentos da

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ SANTOS, Cláudia Cruz. **Op. Cit.**, 2014, p. 750.

³²⁰ Para maiores informações acerca das práticas restaurativas pós sentencias na Bélgica vide: EYCKMANS, David; DUFRANG, Dirk; REGELBRUGGE, Mariane. The concept of restorative justice in prison seen from the community and illustrated by the practice of victim-offender mediation, Restorative Justice and its Relation to the Criminal Justice System. **Actas da Segunda Conferência do European Forum For Victim-Offender Mediation and Restorative Justice**, Bélgica, 2002, p. 69 ss e SANTOS, Cláudia Cruz. **Op. Cit.**, 2014, p. 750.

³²¹ MEZZALIRA, Ana Carolina. A justiça restaurativa e sua normatização no Brasil: a Resolução 225 do CNJ. **Jusbrasil**. Abril, 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/65804/a-justica-restaurativa-e-sua-normatizacao-no-brasil-a-resolucao-225-do-cnj>. Acesso em: 26 set. 2019.

justiça restaurativa³²², uma vez que esta legislação opta pelos meios alternativos de resolução de conflitos.

Por outro lado, viu-se, neste estudo, que o art. 41.º da Lei Maria da Penha impossibilitou a aplicação destes institutos despenalizadores da Lei n.º 9.099/1995 no âmbito da violência doméstica, razão pela qual no sistema brasileiro não cabe a aplicação da justiça restaurativa.

Já foi defendido anteriormente neste trabalho a possibilidade de aplicação da suspensão condicional do processo no ordenamento jurídico brasileiro.

Também a respeito da transação penal, ainda se corrobora com o mesmo posicionamento anterior, já defendido, vez que de acordo com a legislação brasileira a sua aplicação é em momento anterior da aplicação da suspensão condicional do processo e da aplicação da pena. Além do mais, em um estudo prático realizado no Brasil, constatou que os crimes de VD estavam sendo banalizados, através da transação penal, pois as vítimas não eram efetivamente ouvidas, não ocorria realmente uma mediação para resolução do conflito. Também na mesma pesquisa foi possível constatar que as vítimas de violência doméstica procuram mais uma sensação de segurança do que propriamente a reparação do dano sofrido. Diferentemente das vítimas de crime de menor potencial ofensivo que buscam a composição do dano civil³²³.

Por outro lado, se a legislação brasileira se inspirasse nos modelos de programas restaurativos criados nos EUA e na Bélgica, já mencionados, e consagrasse a mediação penal apenas como uma solução complementar, acredita-se que esta medida poderia não trazer malefícios para a resolução do conflito.

Delineado o fenômeno da violência doméstica em plano internacional (ainda que de forma panorâmica) e nacional, referente ao sistema português, a seguir será avançada a análise do problema proposto, isto é, da pertinência da criação e manutenção de programas de

³²² CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução n.º 225 de 31 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_225_31052016_02062016161414.pdf. Acesso em: 28 set. 2019.

³²³ Sobre as vítimas entrevistadas na pesquisa no âmbito da VD "Diferentemente do que se poderia esperar de uma situação caracterizada pela emoção, a maioria das vítimas se dispôs a falar com a equipe de pesquisa. Talvez isso seja reflexo do fato de elas não terem encontrado espaço nas audiências para relatarem sua versão dos acontecimentos, bem como de expressarem suas angústias. Em um dos casos, a vítima chegou a dizer: “lá [sala da audiência] eu queria ter falado, como estou falando pra você, que o [agressor] continua me perseguindo, mas não deu”. Em outra audiência, a vítima estava bastante nervosa e não conseguia parar de chorar, dizendo às entrevistadoras: “que bom que posso conversar com vocês sobre isto, estou me sentindo muito acuada, estou com muito medo””. ALVAREZ, Marcos César [et al]. A vítima no processo penal brasileiro: um novo protagonismo no cenário contemporâneo. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais: RBCCrim**, v. 18, set./out. 2010, n.º 83, p 265.

intervenção voltados aos agressores como solução para reduzir os números da violência doméstica.

APÍTULO IV- A RESSOCIALIZAÇÃO DO CONDENADO COMO INSTRUMENTO PARA O COMBATE AO CRIME

Em geral, há poucas pesquisas sobre os agressores em comparação com o número de estudos realizados com as vítimas. Isso se deve em parte à lenta mudança de atitude na aceitação de que a violência ocorrida no contexto da família ou nas relações interpessoais íntimas é um crime e que o sujeito ativo dele deve ser estudado como criminoso. Adicione também o fato de que não é fácil alcançar estas pessoas, principalmente porque elas negam exercer qualquer tipo de violência nesta área³²⁴.

Portanto, a maioria dos estudos empíricos analisavam a figura do agressor a partir dos depoimentos fornecidos pelas vítimas. Hoje, como os agressores são presos ou sentenciados a se submeterem a programas de tratamento, outro caminho de acesso é aberto, sendo possível conhecer, por meio de suas próprias declarações, os motivos que os levam a ter um comportamento violento³²⁵.

A inclinação para a realização de programas de intervenção com agressores é a consequência de inúmeras verificações não positivas no contexto da violência doméstica, dentre as quais destacam-se: indiretamente atribuir a culpa pela violência sofrida à vítima; a constatação de que muitas mulheres vítimas não conseguem deixar as relações abusivas, o que faz com que seja ineficaz uma abordagem que trabalha apenas com a vítima; a confirmação de que é necessário atribuir ao agressor a sua responsabilidade pelo seu comportamento violento, bem como através da intervenção que é possível a alteração dos estereótipos e crenças associadas a aceitação da violência doméstica e a constatação da não eficácia de estratégias apenas punitivas³²⁶.

Inicialmente, afirma-se que os homens agressores no âmbito da VD não apresentam nenhuma característica demográfica, profissional ou social substancial que o diferencie da população masculina em geral³²⁷. As explicações para a VD têm crescido cada vez mais e não

³²⁴DOMÍNGUEZ, Ana Isabel Cerezo. **El homicidio en la pareja: tratamiento criminológico**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2000, p. 245.

³²⁵Idem.

³²⁶MANITA, Celina. **A intervenção em agressores no contexto da violência doméstica em Portugal: estudo preliminar de caracterização**. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2005, p. 12.

³²⁷DOMÍNGUEZ, Ana Isabel Cerezo. **Op. Cit.**, p. 245. Na mesma linha "Estes abusadores não são fáceis de diagnosticar ou de identificar, não há um perfil típico. Em público podem parecer amigáveis com o/a parceiro/a e família, perpetuando os abusos exclusivamente na esfera privada". RIBEIRO, Sandra Isabel da Costa. **O Lado B da Violência Doméstica**. Dissertação (Mestrado). Leiria: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Leiria, 2016, p. 69. Disponível em: https://iconline.iplleiria.pt/bitstream/10400.8/2493/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Sandra%20Ribeiro.pdf. Acesso em: 01 out. 2019.

estão centradas apenas no indivíduo. Assim, de uma forma breve, considera-se a existência de algumas argumentações para tal fenômeno e, conseqüentemente, acabam por ser teorias explicativas orientadoras dos programas de intervenção com os agressores³²⁸.

Diante disto, a seguir abordar-se-ão as principais perspectivas.

4.1 TEORIAS EXPLICATIVAS ORIENTADORAS DOS PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO COM OS AGRESSORES

Para tal, escolheram-se as perspectivas abordadas pela Doutora em Psicologia Celina Manita. A autora separou cada uma em quatro grupos: as perspectivas biológicas e psicofisiológicas; as psicológicas; as baseadas na família e, por fim, as sociopolíticas³²⁹.

Em relação ao primeiro grupo, das perspectivas biológicas e psicofisiológicas, embora sejam consideradas insuficientes, continuam a se desenvolver para explicar os comportamentos violentos dos agressores, sendo as bases fundamentais dos programas de controle de ira ou raiva³³⁰, que será visto em breve neste estudo.

Esta perspectiva tem recebido críticas pela autora Manita que considera não estar demonstrado cientificamente que os agressores de violência doméstica tenham níveis de ira/raiva diferentes dos que não agredem. Acrescenta que estes sentimentos não resultam essencialmente em um comportamento agressivo, já que vários agressores que não conseguem controlá-los direcionam o seu comportamento violento unicamente às mulheres, bem como aos filhos. Fora deste contexto, tendem a ser pessoas controladas³³¹.

No segundo grupo, inserem-se as perspectivas psicológicas que estão voltadas as abordagens cognitivas, comportamentais e cognitivo-comportamentais. Estas abordagens usam como fundamento para a justificativa do comportamento violento dos agressores a impulsividade, ou seja, caracteriza-se pela tendência de agir de modo imprevisível e impulsivo, sem pensar nas conseqüências. Além do que, possuem grande aptidão para visualizarem menos soluções alternativas para a solução de conflitos³³².

³²⁸MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005, p. 15.

³²⁹Idem.

³³⁰Idem.

³³¹Idem.

³³²Ainda nesta perspectiva, Manita diz "algumas perspectivas psicológicas situam a causa do comportamento violento na história desenvolvimental do sujeito. Duas das mais destacadas abordagens são as teorias da vinculação e as teorias da aprendizagem social. As teorias da vinculação, apesar de algumas diferenças entre modelos, chamam a atenção para a importância e implicações dos processos de vinculação precoce no desenvolvimento futuro, particularmente ao nível do funcionamento sócio-emocional, cognitivo, das relações interpessoais e da adaptação aos contextos. Embora não se possa estabelecer uma relação de causa-efeito entre as

No terceiro grupo, fala-se da teoria baseada na família. Esta teoria parte do princípio de que a violência começa desde a infância, ou seja, no processo de socialização das crianças e jovens. Famílias negligentes podem gerar déficit consideráveis às crianças e jovens em sua fase adulta, pois a violência atual pode ocasionar violência futura³³³.

Muitas crianças e jovens na infância sofreram castigos corporais, críticas e humilhações; não tiveram a educação necessária; tiveram falta de carinho e amor; muitos pais possuíam um nível muito alto de agressividade em casa para a resolução de conflitos, bem como utilizavam-se de práticas educativas inconsistentes na educação de seus filhos³³⁴.

Por outro lado, por mais que algumas pessoas já tenham sofrido algum tipo de violência na infância, não significa que necessariamente serão pessoas adultas violentas. Neste caso, "não há relações lineares, directas, entre mau trato na infância e problemas de comportamento ou comportamentos violentos no futuro"³³⁵.

O quarto e último grupo, refere-se às perspectivas sociopolíticas. Esta teoria baseia-se na perspectiva de gênero, argumentando que a VD ocorre por uma série de combinações individuais, situacionais e culturais: as individuais relacionam o comportamento violento como aprendido na infância, ou seja, na infância os sujeitos aprenderam a solucionar os problemas através de agressões; as situacionais estão voltadas a forma como o sujeito observa seu comportamento. Neste caso, não consegue perceber a gravidade, intensidade e consequências de seus atos; e as culturais explicam que a violência ocorre por conta da estrutura patriarcal da sociedade. Assim, as escolhas comportamentais acabam sendo feitas através das normas dominantes, pelos papéis sociais e de gênero, pela maneira como a sociedade esquematiza as relações íntimas e constrói a imagem do homem e da mulher, pela

experiências de vinculação precoce e o comportamento na vida adulta, sabe-se hoje que uma perturbação na relação de vinculação pode levar a um risco acrescido de problemas relacionais, designadamente ao nível da antissocialidade e da agressividade nas relações íntimas (nomeadamente nos casos de perturbação de não-vinculação e de vinculação agressiva). (...) Por sua vez, a teoria da aprendizagem social defende que a violência é um comportamento socialmente aprendido e que, da mesma forma que é aprendido, pode ser desaprendido ou substituído por outro mais adequado. (...) No conjunto destas teorias os agressores de violência conjugal são caracterizados como indivíduos com baixa auto-estima; com altos níveis de dependência da esposa, característica associada a fortes ciúmes e elevados níveis de suspeição; com medo da intimidade, manipuladores; com elevada necessidade de poder/controlo; altos níveis de hostilidade; depressão; défices nas competências de comunicação; dificuldade particular em expressar afecto e desenvolver relações de confiança; que se vêem frequentemente como vítimas; com tendência para minimizar a severidade, a frequência e as consequências do seu comportamento violento; e com tendência para responsabilizar a vítima pela violência, da mesma forma que para atribuir ao stress laboral, consumo de álcool ou drogas". Ibid., p.15-17.

³³³Ibid., p. 17-18.

³³⁴Ibid., p. 17-19.

³³⁵Ibid., p. 19.

relação onde o homem tem o domínio e utiliza da violência como recurso para manter a sua autoafirmação³³⁶, conforme já demonstrado no segundo capítulo deste trabalho.

Há diversas razões de homens serem violentos com as mulheres no contexto da violência doméstica. Desta maneira, qualquer das perspectivas tratadas anteriormente, se forem apoiadas apenas em uma única vertente acabará por se revelar simplista. O ideal seria os programas tentarem abordar todos os níveis de intervenção, seja pessoal, interpessoal ou social³³⁷.

Ainda na luta da melhor abordagem de intervenção, que possui maior eficácia, os programas de intervenção necessitam levar em consideração as diferentes tipologias de agressores, que serão analisadas com maior detalhamento a seguir.

4.2. TIPOLOGIA DE AGRESSORES

Revela-se importante a especificação tipológica de agressores no âmbito da violência doméstica para que seja implementado o tratamento mais adequado ao criminoso. Há um consenso de que nem todos os agressores são iguais, podendo assim encontrar-se variáveis ou fatores que diferenciam os indivíduos entre si³³⁸.

Nesta luta de classificação, Holtzworth- Munroe e Stuart, baseados na revisão de quinze estudos anteriores de tipologias de agressores, representam o que de melhor se tem adquirido nesta área³³⁹. Para eles, os agressores podem ser classificados de três formas. A primeira é a gravidade e frequência da violência; a segunda é a generalidade ou extensão da violência do companheiro e a terceira é a psicopatologia ou os transtornos de personalidade do agressor³⁴⁰.

³³⁶Ibid., p. 20-21.

³³⁷No mesmo sentido, Manita argumenta "qualquer um dos anteriores grupos de teorias/abordagens da violência doméstica /conjugal, se unifactorial e, sobretudo, se determinista, acaba por se revelar simplista, assente numa das vertentes de leitura deste complexo fenómeno e numa das potenciais causas para o comportamento violento. Cada vez mais, por isso, se avança no sentido das explicações (e das intervenções) multifactoriais e processuais, integrando as diferentes dimensões biopsicossociais do comportamento do indivíduo, as dimensões interpessoais e as socio-culturais, designadamente os constrangimentos de género e ideológicos". Ibid., p. 21.

³³⁸"A classificação tipológica parte do princípio de que os agressores conjugais são um grupo heterogéneo, no qual se podem encontrar factores ou variáveis que permitem diferenciar os indivíduos entre si". LOINAZ, Ismael. Estudo de tipologias de agressores conjugais em prisões, In: **Ousa Integrar - Revista de reinserção social e prova**. Lisboa, a.4, n.º 9, jun. 2011, p. 23-34.

³³⁹CUNHA, Olga; GONÇALVES, Rui Abrunhosa; PEREIRA, Carla. Avaliação do risco em agressores conjugais: análise de uma amostra forense. In: **Ousa Integrar - Revista de reinserção social e prova**, Lisboa, a.4, n.º 9 jun.2011, p. 12-13.

³⁴⁰HOLTZWORTH-MUNROE, Amy; STUART, Gregory L. Typologies of batterers: three subtypes and the differences among them. In: **Psychological Bulletin**, vol. 116, n.º 3, Nov, 1994, p. 476-497.

Ao falar da primeira forma, a intenção é diferenciar os agressores que realizam violência de forma contínua e grave dos que não o fazem. Já a segunda forma, separa os agressores violentos de uma forma geral (extrafamiliar) dos que são violentos apenas no seio familiar (intrafamiliar) e, por último, a terceira está relacionada com fatores que estão ligados a ações que ocorreram na infância e próximos à idade adulta, consideradas potenciais fatores de risco³⁴¹.

Utilizando os critérios acima para os autores supramencionados há três tipos de agressores. O primeiro possui apenas comportamento violento com a família, o que faz com que seja bastante social fora de casa. O segundo tende a ter uma violência moderada a grave, é inseguro, emocionalmente instável, imprevisível, dependente de sua parceira e varia de humor rapidamente. O terceiro e último é o mais violento e impulsivo, já que não consegue controlar as suas emoções, também é inseguro, normalmente possui antecedentes criminais, sendo, portanto, uma pessoa de alto risco para a outra³⁴².

Dois autores que concluíram semelhante a classificação de cima foram os Hamberger e Hastings ao categorizar os homens agressores em: impulsivos, antissociais, compulsivos e dependentes³⁴³.

Mais um estudo interessante é do Jacobson e Gottman. Os autores entendem que há dois tipos de agressores: o tipo I definido por eles como "cobras" e o tipo II que são os "*pitbulls*". Os primeiros possuem comportamentos violentos por consumirem álcool e usarem drogas. Entretanto, após o consumo eles não teriam dificuldades em controlar a raiva ao perpetrarem o ato violento. O tipo I também é caracterizado como antissociais e representariam apenas 20% dos homens estudados. De acordo com os pesquisadores, para o tipo I, o tratamento psicológico não teria eficácia, restando apenas a responsabilidade penal. No entanto, o tipo II tem um padrão específico de reação psicofisiológica com relação à violência, voltada a uma confusão emocional e cognitiva relacionada ao comportamento. Assim os programas de intervenção que ajudassem os agressores a desenvolver a inteligência emocional, ou seja, autocontrole das suas emoções poderiam ser bastante eficazes (costumam

³⁴¹ Idem.

³⁴² Idem; CAVANAUGH, Mary M.; GELLES, Richard. J. The utility of male domestic violence offender typologies: New directions for research, policy, and practice. In: **Journal of Interpersonal Violence**, Vol. 20, nº 2, Feb. 2005, p. 155-166 e; LOINAZ, Ismael. **Op. Cit.**, p. 24.

³⁴³ MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005, p. 22.

ser violentos apenas no seio familiar, não possuem o controle da raiva, são dependentes, inseguros, querem controlar o comportamento da mulher)³⁴⁴.

Outro modelo é o designado pela autora Walker. A autora define que há três tipos principais de agressores. Os primeiros são considerados "violentos apenas em casa, motivados por necessidades extremas de poder e controle, que não apresentam patologia e cujo comportamento pode ser mudado através duma abordagem psicoeducacional". Os segundos dizem respeito aos que apresentam "problemas psicológicos e beneficiam de psicoterapia individual ou de grupo". Os terceiros, por sua vez, são os que possuem uma "carreira criminal e são violentos em diferentes contextos"- para estes, que a autora classifica de antissociais, não existirá nenhum tratamento eficaz, devendo a intervenção limitar-se à componente judicial"³⁴⁵.

Também tomando por base os agressores de violência doméstica acompanhados pelo Gabinete de Estudos e Atendimento a Vítimas e Agressores (GEAV) a autora Celina Manita os classificou em cinco grupos fundamentais³⁴⁶:

a) "as crianças vítimas indirectas de violência doméstica que se vêm a tornar agressoras, frequentemente das mães, por vezes também de pares - um grupo que exige particular atenção e uma intervenção específica, preventiva e terapêutica";

b) "mulheres que, sendo vítimas continuadas de violência doméstica, desenvolvem, no contexto da e por efeito dessa vitimação continuada, perturbações de comportamento e perturbações emocionais". Neste caso, faz com que acabem por agredirem seus filhos, muitas das vezes gravemente, aqui, as mulheres merecem dupla atenção e intervenção, pois deverá ser trabalhada a questão delas figurarem como vítimas e agressoras simultaneamente.

c)"os agressores com problemas associados de alcoolismo ou toxicod dependência- estes, requerem uma intervenção ao nível dos comportamentos de agressão, mas também, ou sobretudo, uma intervenção médica especializada";

d) "os agressores com problemas psiquiátricos associados - que exigem também a articulação com os serviços de saúde mental (é um grupo minoritário na população atendida no GEAV)";

³⁴⁴JACOBSON, Neil S.; GOTTMAN, John M. **When Men Batter Women: New insights into ending abusive relationships**. New York: Simon and Schuster, 1998.

³⁴⁵WALKER, L. E. Current perspectives on men who batter women. Implications for intervention treatment to shop violence against women: Comment on Gottman et al. In: **Journal of Family Psychology**, 9, 3, p. 264-271 apud MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005, p. 22.

³⁴⁶Para melhor entendimento vide: MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005, p. 23.

e) "aqueles que se podem considerar os agressores *tout court* ou os agressores normais, ou seja, o agressor sem psicopatologia relevante e para o comportamento do qual não funciona como elemento determinante o consumo de álcool ou outras drogas". Este grupo é o majoritário atendido no GEAV.

Mais análises foram feitas pelos autores Fernández Montalvo e Echeburua. Estes basearam seus estudos em vários questionários e inventários psicológicos, tendo eles assegurado, que, com relação ao perfil psicopatológico apresentado pelos agressores, podem ser classificados como pessoas com déficits nas habilidades interpessoais e agressores sem controle da impulsividade³⁴⁷.

Há muitos outros estudos sobre a tipologia dos agressores, entretanto, não é possível detalhar todos nesta pesquisa.

Diante do exposto, parece que os estudos se encaminham para o mesmo ponto comum com relação a três perfis majoritários. Os agressores que são violentos apenas no contexto familiar, motivados pelo sistema patriarcal ou pela forma como foram educados na infância; os impulsivos e os antissociais (violentos em geral)³⁴⁸.

Mesmo diante das dificuldades em definir e estabelecer a tipologia dos agressores de violência doméstica é importante esta abordagem, já que com isto pode-se "estabelecer um plano de segurança para a vítima, e, por outro lado, planificar e desenvolver intervenções ajustadas e adaptadas às características de cada grupo e, desta forma, obter melhores resultados"³⁴⁹. Resultados voltados ao trabalho terapêutico com os agressores, por mais que não exista uma total comprovação de qual intervenção seja mais adequada para cada tipo de agressor³⁵⁰.

Superada a questão das mais relevantes bases teóricas e das tipologias dos agressores, a seguir serão identificadas as metodologias prevalentes utilizadas nos principais programas de

³⁴⁷FERNÁNDEZ-MONTALVO, Javier. ECHEBURUA, Enrique. Variables psicopatológicas y distorsiones cognitivas de los maltratadores en el hogar: un análisis descriptivo. In: **Análisis y Modificación de Conducta**, Vol, 23, n. 88, 1997, p. 151-180. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/A13.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

³⁴⁸Para a autora Ana Isabel Cerezo Domínguez é muito complicado definir uma tipologia específica dos agressores, porque muito dos fatores podem estarem presentes em uma mesma pessoa ao dizer "A mi entender, es sumamente complicado hacer una tipología de este tipo de agresores, principalmente porque muchos de estos factores pueden estar presentes en la misma persona, con lo cual su clasificación resulta extremadamente difícil. Quizá la mejor tipología, desde un punto de vista estrictamente criminológico, será la que se centrara en la clase de actos violentos que realiza nestos hombres, pudiendo clasificarlos en maltratadores completos (esto es, aquellos que han realizado todo tipo de maltrato hacia su víctima: físico, psicológico y sexual) y maltratadores psicológicos, que presentarán ciertas diferencias en relación al resto. Cfr. DOMÍNGUEZ, Ana Isabel Cerezo. **Op. Cit.**, p. 252.

³⁴⁹CUNHA, OLGA; GONÇALVES, Rui Abrunhosa; PEREIRA, Carla. **Op. Cit.**, p. 13.

³⁵⁰Idem.

intervenção com agressores de violência doméstica. Além disto, dar-se-á destaque aos mais importantes programas hoje existentes internacionalmente e em Portugal.

4.3 PROGRAMAS VOLTADOS A AGRESSORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Há um leque grande de programas de intervenção, tendo em conta as diversas perspectivas teóricas com relação aos possíveis motivos causadores da violência doméstica e as tipologias dos agressores. Alguns abordam a questão cognitivo-comportamental baseada no gênero, outros focam mais no psicológico, nas emoções que podem contribuir para o comportamento violento. Nesta linha, surgiram terapias voltadas para raiva (adaptação mais resumida do tratamento cognitivo-comportamental), aconselhamento dialético, tratamento neuropsicológico, serviços e aconselhamento de casais, grupos de autoajuda, programas psicoeducacionais e psicoterapêuticos³⁵¹.

Dentre estas, é importante mencionar brevemente algumas intervenções mais utilizadas internacionalmente. Assim, começar-se-á pelos grupos de autoajuda.

Os grupos de autoajuda são voltados a agressores que buscam por um processo de mudança sozinhos. Estes grupos são uma modalidade de intervenção autônoma, mas também podem constituir etapas integrantes de outros tipos de intervenção, não sendo, assim, a única estratégia de intervenção³⁵².

Com relação aos agressores de violência doméstica, possuem sérias ponderações, já que a maioria não consegue perceber por si só o seu comportamento, tampouco seu sofrimento ou perturbações ao ponto de procurarem apoios dos outros para superar, modificar qualquer tipo de atitude inadequada (princípio orientador da grande maioria dos grupos de autoajuda). Desse modo, estes grupos de autoajuda ao invés de combater a violência doméstica poderão legitimá-la³⁵³.

Ainda assim pairam dúvidas se o grupo de autoajuda é um bom método para combater a violência doméstica, já que, quase nunca há profissionais especializados e capacitados a coordenar estes grupos; não levam em consideração a perspectiva da vítima; além de que em determinados casos podem criar uma falsa ideia do homem como vítima³⁵⁴.

³⁵¹BARIN, Catiuce Ribas. **Op.Cit.**, p. 100 e MANITA, Celina. Programas de intervenção em agressores de violência conjugal intervenção psicológica e prevenção da violência doméstica. In: **Revista de Reinserção Social e Prova, Ousar e Integrar**, n. 1, ano 1, set, 2008, p. 27.

³⁵²MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005, p. 25.

³⁵³MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005, p. 26.

³⁵⁴Idem.

Diante do exposto, partilha-se da opinião de que os grupos de autoajuda devem ser utilizados como intervenção complementar e não como forma exclusiva de programas de intervenção com agressores domésticos, sendo que todos os grupos devem dispor de profissionais capacitados para coordenar e monitorar os trabalhos realizados, vez que, caso isto não ocorra, ao invés de combater a violência, poderá corroborá-la³⁵⁵.

Há também as abordagens psicoeducacionais (ou socioeducativas) e psicoterapêuticas. As psicoeducacionais são dominantes quando o assunto é a intervenção de agressores no âmbito da violência doméstica em vários países, sendo inspiradas no modelo pioneiro dos Estados Unidos (Projecto de Duluth - Minnesota). Resumidamente, é uma forma de abordagem voltada para desenvolver métodos eficazes de mudar o comportamento do agressor, sem o escusar de sua responsabilidade³⁵⁶.

Os programas voltados para a questão educacional trabalham com os sujeitos que não possuem nenhuma doença ou perturbação psicopatológica associada e ocorrem em grupos orientados por profissionais, diferentemente dos grupos de autoajuda. Aqui são trabalhadas as questões de gênero, a necessidade de controle e poder perante a vítima, os papéis sociais e sexuais, os efeitos e as consequências da violência, o ciclo da violência, a responsabilização pelos seus atos, a assertividade e o autocontrole comportamental, a gestão de conflitos, a comunicação e negociação, ao desenvolvimento de estratégias de resolução de problemas, a implementação de modalidades de relacionamento não abusivos. Incluem também atividades voltadas para o controle da raiva, gestão do estresse, trabalhos em grupos e reestruturação cognitiva³⁵⁷.

Este modelo de intervenção pode incluir componentes mais próximos dos modelos psicoterapêuticos tradicionais, porém dispõe de objetivos mais largos, com extenso conjunto de atividades direcionadas a adultos, como exercício de controle da raiva, trabalho em grupo,

³⁵⁵ Nesta linha "alguns grupos de auto-ajuda para agressores especificam os seus objetivos e métodos, designadamente o apoio ao indivíduo no controlo da sua raiva, depois de terem passado por programas de intervenção com profissionais". MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005, p. 26. Ainda, na mesma linha "Outros alargam a sua aplicação, considerando que grupos abertos, de discussão ou suporte, serão bem sucedidos quer no apoio imediato a homens em crise que desejem iniciar um processo de mudança, quer na assistência a homens que tenham terminado programas mais focalizados e desejem dar continuidade a um processo de mudança atitudinal e comportamental mais profundo e a longo prazo". Idem.

³⁵⁶ "São intervenções que surgem, na maioria dos países, integradas nos planos e nas redes nacionais de luta contra a violência e o crime, interrelacionadas com as instituições de apoio a vítimas, rede estas que articulam serviços sociais, médicos, judiciais, funcionando através de "vias prioritárias" de acção para situações de violência doméstica. Estas vias, incluem forças policiais específicas para ocorrências de violência doméstica, protecção imediata às vítimas e afastamento dos agressores, apoio médico, psicológico, social e jurídico "em tempo útil" para vítimas e agressores, vias específicas e prioritárias nos tribunais, decisões rápidas, formação específica dos magistrados que aí trabalham". Ibid., p. 27.

³⁵⁷ Idem.

gestão do estresse, atividades educativas, técnicas terapêuticas como a reestruturação cognitiva, a terapia pela arte, o psicodrama e a confrontação entre pares. Cada programa possui um tipo de duração, neste caso, os programas que obtêm longa duração, por mais que sejam considerados mais eficazes na mudança do comportamento negativo, são os que apresentam maior índice de abandono³⁵⁸.

Já na intervenção psicoterapêutica vários modelos são usados, os comportamentais, os cognitivos e cognitivo-comportamentais, os humanistas ou centrados na pessoa, os sistêmicos e as abordagens narrativas, sendo que os mais usados são os comportamentais e os cognitivo-comportamentais, que visam a modificação psicoemocional e comportamental, através da reorganização emocional, cognitiva e experiencial das percepções, vivências e narrativas do agressor, com a consequente criação de novos pensamentos que irão produzir uma mudança emocional e comportamental. Dessa maneira, objetivam a modificação do pensamento emocional e comportamental negativo (abusivo, agressivo, dominador) e a formulação de relações positivas (não violentas)³⁵⁹. A abordagem psicoterapêutica pode ser implementada em terapia familiar, de casal, em grupo, comunitária ou terapia individual³⁶⁰.

Alguns pontos que são trabalhados nos programas psicoeducacionais são também da mesma forma abordados nos modelos psicoterapêuticos, com relação a perspectiva de gênero, o poder, o controle, os estereótipos sobre a VD, os ciclos da violência e seus efeitos³⁶¹. Dentre as estratégias psicoterapêuticas no âmbito da violência relacional íntima os programas cognitivo-comportamentais são os mais usados e que possuem maior eficácia, pois buscam pelo controle da impulsividade, pelo desenvolvimento de empatia ao próximo (a falta de empatia acaba por influenciar na dificuldade de lidar com as recordações que lhe trazem algum tipo de dor), pela modificação de padrões de pensamentos, pela regulação emocional. Neste caso, Manita diz que há uma relação do comportamento agressivo com a falta de regulação emocional, sendo que o autoconhecimento está associado ao controle da impulsividade³⁶².

Ao realizar uma possível classificação destas intervenções a nível metodológico e teórico, pode-se diferenciar, dentro dos programas terapêuticos (como em muitos dos psicoeducacionais), os tipos de intervenção que abordam a ressocialização do papel sexual,

³⁵⁸ Ibid., p. 27-28.

³⁵⁹ MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2008, p. 28.

³⁶⁰ Idem.

³⁶¹ MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005, p. 29.

³⁶² Idem.

treino de competências, abordagem sistêmica-familiar, abordagem baseada em traumas da infância, abordagem cognitiva e conscientização das táticas de controle³⁶³.

Com relação aos papéis sexuais, são mais evidentes nas intervenções que utilizam o modelo de ressocialização do papel sexual. Por este modelo, o fator crucial "dos comportamentos violentos do ofensor será a aquisição de papéis sexuais constrangedores da ação do indivíduo, resultantes de uma socialização rígida"³⁶⁴.

Os programas voltados aos treinos de competência fundamentam que os comportamentos agressivos do sujeito são o resultado de um déficit comportamental. Com isso, o foco desta abordagem é substituir os comportamentos violentos do agressor por comportamentos não violentos³⁶⁵.

Na abordagem sistêmica-familiar partem do princípio de que a violência ocorre como o culminar de um conjunto de ciclos de interação do casal, que foca na intervenção por meio da terapia de casal. Entretanto, a terapia de casal poderia colocar a mulher em uma condição de vulnerabilidade e, assim, aumentar o seu silêncio com relação à violência sofrida³⁶⁶.

No que toca a abordagem voltada aos traumas, partilham da ideia de que só serão resolvidos os comportamentos violentos do sujeito quando ele conseguir resolver os seus traumas originados na infância, especificamente as violências entre os seus pais. Os agressores, neste caso, possuem muita dificuldade em lidar com memórias que lhe trazem algum tipo de sofrimento³⁶⁷.

As abordagens cognitivas defendem que o comportamento agressivo se origina de maus pensamentos que fazem com que surjam emoções negativas. Com isso, a intervenção foca na ressignificação das crenças e emoções que alimentam o comportamento agressivo, nomeadamente no que diz respeito aos papéis sexuais apreendidos na infância, pois, o fator determinante do comportamento do agressor baseia-se na forma como foram educados no sistema patriarcal³⁶⁸.

³⁶³ MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005, p. 30.

³⁶⁴ Idem.

³⁶⁵ Idem.

³⁶⁶ STANKO, E. When Precaution is Normal: A Feminist Critique of Crime Prevention. In: L. Gelsthorpe. & A. Morris (Eds). **Feminist Perspectives in Criminology**. Open University Press. 1990, p. 173-183 e SHAW, Elisabeth; BOURIS, Akivra; PYE, Sheena. The family safety model: A comprehensive strategy for working with domestic violence. In: **Australian and New Zealand Journal of Family Therapy**, vol. 17, n.º 13, Sep. 1996, p. 126-136.

³⁶⁷ MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005, p. 31

³⁶⁸ É importante ter em mente que uma modificação cognitiva significa uma mudança no pensamento e no sistema das crenças. Com isto, se consegue produzir uma mudança emocional e comportamental duradoura. "Quando as pessoas aprendem a avaliar seu pensamento de forma mais realista e adaptativa, elas obtêm uma melhora em seu estado emocional e no comportamento". Além do que "Para que haja melhora duradoura no humor e no comportamento do paciente, os terapeutas cognitivos trabalham em um nível mais profundo de

Por último, as abordagens voltadas a conscientização das táticas de controle buscam compreender o desejo do agressor de querer controlar a todo momento outras pessoas, bem como objetivam realizar uma maior empatia entre a vítima e o agressor³⁶⁹.

Finalmente, os programas de gestão de raiva são voltados ao controle emocional e comportamental. São os tipos de programas defendidos pelos autores Jacobson e Gottman para os agressores. Como viu-se, estes autores, por meio de pesquisas, identificaram dois tipos de agressores, sendo que o segundo tipo não consegue controlar a raiva e, por este motivo, comete agressão em face da mulher. Os programas de enfrentamento da raiva (*angercopingprogram*) focam no autocontrole e regulação emocional, sendo que seus treinos ajudam a reconhecer quais são as situações que provocam estímulos violentos para que possam aprender, através desta identificação, a controlar as repostas agressivas automáticas³⁷⁰.

Ao pensar nas emoções que um ser humano pode sentir, a raiva acaba por ser a mais perigosa, pois quando uma pessoa está com raiva pode fazer coisas que em sua calma não faria. Assim, se a raiva pode destruir uma sociedade, consequentemente, também pode acabar com um relacionamento. A raiva que normalmente leva uma pessoa a cometer uma agressão. Paul Ekman, psicólogo americano considerado no século XX um dos 100 (cem) mais psicólogos notáveis, diz que as emoções estão evoluindo e que antigamente quando uma pessoa estava com raiva não conseguia matar alguém facilmente, mas agora isto já é possível³⁷¹.

Aqui é importante dizer que o foco do estudo não é abordar a questão do Direito Penal que conceitua as emoções como caráter psicofisiológico, ou seja, que não são controláveis pelo agente sujeito da ação, mas sim a emoção que traz um sentimento consciente e refletido, consequentemente possível de controle³⁷².

O conceito de inteligência emocional foi batizado pelo Doutor em Psicologia Clínica pela Universidade de Yale, Peter Salovey, e pelo Doutor em Psicologia Clínica pela

cognição: as crenças básicas do paciente sobre si mesmo, seu mundo e as outras pessoas. A modificação das crenças disfuncionais subjacentes produz uma mudança mais duradoura". Cfr. BEACK, Judith. **Terapia Cognitivo- Comportamental: teoria e prática**. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed Editora. 2013, p. 184-211.

³⁶⁹ MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005, p. 30.

³⁷⁰ Ibid., p. 28.

³⁷¹ EKMAN, Paul; DAVIDSON, Richard. **Fundamental Questions About Emotions**. Nova York: Oxford University Press, 1994.

³⁷² PALMA, Maria Fernanda. Modelos de relevância das emoções no direito penal e sua relação com diferentes perspectivas filosóficas e científicas. In: PALMA, Maria Fernanda (Coord); DIAS, Augusto Silva (Coord); MENDES, Paulo de Sousa (Coord). **Emoções e Crime: filosofia, ciência, arte e direito penal**. Coimbra: Almedina, 2013, p. 113.

Universidade de Stanford, John Mayer. Por eles e com a ajuda do também psicólogo e jornalista científico dos Estados Unidos, Daniel Goleman, a inteligência emocional é dividida de cinco maneiras³⁷³.

A primeira refere-se ao ser humano conseguir ser capaz de identificar as suas próprias emoções (autoconhecimento); a segunda baseia-se em saber controlar as emoções (autocontrole); a terceira envolve conseguir utilizar o potencial total das suas emoções (motivação); a quarta está relacionada com a empatia; e a quinta e última está voltada a criar relações sociais (competência social). Através do Daniel Goleman, que o conceito de inteligência emocional adquiriu conhecimento notório e, consequentemente, se globalizou. Para o autor a inteligência emocional pode aprender-se e ser desenvolvida³⁷⁴.

Neste diapasão, o autor Augusto Silva Dias, diz "as emoções são reacções neurofisiológicas e psicológicas por meio das quais a pessoa interpreta e responde às situações da vida de todos os dias", e acrescenta "trata-se pois de esquemas interpretativos (ou cognitivos) indissociáveis tanto das circunstâncias concretas que os accionam como dos plexos de sentido que os sustentam"³⁷⁵.

No que tange a este tipo de programa, acredita-se que pode ser bastante eficaz se for integrado a outro programa. Nos programas psicoterapêuticos³⁷⁶ abordam também esta questão da regulação emocional e do autocontrole, sendo que são estratégias que se aproximam muito das utilizadas nos programas de gestão da raiva. Nos psicoeducacionais, também há exercícios voltados ao controle da raiva, mais um motivo pelo qual este tipo de intervenção terá mais eficácia se for utilizado de forma complementar³⁷⁷.

³⁷³GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional**. Tradução Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 371.

³⁷⁴Daniel Goleman defende em seu livro a Inteligência Emocional os perigos que a falta de controle emocional pode resultar em uma relação entre casais ou familiares. Para o autor "as forças emocionais que mantêm um relacionamento ou o destroem", e para contextualizar cita o seguinte exemplo: um belo dia estava sentado em um restaurante e avistou um rapaz com feição de raiva saindo do local e, logo em seguida, uma menina correndo em sua direção e batendo desesperadamente "com os punhos nas costas" do rapaz gritando: "- Seu porra! Volte aqui e seja legal comigo!". Neste exemplo "é típico do padrão mais comumente visto em casais cujo relacionamento não vai bem. Ela procura atrair, ele se retrai". Outro exemplo dado pelo autor foi o caso em que um casal estava conversando um tema rotineiro, veja "Fred: Você pegou minha roupa na lavanderia? Ingrid (arremedando): "Você pegou minha roupa na lavanderia?" Pegar a porra da sua roupa na lavanderia. Tá pensando que sou sua empregada? Fred: Seria difícil. Se você fosse empregada, pelo menos saberia lavar roupas". Cfr. GOLEMAN, Daniel. **Op. Cit.** p. 173-175.

³⁷⁵DIAS, Augusto Silva. Acidentalmente dementes? Emoções e culpa nas sociedades multiculturais. In: PALMA, Maria Fernanda (Coord); DIAS, Augusto Silva (Coord); MENDES, Paulo de Sousa (Coord). **Emoções e Crime: filosofia, ciência, arte e direito penal**. Coimbra: Almedina, 2013, p. 61.

³⁷⁶MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005, p. 29.

³⁷⁷Idem.

Após a definição das principais modalidades de intervenção com agressores, estima-se relevante analisar a aplicação de alguns destes modelos de qualidade instalados internacionalmente antes de adentrar no sistema nacional português.

4.4. ALGUNS EXEMPLOS DE PROGRAMAS IMPLEMENTADOS EM OUTROS PAÍSES

4.4.1 Estados Unidos da América – EUA – Duluth Domestic Abuse Intervention Project - DAIP

A começar, na sequência, por um dos programas pioneiros e mais influentes com agressores, o modelo Duluth Domestic Abuse Project (DAIP, nos EUA), que nasceu por iniciativa da Universidade de Duluth (Minnesota) em 1981.

O modelo *Duluth Domestic Abuse Project - DAIP* nasceu por iniciativa da Universidade de Duluth (Minnesota) em 1981³⁷⁸ e veio solucionar dificuldades identificadas nas intervenções existentes. Tem como principal objetivo responsabilizar o agressor pelas suas ações o ensinando opções mais igualitárias, através da "roda do poder e do controlo" e a "roda da igualdade"³⁷⁹.

O DAIP coordena todos os serviços institucionais no que diz respeito ao crime de violência doméstica, incluindo a atuação da polícia, casas de abrigo, centros de acolhimento, serviços de saúde, serviços do ministério público e serviços de liberdade condicional. Com isto, o modelo é voltado para uma intervenção na comunidade, o que faz com que todos sejam responsabilizados em igual proporção pelo crime de violência doméstica. A garantia da proteção da mulher é vista como uma responsabilidade de todos da comunidade, sendo feito assim um trabalho em equipe³⁸⁰.

O projeto compreende um programa de intervenção em grupo para agressores que são enviados sob recomendação dos tribunais e fundamenta-se na roda do poder que é um

³⁷⁸ Este projeto propõe à comunidade uma nova forma de intervir sobre a violência, na sequência de um homicídio brutal em contexto doméstico. Constatou-se em Duluth também um alto índice de criminalidade de gênero e de agressores para os quais não tinha uma intervenção adequada. Com isto, o projeto teve início quando alguns técnicos da cidade pediram a especialistas voltados ao enfrentamento da VD para se deslocarem a Duluth e comentarem um primeiro guia que vinha a ser desenvolvido como orientação para terapeutas que se encontravam a orientar grupos de agressores enviados pelos tribunais. Domestic Abuse Intervention Programs. **Home of The Duluth Model**. Disponível em: <https://www.theduluthmodel.org/>. Acesso em: 1 out. 2019 e MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005, p. 32.

³⁷⁹ Associação de Mulheres Contra a Violência. **Avaliação e gestão de risco em rede. Manual para profissionais**, p. 97 e 98, 2013. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/1436798180_gestao_risco_emar.pdf. Acesso em: 03 de out. 2019.

³⁸⁰ MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005, p. 33.

curriculum educacional que ocorre durante 24 semanas³⁸¹ e possui uma extensão à vítima consistente em apoio³⁸². Há um conjunto de regras a serem respeitadas na intervenção e têm sido adotadas por outras abordagens. As principais são³⁸³:

a) o papel da comunidade: somente ocorrerá a mudança na comunidade se o pessoal (técnicos das diversas instâncias) estiver capacitado para este fim. Assim, deve ser garantido treinamento específico, práticas para a mudança e identificação do papel de cada um, bem como recursos que possibilitem as modificações desejadas. Também, os membros da comunidade que não representam a maioria da população precisam rever todos os procedimentos do programa;

b) ação das instâncias judiciais: todas as ações do tribunal são sensíveis ao posicionamento da vítima. Os tribunais, somente quando necessário, determinam que os agressores frequentem atividades educacionais e estabelecem fortes sanções para atos continuados de violência;

c) intervenção na violência doméstica: o objetivo principal da intervenção deve ser direcionado ao comportamento violento do agressor; no ponto central do poder entre agressor e vítima; e a intervenção deve gerar uma resposta a toda violência, ou seja, aos danos globais das situações de violência e, não apenas, na punição judicial do agressor;

d) apoio à vítima: o objetivo da intervenção é proteger a vítima de violências futuras. Todos os procedimentos precisam ser esclarecidos e explicados a elas, sendo feita uma assistência global e judicial. Dessa maneira, a necessidade e a intensidade da intervenção são baseadas na proteção da vítima com relação a elaboração de medidas de afastamento do agressor e cessação de novas violências.

No que tange as características do DAIP, o agressor é reconhecido como um sujeito que possui um sentimento de ser superior a mulher e, por isto, tem atitudes de dominação. Também se entende que na infância este agressor comumente passou por situações de abusos, presenciou violências contra as mulheres, alcoolismo, coibição de classe e sofreu negligências. Com isso, a intervenção se dá através da modificação de padrões ruins

³⁸¹ As sessões duram por volta de 1 hora e 30 minutos ou 2 horas na semana. Três ausências não justificadas implicam ao retorno do indivíduo ao juiz, que decidirá se deve sentenciar uma pena de prisão ou mais sessões do programa. LARRAURI, Elena. **Mujeres y Sistema Penal: violencia doméstica**. Buenos Aires, República Argentina: Euros Editora, 2008, p. 146.

³⁸² "As mulheres detidas pelo uso da violência são também direcionadas para o programa de intervenção com agressores, estando actualmente em elaboração um currículo específico para elas". Cfr. MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005, p. 33.

³⁸³ Ibid., p. 33-34.

repetidos, através da conscientização da ação negativa e a responsabilização por cada ato violento³⁸⁴.

Assim, o modelo *Duluth* funciona aproximadamente sob os seguintes princípios³⁸⁵:

a) perspectiva feminista: por esta perspectiva os grupos feministas lutam para que os programas não sejam neutros com relação ao gênero. Assim, o foco é destacar que o homem é o responsável pela violência, sendo que o ponto principal é o dano que a mulher e seus filhos sofreram ou sofrem por parte do homem violento. Um aspecto bastante importante para os programas que adotam a perspectiva feminista é a conexão com grupos de mulheres feministas que trabalham neste âmbito;

b) cognitivo-comportamental: o foco consiste em ressignificar as crenças do homem que foi responsável pelo seu comportamento, para isso utilizam-se métodos fundamentais baseados na discussão para mudar a sua forma de pensar. Busca também meios de substituir seu comportamento violento por outro comportamento aceitável. Para isso, utilizam-se as técnicas psicológicas tradicionais, como *role-playing*, resolução de conflitos e identificação da situação que gerou o sentimento de raiva para que sejam interrompidos os processos;

c) resposta comunitária: é importante que os programas de reabilitação sejam concebidos como parte de uma resposta da comunidade à violência doméstica, ou melhor, que os vínculos dos programas sejam fortalecidos com o restante das instituições que têm tarefas relacionadas ao problema.

Tomando por base a metodologia do programa, a avaliação do modelo, concluiu que 60% das vítimas se sentiram mais seguras e menos violentadas pelo fato dos agressores frequentarem o programa. Além do mais, 69% das vítimas também não relataram mais violência física e 41% violência psicológica. Também 80% declararam que a ação em conjunto das casas de abrigo, tribunais, polícias e DAIP contribuíram para por fim na violência. Assim, a taxa de reincidência diminuiu após a implementação do programa. Igualmente, foi possível constatar que para os agressores que frequentaram o programa voluntariamente a taxa de reincidência foi menor e as mulheres vítimas relataram que se sentiam mais seguras quando a frequência ao programa era designada de forma obrigatória pelo tribunal³⁸⁶.

³⁸⁴Ibid., p. 34-36.

³⁸⁵LARRAURI, Elena. **Op. Cit.**, p. 147-148.

³⁸⁶MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005, p. 36 e também em Associação de Mulheres Contra a Violência. **Avaliação e gestão de risco em rede. Manual para profissionais**, p. 97 e 98, 2013. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/1436798180_gestao_risco_emar.pdf. Acesso em: 3 out. 2019.

4.4.2. Espanha

A Lei Orgânica 1/2004, de 28 de dezembro, determina a implementação de programas de intervenção junto a agressores de violência de gênero na fase de execução da pena (art. 42.º.1), concessão de permissões, progressões de regime e liberdade condicional (art. 42.º.2) e suspensão da execução da pena (art. 83.º, n.º 1 e 2, do CP)³⁸⁷.

De todos os programas de intervenção realizados fora das prisões no âmbito das medidas alternativas à prisão, destaca-se o programa chamado CONTEXTO. Este programa surgiu em 2006 em resposta à falta de recursos na Província de Valência para cumprir a Lei Orgânica 1/2004, e é o resultado de uma estreita colaboração entre a Direção do Centro de Inserção Social de Picassent (Valência), os Serviços Sociais Penitenciários de Valência (ambas agências dependentes da Secretaria Geral das Instituições Penitenciárias do Ministério do Interior) e a equipe liderada pela Professora Marisol Lila do Departamento de Psicologia Social da Universidade de Valência. O objetivo desta colaboração é triplo: a) fornecer um recurso de intervenção aos agressores que permita o cumprimento da lei; b) criar um espaço de treinamento para futuros profissionais especializados em intervenção na violência de gênero e; c) projetar e desenvolver pesquisas que contribuam para um avanço na intervenção e prevenção da violência de gênero nos relacionamentos e que envolva um aprofundamento do conhecimento científico nesta área³⁸⁸.

O modelo teórico que norteia o desenho da intervenção do programa CONTEXTO é o Modelo Ecológico. Com base neste modelo, a intervenção com agressores deve ser projetada com diferentes níveis de análise em mente: pessoal, interpessoal, contextual e social. Assim, na implementação do programa CONTEXTO, são considerados os principais fatores de risco e de proteção existentes nos quatro níveis de análise mencionados. Além disto, o programa baseia-se na ideia de que a violência contra as mulheres é um problema eminentemente social que é amplamente mantido pela tolerância do ambiente das pessoas envolvidas. A partir desta ideia, um dos elementos considerados centrais na intervenção é o contexto e ambiente social em que o sujeito se insere. Este fato diferencia o programa daqueles que se concentram, fundamentalmente, nos aspectos apenas individuais e psicológicos dos sujeitos com os quais o

³⁸⁷ESPANHA. **Lei Orgânica 1/2004, de 28 de dezembro**. Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/pdf/2004/BOE-A-2004-21760-consolidado.pdf>. Acesso em: 3 out. 2019 e ESPANHA. **Lei Orgânica 10/1995 de 23 de novembro. Código Penal Español**. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1995-25444>. Acesso em: 3 out. 2019.

³⁸⁸LILA, Marisol. Programas de intervención con maltratadores en medio abierto: indicadores preliminares de eficacia del programa contexto. In: TORRES, Margarida Roig (Coord.). **Medidas de prevención de la reincidencia en la violencia de género**. Valencia: Tirant Lo Blanch, 2014, p. 144-145.

programa intervém. O programa está estruturado em três fases: Avaliação, Intervenção e Monitoramento³⁸⁹.

A fase de avaliação começa com o recebimento dos agressores desde os Serviços Sociais Penitenciários e termina com a entrada do sujeito, se ele atender aos critérios de inclusão, em um grupo de intervenção. Dura aproximadamente um mês, no qual são realizados diferentes tipos de atividades: preenchimento coletivo de questionários e testes padronizados, entrevistas individuais aprofundadas e entrevistas motivacionais individuais. Os principais objetivos desta fase são: a) obter informações detalhadas dos condenados, como aspectos que variam de características da personalidade, uso de substâncias, histórico familiar; b) verificação do cumprimento dos requisitos mínimos para acessar o programa. Neste caso, os critérios de exclusão são: presença de distúrbios de personalidade ou psicopatologias graves, presença de dependência grave de álcool ou outras substâncias, comportamento agressivo ou que podem comprometer a integridade física da equipe do programa ou parceiros do grupo de intervenção; c) conclusão do contrato de participação que especifica as regras e obrigações operacionais contratadas pelas duas partes envolvidas (participante e equipe do programa) e; d) motivação para participação em grupos de intervenção³⁹⁰.

Os participantes chegam por ordem judicial e não de forma voluntária. Dessa maneira, como demonstra a experiência neste tipo de programa, a maioria dos homens condenados por violência contra a mulher apresentam inicialmente uma atitude defensiva e de rejeição ao programa, razão pela qual uma das estratégias adotadas para aumentar o sucesso dos programas de intervenção com agressores é o uso de entrevistas motivacionais, bem como o monitoramento subsequente dos objetivos a serem alcançados. Atento a este fato, o programa dedica atenção especial nesta estratégia de intervenção. Assim, durante as entrevistas motivacionais, o participante recebe informações e argumentos que favorecem uma atitude menos defensiva e são definidos objetivos individualizados de melhoria pessoal e situacional, a fim de obter uma maior implicação e motivação para a mudança. Todas as entrevistas individuais e motivacionais são realizadas pelas duas pessoas que coordenarão o grupo em que o agressor participará. Depois de entrevistado e analisadas todas as informações, inicia-se a próxima fase do programa³⁹¹.

³⁸⁹Idem.

³⁹⁰Ibid., p. 146.

³⁹¹Ibid., p. 146-147.

A fase de intervenção dura aproximadamente 9 (nove) meses. Esta fase está estruturada em sete módulos com suas atividades correspondentes. A intervenção é em grupo (dez a doze pessoas), sendo o grupo liderado por dois profissionais treinados em lidar com situações de violência de gênero, aos quais também é designado um supervisor. Além disso, foi desenvolvido um manual de intervenção que orienta os coordenadores do grupo, graças ao desenvolvimento detalhado de cada atividade que deve ser realizada nos diferentes módulos³⁹².

Nas sessões de grupo, é trabalhado semanalmente o reconhecimento de todos os fatores de risco presentes nos sujeitos e trata-se também de fortalecer os fatores de proteção. Consideram-se questões como controle da raiva, resolução de conflitos ou habilidades sociais e comunicação que são trabalhadas (elementos comuns de trabalho em programas cognitivos-comportamentais), elementos de discussão são incorporados em torno de atitudes e valores que permitem a ocorrência de comportamento violento (elementos mais típicos de programas que contemplam a perspectiva de gênero). Como elemento inovador do programa, e de acordo com a perspectiva ecológica, são realizadas atividades que envolvem o ambiente social do sujeito, uma vez que isto pode ser decisivo no abandono do comportamento violento³⁹³.

Em síntese, por ordem numérica a estrutura da fase dois de intervenção ocorre da seguinte maneira: 1) Apresentação; 2) Conceito, mitos e realidades, tipologia, ciclos da violência; 3) Estratégias de mudança, relacionadas por exemplo aos sentimentos negativos, a raiva, ao amor, a inveja; 4) Como é o seu relacionamento, não acredite em tudo o que eles lhe dizem, o problema é a comunicação, conflitos entre casais, estilos dos pais, consequências da violência nas crianças; 5) Redes de apoio social, grupos de ajuda mútua, recursos sociais, contexto trabalhista; 6) Estratégias para as mudanças que envolvem as variáveis culturais, como machismo, saúde e sexualidade masculina, sexismo e meios de comunicação; 7) Fim da intervenção. Neste módulo é realizada a revisão de estratégias, prevenção de recaídas, despedida e encerramento³⁹⁴.

A última fase do programa é a fase de monitoramento. O que está em questão nesta fase, fundamentalmente, é oferecer ajuda e conselhos adicionais aos agressores após o término da intervenção. Da mesma forma, esse contato mais longo permitirá avaliações mais

³⁹²Ibid., p. 146-149.

³⁹³Ibid., p. 149.

³⁹⁴Ibid., p. 147-148.

rigorosas da eficácia do programa. O monitoramento é realizado a cada três meses por telefone e a cada seis meses pessoalmente, durante um período de 18 meses³⁹⁵.

No que concerne às instituições penitenciárias, estas iniciaram a primeira experiência de intervenção em 2001 e 2002; o manual desenvolvido pelo professor D. Enrique Echeburúa foi utilizado como referência, que, por sua vez, ficou encarregado de avaliar a experiência. Isso foi feito em 8 (oito) prisões em uma amostra de 61 (sessenta e um) homens. O programa durou aproximadamente 6 (seis) meses, com 22 (vinte e duas) sessões sendo realizadas semanalmente³⁹⁶.

A partir dos resultados obtidos e da contribuição da experiência dos Psicólogos da Instituição Penitenciária que participaram do primeiro programa, surgiu em 2004 um novo projeto de intervenção com agressores, o Programa de Tratamento Penitenciário para Agressores na Área Familiar. O formato ainda é de grupo (entre 8 (oito) e 12 (doze) componentes), a duração anterior é dobrada: um ano (44 (quarenta e quatro) sessões, de duas horas e meia cada). Implementado a partir de 2005, inicialmente em 18 (dezoito) prisões, incluindo a região de Picassent³⁹⁷.

Assim sendo, como evolução destes programas, a Secretaria-Geral das Instituições Penitenciárias lançou em 2011 o Programa de Intervenção para Violência de Gênero (PRIA), atualmente aplicado na maioria dos Centros Penitenciários³⁹⁸ e que é justificado pelo aumento de condenações por violência de gênero e a necessidade de intervenção psicológica com diferentes perfis de agressores. OPRIA possui algumas fases terapêuticas, 1) avaliação pré-tratamento; 2) intervenção terapêutica; 3) avaliação pós-tratamento; 4) seguimento-monitoramento. O programa consta também de 11 unidades distribuídas em duas partes³⁹⁹.

Na parte I (unidades 1 a 5), são trabalhadas as variáveis clínicas que o participante deve conhecer e aprender a gerenciar antes de iniciar a análise de comportamentos violentos. Já na parte II (unidades 6 a 11), são abordadas as diferentes manifestações de violência de

³⁹⁵Ibid., p. 150-151.

³⁹⁶MARTÍNEZ, Miguel Ángel. Internos en el centro penitenciario de valencia por delitos de violencia de género. In: TORRES, Margarida Roig (Coord). **Medidas de prevención de la reincidencia en la violencia de género**, Valencia: Tirant Lo Blanch, 2014, p. 136.

³⁹⁷Idem.

³⁹⁸O PRIA é implementado em todo o território nacional, com exceção da Comunidade Autônoma da Catalunha, que possui competência autônoma na esfera penitenciária, e é projetado sob uma abordagem cognitivo-comportamental com perspectiva de gênero. Cfr. SORDI STOCK, Bárbara. Programas de rehabilitación para agresores en España: un elemento indispensable de las políticas de combate a la violencia de género. **Polít. crim.**, Santiago, v. 10, n. 19, p. 297-317, jul. 2015. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S071833992015000100010&lng=es&nrm=iso Acesso em: 2 nov. 2019.

³⁹⁹MARTÍNEZ, Miguel Ángel. **Op. Cit.**, p. 137.

gênero, especificamente física, sexual, psicológica e instrumentalização dos filhos. Esta segunda parte termina com uma unidade educacional sobre aspectos relacionados às diferenças de gênero e culmina com a unidade de prevenção de recaídas⁴⁰⁰.

A duração do programa é de um ano, possui formato grupal, complementado com sessões individuais para trabalhar os aspectos que são considerados necessários. O número máximo de participantes deve ser 12 por grupo⁴⁰¹.

Os grupos são fechados, para obter coesão, facilitando o trabalho terapêutico. É realizada uma sessão por semana de duas horas e meia de duração. Os critérios de seleção dos frequentadores são: duração da pena, nem muito curta, nem muito longa; não apresentar um problema de dependência ativa de drogas sem abordagem terapêutica; não sofrer uma psicopatologia séria; não ter baixa capacidade intelectual ou dificuldades para entender o idioma, que impossibilite ou dificulte seriamente o monitoramento do programa⁴⁰².

O fato do programa ter a duração de um ano faz com que muitos condenados cumpram sua pena sem se submeter a nenhum programa de tratamento. Diante destes fatos, falta um programa de curta duração, que conscientize o condenado com relação seu comportamento negativo. Para tal, em Picassent foi implementado um programa de intervenção de curta duração para os presos que não podem acessar o programa PRIA. O programa foi realizado com a colaboração do Mestrado da 3.^a Geração de Terapia Cognitiva-Comportamental da *Valencian Internacional University*. Consta de 10 sessões ao largo de dois meses e meio e tem como finalidade potenciar os fatores de proteção e reduzir a reincidência da conduta violenta⁴⁰³.

Com a intervenção na prisão, é realizada uma mudança terapêutica no recluso e, assim, terão uma menor chance de violentarem suas parceiras. Uma maneira de saber até que ponto estes objetivos são alcançados é analisar a taxa de reincidência dos usuários do programa. Na Espanha, a Secretaria Geral das Instituições Penitenciárias do Ministério do Interior (SGIP) realizou, em colaboração com o Instituto de Ciências Forenses e de Segurança (ICFS) da Universidade Autônoma de Madrid, um estudo de avaliação do programa "*Violência de Género: programa de intervención para agresores*", em medidas alternativas⁴⁰⁴.

⁴⁰⁰Idem.

⁴⁰¹Idem.

⁴⁰²Ibid., p. 138.

⁴⁰³Ibid., p. 139.

⁴⁰⁴Ibid., p. 140.

Embora o estudo se refira aos condenados em um programa em regime aberto como medidas alternativas, é interessante saber, pois o programa é muito semelhante ao realizado em regime fechado. No tocante a pesquisa, dentre todos os frequentadores, apenas 4,60% reincidiram. Assim, o autor Martínez diz que a intervenção com agressores é necessária, pois através da pesquisa realizada foi possível comprovar que "aquellos que han realizado estos programas tienen una menor tasa de reincidencia que al fin y al cabo es el fin que perseguimos en Instituciones Penitenciárias"⁴⁰⁵.

Diante do exposto, percebe-se que o sistema espanhol é desenvolvido com relação aos programas de intervenção com agressores dentro e fora da prisão, o que faz com que o país esteja engajado na busca pelo fim da violência contra a mulher. A formação profissional daqueles que trabalharão ao lado dos reclusos e a implementação de programa nas penitenciárias são uma boa prova desta conclusão⁴⁰⁶.

4.4.3. Brasil

Também no Brasil, se têm desenvolvido programas de intervenção com agressores voltados a diferentes estratégias de intervenção. A Lei Maria da Penha, além dos artigos voltados diretamente à mulher em situação de violência doméstica e familiar, também traz implementações dirigidas a agressores. Com relação ao agressor, podem ser encontradas as seguintes disposições voltadas para ações de assistência⁴⁰⁷:

Art. 30. Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências: [...]

V – Centros de educação e de reabilitação para os agressores.

⁴⁰⁵Ibid., p. 140-141. Concorde com o mesmo entendimento LLAMAS; Cristina Filardo. Intervención desde el trabajo social con hombres maltratadores en los centros penitenciarios españoles. Documentos de Trabajo Social. In: **Revista de trabajo y acción social**, n.º 52, 2013, pp. 9-30.

⁴⁰⁶Conclui semelhantemente a autora BARIN, Catiuce Ribas. **Op. Cit.**, p. 120

⁴⁰⁷BRASIL. **Lei nº 11.340/2015, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Brasília: Congresso Nacional, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 6 ago. 2019.

Art. 45. O art. 152 da Lei n.7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:
Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação. (NR)⁴⁰⁸

A comparação entre os artigos 35.º e 45.º da Lei Maria da Penha, sob o aspecto de que o primeiro faz referência a “centros de educação e reabilitação para os agressores” e o segundo a “programas de recuperação e reeducação”, indica que se tratam de coisas diferentes. Através de uma reflexão compreende-se que o termo "serviço" traz a ideia de um espaço de atendimento ao agressor, tendo um caráter facultativo. Já os "programas de recuperação e reeducação" dão ao juiz a prerrogativa de determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de intervenção⁴⁰⁹.

A título de exemplo de centros de educação e reabilitação, há um projeto existente chamado "Dialogando para a Paz" que teve início em 2013 e foi elaborado pela Vara Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Paulo, capital, em conjunto com a Academia de Polícia do Estado de São Paulo (ACADEPOL) e a ONG Coletivo Feminista: Sexualidade e Saúde e tem como objetivo motivar homens autores de violência de gênero a frequentarem projetos sociais, afim de reduzir e extinguir a violência, sendo que a sua participação é facultativa⁴¹⁰.

Mesmo havendo a possibilidade de instalação de programas e centros de educação e reabilitação com agressores sua concretização ainda é escassa⁴¹¹. As poucas iniciativas desta natureza que há no Brasil são de Universidades⁴¹², ONGs brasileiras⁴¹³ e do MP⁴¹⁴, através de

⁴⁰⁸Idem.

⁴⁰⁹Da mesma forma vê o tema em Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília, 2011, p. 65-70. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 2 nov. 2019.

⁴¹⁰"Homens autores de violência de gênero, processados judicialmente, mas ainda não sentenciados. Eles são intimados a comparecer à audiência, porém a participação nos projetos é facultativa". Cfr. Vara Central da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. **Projeto: "Dialogando para a Paz"**. São Paulo. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/Download/Comesp/Campanhas/CompromissoAtitude/DialogandoParaPaz.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

⁴¹¹ Cfr. BIANCHINI, Alice. Homens agressores: grupos de reflexão, prevenção terciária e violência doméstica. **Jusbrasil**. Disponível em: <https://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/121814321/homens-agressores-grupos-de-reflexao-prevencao-terciaria-e-violencia-domestica>. Acesso em: 12 out. 2019.

⁴¹²TONELI, Maria Juracy F; BEIRAS, Adriano; RIED, Juliana. Homens autores de violência contra mulheres: políticas públicas, desafios e intervenções possíveis na América Latina e Portugal, In: **Revista de Ciências Humanas- UFSC**, v. 51, n. 1, 2017.

⁴¹³"Um dos primeiros grupos de reflexão destinados a homens agressores se iniciou nos espaços do Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel (CEOM), uma ONG parceira da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Estado do Rio. Criado ainda em 1999, sete anos antes da Lei Maria da Penha, o grupo pode ser considerado uma referência" Cfr. BIANCHINI, Alice. Homens agressores: grupos de reflexão, prevenção terciária e violência doméstica. **Jusbrasil**. Disponível em:

parcerias, limitando-se alguns Estados-Federados e não são suficientes mediante o grande número de comarcas existentes no Brasil⁴¹⁵.

Nota-se que os artigos estabelecem a possibilidade da instalação de centros e de programas, mas não disciplinam minimamente como devem ocorrer-los, havendo, portanto, uma falha na legislação neste sentido⁴¹⁶.

Com base no art. 45.º da Lei 11.340/2006, os programas de recuperação e reeducação estão previstos no âmbito da execução penal⁴¹⁷.

Em contrapartida, fica a questão de saber se o juiz pode encaminhar o agressor para grupos de reflexão antes do trânsito em julgado da sentença.

Presume-se que o encaminhamento a grupos de reflexão pode ser determinado pelo juiz a título de medida protetiva genérica, pois o § 1º do art. 22.º da Lei 11.340/2006 diz que "As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público"⁴¹⁸.

Há autores brasileiros que defendem o mesmo entendimento. De acordo com Valéria Diez Scarance Fernandes, a reeducação tem natureza de medida protetiva de urgência que obriga o agressor "por se tratar de uma imposição ao agressor, com a finalidade de dar segurança à vítima e prevenir a violência"⁴¹⁹.

Lia Zanotta Machado entende que o texto da Lei Maria da Penha, "por si, inspira e cria a possibilidade de atendimento psicossocial imediato às mulheres agredidas como forma

<https://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/121814321/homens-agressores-grupos-de-reflexao-prevencao-terciaria-e-violencia-domestica>. Acesso em: 12 out. 2019.

⁴¹⁴ Como por exemplo, o município de Taboão da Serra, promulgou no dia 8 de setembro de 2015, Lei municipal que instituiu o programa de intervenção com agressores chamado "Tempo de Despertar" (Lein. 2229/2015. Foi idealizado pela Promotora de Justiça Maria Gabriela Prado Mansour em 2014 e tem como objetivo a responsabilização e ressocialização dos agressores no âmbito da Violência Doméstica. Vide Projeto "Tempo de Despertar" ressocialização e grupos reflexivos de homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher. **Justiça de Saia**. Disponível em: <http://www.justicadesaia.com.br/projeto-tempo-de-despertar-ressocializacao-e-grupos-reflexivos-de-homens-autores-de-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher/>. Acesso em: 10 out. 2019.

⁴¹⁵ BIANCHINI, Alice. Homens agressores: grupos de reflexão, prevenção terciária e violência doméstica. **Jusbrasil**. Disponível em: <https://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/121814321/homens-agressores-grupos-de-reflexao-prevencao-terciaria-e-violencia-domestica>. Acesso em: 12 out. 2019.

⁴¹⁶ Com o mesmo entendimento BARIN, Catiuce Ribas. **Op. Cit.**, p. 136.

⁴¹⁷ Para um maior detalhamento acerca da possibilidade da aplicabilidade dos programas de intervenção com os agressores domésticos durante a execução da pena ou como medida protetiva de urgência e como medida cautelar diversa da prisão. *Ibid.*, p. 143-161.

⁴¹⁸ BRASIL. **Lei nº 11.340/2015, de 7 de agosto de 2006**. Brasília: Congresso Nacional, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 6 ago. 2019.

⁴¹⁹ FERNANDES, Valéria Diez Scarance. **Lei Maria da Penha: o processo penal no caminho da efetividade**. São Paulo: Atlas, 2015, p. 167.

de proteção e empoderamento"⁴²⁰. Ademais, gera e instiga a possibilidade de atendimento psicossocial aos agressores "não apenas quando da aplicação da pena mas como forma antecipada de sua responsabilização, sem deixar de ser, ao mesmo tempo, uma forma de proteção das mulheres, prevenindo a continuidade da violência"⁴²¹.

Entretanto, há outros autores que se posicionam em sentido contrário, dizendo que qualquer programa de reeducação antes da condenação viola presunção de inocência"⁴²².

Em que pesem as alegações dos autores que fundamentam com base na violação do princípio da presunção da inocência, quando o assunto é violência relacional íntima os riscos são altos, portanto seu caráter é emergencial. O que seria mais adequado é o juiz encaminhar o agressor aos grupos de reflexão antes do trânsito em julgado da sentença, se notar fortes indícios de que o investigado é culpado e, ao ser encaminhado, deve haver um cuidado com a forma como serão recebidos nos centros, impedindo que sejam tratados já como condenados. Outrossim, o juiz deve analisar cada caso em concreto e pensar na melhor forma de solucioná-lo antes de tomar qualquer decisão- parece que a maneira mais acertada é ser flexível quando se refere a este tipo de crime-⁴²³. Aliás, na legislação brasileira o art. 4.º da Lei Maria da Penha fala exatamente sobre isso "Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar"⁴²⁴.

Ademais, a juíza de direito Elaine Cristina Monteiro Cavalcante, responsável pelo projeto "Dialogando para a Paz" constatou que os resultados têm sido bastante satisfatórios: "a média de reincidência dos homens que concluíram os programas, enquanto respondem ao processo criminal na Vara especializada, tem sido de 11%"⁴²⁵.

⁴²⁰ TÁVORA, Mariana Fernandes. **Op. Cit.**, p. 17.

⁴²¹ Ibid., p. 17.

⁴²² D'ELIA, Fabio Suardi; MAURÍCIO, Milene. Programa de reeducação antes de condenação viola presunção de inocência, In: **Consultor Jurídico**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-nov-25/cursos-reeducacao-antes-condenacao-viola-presuncao-inocencia>. Acesso em: 10 out. 2019.

⁴²³ Nesta mesma ideia "Ao serem identificados como homens autores de violência, e não como agressores, cria-se a possibilidade, dentro da metodologia, de pontuar e de discutir o comportamento e o contexto e a não incorporação do estereótipo. Fator determinante que propicia revisão e, se necessário, mudança de valores e de comportamentos". ANDRADE, Leandro Feiosa; BARBOSA, Sérgio Flávio. A lei Maria da Penha e a implementação do grupo de reflexão para homens autores de violência contra mulheres em São Paulo. In: **Fazendo Gênero – Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, agosto, 2008, p. 5. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST42/Andrade-Barbosa_42.pdf. Acesso em: 2 nov. 2019.

⁴²⁴ Idem e BRASIL. **Lei nº 11.340/2015, de 7 de agosto de 2006**. Brasília: Congresso Nacional, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 6 ago. 2019.

⁴²⁵ Violência doméstica: os dilemas e conquistas do trabalho com homens agressores. In: **Compromisso e Atitude Lei Maria da Penha: a lei é mais forte**. [s. l.], 14 jan. 2014. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/violencia-domestica-os-dilemas-e-conquistas-do-trabalho-com-homens-agressores/>. Acesso em: 10 out. 2019.

Neste mesmo sentido, há um projeto de Lei do Senado n.º 9, de 2016, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tramitando no Congresso Nacional pedindo a alteração da Lei Maria da Penha. O projeto possui a seguinte Ementa: "Altera a Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a medida protetiva de frequência a centro de educação e reabilitação do agressor" e possui a seguinte explicação da Ementa "altera o art. 23 da Lei Maria da Penha para estabelecer que o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas, poderá determinar a frequência a centros de educação e de reabilitação para os agressores"⁴²⁶.

A respeito dos programas de intervenção, pelo fato da legislação brasileira não disciplinar minimamente como devem ocorrer-los, a Secretaria de Políticas para Mulheres, no ano de 2008 criou um documento de Diretrizes para Implementação dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores que tem como finalidade apresentar conceitos, atribuições e objetivos dos programas de intervenção. Todavia, não será possível abordar aqui todas as diretrizes que constam do documento, diante do enorme detalhamento⁴²⁷.

Neste diapasão, apesar dos programas e centros de educação e reabilitação com agressores domésticos no Brasil não serem suficientes, destacam-se os seguintes⁴²⁸:

O município de Taboão da Serra, promulgou no dia 8 de setembro de 2015, Lei municipal que instituiu o programa de intervenção com agressores chamado "Tempo de Despertar" (Lei n.º 2229/2015)⁴²⁹.

⁴²⁶Para o acompanhamento do trâmite legislativo, é possível consultar o sítio eletrônico do Senado Federal. BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 9**, 2016. Brasília: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124675>, Acesso em: 10 out. 2019.

⁴²⁷ Para uma visão detalhada ver: Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor. **Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor**. Enfrentamento à violência contra as mulheres. Rede de Enfrentamento. Anexo II. Brasília, 2015, pp. 65-70. Disponível em: <http://www.mulheresseguras.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Diretrizes-Gerais-dos-Servicos-de-Responsabilizacao-e-Educacao-do-Agressor.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019

⁴²⁸ Há outros projetos de intervenção com agressores no âmbito da violência doméstica e familiar no Brasil, inviável aqui abordar todos os projetos. Apenas em um mapeamento realizado no ano de 2014 "no que diz respeito aos programas com HAV, foram identificados 41 em todo o país. Reunindo os dados obtidos no mapeamento anterior com os da fase de ampliação, obtivemos dados sobre 26 programas em funcionamento ou que já funcionaram em algum momento, de 15 diferentes estados brasileiros e nas cinco regiões do país: Norte (AC e PA), Nordeste (BA), Centro-Oeste (DF, GO e MT), Sudeste (ES, MG, RJ e SP) e Sul (PR, SC e RS)". Cfr. BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos; INCROCCI, Caio. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. In: **Rev. Saude Soc.**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 262-274, Mar. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000100019&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2019.

⁴²⁹ Foi idealizado pela Promotora de Justiça Maria Gabriela Prado Mansour em 2014 e tem como objetivo a responsabilização e ressocialização dos agressores no âmbito da Violência Doméstica. Projeto "Tempo de Despertar" ressocialização e grupos reflexivos de homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher. **Justiça de Saia**. Disponível em: <http://www.justicadesaia.com.br/projeto-tempo-de-despertar->

O programa é voltado a autores de violência contra a mulher como medida protetiva, condição de liberdade provisória, condição do regime aberto ou da suspensão condicional da pena, visa a ressocialização do autor de violência contra a mulher e grupos reflexivos de homens. O objetivo principal é romper o ciclo, diminuir a reincidência, desconstruir o comportamento aprendido (machismo, masculinidade e agressividade), responsabilização, conscientização, reflexão, arrependimento, transformação, acompanhar os agressores durante um período determinado e encaminhá-los para os serviços necessários (trabalho, saúde, educação, assistência jurídica). Os principais assuntos abordados no programa são as questões de gênero, os direitos que as mulheres possuem, autoestima, o papel do homem e da mulher na sociedade atual, como criar estratégias de resolução de conflitos, masculinidade tóxica, qualidade de vida e álcool⁴³⁰.

São realizados 10 encontros quinzenais, de 2h30min cada, divididos em quatro etapas: a) exposição do tema do dia; b) rodas de conversa; c) dinâmica de grupo e; d) ao final é feita uma reflexão sobre os assuntos abordados e um debate⁴³¹.

A equipe técnica é composta por psicólogas(os), sociólogas(os), assistentes sociais, oficiais de promotoria, oficiais de justiça, rede protetiva dos direitos das mulheres, integrantes da coordenadoria da mulher e integrantes do centro de referência da mulher⁴³².

Uma pesquisa realizada referente às seis primeiras edições do programa constatou que na primeira edição dos homens frequentadores apenas 2% voltaram a reincidir; na segunda, 0% de reincidência; na terceira, 1% de reincidência; na quarta, 0% de reincidência, na quinta 2% de reincidência e na sexta edição, 0% de reincidência⁴³³.

Na mesma pesquisa foi constatado que apesar de quase todos os estados possuírem projetos semelhantes, a demanda não é atendida, sendo aproximadamente apenas 1 (um) projeto por estado⁴³⁴.

Outro programa de intervenção junto a agressores é o projeto "Grupo Reflexivo de Homens: Por uma Atitude de Paz", criado em 2011 pelo Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de

[ressocializacao-e-grupos-reflexivos-de-homens-autores-de-violencia-domestica-e-familiar-contr-a-mulher/](#).

Acesso em: 10 out. 2019.

⁴³⁰ Idem.

⁴³¹ Idem.

⁴³² Idem.

⁴³³ Idem.

⁴³⁴ Idem.

Violência Doméstica e Familiar (NAMVID) do Ministério Público do Rio Grande do Norte⁴³⁵.

O objetivo principal do programa é criar um grupo com homens em processo judicial que estejam envolvidos no contexto da violência doméstica e familiar e através deste grupo realizar reflexões sobre gênero, equidade de gênero e promover alternativas para um comportamento positivo. A intervenção tem caráter psicoeducativo e têm dez encontros⁴³⁶.

No primeiro encontro é realizada uma apresentação pessoal, por meio de dinâmica de grupo, sendo o momento ideal para esclarecer as dúvidas com relação ao programa; no segundo encontro são abordadas questões de gênero; já no terceiro são tratadas formas de resolução de conflito; no quarto é identificado o comportamento violento e é ensinado como prevenir a violência, através do autocontrole; o quinto trata de estudos em torno dos Direitos Humanos; no sexto encontro é contada a história da Lei Maria da Penha e como ocorre a sua execução, sendo neste encontro o momento para clarificar as dúvidas jurídicas; é na sétima reunião que é abordada a questão do álcool e das drogas; na oitava, a saúde do homem; no penúltimo encontro, é realizada uma avaliação geral de toda a equipe e dos participantes do grupo; o último encontro envolve um momento motivacional⁴³⁷.

No grupo podem ter no máximo 10 (dez) homens, os encontros ocorrem uma vez por semana, por aproximadamente duas horas. Para a execução do programa, o Promotor de Justiça, ao promover a ação, requererá ao Juiz que seja aplicado ao denunciado assistir 20 (vinte) horas de encontros do grupo. Também é requerido que a audiência de instrução e julgamento seja realizada com tempo suficiente para o cumprimento da frequência nos encontros e o comparecimento integral servirá como atenuante de pena ou como redução da pena a ser aplicada⁴³⁸.

⁴³⁵"Num processo evolutivo, em março de 2013, o Ministério Público do RN firmou o Termo de Cooperação Técnica n.º 012/2013 com o Tribunal de Justiça daquele Estado visando o aprimoramento do trabalho realizado pelo Grupo Reflexivo, formalizando a participação dos homens que respondem a processo criminal pela prática de crime no âmbito doméstico ou familiar contra a mulher. Conforme o Termo de Cooperação, o Ministério Público comprometeu-se com a formação e o acompanhamento de grupos de homens em contexto de violência doméstica ou familiar, por meio do projeto, desenvolvido em parceria com o JVDPM das Comarcas de Natal, Parnamirim, Mossoró, Caicó e Pau de Ferros, e a Central de Penas Alternativas, em atenção ao que dispõe o art. 30 da Lei n.º 11.340/2006. Atualmente, além de Natal, o projeto está sendo realizado nas Comarcas Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, havendo previsibilidade de expansão para todas as regiões do Estado". Cfr. BARIN, Catiuce Ribas. **Op. Cit.**, p. 170.

⁴³⁶Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. **Projeto "Grupo Reflexivo de Homens: por uma atitude de paz"**. Natal, 2011. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/porumaatitudedepaz.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

⁴³⁷Idem.

⁴³⁸Idem.

Mais um programa de destaque no cenário brasileiro é o "Despertar", criado em 2011, por iniciativa dos Juizados de Violência Doméstica do Rio Grande do Sul, no Fórum Central, em Porto Alegre. É um grupo exclusivo para homens que já se envolveram em situações de violência doméstica. Desde a vigência do programa mais de 200 (duzentos) envolvidos em processos que tramitam nas varas foram atendidos no Grupo Reflexivo de Gênero e apenas uma reincidência foi registrada. O trabalho dos grupos é feito em uma sala exclusiva no Fórum Central por uma mediadora judicial, auxiliada por estudantes e profissionais voluntários de psicologia e assistência social⁴³⁹.

A metodologia utilizada é de 12 (doze) encontros com o agressor, sendo um individual e 11 (onze) posteriores em grupo. As reuniões são semanais. Os agressores são encaminhados durante audiência de medida protetiva. Os homens que recebem o encaminhamento para o grupo são aqueles que não têm dependência química grave (esses são levados primeiro a um tratamento médico), que cometeram violência física ou que a violência psicológica vem se perpetuando⁴⁴⁰.

Além deste mencionado, outro projeto de intervenção com agressores, mas que não é propriamente um programa de intervenção com agressores, pois não há um seguimento de atividades e também não se prolongam no tempo é o projeto chamado "Sala de Espera: informar para prevenir" que foi desenvolvido pela comarca de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, pela rede de proteção da mulher⁴⁴¹.

Não há na comarca um Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, equipe multidisciplinar estatal com atuação na Vara Criminal que julga os crimes de violência doméstica ou familiar contra as mulheres, motivo pelo qual surgiu o projeto⁴⁴². De acordo com a promotora de justiça do estado do Rio Grande do Sul, CatiuceBarin, na prática jurídica, no Brasil:

[...] alguns juízes acabam designando uma audiência logo depois do (in)deferimento das medidas protetivas de urgência, em momento anterior à formalização da acusação, independentemente de eventual manifestação da

⁴³⁹Trabalho pioneiro em Porto Alegre reeduca agressores de mulheres (Jornal do Comércio - 01/09/2015). In: **Compromisso e Atitude Lei Maria da Penha: a Lei é mais forte**. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/trabalho-pioneiro-em-porto-alegre-reeduca-agressores-de-mulheres-jornal-do-comercio-01092015/>. Acesso em: 10 out. 2019.

⁴⁴⁰Idem.

⁴⁴¹Uma das idealizadoras do projeto é a promotora de justiça Catiuce Ribas Barin além de diversos integrantes da rede municipal de proteção à mulher. Vide: MP de Ijuí lança projeto piloto para prevenir violência doméstica. **Ministério Público do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/noticias/29428/>. Acesso em: 10 out. 2019.

⁴⁴²BARIN, Catiuce Ribas. **Op. Cit.**, p. 165.

vítima no sentido de que deseja se retratar da representação. (...) Na audiência, o juiz, o membro do Ministério Público e o defensor têm contato pessoal com as partes, proporcionando-se contraditório acerca do decidido liminarmente, a revisão das medidas protetivas, a orientação sobre a seriedade destas e o encaminhamento das partes para algum tipo de acompanhamento psicossocial. À vista desta realidade, sistemática na Comarca de Ijuí, surgiu o projeto "Sala de Espera: informar para prevenir", em setembro de 2012⁴⁴³.

O projeto tem lugar no momento anterior à realização da audiência prévia e divide-se em dois momentos: 1) palestras informativas e 2) acolhimento. Os dois momentos contam com profissionais capacitados, como advogados, membros do Ministério Público, psicólogos e assistentes sociais⁴⁴⁴.

No primeiro momento, o agressor e a vítima são intimados, através de determinação judicial, a comparecer em uma palestra informativa, em separado, no fórum. Para as vítimas as palestras têm o intuito de informá-las sobre seus direitos e os ciclos da violência. Já para os agressores são trabalhados as questões de origem e as causas da violência. No segundo momento, que é a fase de acolhimento, é dirigida apenas à vítima. Aqui ela é acolhida por profissionais capacitados logo após a palestra informativa. Neste momento, ocorre também a audiência judicial. Assim, os profissionais capacitados acabam por orientar da melhor maneira possível à vítima no momento da audiência, para que ela se sinta protegida⁴⁴⁵.

Merece destaque também o projeto "Lá em casa quem manda é o respeito", que foi desenvolvido no âmbito dos centros de ressocialização e estabelecimentos prisionais e promovido pelo Ministério Público Estadual, em parceria com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social (Setecs-MT). O projeto estava previsto para funcionar apenas entre os anos de 2011 e 2013, com início em Cuiabá-MT (Mato Grosso), onde ocorre grande concentração de casos de VD. Teve como público alvo, agressores que cometeram crimes de lesão corporal, ameaça, homicídio, estupro

⁴⁴³Idem.

⁴⁴⁴O projeto tem como objetivo "a) assistir psicojuridicamente as pessoas envolvidas em situação de violência doméstica, no período que antecede as audiências (e o processo penal), esclarecendo-as de seus direitos, nomeadamente das possibilidades jurídicas que a vítima possui e das respectivas consequências que poderão advir do seu posicionamento; b) informar vítimas e agressores acerca dos serviços públicos e das entidades de apoio de que dispõem; e c) aproximar as pessoas envolvidas em situação de violência doméstica com os operadores da lei e representantes dos serviços públicos vinculados à área, possibilitando, inclusive, o agendamento de tratamento sequencial - como psicólogos, de alcoolismo ou de drogadição". Idem.

⁴⁴⁵Ibid., p. 167-168.

e outras agressões (presos provisórios e apenados⁴⁴⁶ e se objetivou informar, ouvir e prevenir a VD⁴⁴⁷.

Inicialmente a equipe multidisciplinar (composta por 2 psicólogos, 2 assistentes sociais, 3 estudantes voluntários e 2 promotoras de justiça) realizava o levantamento do público-alvo dos homens que se encontravam nas prisões condenados por crimes de VD, pois a participação ao projeto tinha de ser voluntária, realizada por meio de convite. A equipe do projeto comparecia 3 (três) vezes na semana no presídio e convidava o detento a participar. Após, era realizada uma entrevista com o preso durante 1 (uma) hora, por intermédio de um psicólogo, e com isso era possível identificar as verdadeiras necessidades do agressor perante o programa, ou seja, o melhor tratamento, seja por rodas de conversas, grupos socioeducativos, encaminhamento ao psicólogo ou atendimento individual⁴⁴⁸.

Por segundo, era feita uma pesquisa. A equipe ia até a casa do detento e buscava um histórico seu na família, bem como na justiça. Todas as informações coletadas eram utilizadas para complementar a avaliação⁴⁴⁹.

Dentro do programa também existiam as rodas de conversa que objetivavam propiciar ao educando um espaço de escuta, voltado a identificação do comportamento negativo e as consequências que este poderia gerar. As rodas contavam com aproximadamente 9 (nove)/10 (dez) presos e eram feitas semanalmente junto com profissionais da psicologia ou da assistência social⁴⁵⁰.

Também, uma vez por mês eram ministradas palestras educativas por promotoras de justiça, tendo sido criada uma cartilha chamada "Lá em casa quem manda é o respeito", que era distribuída aos agressores⁴⁵¹.

Assim, parte da dinâmica eram rodas de conversas, palestras, atendimento psicológico (individual), atendimento sociofamiliar e encaminhamento ao serviço social⁴⁵².

⁴⁴⁶ Conselho Nacional do Ministério Público. **Lá em Casa Quem Manda é o Respeito**. Banco Nacional de Projetos. Disponível em: <https://bancodeprojetos.cnmp.mp.br/Detalhe?idProjeto=143>. Acesso em: 11 out. 2019.

⁴⁴⁷ Ministério Público do Estado de Mato Grosso e Governo do Estado de Mato Grosso. **Documentário 1ano do projeto Lá em Casa Quem Manda é o Respeito**. 2012. (7m21s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NBYPfQlxmGY>. Acesso em: 18 nov. 2019.

⁴⁴⁸ Idem.

⁴⁴⁹ Idem.

⁴⁵⁰ Idem.

⁴⁵¹ COSTA, Lindinalva Rodrigues Dalla. **Cartilha lá em casa quem manda é o respeito**. Ministério Público do Estado de Mato Grosso e Governo do Estado de Mato Grosso. Mato Grosso, 2012. Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/Cartilha_quemmandalaemcasaeorespeito.pdf. Acesso em: 19 nov. 2019 e Ministério Público do Estado de Mato Grosso e Governo do Estado de Mato Grosso. **Projeto: Lá em casa quem manda é o respeito!** Mato Grosso: Departamento de Planejamento e Gestão, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/C_A_Projeto%20L%C3%A1%20em%20casa%20quem%20manda%20C3%A9%20o%20respeito%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/C_A_Projeto%20L%C3%A1%20em%20casa%20quem%20manda%20C3%A9%20o%20respeito%20(1).pdf). Acesso em: 19 nov. 2019.

Com um ano de projeto, constatou-se que 286 detentos foram atendidos e deste atendimento somente 7 (sete) voltaram a reincidir⁴⁵³.

Ante o exposto, verifica-se que de todos os programas e centros de intervenções com agressores apenas um deles foi realizado dentro das penitenciárias. Constatou-se também que a Espanha e EUA, apresentam-se como países muito mais desenvolvidos com relação aos programas de intervenção com agressores. Assim, o Brasil ainda precisa evoluir muito com relação a implementação de programas, seja dentro ou fora das penitenciárias.

4.5 PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO COM AGRESSORES EM PORTUGAL

A Convenção de Istambul estabelece no seu artigo n.º 16.º que as partes devem adotar programas preventivos de intervenção e de tratamento que tenham como objetivo ensinar os agressores de violência doméstica a adotar um comportamento não violento nas relações interpessoais, com o intuito de evitar novas violências⁴⁵⁴.

Assim, através deste artigo percebe-se que a inserção de homens agressores nos programas de intervenção é concebida em Portugal como uma forma de proteção à vítima⁴⁵⁵.

Em Portugal, os primeiros programas de intervenção perante os agressores de violência doméstica tiveram início nos finais dos anos 90, na Universidade do Porto e do Minho. À medida que se verificou a necessidade dos programas, os planos nacionais de luta contra a violência doméstica e a legislação notaram o carácter de urgência de intervenção perante os agressores, obtendo assim uma atuação mais incisiva com a criação de novos programas e instituições em diferentes regiões do país⁴⁵⁶.

Os arts. 31.º, n.º 1, alínea b e 38.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, com amparo legal dos arts. 281.º do CPP e 50.º do CP, passaram a prever a participação do arguido (réu) a programas de intervenção como condição a suspensão provisória do processo e da execução da pena, nas condenações inferiores a 5 (cinco) anos de prisão⁴⁵⁷.

Dentre os principais programas, pode-se destacar:

⁴⁵²Ministério Público do Estado de Mato Grosso e Governo do Estado de Mato Grosso. **Documentário 1ano do projeto Lá em Casa Quem Manda é o Respeito**. 2012. (7m21s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NBYPfQlxmGY> Acesso em 18 nov. 2019.

⁴⁵³Idem.

⁴⁵⁴Vide artigo 16.º da Convenção de Istambul.

⁴⁵⁵TÁVORA, Mariana Fernandes. **Op.Cit.**, p. 185.

⁴⁵⁶CELINA, Manita. **Op. Cit.**, 2008, p. 22.

⁴⁵⁷CUNHA, Olga; GONÇALVES, Rui Abrunhosa. Tratamento de Agressores Domésticos: o programa de promoção e intervenção com agressores conjugais (PPRIAC). In: **Revista do Ministério Público**, Lisboa, a. 32, n. 127, jul-set, 2011, p. 180.

O Gabinete de Estudos e Atendimento a Agressores e Vítimas (GEAV) foi criado como uma unidade de investigação, formação e prestação de serviços à comunidade, em 2001, e atualmente integra o Serviço de Consultas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. É um programa dirigido a homens e mulheres através de consulta individual e/ou grupo⁴⁵⁸, baseado no modelo Duluth, dos Estados Unidos⁴⁵⁹, já abordado anteriormente e as áreas centrais de atividades são: psicoeducacional e psicoterapêutica⁴⁶⁰.

Também, o GEAV elaborou e leva a cabo um Programa de Intervenção e Prevenção da Violência Doméstica - PIPVD, direcionado a agressores de ambos os sexos⁴⁶¹.

O acesso a intervenção pode ser de forma voluntária ou quando o agressor é encaminhado pelos tribunais. Inicialmente antes de definir a melhor abordagem para o agressor, é realizado um teste de avaliação psicológica que trata das questões da vida do agressor, trajetória de violência, dimensões sociodemográficas, vitimização, avaliação clínica, teste de características comportamentais, personalidade, psicopatologia, avaliação de risco e, por fim, avaliação de reabilitação de cada sujeito inicial. Entretanto, dentre todas as abordagens centrais, a maioria das intervenções são psicoterapêuticas, sendo que o modelo mais usado é o cognitivo-comportamental. No decorrer e ao final da intervenção a avaliação inicial é repetida para que sejam verificadas quais foram as modificações ocorridas com o agressor⁴⁶².

Com relação a abordagem psicoeducacional, parte do princípio que o comportamento violento é socialmente aprendido, o que faz com que a mudança seja perfeitamente possível. Determina, assim, uma reeducação voltada a equidade de gênero, onde o homem não deve usar a violência para alcançar seus objetivos. Para isso, utilizam-se de dinâmicas que auxiliam a identificar quais são as estratégias usadas por parte do agressor para obter poder e controle perante a vítima. Dentre as dinâmicas, usa como recurso a roda do poder e controle, mecanismo influenciado pelo modelo Duluth. Procura, também, responsabilizar o agressor

⁴⁵⁸"Em casos devidamente avaliados e em que tenha existido intervenção prévia junto do agressor, com mudanças comprovadas do seu comportamento e controlo de risco para a vítima, podem ser realizadas consultas de casal". Associação de Mulheres Contra a Violência. **Avaliação e gestão de risco em rede. Manual para profissionais**, p. 102, 2013. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/1436798180_gestao_risco_emar.pdf. Acesso em: 3 out. 2019 e TÁVORA, Mariana Fernandes. **Op.Cit.**, p. 184.

⁴⁵⁹TÁVORA, Mariana Fernandes. **Op.Cit.**, p. 184.

⁴⁶⁰Associação de Mulheres Contra a Violência. **Avaliação e gestão de risco em rede. Manual para profissionais**, p. 102, 2013. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/1436798180_gestao_risco_emar.pdf. Acesso em: 3 out. 2019.

⁴⁶¹Idem.

⁴⁶²Ibid., p. 102-103.

com relação ao seu comportamento negativo, modificar estereótipos, crenças; e, por conseguinte, a mudança do comportamento abusivo. Do mesmo modo, quando é necessário abordam-se as questões de autocontrole relacionadas com o emocional, estratégias de resolução de conflito, dentre outras questões. Possui duração de 24 sessões e, ao final, estão incluídos métodos de prevenção e recaídas⁴⁶³.

A abordagem psicoterapêutica, objetiva realizar uma transformação pessoal mais estrutural, voltada ao emocional e ao comportamento, através do modelo cognitivo-comportamental. Neste contexto, são trabalhadas a "ressocialização" das crenças do sujeito ligadas aos papéis sexuais e de gênero. Assim, é realizada uma modificação no pensamento e no sistema de crenças, para produzir uma mudança emocional e comportamental positiva e duradoura. Quando os agressores aprenderem a avaliar seus pensamentos, bem como alterar as suas percepções de situações específicas negativas, podem obter uma melhora em seu estado emocional e no seu comportamento. Possui duração mínima de 40 (quarenta) sessões⁴⁶⁴.

Independentemente dos modelos de abordagem de intervenção, as sessões serão semanais ou quinzenais. Além de que, estão incluídas estratégias de prevenção de recaída, que são aplicadas nas fases finais dos programas⁴⁶⁵.

Além do GEAV, existe o Programa de Promoção e Intervenção com Agressores Conjugais (PPRIAC), criado pela Universidade do Minho na Unidade de Consulta em Psicologia da Justiça (UCPJ). Neste programa não há necessidade de responder a um processo criminal junto ao Sistema de Justiça para os participantes poderem frequentá-lo. A submissão do agressor ao programa é procedida de uma avaliação de risco. Em casos graves, como possibilidade de ocorrência de homicídio, o programa não é recomendado⁴⁶⁶.

Possui uma intervenção psicoeducacional, de orientação cognitivo-comportamental, composta por 26 (vinte e seis) sessões, de periodicidade semanal, cuja duração varia de 90 (noventa) a 120 (cento e vinte) minutos: sendo que são 2 (duas) sessões individuais de avaliação, 6 (seis) individuais de abordagem motivacional e 18 (dezoito) sessões em grupo.

⁴⁶³CUNHA, Olga; GONÇALVES, Rui Abrunhosa. **Op. Cit.**, 2011, p. 191-192 e MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2008, p. 28-29,

⁴⁶⁴MANITA, Celina **Op. Cit.**, 2008, p. 29.

⁴⁶⁵"Em qualquer um dos programas de intervenção, as sessões serão semanais ou quinzenais, dependendo da fase de evolução do processo terapêutico, da avaliação do caso e da evolução do processo de mudança. Assim, os programas oscilam entre 8 e os 24 meses de duração total. Em casos excepcionais, poderão ser desenvolvidos num período de 6 meses, intervindo-se de forma mais concentrada". *Ibid.*, p. 29-30.

⁴⁶⁶Em contrapartida, sujeitos que possuem dependência química, seja de álcool ou drogas poderão frequentar o programa desde que estejam controlados seus respectivos vícios. TÁVORA, Mariana Fernandes. **Op.Cit.**, p. 182-183.

Nas sessões de grupo são trabalhadas a coesão grupal e a motivação (2 (duas) sessões), a compreensão e as dinâmicas da violência (5 (cinco) sessões), a promoção de competências emocionais, pessoais, sociais e de comunicação (8 (oito) sessões) e a prevenção de recaída (3 (três) sessões)⁴⁶⁷.

Os objetivos principais do programa são as modificações das crenças voltadas aos papéis de gênero e o uso da violência em face da mulher, a segurança da vítima, o respeito às mulheres, a responsabilidade por parte do agressor da conduta negativa e a criação de estratégias não violentas no âmbito doméstico⁴⁶⁸.

Já foram realizadas algumas intervenções individuais e em grupo, seja na comunidade ou em estabelecimento prisional⁴⁶⁹.

Outro é o Programa para Agressores de Violência Doméstica (PAVD) que foi desenvolvido pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), órgão do Poder Executivo de Portugal. O programa está estruturado em três fases e cada uma tem duração de seis meses⁴⁷⁰. É em prol dos agressores conjugais do sexo masculino no âmbito da SPP ou da suspensão de execução da pena de prisão⁴⁷¹.

Não podem frequentar o Programa os agressores que possuem doença psiquiátrica ou debilidade cognitiva profunda ou com alto índice de risco de reincidência. Assim, "por estes motivos, a integração de um agressor pressupõe uma fase prévia de avaliação, com recurso a entrevistas ao agressor e a outras fontes de informação, bem como a aplicação do SARA (*Spousal Assault Risk Assessment*)"⁴⁷².

A primeira fase do programa é a de estabilização; a segunda é a psicoeducacional e a terceira é chamada de prevenção de recaída⁴⁷³.

A fase da estabilização consiste nos estágios de mudança que o agressor se encontra no momento de ingresso no programa. É nesta etapa que o indivíduo é preparado para a

⁴⁶⁷RIJO, Daniel; CAPINHA, Marta. A reabilitação dos agressores sexuais: Dos modelos tradicionais de reabilitação ao programa português para agressores de violência doméstica (PAVD). In: **Ousar Integrar-Revista de Reinserção Social e Prova**, n.º 11, Jan. de 2012, p. 90.

⁴⁶⁸CUNHA, Olga; Gonçalves, Rui Abrunhosa Intervenção com agressores conjugais: a experiência do programa de promoção e intervenção com agressores conjugais-PPRIAC. In: SANI, Ana; CARIDADE, Sónia (Coord). **Violência, agressão e vitimação: práticas para a intervenção**, 2.ª ed, Lisboa: Almedina, 2018, p. 228.

⁴⁶⁹Associação de Mulheres Contra a Violência. **Avaliação e gestão de risco em rede. Manual para profissionais**. p. 102, 2013. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/1436798180_gestao_risco_emar.pdf. Acesso em: 3 out. 2019.

⁴⁷⁰TÁVORA, Mariana Fernandes. **Op.Cit.**, p. 182.

⁴⁷¹RIJO, Daniel; CAPINHA, Marta. **Op. Cit.**, 2018, p. 91.

⁴⁷²Associação de Mulheres Contra a Violência. **Avaliação e gestão de risco em rede. Manual para profissionais**. p. 100, 2013. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/1436798180_gestao_risco_emar.pdf. Acesso em: 3 out. 2019 e RIJO, Daniel; CAPINHA, Marta. **Op. Cit.**, p. 91.

⁴⁷³TÁVORA, Mariana Fernandes. **Op.Cit.**, p. 182.

mudança. É realizada uma entrevista motivacional⁴⁷⁴, com a ideia de despertar no agressor a mudança. Após é encaminhado ao programa de acordo com os riscos identificados. Nesta fase que o agressor se capacita para entrar na segunda fase⁴⁷⁵.

Já na fase psicoeducacional, são 20 (vinte) sessões semanais de 2 (duas) horas⁴⁷⁶, preferencialmente em grupo (de 06 (seis) a 12 (doze) agressores). Durante a frequência nesta fase não acabam as intervenções individuais. A intervenção individual deve ser preparada conforme os resultados conquistados na participação em grupo, focando principalmente em questões que o indivíduo não conseguiu resolver na intervenção em grupo⁴⁷⁷. Esta fase se divide em sete módulos que são realizados em sequência: estereótipos e violência de gênero; estratégias e gestão de risco; dano, empatia e responsabilidade; comunicação e relacionamento interpessoal; significado e função das emoções; crenças disfuncionais acerca do "eu"; intimidade, insegurança e ciúme. A fase psicoeducacional é feita sempre por dois técnicos superiores de reinserção social, que possuem formação específica⁴⁷⁸.

Na terceira e última fase visa apenas a consolidação de tudo que foi modificado e apreendido nas fases anteriores, sendo um reforço na prevenção da violência, desenvolvida em um contexto individual⁴⁷⁹.

O PAVD tem como fundamento o modelo teórico desenvolvido no âmbito do programa CONTIGO, que será tratado por último neste tópico⁴⁸⁰.

Com relação ao impacto do PAVD em face dos agressores na fase experimental do programa, observou-se a diminuição da reincidência, as crenças negativas e, além disso, a autorresponsabilização do agressor pela ação negativa, maior controle comportamental e,

⁴⁷⁴"Um manual de entrevista motivacional, anteriormente desenvolvido para utilização em contexto prisional, foi adaptado para servir de orientação aos técnicos gestores de caso do PAVD". RIJO, Daniel. CAPINHA, Marta. **Op. Cit.**, p. 91.

⁴⁷⁵O indivíduo não pode mudar de fase caso não esteja claro que reconhece o seu comportamento negativo e apresenta o desejo de mudança. Se o reconhecimento da mudança for parcial ele pode também avançar para a fase dois, basta que seja reconhecido algum interesse de mudança. Idem.

⁴⁷⁶Associação de Mulheres Contra a Violência. **Avaliação e gestão de risco em rede. Manual para profissionais**, p. 102, 2013. Disponível em:

http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/1436798180_gestao_risco_emar.pdf. Acesso em: 3 out. 2019.

⁴⁷⁷RIJO, Daniel; CAPINHA, Marta. **Op. Cit.**, p. 91.

⁴⁷⁸"Cada sessão do PAVD obedece a um formato idêntico, que inclui os seguintes componentes: (1) monitorização de tarefas (revisão da semana); (2) dinâmica de ativação (introdução do tema a partir de uma dinâmica de grupo experiencial); (3) reflexão crítica (questionamento socrático dos participantes de modo a que identifiquem a problemática em causa e avaliem a relevância da mesma nas suas vidas); (4) exercício de aplicação prática seguido de reflexão crítica (este segundo momento pretende que os participantes ensaiem e se apropriem de estratégias alternativas ao comportamento agressivo em contextos conjugais, identificando vantagens da mudança de comportamento); (5) síntese dos conteúdos da sessão; (6) conquista da semana (desafio dos participantes para aplicarem as alternativas aprendidas na sessão em contextos reais da vida)". Ibid., p. 91-93.

⁴⁷⁹Ibid., p. 91-92.

⁴⁸⁰Ibid., p. 92.

consequentemente, o desenvolvimento de empatia ao próximo, além de uma diminuição do risco do comportamento de alcoolismo, considerando que nestes casos, o álcool não era a causa direta dos comportamentos, assumindo apenas um papel motivador⁴⁸¹.

Mais um programa é a Unidade de Violência Familiar (UVF) que integra o Serviço de Psiquiatria do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra. O UVF fundamenta a intervenção pelas seguintes características: a) diagnóstico do agressor, através de uma avaliação profunda; b) definição dos objetivos de intervenção e dos critérios de admissão; c) motivação do agressor com relação a sua participação no programa; d) avaliação da intervenção possui duração média de dois anos e por intermédio da avaliação de cada caso irá definir a melhor estratégia terapêutica para o agressor (individual, grupal ou de rede, casal e familiar)⁴⁸².

Também, o programa tem como princípios⁴⁸³:

a) "Privilegiar uma abordagem ideográfica, procurando sistematicamente abranger a complexidade da violência e a heterogeneidade entre os agressores";

b) "Adoptar uma “postura” terapêutica/empática ao invés de uma postura didáctica/confronto para com o agressor";

c) "Contrariamente a uma atitude moralizadora ou punitiva, assumir uma atitude respeitosa para com o agressor. Investir nos seus “pontos fortes” em oposição a” focar nos erros do passado, na fraqueza do agressor, estimular a vergonha sob o seu comportamento negativo, contestar o seu caráter;

d) "Promover a emergência de contextos potenciadores": referente a estratégias de resolução de conflitos, empatia pelo próximo;

e) "Dirigir também a intervenção às emoções do agressor";

f) "Ir ao encontro das necessidades do agressor e estimular a sua motivação para prosseguir a mudança de comportamento";

g) "Qualificar afirmações positivas e funcionais";

h) "Avaliar de forma contínua do programa implica um exercício conjunto (avaliação em rede), envolvendo os actores sociais associados à problemática de violência e a sua rede de suporte (primária/secundária)".

⁴⁸¹ Associação de Mulheres Contra a Violência. **Avaliação e gestão de risco em rede. Manual para profissionais**. p. 103-104, 2013. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/1436798180_gestao_risco_emar.pdf. Acesso em: 3 out. 2019.

⁴⁸² Idem.

⁴⁸³ Idem.

A avaliação dos agressores que frequentaram o programa permitiu concluir que "em relação aos casos em acompanhamento ou que já tiveram alta da Unidade de Violência Familiar, não se voltaram a registar novos episódios de violência física, na larga maioria". Ademais, nos casos em que, "a tensão na relação do casal aumentou, o agressor e/ou a vítima têm recorrido à UVF a pedir apoio, antes da violência física se concretizar (mesmo após a alta)"⁴⁸⁴.

Por último, mas não menos importante, existe um programa na região autónoma dos Açores chamado CONTIGO que se encontra em vigência desde 2009. O programa fundamenta-se em uma resposta comunitária, na qual estão envolvidas diversas instituições como Ministério Público, o Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores, a Direção Geral de Reinserção Social, a Polícia de Segurança Pública, a Rede de Apoio Integrado à Mulher em Situação de Risco que faz parte de diversas instituições de apoio às vítimas de violência e outras Instituições Particulares de Solidariedade Social - IPSS, que asseguram a intervenção junto a agressores, sob a supervisão da Direção Regional da Solidariedade e Segurança Social, com o intuito de angariar uma resposta mais completa⁴⁸⁵.

Englobado no Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica dos Açores, o programa CONTIGO tem contribuído para oferecer maior nível de proteção à vítima e seus descendentes. Todas as ilhas dos Açores têm acesso a um polo de combate e prevenção da VD. Este programa também potencializou um maior número de denúncias de violência conjugal. Também foi disseminado na região da Madeira e na Comarca de Cascais⁴⁸⁶.

O Programa CONTIGO pretende diminuir a reincidência e prevenir a (re)vitimação do cônjuge, filhos e/ou outros familiares, através da cessação dos comportamentos violentos e a aprendizagem de estratégias alternativas na resolução de conflitos, bem como a promoção no agressor da consciência e a assunção da responsabilidade pelo comportamento violento⁴⁸⁷.

O CONTIGO promove o reconhecimento e a capacidade de gestão das emoções e autocontrole das mesmas, não o desculpabilizando, mas, pelo contrário, devolvendo-lhe a responsabilidade sobre o seu comportamento ao mesmo tempo que lhe são conferidas

⁴⁸⁴Ibid., p. 103-105.

⁴⁸⁵ RIJO, Daniel; CAPINHA, Marta. **Op. Cit.**, p. 90.

⁴⁸⁶Piedade Lalande destaca intervenção do Programa Contigo ao nível da violência doméstica. **Governo Regional Açores**. Ponta Delgada, 13 de março de 2013. Disponível em: <http://azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srss/noticias/Piedade+Lalanda+destaca+interven%C3%A7%C3%A3o+do+Programa+Contigo+em+192+agressores.htm>. Acesso em: 12 nov. 2019.

⁴⁸⁷Programa para pessoas agressoras (Programa Contigo – Cascais). **Cascais**. Disponível em: <https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/contigo-fmcvd.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

competências para mudar o agressor e trabalhar a capacidade de autocontrole é uma resposta que contempla a mudança de comportamento, promove a análise e reflexão sobre si próprio e o reconhecimento das consequências deste para si e para os outros. Acentua e reforça a crítica social negativa e a nãoaceitação da atitude violenta na esfera conjugal⁴⁸⁸.

O programa CONTIGO revelou ser não só a nível regional e internacional, o primeiro modelo específico de intervenção sobre a violência conjugal que abrange a vítima, o agressor e também outros membros do agregado familiar⁴⁸⁹. A participação dos agressores depende de ordem judicial, mas a participação da vítima se dá de forma voluntária⁴⁹⁰. As pessoas com déficits cognitivos e severos, perturbação psicótica, grau severo de qualquer perturbação da personalidade são excluídos do programa. A intervenção é dividida da seguinte forma: primeiramente agressores e vítimas se submetem a uma abordagem motivacional, na qual será identificado o melhor modelo para cada caso, como estabilização prévia de consumos ou acompanhamento individual ao nível de saúde mental, frequência a um programa psicoeducacional de orientação cognitiva comportamental, intervenção conjugal/familiar de orientação técnica e, ao fim, uma fase de acompanhamento psicossocial com vista ao follow-up e/ou prevenção de recaídas⁴⁹¹.

A duração do programa é de 18 (dezoito) sessões, agrupadas por temas específicos, de uma hora e meia a duas horas, semanalmente, isto é, uma vez por semana durante 18 (dezoito) semanas, "onde "desmonta estereótipos e conceitos", como a posse e o ciúme, mas também analisa questões como a igualdade do género e a criminalidade da violência doméstica"⁴⁹². Em síntese, abordam questões de vulnerabilidades individuais, crenças culturais, instrumentais e estratégias; atitudes e comportamentos na relação interpessoal⁴⁹³.

⁴⁸⁸Idem.

⁴⁸⁹No mesmo sentido "O **Programa CONTIGO** visa o combate à violência conjugal/género, através de um trabalho cooperado e em rede, de âmbito sistémico. É dirigido a vítimas e agressores de violência conjugal e os respetivos contextos familiares e comunitários, assim como a organizações com intervenção sobre a problemática da violência conjugal e à comunidade em geral". Cfr. CONTIGO. **Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica**. Açores. Disponível em: http://ctfis-acores.org/wordpress/?page_id=473. Acesso em: 12 nov. 2019.

⁴⁹⁰"O processo inicia aquando da deteção pela PSP ou organizações de apoio a vítimas de uma situação de violência conjugal, seguindo-se uma intervenção especializada de proteção e suporte à vítima e o eventual encaminhamento do agressor para um processo de reinserção social, mediante uma decisão judicial". Idem.

⁴⁹¹Idem.

⁴⁹²Programa inovador nos Açores 'recuperou' 41 agressores em casos de violência doméstica. **Sapo Lifestyle**. Disponível em: <https://lifestyle.sapo.pt/saude/noticias-saude/artigos/programa-inovador-nos-acores-recuperou-41-agressores-em-casos-de-violencia-domestica>. Acesso em: 12 nov. 2019.

⁴⁹³"Os conteúdos do programa são: 1) estereótipos de género (estereótipos de género e relacionamento interpessoal), 2) experiência de emoções como a tristeza, medo, culpa/desculpa, vergonha/embaraço, 3) intimidade(s), 4) violência (raiva, agressividade e coação), 5) ver-me ao espelho (olhar para dentro de mim, inferioridade e fracasso, privação emocional e dependência, grandiosidade), 6) insegurança, ciúme e controlo, 7) ver-te no meu espelho, 8) crítica e humilhação (crítica e humilhação contra o outro, elogios e valorização do

A intervenção estabelece primeiramente uma "pré estabilização emocional e de combate", após a participação em 18 sessões, de carácter psicoeducacional. Nos casos em que o agressor e vítima ainda mantiverem uma relação, há possibilidade de sessões de terapia familiar e, por fim, uma monitorização da conduta do sujeito, bem como um trabalho motivacional sobre a vítima e agressor⁴⁹⁴.

A metodologia das sessões se dividem da seguinte forma: a) integração; b) jogo de cartas; c) tema da sessão; d) plenário e discussão; e) o advogado do diabo; f) síntese e trunfo da semana e; g) rito final⁴⁹⁵.

No seminário "CONTIGO – Caminho(s) de e para uma década", ocorrido em Ponta Delgada, Andreia Cardoso, após 10 (dez) anos da implementação do programa, disse que o programa Contigo, foi englobado no Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e agrega a implementação de ações sobre a realidade da vítima e sobre a realidade do agressor, “a partir de um modelo único e inovador no todo nacional, e de que muito nos orgulhamos”. Também apontou que 90% dos agressores completam o programa⁴⁹⁶.

Através do mesmo seminário supramencionado, foi possível constatar que o programa CONTIGO, pioneiro a nível nacional, é um sucesso, tendo como taxa de reincidência de VD apenas 15,4%. A taxa foi referente aos agressores de VD, com denúncia e detenção policial, até dois anos depois de frequentarem o programa CONTIGO. Assim, a grande maioria não voltou a cometer novamente algum tipo de violência em face das mulheres⁴⁹⁷.

outro) e 9) comunicar contigo: negociação". Vide RODRIGUES, Ana Sofia Nóbrega. **Contigo ou Sem Ti Avaliação da eficácia de um programa de intervenção dirigido a agressores conjugais**. Dissertação (Mestrado). Ilha da Madeira: Universidade da Madeira, 2018, p. 20-21. Disponível em: <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/2286/1/MestradoSofia%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

⁴⁹⁴ CONTIGO. **Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica**. Açores. Disponível em: http://ctfis-azores.org/wordpress/?page_id=473. Acesso em: 12 nov. 2019.

⁴⁹⁵ RODRIGUES, Ana Sofia Nóbrega. **Contigo ou Sem Ti Avaliação da eficácia de um programa de intervenção dirigido a agressores conjugais**. Dissertação (Mestrado). Ilha da Madeira: Universidade da Madeira, 2018, p. 20-21. Disponível em: <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/2286/1/MestradoSofia%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

⁴⁹⁶ No mesmo seminário disse que os números “não são alheios ao facto de termos sido a primeira região do país a ter uma casa destinada a vítimas de violência doméstica e também não é alheio ao facto de termos uma rede em todas as ilhas, onde as vítimas se sentem confortáveis e confiantes ao denunciar, porque sabem que terão apoio psicossocial, apoio jurídico, no fundo, uma rede montada no sentido de lhes prestar o apoio que necessitam”. Governo dos Açores assegura às vítimas e aos agressores um tratamento cada vez mais adequado às suas efetivas necessidades. **Governo Regional dos Açores**. Ponta Delgada, 3 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/pgragacs/noticias/Governo+dos+A%C3%A7ores+assegura+%C3%A0s+v%C3%ADtimas+e+aos+agressores+um+tratamento+cada+vez+mais+adequado+%C3%A0s+suas.htm>. Acesso em: 13 nov. 2019.

⁴⁹⁷ CABRAL, Rui Jorge. Poucos agressores reincidem após passarem pelo ‘Contigo’. **Jornal Açoriano Oriental**. 4 de jun. 2019. Disponível em: <https://www.acorianooriental.pt/noticia/poucos-agressores-reincidem-apos-passarem-pelo-contigo-300360>.

Ademais, o CONTIGO está implementado em todas as ilhas do Arquipélago dos Açores e há um mesmo modelo também utilizado no concelho de Cascais desde 2010⁴⁹⁸.

A respeito do programa CONTIGO - Cascais, surgiu em 2010⁴⁹⁹, no âmbito do Grupo de Trabalho “Intervenção com Agressores”. Refere-se a um Programa direcionado a agressores conjugais que tem como resultado uma parceria entre a "Câmara Municipal de Cascais", enquanto entidade promotora e financiadora, a "Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (Equipa de Lisboa Penal 4 - Cascais)" e a "A Barragem - Fundação Portuguesa para o Estudo Prevenção e Tratamento das Dependências (FPEPTD)". A equipa técnica de Cascais é constituída por um técnico da DGRSP e três técnicos da A Barragem - FPETPD. O CONTIGO que deu origem ao Programa CONTIGO - Cascais, tendo sido implementado no contexto da Rede de Apoio à Mulher em Situação de Risco dos Açores, e a sua equipa técnica que formou os técnicos que intervêm em Cascais⁵⁰⁰.

A participação se dá de forma voluntária⁵⁰¹, bem como por intermédio de decisão judicial. O público alvo são agressores conjugais primários para o crime de VD, residentes no concelho de Cascais⁵⁰².

Também é feito um trabalho com as vítimas, vez que o objetivo do programa é intervir perante agressores e vítimas, "não só porque estes não existem separadamente, mas, também, porque se constata uma elevada taxa de manutenção da vivência comum mesmo após a denúncia da prática criminal"⁵⁰³.

⁴⁹⁸ RIJO, Daniel; CAPINHA, Marta. **Op. Cit.**, p. 90.

⁴⁹⁹Fórum Municipal de Cascais contra a Violência Doméstica. **CONTIGO CASCAIS - Programa para Agressores Conjugais**. Disponível em: https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/apresentacao_e_fich_ref_contigo.pdf. Acesso em: 13 nov. 2019.

⁵⁰⁰Programa para pessoas agressoras (Programa Contigo – Cascais). **Cascais**. Disponível em: <https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/contigo-fmcvd.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

⁵⁰¹"Ao admitir a integração de participantes voluntários, este Programa tem como mais valia permitir a quem o frequenta de forma obrigatória, tomar consciência de que existem indivíduos que têm interesse em participar de forma voluntária, por sentirem necessidade e acreditarem que podem e devem alterar o seu comportamento agressivo". Idem.

⁵⁰²Programa para pessoas agressoras (Programa Contigo – Cascais). **Cascais**. Disponível em: <https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/contigo-fmcvd.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019. Neste sentido, o programa é destinado a “pessoas que foram condenadas por crime de violência doméstica, mas que não foram presas. Geralmente estão com a pena suspensa e estão em liberdade, mas têm várias obrigações para cumprir e uma delas é o Programa Contigo”. GANILHO, Isabel. Quando os homens são as vítimas: Cascais lança campanha contra a violência doméstica. **Rede Social Cascais**. Cascais, 13 nov. 2019. Disponível em: <http://redesocialcascais.net/quando-os-homens-sao-as-vitimas-cascais-lanca-campanha-contra-a-violencia-domestica/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

⁵⁰³"As vítimas são assim informadas da possibilidade de serem acompanhadas pelo Espaço V (serviço específico de atendimento a vítimas de violência doméstica do concelho) ou APAV, sendo que muitas negam esta necessidade". Programa para pessoas agressoras (Programa Contigo – Cascais). **Cascais**. Disponível em: <https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/contigo-fmcvd.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

O Programa está dividido em 3 (três) partes: a primeira parte é a Avaliação Inicial do caso pela DGRSP, por candidatura voluntária, solicitação do Ministério Público ou Tribunal ou encaminhamento de instituição da comunidade. Aqui é realizada entrevistas com o agressor e a abordagem de outras fontes de informação, nomeadamente da esfera familiar e comunitária. Também constitui critério de exclusão, a psicopatia, déficit cognitivo ou a psicopatologia grave e/ou não compensada clinicamente. Os consumos ativos de álcool e droga, não constituem critério de exclusão, mas a admissão ao Programa fica condicionada a um período prévio de tratamento em organismo especializado⁵⁰⁴.

A segunda parte é quando o programa é aplicado ao arguido como uma obrigação, pelo Ministério Público (em sede de suspensão provisória do processo) e, em alguns casos, pelo Tribunal (em sede de condenação em suspensão de execução da pena de prisão)⁵⁰⁵. Os participantes que já estão numa fase mais avançada podem partilhar com os participantes que vão sendo integrados as experiências que conquistaram durante a frequência no programa. Dessa forma, os indivíduos podem entrar em qualquer momento, terminando o programa quando já tiverem realizado todas as sessões. O Módulo Psicoeducacional (MPE) é constituído por 18 sessões temáticas mais uma sessão introdutória, semanalmente e tem duração de duas horas, em horário pós-laboral (cerca de cinco meses). Dependendo dos casos e das problemáticas associadas poderá também existir um acompanhamento específico na área das dependências (droga e álcool), na área da saúde mental e terapia familiar, apesar da supervisão da DGRSP e o Módulo Psicoeducacional serem componentes obrigatórias do Programa⁵⁰⁶.

A terceira parte está voltada a avaliação do programa. A avaliação do MPE é feita pela equipa técnica e pelos participantes de diversos níveis, utilizando vários instrumentos para tal. A DGRSP que realiza o follow-up durante um período de dois anos após a conclusão do Programa CONTIGO. No que toca a reincidência, esta é analisada pela existência de novos crimes cometidos no contexto da VD. Desde o início do programa tem-se observado um

⁵⁰⁴Idem.

⁵⁰⁵"[...] a DGRSP mantém um papel ativo no processo, como decorre da metodologia do Programa: realiza uma entrevista inicial, entrevistas regulares de acompanhamento, reuniões com a Equipa do MPE, contactos regulares com outras fontes de informação, relatórios para o Ministério Público e/ou Tribunal e relatório avaliativo final.". Programa para pessoas agressoras (Programa Contigo – Cascais). **Cascais**. Disponível em: <https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/contigo-fmcvd.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

⁵⁰⁶Idem.

crescimento no número de agressores envolvidos, propostos pelo Tribunal ou DGRSP ou em autoproposta voluntária⁵⁰⁷.

De acordo com os dados do "Diagnóstico Social do Concelho de Cascais", verificou-se que entre os anos de 2010 e 2017 teve uma redução de 22,6% de crimes cometidos no contexto da VD⁵⁰⁸.

Feita uma abordagem acerca dos principais programas de intervenção com agressores domésticos, verifica-se que todos os programas defendem que a maioria dos agressores não possuem uma patologia, assim, entendem que da mesma forma que o comportamento violento é apreendido, por meio da cultura e estereótipos de papéis sociais e de gênero, também pode ser reconstruído, modificado. Do mesmo modo, refere-se à falta de inteligência emocional, ou seja, a falta de autocontrole das emoções, principalmente da raiva, por na grande maioria das vezes não ser uma patologia, pode ser controlada, através da identificação do sentimento que trouxe a emoção negativa e o resignificando⁵⁰⁹.

Assim, a intervenção com agressores em Portugal é reconhecida como parte integrante da rede de proteção à vítima, com reconhecimento da responsabilidade do agressor em relação ao seu comportamento negativo. A vítima não é banalizada, e o caso de violência doméstica não é abordado de uma maneira irrisória. Diante disto, não há nenhuma objeção contra a aplicação do programa no sistema de justiça, tampouco nos investimentos públicos nesta área⁵¹⁰.

Como resulta da exposição anterior, a realidade interventiva portuguesa apresenta-se avançada, há uma resposta comunitária coordenada ao crime de violência doméstica, bem como uma abordagem completa voltada de acordo com as necessidades de cada sujeito. O fato de ser realizado o tratamento das adições do agressor como requisito à participação do programa e também de ser efetuada inicialmente uma avaliação de risco, possibilita uma intervenção mais eficaz, ou seja, é possível encaminhar o agressor para o tratamento mais adequado⁵¹¹.

⁵⁰⁷ "Desde o início do Programa temos observado um progressivo crescendo no número de agressores envolvidos, propostos pelo Tribunal ou DGRSP ou em auto proposta voluntária". Idem.

⁵⁰⁸Na mesma pesquisa diz "Ainda assim, em 2017, foram registados pelas forças policiais 523 crimes desta natureza no Concelho de Cascais. Este é efetivamente um fenómeno presente na vida de muitas famílias. Dos 450 munícipes inquiridos no âmbito do diagnóstico social de Cascais, 22% conhecem pessoas que foram vítimas de violência doméstica". **Diagnóstico Social – Cascais: Pessoas**. Cascais, 2018, p. 394. Disponível em: <http://www.redesocialcascais.net/files/uploads/2018/12/DSC-Pessoas.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

⁵⁰⁹Cfr. TÁVORA, Mariana Fernandes. **Op. Cit.**, p. 184-185; BARIN, Catiuce Ribas. **Op. Cit.**, p. 130 e BECK, Judith S. **Op. Cit.**, p. 169 e ss.

⁵¹⁰Cfr. TÁVORA, Mariana Fernandes. **Op.Cit.**, p. 184-185.

⁵¹¹ TÁVORA, Mariana Fernandes. **Op.Cit.**, p. 194 e BARIN, Catiuce Ribas. **Op. Cit.**,p. 130.

Terminada a análise dos principais programas com agressores em Portugal, bem como em alguns países internacionais, apenas como forma de aprimorar o tema, assenta agora uma reflexão sobre os programas. Há algumas divergências entre eles, mas há principalmente semelhanças.

Dos programas vistos, todos demonstram diferenças, com relação a sua duração; abordagens teóricas; critérios de admissibilidade e exclusão; acesso dos agressores aos programas; avaliação ou não de risco; resposta comunitária; intervenção individual, em grupo ou familiar; tratamento também com as vítimas, de forma simultânea ou não⁵¹².

Em compensação, das características mais semelhantes, observa-se em primeiro lugar que são uníssonas na ideia de que não se pode tratar somente as vítimas, é necessário, também, trabalhar com o causador do problema, melhor dizendo, com o agressor, bem como com a família, nos casos necessários. Todos também partem do princípio de que é preciso responsabilizar o agressor pelo seu comportamento violento⁵¹³.

Buscam ainda o fim da violência, garantir a segurança da vítima; a alteração das crenças e estereótipos sociais e de gênero em relação a violência, mas, principalmente, a violência exercida contra a mulher; a criação de estratégias para cessar o comportamento violento; a promoção da equidade de gênero. Alguns em maior escala, outros em menor e, para tal, aplicam abordagens feministas e cognitivo-comportamental⁵¹⁴.

Outro ponto em comum, é a problemática da obrigatoriedade ou não da aceitação por parte do agressor em participar dos programas de intervenção, já que na grande maioria das vezes, os agressores não procuram os programas de intervenção por iniciativa própria e, assim, acabam por ser encaminhados via decisão judicial. Por esta razão, a temática será abordada a seguir.

4.6 O COMPARECIMENTO OBRIGATÓRIO OU FACULTATIVO DOS AGRESSORES AOS PROGRAMAS

A aceitação voluntária de participação por parte do agressor é um dos aspectos comuns em programas de intervenção com agressores. Esta característica é compreensível, porque do

⁵¹² BARIN, Catiuce Ribas. **Op. Cit.**, p. 131.

⁵¹³ Idem.

⁵¹⁴ Idem.

ponto de vista terapêutico, os tratamentos parecem ser mais eficazes e adequados nos casos em que o agressor está ciente do seu comportamento negativo e busca por mudança⁵¹⁵.

Por outro lado, sem minimizar a importância da livre aceitação, não se deve ignorar o fato de que em geral, a motivação para a mudança nos homens que exercem violência contra a mulher é muito baixa, pois não conseguem perceber sozinhos os seus comportamentos negativos. A maioria dos homens não reconhecerão seu problema e, conseqüentemente, não terão a motivação mínima necessária para aceitar uma terapia psicológica de forma voluntária. Por exemplo, nos Estados Unidos muito dos programas puramente voluntários acabaram sendo incluídos no sistema criminal devido ao fracasso⁵¹⁶.

Sabe-se que no sistema português, de acordo com a legislação, a frequência em programas de intervenção depende do consentimento prévio por parte do agressor em crimes no contexto de violência doméstica, conforme visto no início deste capítulo. Mas também se inteira que, na grande maioria das vezes, os programas caracterizam uma alternativa a pena de prisão, por esta razão, os homens condenados optam pela frequência em programas unicamente para não serem presos, desta maneira, acaba não havendo uma motivação legítima por parte deles⁵¹⁷.

Por outro lado, acredita-se que não adianta o agressor manifestar uma motivação inicial, seja ela legítima ou não, se o programa de intervenção não mantiver ao longo das atividades a mesma intensidade inicial. Um incentivo inicial não segura a motivação ao longo do programa inteiro. O encorajamento da mudança de comportamento deve ser construído em todos os encontros realizados com a ajuda de profissionais habilitados para tal intervenção, através das atividades que serão realizadas no programa. Com isso, o êxito da intervenção, da mudança da mentalidade, da cessação da violência atual e futura não está condicionada unicamente com a livre aceitação por parte do agressor, mas sim com o que o programa irá construir nos agressores ao longo das atividades⁵¹⁸. Portanto, a avaliação de risco inicial realizada nos programas de intervenção, bem como as atividades motivacionais realizadas

⁵¹⁵MARTÍN, Maria Angeles Rueda. **Los programas y/o tratamientos de los agresores em supuesto de violencia de genero: ¿Una alternativa eficaz a la pena de prisión?**. Madrid: Dykinson, 2007, p. 69-77.

⁵¹⁶Nesse sentido Celina Manita diz "muito dos agressores (como muitas das vítimas) nem sequer problematizam ou encaram como violentos e desadequados os seus comportamentos relacionais, não questionam o recurso ao controlo, à subjugação, à violência sobre as mulheres, e logo, não problematizando o seu comportamento, não procura ajuda, pelo menos espontânea ou voluntariamente". Cfr. MANITA, Celina. Uma outra via para a não violência: a intervenção psicológica em agressores. In: **Revista do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais**, III série, número especial. Coimbra: Coimbra Editora, maio, 2005b, p. 185.

⁵¹⁷MEDINA, Javier. Perfil psicosocial y tratamiento del hombre violento com su pareja en el hogar.

In: ECHEBURÚA, Enrique (Coord). **Personalidades violentos**. Madrid: Ediciones Pirámide, 2003, p. 158.

⁵¹⁸BARIN, Catiuce Ribas. **Op. Cit.**, p. 133-134 e MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005b, p. 178-179.

durante as fases dos programas em Portugal, fazem-se importantes para a proteção da vítima⁵¹⁹.

Seguindo esta linha, precisa-se ter em mente se a imposição de frequência a programas de intervenção, atenta contra algum direito fundamental do agressor, mas antes de tudo é preciso delinear quais os direitos que por ventura poderiam ser ofendidos. Neste caso, genericamente, estar-se-ia falando dos direitos que formam parte ou são manifestação da liberdade de ação do ser humano e do livre desenvolvimento da personalidade⁵²⁰. Em resposta a esta questão, não parece que a obrigatoriedade de frequência aos programas afeta algum direito do agressor, pois são destinados a fazer com que a sua qualidade de vida melhore, ou seja, que tenha uma vida sem violência. Não busca a mudança da personalidade do sujeito, mas sim a identificação das razões que fundamentam o seu comportamento negativo e, consequentemente, o incentivo para que procure e encontre alternativas não abusivas. Rueda Martín, corrobora com o mesmo entendimento ao dizer "que esta clase de programas o tratamientos deben tener como objetivo únicamente facilitar al delincuente que lleve una vida futura sin delitos"⁵²¹. Assim, na posição do autor, além da vítima, o agressor também sofre com suas ações negativas⁵²².

Para que não ocorra uma afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana do sujeito frequentador do programa de intervenção, ou seja, para que a intervenção não seja realizada de igual maneira à execução da pena de prisão e atenda ao princípio da máxima restrição ou da necessidade das penas, está relacionado com a forma como será executado o programa⁵²³. De outra maneira, o direito de punir do estado (neste caso, através da intervenção) deve se limitar, conforme o autor Paulo de Sousa Mendes diz "as situações em que o sacrifício das liberdades individuais operado através das próprias sanções penais encontra a sua justificação na necessidade de se assegurar em último recurso as condições sociais de revelação das potencialidades dos indivíduos"⁵²⁴.

Por esta forma, já que a submissão a programas de intervenção por parte do agressor está relacionada com a proteção da vítima, a participação ao programa não deveria estar condicionada a aceitação por parte do agressor, já que o crime de violência doméstica no

⁵¹⁹BARIN, Catiuce Ribas. **Op. Cit.**, p. 134 e MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005b, p. 178-179.

⁵²⁰MARTÍN, Maria Angeles Rueda. **Op. Cit.**, p. 77.

⁵²¹Idem. Neste caso, também corrobora com o mesmo entendimento a autora BARIN, Catiuce Ribas. **Op. Cit.**, p. 132.

⁵²²Idem.

⁵²³Ibid., p. 134.

⁵²⁴MENDES, Paulo de Sousa. **O torto intrinsecamente culposos como condição necessária da imputação da pena**. Coimbra: Coimbra Editora, 2007, p. 258.

direito interno português possui natureza pública, assim ficaria a cargo do Ministério Público propor a participação do agressor em programas de intervenção, nos casos em que acreditar ser uma medida benevolente para a cessação da violência⁵²⁵.

Tudo considerado fica a questão de saber se a ressocialização dos homens condenados por violência doméstica, mais precisamente a violência majoritária exercida neste contexto⁵²⁶ entre (ex-)cônjuge, (ex-)companheiro(a), (ex-)namorado(a) ou que teve ou tem uma relação análoga—é uma forma de combate a este tipo de crime, quer dizer, se os programas de intervenção são eficazes; se são uma resposta penal benevolente para a cessação da violência doméstica; se tratam a causa do problema e não apenas o efeito no sistema português.

4.7 IMPACTO DA EFETIVA REEDUCAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DO AGRESSOR EM FACE DA VÍTIMA E DA SOCIEDADE

Quando se trata de violência doméstica é muito importante considerar não apenas a vítima, mas também o agressor, pois a intervenção não poderá ser totalmente compreendida caso não seja estudada a dinâmica relacional que fundamentou ou fundamenta a violência⁵²⁷. Mesmo diante desta perspectiva, ainda, verifica-se uma resistência a implementação de programas de intervenção em agressores domésticos, fundamentada em alguns argumentos, como o de que a intervenção com agressores é uma forma de isentar o autor dos seus atos⁵²⁸.

No entanto, conforme já demonstrado neste estudo, todos os programas de intervenção tem como fundamento responsabilizar os agressores pelos seus atos violentos, através da identificação do comportamento negativo. Para além disto, acredita-se que a intervenção objetiva a prevenção da violência atual e futura e, assim, a proteção da vítima⁵²⁹.

Tratar um agressor não significa desculpabilizá-lo dos seus atos. É uma escolha falsa considerar o homem violento como ruim, neste caso, ele merece as medidas punitivas

⁵²⁵ Neste caso, em Portugal, na prática o Ministério Público tem proposto a frequência a SPP, mesmo sem requerimento da vítima, nos casos que se nota este instrumento essencial para a quebra da violência. Cfr. TÁVORA, Mariana Fernandes. **Op. Cit.**, p. 153.

⁵²⁶ Conforme já visto neste trabalho, as estatísticas demonstram que no âmbito da VD a grande maioria das vítimas possuem um tipo de relação íntima de afeto com o agressor do delito. Associação de Apoio à Vítima. **Estatísticas APAV - Relatório Anual 2018**. Lisboa, 2018, p. 6. Disponível em: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2018.pdf. Acesso em: 15 nov. 2019 e SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA. **Relatório Anual de Segurança Interna**. 2018. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=ad5cfe37-0d52-412e-83fb-7f098448dba7>. Acesso em: 16 jul. 2019.

⁵²⁷ A prevenção nunca será totalmente eficaz se não tratar a causa do problema, ou seja, o problema desde a raiz e, isto, se intervém unicamente sobre os agressores. LOINAZ, Ismael. **Op. Cit.**, p. 24.

⁵²⁸ MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005b, p. 169-172.

⁵²⁹ MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005b, p. 170.

apropriadas, ou como doente, necessitando de tratamento médico específico. Muitos homens violentos são responsáveis por seus comportamentos, mas têm limitações psicológicas significativas no controle de impulsos, abuso de álcool, sistemas de crenças, habilidades de comunicação, resolução de problemas e controle de ciúmes. Um tratamento psicológico - não psiquiátrico, que apenas em alguns casos é necessário - pode ser útil para lidar com as limitações destes homens que, mesmo sendo responsáveis por suas ações, não têm, no entanto, as habilidades necessárias para resolver os problemas do casal na vida cotidiana. O que se trata é controlar o comportamento atual para que não aconteça novamente no futuro. Dessa forma, a vítima é protegida e a autoestima do agressor é melhorada. Tratar um agressor psicologicamente é possível hoje, especialmente se o sujeito assume a responsabilidade por seus comportamentos e tem motivação mínima para mudar⁵³⁰.

Não se pode esquecer, que na grande maioria das vezes, por mais que a vítima abandone a relação no futuro, poderá outra mulher vir a ser violentada pelo mesmo homem. Assim, uma das formas de proteger a vítima atual e/ou futuras vítimas é favorecer a mudança do agressor. Sem olvidar que pelo menos um terço das mulheres agredidas que procuram ajuda assistencial ou registram uma queixa contra o homem violento ainda continuam a viver com os agressores⁵³¹.

Corroborar com o mesmo entendimento Celina Manita. Ao final, a autora ainda defende que, ainda que não existissem outros motivos a prevenção da violência atual e/ou futura já seria por si só suficiente para a promoção de programas de intervenção com agressores⁵³².

Salienta-se outro argumento, a concepção de que todos os recursos sociais e econômicos têm que ser despejados nas vítimas. Neste caso, há muito tempo os modelos meramente punitivistas não possuem mais eficácia para cessar todas as formas de violência, nomeadamente a violência doméstica. Desse modo, todas as modalidades de prevenção e combate a VD são relevantes⁵³³.

Mais uma alegação interessante é a da imutabilidade do seu comportamento. "Ora, a violência doméstica/conjugal não é, na maioria dos casos, fruto de uma doença ou

⁵³⁰ECHEBURÚA, Enrique; CORRAL, Paz de; FERNÁNDEZ-MONTALVO, Javier; AMOR, Pedro J. ¿Se puede y debe tratar psicológicamente a los hombres violentos contra la pareja? In: **Papeles del Psicólogo**, vol. 25, núm. 88, mayo-agosto, 2004, p. 11. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/778/77808802.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2019.

⁵³¹Ibid., p.12.

⁵³²MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005b, p. 170.

⁵³³Ibid., p. 170-171.

psicopatologia, é um comportamento aprendido"⁵³⁴. Até nos casos em que o comportamento violento ocorre por falta de controle de raiva, em sua grande maioria, é possível a identificação do momento da emoção raiva, para assim ser controlada⁵³⁵. Assim sendo, "da mesma forma que pode ser aprendido, pode ser alterado; os agressores podem transformar as suas formas de relação com o outro, podem desenvolver formas de relacionamento não violento"⁵³⁶.

Ainda, nunca se ouviu falar em grupos feministas, que os homens que cometem violência nas relações de intimidade possuem alguma doença mental. Muito menos os defensores de programas de intervenção defendem esta teoria⁵³⁷. Pelo contrário, em geral tem sido enfatizada a normalidade dos comportamentos na sociedade que precisam realçar a superioridade do homem e creem na inferioridade da mulher⁵³⁸.

Na grande maioria dos casos o homem agressor não possui uma psicopatologia, da mesma forma que um racista também não possui. Em ambos os casos há a ideia de que é possível modificar as crenças que justificam o comportamento através de uma pena que permita uma intervenção. Logo, determinar a participação em programas de reabilitação não significa isentá-lo da responsabilidade penal⁵³⁹.

Desta maneira, caso o agressor seja identificado com alguma doença mental ou perturbações psicológicas consideráveis, ou até mesmo como um alcoólatra ou toxicodependente, o programa de intervenção não será a medida mais assertiva. Neste caso, o agressor deverá sofrer uma intervenção mais eficaz, como do tipo médico ou psicopatológico, "ou, se calhar, centrada nas redes de apoio a toxicodependentes e/ou a alcoólicos"⁵⁴⁰.

Sabe-se que o sistema totalmente repressivo existe para proteger os direitos dos cidadãos, consequentemente da vítima. Garland diz que "o novo imperativo político é no sentido de que as vítimas devem ser protegidas, seus clamores ouvidos, sua memória deve ser

⁵³⁴MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005b, p. 170-172.

⁵³⁵Neste caso, "é verdade que alguns são alcoólicos, mas não a maioria; é verdade que alguns são toxicodependentes, mas não a maioria; é verdade que alguns dos agressores apresentam perturbação psicopatológica, mas não a maioria; é verdade ainda que alguns pertencem a níveis socio-económicos desfavorecidos, mas, fundamentalmente, a violência doméstica é transversal a toda a sociedade". Idem.

⁵³⁶Idem.

⁵³⁷LARRAURI, Elena. **Op.Cit.**, p. 142.

⁵³⁸ECHEBURUA, E; MONTALVOL, J. Fernandez; CUESTA, L. de la. Articulación de medidas penales y de tratamiento psicológico en los hombres violentos en el hogar. In: **Psicopatología Clínica Legal y Forense**, 2001.

⁵³⁹"El hecho que en España el juez imponga una pena de prisión que luego suspende, o en Inglaterra y Estados Unidos el juez imponga una pena de libertad vigilada, demuestra, precisamente, que el juez ha considerado que la persona es responsable de sus actos, por ello impone una pena que consiste, precisamente, en asistir a programas de rehabilitación". LARRAURI, Elena. **Op. Cit.**, p. 142-143.

⁵⁴⁰MANITA, Celina. **Op. Cit.**, 2005b. p. 171.

honrada, sua raiva deve ser exprimida, seus medos devem ser tratados"⁵⁴¹. Acrescenta ainda que "(...) qualquer atenção aos direitos ou ao bem-estar do agressor é considerada como defletiva das medidas apropriadas de respeito às vítimas. Cria-se um jogo político maniqueísta, no qual o ganho do agressor significa a perda da vítima(...)"⁵⁴². Ao final diz: "e "apoiar" as vítimas automaticamente quer dizer ser duro com os agressores"⁵⁴³.

Isto acontece, pois os cidadãos se identificam como vítimas e não como infratores, vez que são vistos como pessoas muito diferentes do seu cotidiano, enquanto a vítima é olhada como uma pessoa comum da sociedade⁵⁴⁴. Garland diz que isto é denominado de "criminologia do outro", sendo que os agentes infratores são os "outros" e, portanto, não são dignos de nenhuma compreensão, reabilitação. Neste caso, deve-se compreender menos e punir mais⁵⁴⁵.

Neste sentido, o autor Alejandro Rayo diz que com a preocupação da sociedade apenas com a vítima, "cotidianamente, e com dramatizações espetaculares, posta nos veículos de comunicação de massa, não resta dúvida que a sensação de insegurança resultará majorada consideravelmente"⁵⁴⁶. Assim, "a correção do criminoso é abandonada em virtude de ser vista como utópica e contraproducente, consolidando-se, assim, a ideia de que o tratamento efetivamente não funciona"⁵⁴⁷. Desta maneira, a ideia da reeducação, ressocialização e da reabilitação dos criminosos entra em crise, surgindo "uma nova política criminal, alavancada pelos altos índices de reincidência e pelo fracasso da ideologia do tratamento"⁵⁴⁸. Nasce assim o problema da não preocupação com as causas da criminalidade, pois ao pensarem desta maneira acabam por atacar apenas as consequências, sem lidar com o enfrentamento do próprio crime, mas sim agravá-lo enquanto problema social⁵⁴⁹.

⁵⁴¹ GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e crescimento social na sociedade contemporânea**.

Tradução: André Nascimento. Rio de Janeiro: Editora Revan de Presos, 2008, p. 55.

⁵⁴² Idem.

⁵⁴³ Idem.

⁵⁴⁴ SANCHES, Jesús-María Silva. **A expansão do Direito Penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós indústrias**. 3ª ed. Tradução: Luiz Otávio de Oliveira Rocha. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p.64.

⁵⁴⁵ GARLAND, David. **Op. Cit.**, p. 390.

⁵⁴⁶ WERLANG, Alejandro César Rayo. **A política criminal na modernidade líquida: uma análise a partir da realidade prisional brasileira**. São Paulo: Chiado Editora, 2018, p. 103.

⁵⁴⁷ Idem.

⁵⁴⁸ Idem.

⁵⁴⁹ "Em concreto, todos esses fatores que levam à sensação de insegurança são, mais uma vez, despejados sobre o sistema repressivo, esperando-se (ou melhor seria dizer, querendo fazer acreditar) que o Direito Penal possa dar uma resposta adequada, ou seja, que faça desaparecer (ou ao menos minorar consideravelmente) esse sentimento. Porém, tal ramo do Direito não tem a capacidade de resolver um problema que tem causas tão remotas. O resultado é uma população ainda mais frustrada, e que, por consequência, tem majorada a sensação de insegurança, uma vez que cada vez mais sente a importância de lutar contra algo que sequer sabe de onde vem". WERLANG, Alejandro César Rayo. **Op. Cit.**, p. 130.

Por mais que a intenção do sistema unicamente punitivista seja em prol da vítima e da sociedade, o sistema tem de compreender que reeducar, reintegrar socialmente o agente infrator não é deixar de puni-lo, mas atribuir responsabilidade pelos seus atos de forma mais justa, mais eficaz, seja do ponto de vista do agente infrator ou da sociedade⁵⁵⁰. Desse modo, pelas palavras do autor Antonio Francisco de Sousa "assim, a colocação no centro do sistema proposto da ideia de ressocialização não leva o abandono da ideia de punição do autor do ilícito"⁵⁵¹.

A punição precisa ser o meio pelo qual será atingido o bem-estar social, ou seja, o problema pertinente será resolvido - para que não sejam cometidos novos crimes -, o que acaba também por obter um efeito preventivo ao autor da infração e a terceiros. Qualquer sistema jurídico-penal deve priorizar a proteção da vítima. O Estado não pode ser negligente a este ponto. Deve assumir as suas obrigações e assegurar a proteção integral das vítimas, pois os crimes contra as vítimas são ao mesmo tempo crimes contra a sociedade e contra o Estado. Além do mais, o sistema de punição deve ser humanizado, é preciso orientar-se para a recuperação do homem, não ficando unicamente na aplicação da pena, mas carece ser simultaneamente uma grande chance do agente infrator retornar a uma vida em sociedade⁵⁵² e, conforme analisado no decorrer do presente trabalho, são exatamente estes princípios - humanização⁵⁵³, recuperação, reeducação, reintegração social -⁵⁵⁴, que os programas de intervenção com agressores domésticos tomam como base.

Depreende-se, portanto, que cuidar do agressor não é apenas proteger a vítima atual e futura, mas também a família da vítima, o agressor, a família do agressor e a sociedade⁵⁵⁵.

No que corresponde a eficácia dos programas, apesar das pesquisas a respeito das avaliações das taxas de reincidências serem poucas sobre os programas referenciados neste estudo em Portugal, é uma grande forma de saber se os programas de intervenção estão

⁵⁵⁰ SOUSA, António Francisco de. Uma reflexão para o abandono da pena de privação de liberdade. In: **Estudo de Homenagem ao Juiz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro**. Coimbra: Almedina, 2007, p. 76-83.

⁵⁵¹ Idem.

⁵⁵² O autor Francisco de Sousa aposta na eficácia deste sistema, nomeadamente a redução da criminalidade e o aumento do bem-estar social. Idem.

⁵⁵³ Neste caso, "Soluções compatíveis, quanto possível, com a dignidade humana, apostando sobretudo na ressocialização" Ibid., p 77.

⁵⁵⁴ Idem.

⁵⁵⁵ O autor Alejandro Rayo corrobora com o mesmo entendimento para crimes gerais ao dizer: "Enquanto se continuar a punir a pobreza, ou seja, agindo nas consequências do problema, e não nas causas, a redução da criminalidade não será uma realidade. Enquanto se continuar a tratar a delinquência como um problema individual, e não social, estar-se-á tão somente evitando o enfrentamento da realidade. A verdadeira solução do problema não passa pelo aprisionamento, o qual não tem nenhuma vinculação com a redução da criminalidade, mas, sim, pela aplicação, efetiva, das políticas de bem-estar social". WERLANG, Alejandro César Rayo. **Op. Cit.**, p. 163.

alcançando seus objetivos. Dentre os programas no sistema português avaliados, com relação ao PAVD, verificou-se que a intervenção com agressores pode ser bastante positiva, ainda que moderados na prevenção da violência doméstica, pois foi possível perceber que os frequentadores do programa, mostraram uma diminuição no risco das crenças que provocam o ato violento, bem como da reincidência⁵⁵⁶.

Nomeadamente ao PPRIAC, logo no início da sua implementação já foi possível constatar resultados bastante satisfatórios, pois durante a sua aplicação, os comportamentos abusivos dos agressores com suas companheiras acabaram. Também houve a melhora da autoestima destes agressores, grandes estratégias nas resoluções de conflitos e diminuição das crenças negativas referente à mulher⁵⁵⁷.

Com relação ao programa CONTIGO - pioneiro a nível nacional -, este tem se mostrado bastante eficaz na recuperação dos agressores de violência doméstica, dez anos após a sua efetivação, conforme mencionado anteriormente neste trabalho, poucos agressores reincidem após frequentarem o programa. Demonstrando uma taxa de reincidência de 15,4% apenas⁵⁵⁸.

Também com relação ao programa CONTIGO-Cascais, houve uma diminuição da taxa de reincidência, como já visto anteriormente, a redução foi de 22,6% entre os anos de 2010 e 2017⁵⁵⁹.

À vista disto, os programas de intervenção têm se demonstrado como uma alternativa eficaz na resolução do problema da violência doméstica em Portugal e, em outros países também (EUA, Espanha e Brasil), consoante já exibido neste trabalho.

Além destes, para corroborar os resultados já então alcançados no sistema português, vale mencionar um importante estudo realizado na Inglaterra por Dobash, Cavanagh e

⁵⁵⁶QUINTAS, Jorge, [et al.]. Programa para agressores de violência doméstica: avaliação do impacto da aplicação experimental. In: **Ousar Integrar- Revista de reinserção social e prova**, n.º 12, 2012, p. 9-26.

⁵⁵⁷Violência Doméstica: Plano para tratar agressores. **CM Jornal**. Lisboa, 26 de janeiro 2012. Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/violencia-domestica-plano-para-tratar-agressores>. Acesso em: 18 nov. 2019 e Investigadora da UMinho cria programa para agressores conjugais em grupo. **UMdicas SASUM**. Jan. 2012. Disponível em: <https://www.dicas.sas.uminho.pt/noticias/academia/2012/01/investigadora-da-uminho-cria-programa-para-agressores-conjugais-em-grupo>. Acesso em: 18 nov. 2019.

⁵⁵⁸CABRAL, Rui Jorge. Poucos agressores reincidem após passarem pelo 'Contigo'. **Jornal Açoriano Oriental**. 4 de jun. 2019. Disponível em: <https://www.acorianooriental.pt/noticia/poucos-agressores-reincidem-apos-passarem-pelo-contigo-300360>. Acesso em: 18 nov. 2019. Outra pesquisa que avaliou a eficácia do programa CONTIGO em 2018 concluiu ser o programa bastante eficaz na diminuição da reincidência e recomendou a continuação da aplicação do programa. Para maior detalhamento da pesquisa, vide RODRIGUES, Ana Sofia Nóbrega. **Contigo ou Sem Ti Avaliação da eficácia de um programa de intervenção dirigido a agressores conjugais**. Dissertação (Mestrado). Ilha da Madeira: Universidade da Madeira, 2018, p. 20. Disponível em: <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/2286/1/MestradoSofia%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

⁵⁵⁹**Diagnóstico Social – Cascais: Pessoas**. Cascais, 2018, p. 394. Disponível em: <http://www.redesocialcascais.net/files/uploads/2018/12/DSC-Pessoas.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

Lewis⁵⁶⁰, apontado como a pesquisa mais abrangente já executada na Inglaterra referente a eficácia ou não de dois programas de intervenção chamados CHANGE e LOTHIAN, dentre os pioneiros na Europa, implementados em 1990, na Escócia⁵⁶¹ - a participação é imposta como condição da liberdade vigiada e os homens são enviados pelos tribunais - com agressores domésticos, apontou, tomando por base o número de homens notificados como violentos pelas suas parceiras- antes de 3 (três) meses e após 12 (doze) meses do programa- que 69% dos agressores que chegaram a completar o programa foram identificados como não violentos. Todos os comportamentos abusivos igualmente sofreram diminuição. Assim, a pesquisa obteve conclusões de que qualquer forma de intervenção, reconduzirá algum efeito positivo na eliminação ou redução do uso da violência nas relações de intimidade, bem como o encaminhamento dos agressores via decisão judicial parece ser mais satisfatório na eliminação da violência⁵⁶².

Também outro estudo realizado nos EUA, considerado a pesquisa mais relevante referente a eficácia dos programas de intervenção, foi realizado por Edward Gondolf, que acredita na eficácia dos programas por meio das manifestações das mulheres vítimas e dos agressores nas entrevistas sobre a serventia do programa, bem como se foi possível, com a frequência no programa modificar crenças negativas e aprender estratégias de resoluções de conflito duradouras. A sua investigação foi feita baseada nos programas existentes em Dallas, Houston, Denver e Pittsburgh⁵⁶³.

Na pesquisa foram entrevistados 840 (oitocentos e quarenta) homens a cada 3 (três) meses em um período de 4 (quatro) anos. Os programas nestas cidades americanas foram escolhidos, pois apresentavam metodologias semelhantes baseadas nas perspectivas feministas e cognitivo-comportamentais. Nos programas, os agressores eram encaminhados via decisão judicial. Com base na pesquisa, constatou-se que no prazo de 15 (quinze) meses 40% reincidiram, em 30 (trinta) meses 45 % e no prazo de 4 (quatro) anos 48%⁵⁶⁴.

Na mesma pesquisa foi possível concluir que por mais que aos 15 (quinze) meses, 40% dos agressores reincidiram, aos 30 (trinta) meses 80% e aos 4 (quatro) anos 90% não

⁵⁶⁰Para um maior detalhamento da pesquisa e dos programas vide: DOBASH, Rebecca Emerson, [et. al.] **Changing Violent Men**. London: Sage, 2000, p. 139.

⁵⁶¹BOWEN, Erica; BROWN, Len; GILCHRIST, Elizabeth. Evaluating Probation Based Offender Programmes for Domestic Violence Perpetrators: a pro-feminist approach. In: **The Howard Journal of Criminal Justice**, Vol. 41, n.º 3, Jul. 2002, p. 226.

⁵⁶²DOBASH, Rebecca Emerson. [et. al]. **Op. Cit.**, p. 117

⁵⁶³GONDOLF, Edward W. **Batterer Intervencion Systems: Issues, Outcomes, and Recommendations**. London: Sage Publications, 2002.

⁵⁶⁴Idem.

havia cometido novamente a violência. Ademais, a taxa de reincidência dos agressores que não participaram do programa foi 20% superior em relação àqueles que participaram⁵⁶⁵.

Assim, no processo de cessação da violência, toda forma de intervenção tem impacto, ou seja, leva a uma diminuição no comportamento violento. Este efeito é superior quando o agressor é condenado a um programa de ressocialização. Os programas de ressocialização não são isolados, mas fazem parte de um contexto, de um "sistema de intervenção". Dessa maneira, atender às necessidades da vítima e que os restantes dos serviços sociais atuem corretamente também é decisivo para reduzir as taxas de reincidência⁵⁶⁶.

⁵⁶⁵Idem.

⁵⁶⁶LARRAURI, Elena. **Op. Cit.**, p. 158. No mesmo sentido "apostar apenas na punição não elimina, nem tão pouco reduz, os níveis de violência doméstica, a intervenção em agressores visa, em última instância, a proteção das vítimas e a prevenção da reincidência em crimes de violência conjugal e, nesse sentido, contribui para a redução dos custos individuais (da vítima), familiares, médicos, judiciais e sociais, da violência conjugal, pelo que uma das condições base da intervenção é a responsabilização dos perpetradores pelos seus atos e suas consequências" Cfr. RIBEIRO, Sandra Isabel da Costa. **O Lado B da Violência Doméstica**. Dissertação (Mestrado). Leiria: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Leiria, 2016, p. 56. Disponível em: https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/2493/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Sandra%20Ribeiro.pdf. Acesso em: 28 nov. 2019.

CONCLUSÃO

Da reflexão realizada ao longo desta dissertação, destacam-se os principais resultados alcançados na pesquisa:

1. A Convenção de Istambul é uma convenção do Conselho da Europa que visa combater a violência contra a mulher e a violência doméstica por meio da prevenção da violência e proteção das vítimas. Assim, objetiva proteger as meninas e mulheres de toda e qualquer discriminação e promove a igualdade de gênero. A Convenção teve bastante influência no direito interno Português. O Estado Português implementou no seu ordenamento jurídico interno determinações impostas pela referida Convenção que foram introduzidas pela Lei n.º 83/2015, de 5 de agosto. Todas as alterações foram muito importantes. Constata-se, portanto, a grande influência e força por parte deste instrumento internacional no enfrentamento da violência contra a mulher e doméstica.
2. Após, identificou-se que ainda o conceito de violência contra a mulher é comumente usado por alguns estudiosos da área como sinônimo de violência de gênero, violência de gênero contra a mulher e violência doméstica, razão pela qual foi imprescindível estudar a perspectiva de gênero, pois partilha-se da ideia de que se tratam de conceitos diferentes, uma violência não necessita necessariamente da outra para existir. Entretanto, independentemente do tipo de violência contra a mulher, todas são uma afronta grave aos direitos humanos. No que tange a violência de gênero contra a mulher, no campo dos estudos feministas, o termo patriarcalismo, foi usado para explicar e justificar este tipo de violência, sendo, em síntese, um sistema social em que os homens têm o domínio sobre a mulher. Assim, neste sistema, os homens detêm o poder social, econômico e político.
3. Há vários tipos de violência contra a mulher, mas predominantemente o maior número de violência tem ocorrido dentro do âmbito doméstico, motivo pelo qual, escolheu-se este tipo de violência para maior abordagem, especificamente nas relações íntimas de afeto. Apesar do foco da presente dissertação ser na violência exercida apenas contra a mulher⁵⁶⁷, se reconhece que, neste meiodoméstico, os homens podem também serem sujeitos passivos.

⁵⁶⁷ Por ser a vítima que mais sofre agressões domésticas, de acordo com as estatísticas partilhadas no decorrer do texto desta investigação.

4. Desta maneira, acredita-se que no contexto da VD, o patriarcalismo não é a única justificativa para a ocorrência deste tipo de violência. Não se pode subestimar até que ponto as mulheres exercem as suas autoridades dentro do lar, assim, a VD pode ocorrer por diversos motivos.
5. A intervenção do estado português na área da VD foi imposta pela Constituição da República Portuguesa e pelos instrumentos internacionais de proteção da mulher do qual Portugal é parte, mas foi com a introdução do art. 152.º do Código Penal Português e da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro que se instituiu a prevenção e o combate da VD contra as mulheres. O artigo e a Lei mencionados, estabeleceram uma série de medidas preventivas, reforçou a tutela penal e processual penal da criminalidade doméstica, prevendo mecanismos expressivos de proteção às mulheres.
6. Da interpretação da legislação referente ao crime de VD observa-se que Portugal é neutro com relação ao gênero, o que faz com que o sistema português esteja bastante avançado no que tange ao combate ao crime de VD e preza pela igualdade formal e material dos sujeitos, ao contrário de outras legislações que protegem apenas o gênero feminino, a título de exemplo, e como forma de enriquecer o tema, apresentou-se a legislação brasileira.
7. A legislação portuguesa permite a aplicabilidade do instituto da SPP, no contexto da VD, apesar do crime possuir natureza pública, mas para isto a pena não pode ser superior a 5 (cinco) anos de prisão. A SPP está condicionada ao requerimento da vítima e da aceitação por parte do arguido. Acredita-se que a SPP é um instituto bastante importante no combate do crime de VD, ao ser aplicada as injunções e regras de conduta adequadas para cada caso em concreto, sendo os programas de intervenção com agressores uma das principais injunções e regras de conduta de maior benefício para o fim da violência atual e a prevenção de violências futuras com a mesma vítima ou uma nova.
8. A Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, prevê uma rede de prevenção, proteção e assistência às vítimas de VD. De acordo com o art. 58.º da referida Lei é de responsabilidade da CIG prevenir e combater a VD, a promoção da equidade de gênero, dentre outras funções. Assim, a CIG criou alguns Planos Nacionais de proteção a VD. Todos os planos foram importantíssimos na evolução dos direitos das mulheres, bem como na prevenção e combate da VD e da violência de gênero

no direito interno. Atualmente está em vigência a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação-Portugal + Igual (ENID), que veio para reforçar todos os avanços conquistados pelos Planos Nacionais, principalmente na equidade de gênero.

9. Outro ponto importante é o da impossibilidade da aplicação da mediação penal e da justiça restaurativa nos casos de violência doméstica, já que a Lei n.º 21/2007, de 12 de junho, que trata da mediação penal, proibiu a sua aplicação; e a Lei n.º 129/2015, 03 de setembro, revogou a aplicação da justiça restaurativa neste âmbito. Neste caso, defende-se a ideia de que a mediação penal deve ser utilizada em momento posterior a sentença- durante a SPP ou durante a aplicação da pena de prisão- como solução complementar, pois a mediação por si só não revela a real gravidade dos fatos, bem como não ressocializa o agressor. Além disso, a realização da mediação penal só deve ocorrer se a participação da vítima e do agressor forem voluntárias.
10. O crime de VD é um fenómeno complexo. Com isto, a intervenção penal não consegue reduzir por si só os índices de criminalidade neste âmbito, motivo pelo qual surgiram os programas de intervenção com agressores domésticos. A intervenção deve ser multidisciplinar, focada na vítima e no agressor e nos membros do agregado familiar quando necessário, assim as causas do ato violento podem ser averiguadas e tratadas. Igualmente, é necessário modificar os padrões culturais enraizados na cultura patriarcal que, infelizmente, ainda estão presentes na sociedade, e na conscientização de toda sociedade da gravidade que é o problema da VD. Assim, para o enfrentamento do problema, aponta-se a necessidade da ressocialização do homem agressor condenado por meio dos programas de intervenção. Os programas de intervenção com agressores tiveram início nos Estados Unidos e de lá perpetuaram em diferentes países do mundo, até que foram reconhecidos e recomendados por organismos internacionais e previstos em planos e legislações nacionais. Mesmo após serem identificados como medidas eficazes na resolução do problema, ainda paira certa resistência. Os programas se baseiam em algumas bases teóricas, em diferentes tipologias de agressores e abarcam diversos níveis de intervenção, sendo os principais programas aqueles voltados a teorias feministas e cognitivo-comportamentais.

11. No sistema Português, os programas de intervenção com agressores foram introduzidos como condição às suspensões provisórias do processo e da execução da pena, nas condenações inferiores a cinco anos de prisão (arts. 281.º do CPP e 50.º do CP). Há vários programas de intervenção nacionais, sendo que todos se mostram eficientes no combate da VD, principalmente o programa CONTIGO. O CONTIGO, faz parte de um modelo único e inovador no todo nacional. Obtém uma resposta comunitária ao combate da VD e há dez anos vem garantindo tratamento às vítimas, agressores e outros membros do agregado familiar quando necessário.
12. Desse modo, partilha-se da opinião de que o programa de intervenção e ressocialização junto a um agressor doméstico é o principal instrumento de combate a violência atual e futura. Mas para isto, o problema da VD não pode ser tratado de forma isolada, precisa ser tratado como um problema social. Dessa maneira, acredita-se que os programas de intervenção que possuem uma resposta comunitária coordenada têm maior efetividade neste contexto de violência, conforme ocorre no programa CONTIGO.
13. A ideia de ressocialização não leva o abandono da ideia de punição do agressor. O combate da violência atual e futura ocorre mediante o enfrentamento das causas do crime, do porquê o homem comete uma violência contra a mulher e são estes aspectos que são abordados e tratados nos programas junto de agressores. Cuidar do agressor é proteger todos os envolvidos no ato delituoso. Enquanto o combate se concentrar apenas nas consequências do problema, e não nas causas, a diminuição da violência estará longe de ser uma questão solucionada. Tratar os agressores como um problema individual, e não social, somente evitará o enfrentamento da realidade. Além do que, as estatísticas falam sobre os resultados dos programas, na taxa de reincidência, e, por meio delas, foi possível constatar reduções significativas da criminalidade no que toca ao problema proposto.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de. **Comentário do Código Penal: à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem**. 3ª ed. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2015.

ALMEIDA, Carlota Pizarro de. **A mediação perante os objetivos do Direito Penal, in A introdução da mediação vítima-agressor no ordenamento jurídico português**. Coimbra: Almedina, 2005.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que Matam: Universo Imaginário do Crime no Feminino**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ - Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

ALVAREZ, Marcos César [et al]. A vítima no processo penal brasileiro: um novo protagonismo no cenário contemporâneo. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminais: RBCCrim**, v. 18, set./out. 2010, nº 83.

ALVIM, Simone Ferreira; SOUZA, Lídio de. Violência Conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. In: **Psicologia: Teoria e Prática**, Espírito Santo, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v7n2/v7n2a07.pdf>.

AMCV- Associação de Mulheres Contra a Violência. Lisboa. Disponível em: <https://www.amcv.org.pt/>.

ANDRADE, Leandro Feiosa; BARBOSA, Sérgio Flávio. A lei Maria da Penha e a implementação do grupo de reflexão para homens autores de violência contra mulheres em São Paulo. In: **Fazendo Gênero – Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, agosto, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST42/Andrade-Barbosa_42.pdf.

APPEL, ThamyrisChiodi. **Justiça restaurativa e violência doméstica contra a mulher: a mediação penal como solução alternativa ao conflito**. Dissertação (Mestrado), Coimbra: Universidade de Coimbra, Área Ciências Jurídico-Criminais, 2017.

Assédio Moral Brasil. [s.l.]. Disponível em: <http://www.assediomoral.org/spip.php?article1>.

Associação de Mulheres Contra a Violência. **Avaliação e gestão de risco em rede. Manual para profissionais**, 2013. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/1436798180_gestao_risco_emar.pdf.

Associação Portuguesa de Apoio à vítima. **APAV**. Lisboa. Disponível em: <https://apav.pt/vd/>.

_____. **Estatísticas APAV – Homens Vítimas de Violência Doméstica 2013-2018**. Lisboa, 2018. Disponível em: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_VD_Homens_2013_2018.pdf.

_____. **Estatísticas APAV: Relatório Anual 2018**. Lisboa, 2018. Disponível em: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2018.pdf.

ÁVILA, Thiago André Pierobom de. Lei Maria da Penha. In: **Jus Navigandi**, Teresina, a.12, n.º 1611, 29 nov. 2007. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/10692/lei-maria-da-penha>.

BARIN, Catiuce Ribas. **Programas de intervenção com agressores: uma resposta penal eficaz nos casos de violência doméstica contra as mulheres**. Dissertação (Mestrado). Lisboa: Universidade de Lisboa. Área de Ciências Jurídico-Criminais, 2015.

BARREALES, Maria A. Trapero . **El Matrimonio Forzado: ¿Una Tipificación Específica Necesaria?** [s. l.] 2012. Disponível em: <https://docplayer.es/6735782-El-matrimonio-forzado-una-tipificacion-especifica.html>.

BEACK, Judith. **Terapia Cognitivo-Comportamental: teoria e prática**. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed Editora. 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução: Sérgio Milliet. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

Beijing Declaration and Platform for Action. Pequim: Organização das Nações Unidas, 15 de setembro de 2015. Disponível em: https://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/Beijing_Declaration_and_Platform_for_Action.pdf.

BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos; INCROCCI, Caio. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. In: **Rev. SaudeSoc.**, São Paulo, v. 28, n. 1, Mar. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902019000100019&lng=en&nrm=iso.

BELEZA, Teresa Pizarro. Consent as Simple as Tea: notas sobre a relevância do dissentimento nos crimes sexuais, em especial na violação”. In: **Combate à Violência do Género – Da Convenção de Istambul à nova legislação penal**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2016.

_____. **Direito das mulheres e da igualdade social a construção jurídica das relações de género**. Coimbra: Almedina, 2010.

_____. Violência Doméstica. In: **Revista do CEJ**, Coimbra, 1.º semestre, nº 8 (especial), 2008.

BELEZA, Teresa Pizzaro; MELO, Helena Pereira de. **A mediação penal em Portugal**. Coimbra: Almedina, 2012.

BIANCHINI, Alice. Homens agressores: grupos de reflexão, prevenção terciária e violência doméstica. **Jusbrasil**. Disponível em: <https://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/121814321/homens-agressoresgrupos-de-reflexao-prevencao-terciaria-e-violencia-domestica>.

BLÚS, Anna. Sexo Sem Consentimento é Violação Mas só Nove Países Europeus o Reconhecem na Lei. **Amnistia Internacional - em defesa dos direitos humanos**. Lisboa, 5 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.amnistia.pt/sexo-sem-consentimento-e-violacao-mas-apenas-nove-paises-europeus-o-reconhecem-na-lei/>.

BONINO, Luís Méndez. Mujeres em red: Violencia de género y prevención. El problema de la violencia masculina. In: **Revista de la Dirección General de la Mujer de la Comunidad Autónoma de Madrid**, nº 36, ano 2000. Disponível em: <https://www.nodo50.org/mujeresred/violencia-lbonino.html>.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOWEN, Erica; BROWN, Len; GILCHRIST, Elizabeth. Evaluating Probation Based Offender Programmes for Domestic Violence Perpetrators: a pro-feminist approach. In: **The Howard Journal of Criminal Justice**, Vol 41, n.º 3, Jul. 2002.

BRANDÃO, Nuno. A tutela penal reforçada da violência doméstica. In: **Julgar**, n.º 12, especial, 2010.

BRAVO, Jorge dos Reis. A actuação do Ministério Público no âmbito da violência doméstica. In: **Revista do Ministério Público no âmbito da violência doméstica**. Lisboa, n.º 102, abr-jun, 2005.

_____. Violência na Família: perspectiva e intervenções. In: **Revista de Direito Maia Jurídica**, a4, n.º 1, jan-jun, 2006.

BURRIEZA, Ángela Figueruelo; PÉREZ, Marta del Pozo; MARTÍNEZ, María Luisa Ibáñez; ALONSO, Marta León (coords). **Estudios interdisciplinarios sobre igualdad y violencia de género**. Granada: Comares, 2008 (Colección "Comares Monografías").

BUTLER, Judith P. **Problema de género: feminismo e subversão de identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CABRAL, Rui Jorge. Poucos agressores reincidem após passarem pelo ‘Contigo’. **Jornal Açoriano Oriental**. 4 de jun. 2019. Disponível em: <https://www.acorianooriental.pt/noticia/poucos-agressores-reincidem-apos-passarem-pelo-contigo-300360>.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina, 7ª ed, 2003.

CANOTILHO, J.J. Gomes; MOREIRA, VITAL. **Constituição da República Portuguesa anotada**. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, vol. 1, 2014.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição Direito Constitucional Positivo**. Belo Horizonte: Del Rey. 17.ª ed., rev. atual. e ampl, 2011.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução: Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, vol. 2, 2018.

CASTRO, José Luís; TEIXEIRA, Sara. **Mutilação Genital Feminina: Manual de procedimentos para Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco**. Lisboa, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/Mutilacao_genital_feminina_manual_procedimentos CPCJ.pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/Mutilacao_genital_feminina_manual_procedimentos_CPCJ.pdf).

CAVANAUGH, Mary M.; GELLES, Richard. J. The utility of male domestic violence offender typologies: New directions for research, policy, and practice. In: **Journal of Interpersonal Violence**, Vol. 20, nº 2, Feb. 2005.

CHAKIAN, Silvia. **A Construção dos Direitos das Mulheres: Histórico, Limites e Diretrizes para uma Proteção Penal Eficiente**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Guia de assistência técnica para la producción y el uso de indicadores de género. Santiago: CEPAL/UNIFEM/UNFPA, 2006.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos: Organização dos Estados Americanos. 2001. Disponível em: https://assetscompromissoeatitudeipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/OEA_CIDH_relatorio54_2001_casoMariadaPenha.pdf.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Caso 12.051, Relatório 54/01, Maria da Penha Maia Fernandes vs. Brasil. 2001. Disponível em: https://assetscompromissoeatitudeipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/OEA_CIDH_relatorio54_2001_casoMariadaPenha.pdf.

Comissão para a Cidadania e a Igualdade De Género. Missão, visão e valores. Lisboa, 2013. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/a-cig/missao/>.

_____. V Plano Nacional de Prevenção e combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017)- Relatório final de execução. Lisboa, 2018. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2018/07/Relatorio-de-Execu%C3%A7%C3%A3o-Final-do-V-PNPCVDG-2017.pdf>.

Conceito de Género. **Gênero e Diversidade na Escola**, Bauru, 2018. Disponível em: <http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/24/G%C3%AAnero%20-%20texto1.pdf>.

CONDE, Francisco Muñoz. **Derecho Penal - Parte Especial**. 18ª Edición, revisada y puesta al día, Valencia: Tirant lo blanchlibros, 2010.

CONTIGO. **Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica**. Açores. Disponível em: http://ctfis-acoeres.org/wordpress/?page_id=473.

Convenção do Conselho da Europa Para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica. Assinada em Istambul: 11 de maio de 2011. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52016PC0109>.

Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica: Relatório Sombra Das ONG ao Comité Grevio.

Lisboa: Plataforma portuguesa para os Direitos das Mulheres, Associação de mulheres contra a violência e Ramo Nacional do Observatório da Violência contra as Mulheres do Lobby Europeu das mulheres 2018. Disponível em: https://plataformamulheres.org.pt/site/wpcontent/ficheiros/2018/11/Relatorio_Sombra_GREVIO_para_site.pdf.

Convenção do Conselho da Europa Para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica – Convenção de Istambul: Livre do Medo, Livre da Violência. [s.l.].Disponível em: <https://rm.coe.int/1680685fcb>.

Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Assinada em Nova Iorque pela Resolução nº 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 18 de fevereiro de 1979. Disponível em: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV&chapter=4&clang=en.

COOK, Philip W. The Whole Truth About Domestic Violence. **Abused Men**. 13 set. 2013. Disponível em: <http://abusedmen.com/the-whole-truth-about-domestic-violence/>.

COSTA, Elder Lisboa Ferreira da. A Violência Contra a Mulher à Luz do Discurso Internacional Justiça Cosmopolita para a Erradicação da Violência de Género. In: **Revista Direito e Movimento**, vol. 16, n. 1, 1º semestre 2018. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistadireitoemovimento_online/edicoes/volume16_numero1/volume16_numero1_56.pdf.

COSTA, Lindinalva Rodrigues Dalla. **Cartilha lá em casa quem manda é o respeito.** Ministério Público do Estado de Mato Grosso e Governo do Estado de Mato Grosso. Mato Grosso, 2012. Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/Cartilha_quemmandalaemcasaeorespeito.pdf.

CRUZ, Rita Braga da. O crime de perseguição e a Convenção de Istambul. In: CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da (Coord). **Combate à Violência de Género: da Convenção de Istambul à nova legislação penal.** Porto: Universidade Católica, 2016.

CUNHA, Maria da Conceição Ferreira da. Do dissentimento à falta de capacidade para consentir. In: **Combate à Violência do Género – Da Convenção de Istambul à nova legislação penal.** Lisboa: Universidade Católica Editora, 2016.

CUNHA, Olga; GONÇALVES, Rui Abrunhosa. Intervenção com agressores conjugais: a experiência do programa de promoção e intervenção com agressores conjugais-PPRIAC. In: SANI, Ana; CARIDADE, Sónia (Coord). **Violência, agressão e vitimação: práticas para a intervenção**, 2.^a ed, Lisboa: Almedina, 2018.

. Tratamento de Agressores Domésticos: o programa de promoção e intervenção com agressores conjugais (PPRIAC). In: **Revista do Ministério Público**, Lisboa, a. 32, n. 127, jul-set, 2011.

CUNHA, Olga; GONÇALVES, Rui Abrunhosa; PEREIRA, Carla. Avaliação do risco em agressores conjugais: análise de uma amostra forense. In: **Ousar Integrar - Revista de reinserção social e prova**, Lisboa, a.4, n.º 9 jun. 2011.

D'ELIA, FabioSuardi; MAURÍCIO, Milene. Programa de reeducação antes de condenação viola presunção de inocência, In: **Consultor Jurídico**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-nov-25/curso-reeducacao-antes-condenacao-viola-presuncao-inocencia>.

DAHL, ToveStang. The Violence of Privacy. In: **Acta Sociologica**, vol. 18, n. 2-3, Abril de 1975.

Das Palavras à Acção: um compromisso para o empoderamento das mulheres - Portugal em análise pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM) (1995-2015). Lisboa: Plataforma portuguesa para os Direitos das Mulheres, 2016, p. 22-44. Disponível em: https://plataformamulheres.org.pt/site/wp-content/ficheiros/2016/01/PpDM-beijing_pt-WEB.pdf.

Diagnóstico Social – Cascais: Pessoas. Cascais, 2018. Disponível em: <http://www.redesocialcascais.net/files/uploads/2018/12/DSC-Pessoas.pdf>.

DIAS, Augusto Silva Dias; CAIRES, João Gouveia de; SOL, António Araújo. **Materiais para o estudo da Parte Especial do Direito Penal: crimes contra a vida e a integridade física**. Lisboa: AAFDL, 2009.

DIAS, Augusto Silva. **Crimes contra a Vida e a Integridade Física**. 2ª ed., Lisboa: AAFDL, 2007.

DIAS, Isabel. Violência Doméstica e Justiça: respostas e desafios. In: **Revista do Departamento de Sociologia da FLUP**, vol. XX, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Dropbox/Disserta%C3%A7%C3%A3o/isabel%20dias-%20artigo%20vd.pdf>.

DIAS, Jorge de Figueiredo (Org.); CARVALHO, Américo Taipa de. **Comentário Conimbricense do Código Penal: parte especial**. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, vol. 1, Tomo I.

DIAS, Jorge de Figueiredo. Nótula antes do artigo 163º do Código Penal. In: **Comentário Conimbricense do Código Penal. Parte Especial**. Tomo I, artigos 131º a 201º. 2ª Edição, Coimbra: Coimbra Editora, 2012.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DOBASH, RebeccaEmerson. [et. al.] **Changing Violent Men**. London: Sage, 2000. Domestic Abuse Intervention Programs. **Home of The Duluth Model**. Disponível em: <https://www.theduluthmodel.org/>.

DOMÍNGUEZ, Ana Isabel Cerezo. **El homicidio en la pareja: tratamiento criminológico**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2000.

ECHEBURUA, E; MONTALVO, J. Fernandez; CUESTA, L. de la. Articulación de medidas penales y de tratamiento psicológico en los hombres violentos en el hogar. In: **Psicopatología Clínica Legal y Forense**, 2001.

ECHEBURÚA, Enrique; CORRAL, Paz de; FERNÁNDEZ-MONTALVO, Javier; AMOR, Pedro J. ¿Se puede y debe tratar psicológicamente a los hombres violentos contra la pareja? In: **Papeles del Psicólogo**, vol. 25, núm. 88, mayo-agosto, 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/778/77808802.pdf>.

EKMAN, Paul; DAVIDSON, Richard. **Fundamental Questions About Emotions**. Nova York: Oxford University Press, 1994.

Eliminação da Mutilação genital Feminina: declaração conjunta OHCHR, ONUSIDA, PNUD, UNECA, UNESCO, UNFPA, ACNUR, UNICEF, UNIFEM, OMS. Edição OMS/APF. **Organização Mundial da Saúde**, 2008. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/43839/9789241596442_por.pdf;jsessionid=E427513403F255C8D03030C53AE5F9C2?sequence=3.

Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres – ONU Mulheres. **Diretrizes nacionais feminicídio – investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf.

ESTIARTE, Carolina Villacampa. La respuesta jurídico-penal frente al stalking en España: Presente y Futuro. In: **Revista del Instituto University de Investigación en Criminología y Ciencias Penales de la UV**. 2010. Disponível em: <https://www.uv.es/recrim/recrim10/recrim10a03.pdf>.

EYCKMANS, David; DUFRANG, Dirk; REGELBRUGGE, Mariane. The concept of restorative justice in prison seen from the community and illustrated by the practice of victim-offender mediation, Restorative Justice and its Relation to the Criminal Justice System. **Actas da Segunda Conferência do European Forum For Victim-Offender Mediation and Restorative Justice**, Bélgica, 2002.

FEITOR, Sandra Inês. **Bullying como forma de Stalking**. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa [S.l.], 2012. Disponível em: <https://www.fd.unl.pt/anexos/6907.pdf>.

Female Genital Mutilation. **World Health Organization**. Nova Iorque, 31 de jan. 2018. Disponível em: <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/female-genital-mutilation>.

FERNANDES, Valéria Diez Scarance. **Lei Maria da Penha: o processo penal no caminho da efetividade**. Tese (Doutorado). Área de Direito Processual Penal. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

_____. **Lei Maria da Penha: o processo penal no caminho da efetividade**. São Paulo: Atlas, 2015.

FERNÁNDEZ-MONTALVO, Javier. ECHEBURUA, Enrique. Variables psicopatológicas y distorsiones cognitivas de los maltratadores en el hogar: un análisis descriptivo. In: **Análisis y Modificación de Conducta**, Vol, 23, n. 88, 1997. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/A13.pdf>.

FERREIRA, Maria Eliabete. **Da intervenção do Estado na Questão da Violência Conjugal em Portugal**. Coimbra: Almedina, 2005.

FERREIRA, Nuno José Rosa Marques. **A mediação penal e a violência doméstica: uma relação restaurativa**. Dissertação (Mestrado). Coimbra: Universidade de Coimbra Área de Ciências Jurídico-Criminais, 2013.

Fórum Municipal de Cascais contra a Violência Doméstica. **CONTIGO CASCAIS - Programa para Agressores Conjugais**. Disponível em: https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/apresentacao_e_fich_ref_contigo.pdf.

GANILHO, Isabel. Quando os homens são as vítimas: Cascais lança campanha contra a violência doméstica. **Rede Social Cascais**. Cascais, 13 nov. 2019. Disponível em: <http://redesocialcascais.net/quando-os-homens-sao-as-vitimas-cascais-lanca-campanha-contra-a-violencia-domestica/>.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. 3.^a ed. São Paulo: Claridade, 2015.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e crescimento social na sociedade contemporânea**. Tradução: André Nascimento. Rio de Janeiro: Editora Revan de Presos, 2008.

GELLES, R.J; STRAUS, M. Determinants of violence in the family: Toward a theoretical integration. In: W.R. Burr, R. Hill, F.I. Nye e I.L. Reiss (Eds), **Contemporary Theories about the Family**. New York: The Free Editora, 1979.

GODINO, Anna Ordóñez. **Un Análisis Sobre los Matrimonios Forzados: de la tradición a la ilegalidad**. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, 2014. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/tfg/2014/119126/TFG_aordonezgodino.pdf.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional**. Tradução Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

GOMES, Catarina Sá Gomes. **O crime de maus tratos físicos e psíquicos infligidos ao cônjuge ou ao convivente em condições análogas às dos cônjuges**. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2004.

GOMES, Luiz Flávio; BIANCHINI, Alice. Aspectos Criminais da Lei de Violência contra a Mulher. In: **Revista IOB de Direito Processual Penal**, São Paulo, ano VIII, n. 44, jun-jul. 2007.

GONÇALVES, Manuel Lopes Maia. **Código de processo penal anotado: legislação complementar**. 17.^a ed. Coimbra: Almedina, 2009.

GONDOLF, Edward W. **Batterer Intervencion Systems: Issues, Outcomes, and Recommendations**. London: Sage Publications, 2002.

GONZÁLEZ, Noelia Igareda. Matrimonios Forzados: ¿Otra Oportunidad para el Derecho Penal Simbólico? In: **Indret – Revista Para El Analisis del Derecho**. Barcelona, nº 1, jan. 2015. Disponível em: <http://www.indret.com/pdf/1101.pdf>.

Governo dos Açores assegura às vítimas e aos agressores um tratamento cada vez mais adequado às suas efetivas necessidades. **Governo Regional dos Açores**. Ponta Delgada, 3 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/pgragacs/noticias/Governo+dos+A%C3%A7ores+assegura+%C3%A0s+v%C3%ADtimas+e+aos+agressores+um+tratamento+cada+vez+mais+adequado+%C3%A0s+suas.htm>.

GROSSI, Patrícia Krieger; WERBA, Graziela C. **Violência e Gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

GUERRA, Paulo; GAGO, Lucilla. (Orgs.) **MANUAL PLURIDISCIPLINAR – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenômeno**. Lisboa, Centro de Estudos Judiciários. Disponível em: http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/outros/Violencia-Domestica CEJ_p02_rev2c-EBOOK_ver_final.pdf.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: **Cadernos Pagu**, nº 22, 2016, pp. 201-246. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644638>.

HOLTZWORTH-MUNROE, Amy; STUART, Gregory L. Typologies of batterers: three subtypes and the differences among them. In: **Psychological Bulletin**, Vol. 116, n. ° 3, Nov, 1994.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução: Ana Luíza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

Investigadora da UMinho cria programa para agressores conjugais em grupo. **UMdicas SASUM**. Jan. 2012. Disponível em: <https://www.dicas.sas.uminho.pt/noticias/academia/2012/01/investigadora-da-uminho-cria-programa-para-agressores-conjugais-em-grupo>.

JACCOUD, Mylène. Princípios, Tendências e Procedimentos que Cercam a Justiça Restaurativa. In: **Justiça Restaurativa**. Brasília: MJ/PNUD, 2005.

JACOBSON, Neil S.; GOTTMAN, John M. **When Men Batter Women: New insights into ending abusive relationships**. New York: Simon and Schuster, 1998.

JESUS, Damásio de. **Violência Contra a Mulher: aspectos criminais da lei n. 11.340/2006**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva.

LARRAURI, Elena. **Mujeres y Sistema Penal: violencia doméstica**. Buenos Aires, República Argentina: Euros Editora, 2008.

LEITÃO, Helena Martins. A mutilação genital feminina à luz do Direito Penal português: da necessidade de alteração do seu regime legal. In: **Revista do Ministério Público**. Lisboa: Sindicato dos Magistrados do Ministério Público. - A. 34, n.º 136, out.-dez. 2013.

LEITE, Inês Ferreira. Crimes Novos, Lei Nova. In: **Capazes**, 2015. Disponível em: <https://www.capazes.pt/cronicas/crimes-novos-lei-nova-por-ines-ferreira-leite/>.

_____. Ela estava mesmo a pedi-las. In: **Capazes**. Lisboa, 2015. Disponível em: <https://www.capazes.pt/cronicas/ela-estava-mesmo-a-pedi-las-por-ines-ferreira-leite/view-all/>.

_____. Não é Não! Será Assim Tão Difícil Provar uma Violação? In: **Capazes**. Lisboa, 2015. Disponível em: <https://www.capazes.pt/cronicas/nao-e-nao-sera-assim-tao-dificil-provar-uma-violacao-por-ines-ferreira-leite/view-all/>.

_____. O Piropo. In: **Capazes**. Lisboa, 2015. Disponível em: <https://www.capazes.pt/cronicas/o-piropo-por-ines-ferreira-leite/view-all/>.

_____. Tutela penal da liberdade sexual. In: **Revista Portuguesa de Ciência Criminal**, Lisboa, ano 21, n.º 1, jan.-mar., 2011.

_____. **Violência doméstica e de género e mutilação genital feminina - As recentes alterações ao Código Penal quanto o crime de VD**. Lisboa, Centro de Estudos Judiciários – CEJ, 1 de fevereiro de 2019. Apresentação em PowerPoint. Disponível em: <https://elearning.cej.mj.pt/course/view.php?id=865>.

LEITE, André Lamas. **A mediação penal de adultos: um novo paradigma de justiça**. Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

_____. A violência relacional íntima: reflexões cruzadas entre o direito e a criminologia. In **Julgar**, n.º 12, especial, 2010.

_____. Penas Acessórias, questões de género, de violência doméstica e o tratamento jurídico-criminal dos "shoplifters" In: **As alterações de 2013 aos Código Penal e de Processo Penal: uma reforma "cirúrgica?"**. Coimbra: Coimbra Editora, 2014.

LEONARDO, José. Crimes violentos em contexto familiar. In: **Polícia e Justiça**, III série (número especial), Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

Levar o Stalking a Sério: Comportamentos de Stalking - Assédio Persistente. APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2013. Disponível em: <https://apav.pt/stalking/index.php/features>.

LILA, Marisol. Programas de intervención con maltratadores en medio abierto: indicadores preliminares de eficacia del programa contexto. In: TORRES, Margarida Roig (Coord). **Medidas de prevención de la reincidencia en la violencia de género**. Valencia: Tirant Lo Blanch, 2014.

LISBOA M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. **Violência e género – Inquérito nacional sobre a violência exercida contra mulheres e homens**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2009.

LISBOA, Manuel [et al]. **Mutilação Genital Feminina: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação Relatório Final**. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2015/07/Estudo-preval%C3%Aancia-MGF-finalpp.pdf>.

LLAMAS; Cristina Filardo. Intervención desde el trabajo social con hombres maltratadores en los centros penitenciarios españoles. Documentos de Trabajo Social. In: **Revista de trabajo y acción social**, n.º 52, 2013.

LOINAZ, Ismael. Estudo de tipologias de agressores conjugais em prisões, In: **Ousa Integrar - Revista de reinserção social e prova**, Lisboa, a.4, n.º 9, jun. 2011.

MANITA, Celina. **A intervenção em agressores no contexto da violência doméstica em Portugal: estudo preliminar de caracterização**. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2005.

_____. Programas de intervenção em agressores de violência conjugal intervenção psicológica e prevenção da violência doméstica. In: **Revista de Reinserção Social e Prova, Ousar e Integrar**, n. 1, ano 1, set, 2008.

_____. Uma outra via para a não violência: a intervenção psicológica em agressores. In: **Revista do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais**, III série, número especial. Coimbra: Coimbra Editora, maio, 2005b.

MARQUES, Frederico Moyano; LÁZARO, João Lázaro. A mediação vítima-infractor e os direitos e interesses das vítimas. In: **A Introdução da Mediação Vítima-Agressor no Ordenamento Jurídico Português**, Coimbra: Almedina, 2005.

MARTÍN, Maria Angeles Rueda. **Los programas y/o tratamientos de los agresores em supuesto de violencia de genero: ¿Una alternativa eficaz a la pena de prisión?**. Madrid: Dykinson, 2007.

MARTÍNEZ, Miguel Ángel. Internos en el centro penitenciario de valencia por delitos de violencia de género. In: TORRES, Margarida Roig (Coord). **Medidas de prevención de la reincidencia en la violencia de género**, Valencia: Tirant Lo Blanch, 2014.

MARTINGO, Carla . **As práticas nefastas:desafios e fronteiras**. Lisboa, Centro de Estudos Judiciários - CEJ, 1 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://elearning.cej.mj.pt/course/view.php?id=865>.

MATOS, Marlene; GRANJEIA, Helena; FERREIRA, Célia; AZEVEDO, Vanessa. **Stalking: boas práticas no apoio à vítima. Porto: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Manual para profissionais**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2011. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/30937/1/STALKING.pdf>.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MEDINA, Javier. Perfil psicosocial y tratamiento del hombre violento com su pareja en el hogar. In: ECHEBURÚA, Enrique (Coord). **Personalidades violentos**. Madri: Ediciones Pirámide, 2003.

MENDES, Paulo de Sousa. **O torto intrinsecamente culposos como condição necessária da imputação da pena**. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista: novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2014.

MEZZALIRA, Ana Carolina. A justiça restaurativa e sua normatização no Brasil: a Resolução 225 do CNJ. **Jusbrasil**. Abril, 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/65804/a-justica-restaurativa-e-sua-normatizacao-no-brasil-a-resolucao-225-do-cnj>.

Ministério Público do Estado de Mato Grosso e Governo do Estado de Mato Grosso. **Documentário 1 ano do projeto Lá em Casa Quem Manda é o Respeito**. 2012. (7m21s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NBYPfQlXmGY>.

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. **Projeto "Grupo Reflexivo de Homens: por uma atitude de paz"**. Natal, 2011. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/porumaatitudedepaz.pdf>.

MONTE, Mario Ferreira. Mutilação Genital, Perseguição (stalking) e Casamento Forçado: Novos Tempos, Novos Crime - Comentários à Margem da Lei 83/2015, de 5 de Agosto. 2016. In: **Julgar**, nº 28, 2016. Disponível em: <http://julgar.pt/wp-content/uploads/2016/01/04-Novos-crimes-2015-M%C3%A1rio-F-Monte.pdf>.

MOREIRA, Vânia Pereira. **O crime de violação à luz do bem jurídico liberdade sexual: Reflexões acerca da alteração ao nº2 do artigo 164º do Código Penal**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito Criminal). Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/21394/1/TESE%20COMPLETA%201.pdf>.

Mutilação Genital Feminina. **APAV**. Lisboa, 2014. Disponível em: <https://www.apav.pt/uavmd/index.php/pt/intervencao/mutilacao-genital-feminina>.

NEVES, José Francisco Moreira das. **Violência Doméstica: sobre a lei de prevenção, proteção e assistência às vítimas**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010.

_____. Violência doméstica: bem jurídico e boas práticas. In: **Revista do Centro de Estudos Judiciários**, XIII, 2010.

NUCCI, Guilherme de Sousa. **Curso de Direito Penal: parte especial- artigos 121 a 212 do Código Penal**. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019.

NUNES, Carlos Casimiro; MOTA, Maria Raquel. O Crime de Violência doméstica: a al. b) do n.º1 do art. 152º do Código Penal. In: **Revista do Ministério Público**, Lisboa, Abril/Junho 2010. n. 122.

OLIVEIRA, Danielle Cristina de; SOUZA, Lídio de. Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogos. In: **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v6n2/v6n2a04.pdf>.

OLIVEIRA, Erival da Silva et al. **Direitos Humanos**. 4ª ed., 12 vol., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

OLIVEIRA, Filipa Andreia Vagos. Mutilação Genital Feminina: Cultura ou Crime? In: **Psicologia - O Portal dos Psicólogos**. Aveiro, 17 de fevereiro de 2013. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0671.pdf>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Recomendação Geral nº 19, de 1992**. Disponível em: <https://www.un.org/es/sections/general/documents/index.html>.

_____. **Relatório Estudo a fundo sobre todas as formas de violência contra a mulher**. 6 de julho de 2006, §368, 2010. Disponível em: <https://www.cepal.org/mujer/noticias/paginas/1/27401/InformeSecreGeneral.pdf>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência 2014**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/9789241564793_por.pdf.

PAGELOW, M.D. **Woman-Battering: victims and their experiences**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1981.

PALMA, Maria Fernanda. Modelos de relevância das emoções no direito penal e sua relação com diferentes perspectivas filosóficas e científicas. In: PALMA, Maria Fernanda (Coord); DIAS, Augusto Silva (Coord); MENDES, Paulo de Sousa (Coord). **Emoções e Crime: filosofia, ciência, arte e direito penal**. Coimbra: Almedina, 2013.

PAULINO, Mauro; RODRIGUES, Miguel. **Violência Doméstica- identificar, avaliar, intervir**. Estoril: Prime Books, 2016.

Piedade Lalandia destaca intervenção do Programa Contigo ao nível da violência doméstica. **Governo Regional Açores**. Ponta Delgada, 13 de março de 2013. Disponível em: <http://azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srss/noticias/Piedade+Lalandia+destaca+interven%C3%A7%C3%A3o+do+Programa+Contigo+em+192+agressores.htm>.

PIMENTEL, Silvia. **A mulher e a constituinte**. São Paulo: Cortez Educacional, 1985.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. (Org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

_____. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. Textos Didáticos, n. 48. Disponível em: <http://www.culturaegenero.com.br/download/praticafeminina.pdf>.

Plataforma de Violência Contra as Mulheres em Dados. **Violência Contra as Mulheres em Dados**. 2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>.

PONCE, M.G.R. Mesa de trabalhos sobre femicídio/feminicídio. In: CHIAROTTI, S. (Ed.). **Contribuições ao debate sobre a tipificação penal do femicídio/feminicídio**. Lima: CLADEM, 2011.

PRADO, Débora (Org); SANEMATSU, Marisa (Org). **Feminicídio: #Invisibilidade**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

Programa inovador nos Açores 'recuperou' 41 agressores em casos de violência doméstica. **Sapo Lifestyle**. Disponível em: <https://lifestyle.sapo.pt/saude/noticias-saude/artigos/programa-inovador-nos-aco-res-recuperou-41-agressores-em-casos-de-violencia-domestica>.

Programa para pessoas agressoras (Programa Contigo – Cascais). **Cascais**. Disponível em: <https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/contigo-fmcvd.pdf>.

Projeto "Tempo de Despertar" ressocialização e grupos reflexivos de homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher. **Justiça de Saia**. Disponível em: <http://www.justicadesaia.com.br/projeto-tempo-de-despertar-ressocializacao-e-grupos-reflexivos-de-homens-autores-de-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher/>.

Quem é Maria da Penha? Instituto Maria da Penha [s.l.], Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>.

QUINTAS, Jorge. et al. Programa para agressores de violência doméstica: avaliação do impacto da aplicação experimental. In: **Ousar Integrar- Revista de reinserção social e prova**, n.º 12, 2012.

RADFORD, Jill; RUSSEL, Diana E. H. **Femicide: the politics of woman Killing**. New York: Twayne Publishers, 1992.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 6.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Report submitted by Portugal pursuant to Article 68, paragraph 1 of the Council of Europe Convention on preventing and combating violence against women and domestic violence (Baseline Report). **GREVIO**. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Dropbox/Disserta%C3%A7%C3%A3o/Pr%C3%A9%20Projeto/RELAT%C3%92RIO%20FEITO%20PELO%20GREVIO.pdf>.

RIBEIRO, Arthur Guimarães. Violência na família e acção penal: medidas de coacção. In: **Maia Jurídica - Revista de Direito**, jan-jun, 2006.

RIBEIRO, Sandra Isabel da Costa. **O Lado B da Violência Doméstica**. Dissertação (Mestrado). Leiria: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Politécnico de Leiria, 2016. Disponível em: https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/2493/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Sandra%20Ribeiro.pdf.

RIJO, Daniel; CAPINHA, Marta. A reabilitação dos agressores sexuais: Dos modelos tradicionais de reabilitação ao programa português para agressores de violência doméstica (PAVD). In: **Ousar Integrar- Revista de Reinserção Social e Prova**, n.º 11, Jan. de 2012.

RODRIGUES, Ana Sofia Nóbrega. **Contigo ou Sem Ti Avaliação da eficácia de um programa de intervenção dirigido a agressores conjugais**. Dissertação (Mestrado). Ilha da Madeira: Universidade da Madeira, 2018. Disponível em: <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/2286/1/MestradoSofia%20Rodrigues.pdf>.

RODRÍGUEZ, Irma Nicasio. **Manual de metodología de investigación: aplicada a las ciencias sociales y con perspectiva de género**. República Dominicana: Instituto Tecnológico de Santo Domingo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANCHES, Jesús-María Silva. **A expansão do Direito Penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós indústrias**. 3ª ed. Tradução: Luiz Otávio de Oliveira Rocha. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SANTOS, Cláudia Cruz. **A justiça restaurativa: um modelo de reacção ao crime diferente da justiça penal porque, para quê e como?** Coimbra: Coimbra Editora, 2014.

_____. Violência Doméstica e Mediação Penal: uma convivência possível? In: **Julgar**, n.º 12 (especial), 2010.

SARAIVA, Rute. A dependência económica da vítima de violência doméstica face ao agressor. In: **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**, Coimbra, 2013. LIV, nº 1 e 2.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. Educação e realidade, 20 (2), p. 71-99, jul/dez. 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1737847/mod_resource/content/1/Scott_g%C3%AAnero%20uma%20categoria%20%C3%BAtil%20para%20a%20an%C3%A1lise%20hist%C3%B3rica.pdf.

Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>.

Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor. **Diretrizes Gerais dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor**. Enfrentamento à violência contra as mulheres. Rede de Enfrentamento. Anexo II. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mulheresseguras.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Diretrizes-Gerais-dos-Servicos-de-Responsabilizacao-e-Educacao-do-Agressor.pdf>.

SHAW, Elisabeth; BOURIS, Akivra; PYE, Sheena. The family safety model: A comprehensive strategy for working with domestic violence. In: **Australian and New Zealand Journal of Family Therapy**, Vol. 17, n.º 13, Sep. 1996.

SHRADER, Elizabeth; Sagot, Monserrat. **Domestic Violence: women's way out**. Washington: Pan American Health Organization, 2000.

SILVA, Germano Marques da. A Mediação Penal: em Busca de um Novo Paradigma? In: **A Introdução da Mediação Vítima Agressor no Ordenamento Jurídico Português**. Coimbra: Almedina, 2005.

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA. **Relatório Anual de Segurança Interna**. 2018. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=ad5cfe37-0d52-412e-83fb-7f098448dba7>.

SORDI STOCK, Bárbara. Programas de rehabilitación para agresores en España: un elemento indispensable de las políticas de combate a la violencia de género. **Polít. crim.** Santiago, v. 10, n. 19, jul. 2015. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S071833992015000100010&lng=es&nrm=iso.

SOUSA, António Francisco de. Uma reflexão para o abandono da pena de privação de liberdade. In: **Estudo de Homenagem ao Juiz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro**. Coimbra: Almedina, 2007.

SOUZA, Sandra Duarte de; SANTOS, Naira Pinheiro (Orgs.). **Violência doméstica: uma cartilha para mulheres, técnicos e técnicas do poder público e lideranças religiosas**. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2018.

STANKO, E. WhenPrecautionis Normal: A Feminist Critique of Crime Prevention. In: L. Gelsthorpe. & A. Morris (Eds.). **Feminist Perspectives in Criminology**. Open University Press. 1990.

STRAUS, M.A; GELLES, R.J. Societal change and change in family violence from 1975 to 1985 as revealed in two national surveys. In: **Journal of Marriage and the family**, 48, 1986.

_____. Physical Violence in American Families: risk factors and adaptations to violence. In: **8,145 families**. London: Transaction Publishers, 1990.

STREY, Marlene Neves (Org.); AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer de (Org.); JAEGER, Fernanda Pires (Org.). **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

TÁVORA, Mariana Fernandes. O sistema português. In: ÁVILA, Thiago André Pierobom de [et al.]. **Modelos europeus de enfrentamento à violência de gênero: experiências e representações sociais**. Brasília: ESMPU, 2014, pp. 135-163.

TONELI, Maria Juracy F; BEIRAS, Adriano; RIED, Juliana. Homens autores de violência contra mulheres: políticas públicas, desafios e intervenções possíveis na América Latina e Portugal, In **Revista de Ciências Humanas - UFSC**, v. 51, n. 1, 2017.

Vara Central da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. **Projeto: "Dialogando para a Paz"**. São Paulo. Disponível em: <http://www.tjsp.jus.br/Download/Comesp/Campanhas/CompromissoAtitude/DialogandoParaPaz.pdf>.

VICENTE, Ana. Direito das mulheres, direitos humanos. In: **Caderno da condição feminina**, n.º 59. Lisboa: Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres, 2000.

Violência doméstica: os dilemas e conquistas do trabalho com homens agressores. In: **Compromisso e Atitude Lei Maria da Penha: a lei é mais forte**. [s. l.], 14 jan. 2014. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/violencia-domestica-os-dilemas-e-conquistas-do-trabalho-com-homens-agressores/>.

Violência Doméstica: Plano para tratar agressores. **CM Jornal**. Lisboa, 26 de janeiro 2012. Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/violencia-domestica-plano-para-tratar-agressores>.

WASELFI, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015 - Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, ONU Mulheres, Organização Pan Americana da Saúde, Organização Mundial da Saúde, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). 2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf.

WALKER, L. E. Current perspectives on men who batter women. Implications for intervention treatment to stop violence against women: Comment on Gottman et al. In: **Journal of Family Psychology**, 9, 3.

_____. "The battered women syndrome is a psychological consequence of abuse. In: David Finkelhor et al. (Orgs.) **The Dark Side of the Families. Current Controversies on Family Violence**, Londres: Sage, 1997.

_____. **The Battered Women Syndrome**, Nova Iorque: Harper e Row, 1979.

WERLANG, Alejandro César Rayo. **A política criminal na modernidade líquida: uma análise a partir da realidade prisional brasileira**. São Paulo: Chiado Editora, 2018.

YLLO, A.K. Through a feminist lens: gender, power, and violence. In: R. J. Gelles & D. R. Loseke (Eds.), **Current controversies on family violence**. Newbury Park, CA: Sage, 1993.

LEGISLAÇÃO:

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848/1940, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm.

_____. **Lei nº 9.099/95, de 26 de setembro**. Brasília: Congresso Nacional, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.

_____. **Lei nº 11.340/2015, de 7 de agosto de 2006.** Brasília: Congresso Nacional, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.

_____. **Projeto de Lei do Senado nº 9, 2016.** Brasília: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124675>.

_____. Conselho Nacional De Justiça. **Resolução nº 225 de 31 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativo no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_225_31052016_02062016161414.pdf.

_____. Conselho Nacional do Ministério Público. **Lá em Casa Quem Manda é o Respeito.** Banco Nacional de Projetos. Disponível em: <https://bancodeprojetos.cnmp.mp.br/Detalhe?idProjeto=143>.

ESPANHA. **Lei Orgânica 1/2004, de 28 de dezembro.** Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/pdf/2004/BOE-A-2004-21760-consolidado.pdf>.

_____. **Lei Orgânica 10/1995 de 23 de novembro.** Código Penal Espanhol. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1995-25444>.

PORTUGAL. [Constituição (1976)]. **Constituição da República Portuguesa** Assembleia da República, 2019. Disponível em: <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view>.

_____. **DL n.º 78/87, de 17 de Fevereiro.** Código de Processo Penal Português. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=199&tabela=leis.

_____. **Lei n.º 61/91, de 13 de agosto.** Lei de protecção às mulheres vítimas de violência. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=277&tabela=leis.

_____. **DL n.º 48/95, de 15 de Março.** Código Penal. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=109&tabela=leis.

_____. **Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº55/1999.** Aprova o plano nacional contra a violência doméstica. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/308998/details/maximized>.

_____. **Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº88/2003.** Aprova o II Plano Nacional contra a Violência Doméstica. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/666708/details/maximized>.

_____. **Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº83/2007.** Aprova o III Plano Nacional contra a Violência Doméstica. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/638881/details/maximized>.

_____. **Lei n.º 104/2009, de 14 de setembro.** Aprova o regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1135&tabela=leis.

_____. **Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro de 2009.** Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1138&tabela=leis.

_____. **Lei n.º 9/2010, de 31 de maio.** Permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1249&tabela=leis&so_miolo=.

_____. **Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º100/2010.** Aprova o IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/306432/details/maximized>.

_____. **Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º102/2013.** Aprova o V Plano Nacional contra a Violência Doméstica. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/483890/details/maximized>.

_____. **Diretiva n.º 1/2015, 30 de abril.** Lisboa: Procuradoria Geral da República. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/67239409>.

_____. **Lei n.º 83/2015, de 05 de agosto de 2015.** Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?tabela=leis&nid=2381&pagina=1&ficha=1.

_____. **Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro.** Aprova o estatuto da vítima. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?tabela=leis&nid=2394&pagina=1&ficha=1.

_____. **Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 61/2018.** Aprova a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/115360036/details/maximized>.

_____. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio de 2018.** Aprovar a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação — Portugal + Igual (ENIND) e os respetivos Planos de Ação Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/115360036>.

JURISPRUDÊNCIA:

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADC n.º 19.** Rel. Min. Marco Aurélio. Brasília, Distrito Federal. 09 fev. 2012. Diário da Justiça Eletrônico. Disponível

em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>. Acesso em: 15 set. 2019.

_____. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 4.424**. Rel. Min. Marco Aurélio. Brasília, Distrito Federal. 09 fev. 2012. Diário da Justiça Eletrônico Disponível

em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6393143>

_____. Superior Tribunal de Justiça (5ª Turma). **Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC) 27.622/RJ n. 2010/0021048-3**. Relator: Ministro Jorge Mussi. Pesquisa de Jurisprudência, Brasília, 7 ago. 2012. Data de publicação da súmula: 23 de agosto de 2012. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/>.

PORTUGAL. Acórdão Tribunal da Relação de Coimbra. **Processo n.º 13/07.1GACTB.C1**. Relator: Alberto Mira, 28/04/2010.

_____. Acórdão Tribunal da Relação do Porto. **Processo n.º 0712512**. Relatora: Maria Leonor Esteves, 22/09/2010.

_____. Acórdão Tribunal da Relação de Coimbra. **Processo n.º 1290/12.1PBAVR.C1**. Relator: Jorge Dias, 29/01/2014.

_____. Acórdão Tribunal da Relação de Coimbra. **Processo n.º 835/13.4GCLRA.C1**. Relatora: Alice Santos, 20/01/2016.